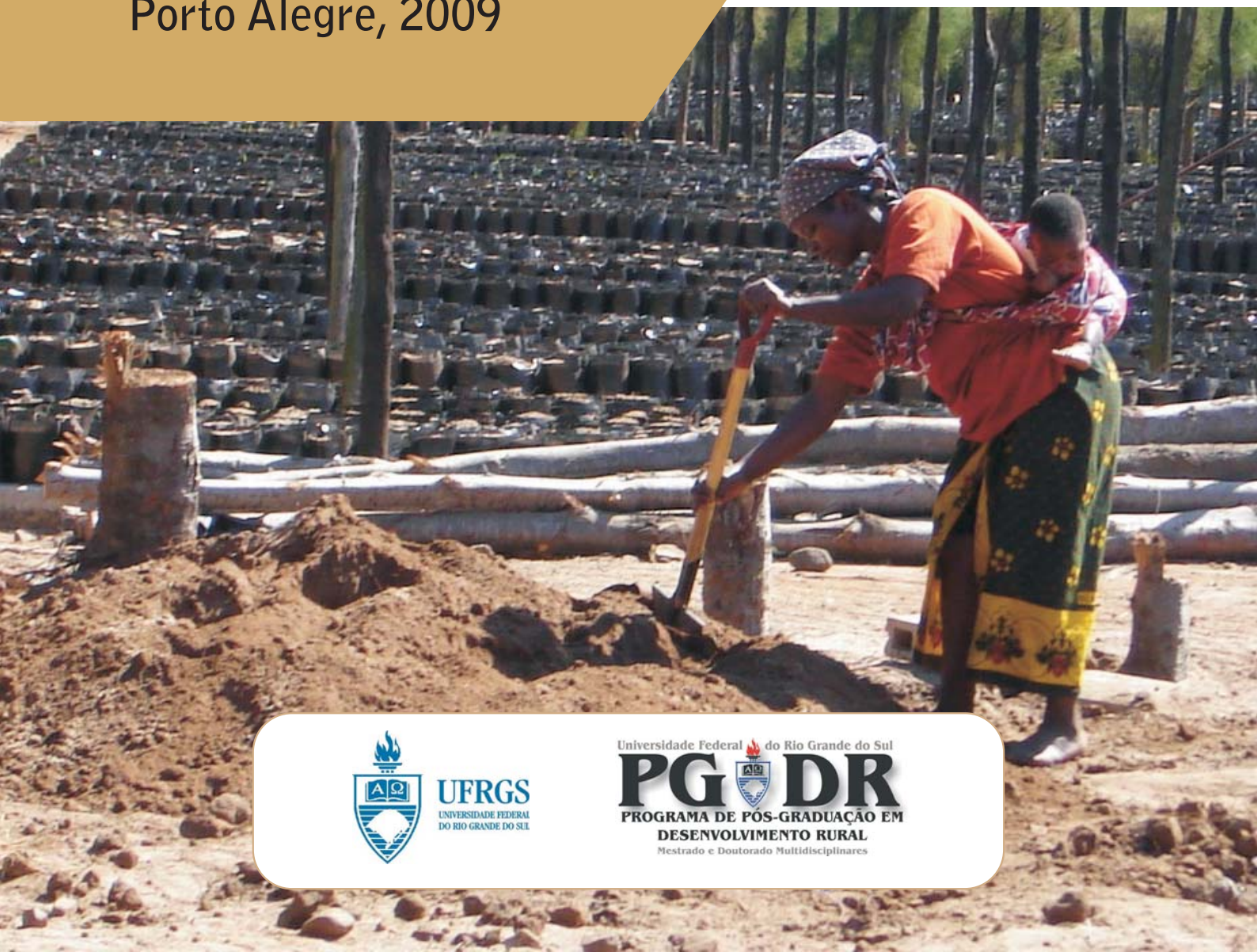


Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique

Jalcione Almeida
(Organizador)

Porto Alegre, 2009

e-book



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PG DR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
Mestrado e Doutorado Multidisciplinares

Jalcione Almeida
(Organizador)

Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique.

Textos selecionados do evento: Workshop Internacional Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique, Maputo, 2006.

PGDR – UFRGS

Porto Alegre
2009

© 2009 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)

Este e-book ou suas partes podem ser reproduzidas por qualquer meio sem a necessária autorização do Editor/Organizador.

Editoração de texto e revisão de provas: Jalcione Almeida

Normalização e ficha catalográfica: Bibliotecária Eliane Maria Severo Gonçalves (FCE/UFRGS)

Projeto gráfico: Vinicius Ribeiro

P769

Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique / Jalcione Almeida organizador. – Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009.

267 p.

Trabalhos apresentados no Workshop Internacional Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Percepções e Perspectivas no Brasil e em Moçambique, Maputo, 2006.

1. Desenvolvimento rural: Brasil. 2. Desenvolvimento rural: Moçambique. 3. Políticas públicas: Brasil. 4. Políticas públicas: Moçambique. 5. Pobreza: Moçambique. 6. Desenvolvimento rural: Meio Ambiente. 7. Extensão rural: Brasil. 8. Extensão rural: Moçambique. I. Almeida, Jalcione de (organizador). II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.15

SUMÁRIO

Abertura do evento: Por um outro olhar sobre o desenvolvimento rural.....	5
<i>Jalcione Almeida</i>	
Reforma do estado e território: perspectivas de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique.....	9
<i>Aldomar A. Rückert • Cláudio A. Mungói • Anelise G. Rambo</i>	
Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil.....	29
<i>Lovois de Andrade Miguel</i>	
Análise multidimensional da pobreza em três aldeias do norte de Moçambique.....	40
<i>Carlos Lauchande • Gina Monserrat • Margarida Paulo Antônio Almerin de Carvalho • Luís Felipe Perrira • Deepac Gentilal</i>	
Evolução econômica e institucional do setor primário no Brasil: em direção ao desenvolvimento rural?.....	122
<i>Eduardo Ernesto Filippi</i>	
Desenvolvimento rural no Brasil: uma visão ecológica e a interação com ensino e pesquisa.....	136
<i>Fábio Dal Soglio • Valéria Dias da Costa Lemos</i>	
Extensão rural em Moçambique: evolução, desafios e perspectivas.....	149
<i>Hélder R. Gemo</i>	
Extensão rural no Brasil: evolução e perspectivas à luz de um modelo mundial.....	184
<i>João Dessimon Machado • Pedro de Hegedüs</i>	
Políticas agrícolas e agrárias: a experiência brasileira.....	202
<i>Paulo D. Waquil</i>	
Política agrícola e política agrária: experiência moçambicana.....	220
<i>M. P. Falcão</i>	
Dinâmicas agrícolas e agrárias: desenvolvimento rural e meio ambiente.....	242
<i>Roland Brouwer</i>	

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

ABERTURA DO EVENTO

POR UM OUTRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

Jalcione ALMEIDA¹

No mundo, o debate sobre o desenvolvimento se intensificou nas últimas décadas devido a alguns fatos e movimentos gerais, entre outros, como por exemplo:

(i) uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem; isso implicou na crise do industrialismo e da idéia de que o desenvolvimento é igual a progresso material que, por sua vez, traz o bem-estar social; ou que o desenvolvimento técnico-científico implica sempre o desenvolvimento socioeconômico, o progresso e o crescimento;

(ii) crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, da pauperização crescente do rural e seus efeitos sobre o processo migratório e a concentração urbana e a violência em todos os sentidos;

(iii) uma crise ambiental, manifestada de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos “recursos naturais”, tornando-os elementos limitantes cuja gestão torna-se um ponto primordial de políticas públicas;

(iv) uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação que a maioria dos produtos incentivados pela modernização agrícola

¹ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Pesquisador CNPq. jal@ufrgs.br. Texto subsídio à abertura do Workshop Internacional *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas em Moçambique e no Brasil*, Maputo, agosto de 2006.

deixaram de ser atrativos sobre este aspecto, mesmo - e principalmente - as *commodities*.

No entanto, poderíamos nos deter em um aspecto que engloba tudo o que foi citado anteriormente: a crise da idéia de modernidade ou de modernização embutida nos projetos dominantes de desenvolvimento e sua repercussão nos espaços rurais e agrícolas. A idéia de desenvolvimento foi reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países periféricos passaram a ser julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos ou centrais, todos de modernização precoce. Isto implicou, no mundo inteiro, na aplicação de um padrão único de modernização e, portanto, a tendência a ver como "em atraso" os países considerados como "subdesenvolvidos".

Essa crise da idéia de modernização sustentadora do padrão de desenvolvimento dominante é percebida pelos segmentos sociais, em diferentes partes do mundo, de diferentes maneiras.

A grande questão, hoje, verdadeiro traço de união que unifica as iniciativas e as reflexões em torno do desenvolvimento no mundo, diz respeito à possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista e modernizadora, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável. Essas iniciativas parecem querer dar ao desenvolvimento sustentável a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social.

A mesma reflexão se impõe no que tange à avaliação, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao mundo rural, onde se pode constatar uma profunda alteração, nas últimas décadas, da concepção e implementação de iniciativas em nível local. Tal percepção passa a ser integrada pelas instituições financeiras internacionais, particularmente o Banco Mundial. Assim, no que se refere às políticas públicas para o mundo rural, são implementados novos instrumentos para sua execução baseados na descentralização e na participação ativa e localmente dos atores locais.

Constata-se, sobretudo a partir do início da década de 1990, o surgimento e a disseminação de estruturas de poder em nível local. Este período é igualmente marcado por outro fenômeno social não menos relevante relacionado à multiplicação e ampliação

da atuação de organizações sociais civis: as organizações não-governamentais, as organizações de agricultores que florescem no Brasil e certamente em Moçambique como em toda a África. Fortemente atuantes no setor social, estas passam a desempenhar um papel relevante na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural, em especial direcionados para a promoção e qualificação da agricultura familiar.

O Workshop Internacional **“Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural”**, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pretende tratar deste contexto, ou seja, da crise do desenvolvimento dominante e das formas e possibilidades que se abrem aos nossos países para sua superação.

Pretende-se neste evento demonstrar que o debate acerca da concepção e atuação em prol do desenvolvimento rural não pode permanecer à margem de uma compreensão teórica e empírica dos contextos diferenciados do mundo rural. É, portanto, inegável afirmar que a interpretação do desenvolvimento agrícola e agrário do futuro, em bases mais sustentáveis, é exigência que o presente gradualmente impõe às atividades produtivas agropecuárias.

Esse evento tem como finalidade discutir aspectos teóricos e experiências brasileiras e moçambicanas relacionadas à concepção e à implementação de políticas públicas em prol do desenvolvimento rural. E dentro de uma perspectiva de superação de deficiências crônicas provocadas pelo desenvolvimento dominante. Este workshop, com duração de dois dias, deverá envolver pesquisadores e professores de ambas instituições promotoras. Além da realização do workshop propriamente dito, este evento terá como finalidade aprofundar as atividades de cooperação e intercâmbio acadêmico-científicas entre a UFRGS, em particular o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), e a UEM. Cabe destacar que o tema do Workshop é fruto das ações de cooperação já realizadas até o presente momento envolvendo as instituições proponentes, de forma individual ou conjunta.

A relevância da realização deste Workshop Internacional justifica-se:

- (i) pela forte convergência entre a realidade moçambicana e brasileira, em especial no âmbito do desenvolvimento rural;

- (ii) pela crescente demanda por ações de qualificação de recursos humanos, tanto por brasileiros como por moçambicanos; e,
- (iii) pela necessidade de aprofundamento das atividades de cooperação acadêmico-científicas com vistas a incentivar a progressiva implantação de ações de pesquisa envolvendo os pesquisadores de ambas instituições, e em associação a outros grupos de pesquisa no Brasil e em Moçambique.

País com uma economia fortemente baseada no setor primário e frente a um período de democratização política, Moçambique encontra-se confrontado ao imenso desafio da reconstrução nacional pós-guerra civil. Por outro lado, também marcada por uma importante desigualdade social e econômica, a sociedade brasileira vivenciou nas últimas décadas um importante debate em torno da questão ambiental e da necessidade de ações em prol de uma redistribuição da renda mais justa e da minimização da pobreza. É, portanto, dentro deste contexto, mas resguardando-se as especificidades da realidade brasileira e moçambicana, que se justifica a necessidade de um aprofundamento do debate acadêmico sobre as políticas públicas e o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, o evento pretende aprofundar o debate acerca do tema proposto, apresentando as concepções e especificidades, assim como as experiências vividas em cada país. Mas, fundamentalmente, esse evento deve colocar em questão a doutrina do desenvolvimento, questionando a visão dominante do crescimento das riquezas quando o drama de nossos países se situa na exclusão crescente de suas populações. Não podemos tratar da exclusão olhando prioritariamente a riqueza.

Devemos mudar a direção de nosso olhar sobre o desenvolvimento. Nós somos herdeiros de certa história das idéias; isso, no entanto, não deve nos impedir de questionar as nossas certezas.

Obrigado e bom trabalho a todos.

Maputo, agosto de 2006.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 1: REFORMA DO ESTADO E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL: TENDÊNCIAS
CONTEMPORÂNEAS

**REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO:
PERSPECTIVAS DE PESQUISA EM ESPAÇOS PERIFÉRICOS À GLOBALIZAÇÃO
NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE**

Aldomar A. RÜCKERT¹
Cláudio A. MUNGÓI²
Anelise G. RAMBO³

1. INTRODUÇÃO

O Workshop Internacional “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural” tem como finalidade discutir aspectos teóricos e experiências brasileiras e moçambicanas relacionadas à concepção e à implementação de políticas públicas em prol do desenvolvimento de regiões rurais.

Incorporando-nos ao esforço conjunto de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil e da Universidade Eduardo Mondlane,

¹ Departamento de Geografia/Pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Geografia/ Análise Territorial e em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Av. João Pessoa, 31 – 90040.000 – Campus Central. Porto Alegre-RS, Brasil. Geógrafo, mestre e doutor em Geografia Humana. aldomar.ruckert@terra.com.br e aldomar.ruckert@ufrgs.br

² Docente na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Reforma do Estado e Território. cmungoi2002@yahoo.com

³ Mestre em Geografia pela UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Reforma do Estado e Território. ane_rambo@yahoo.com.br

Maputo, Moçambique apresenta-se aqui algumas reflexões teóricas e investigações de casos. Estes esforços vêm sendo desenvolvidos no grupo de pesquisa Reforma do Estado e Território no Laboratório do Espaço Social e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

O escopo das reflexões teóricas e das investigações empíricas tem se dirigido em nossos trabalhos, predominantemente, ao exame de espaços periféricos à globalização. Parte-se da premissa geral de que a globalização em geral não existe, mas o que há são *espaços de globalização* e *espaços periféricos* a ela. “Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços de globalização” (Santos, 2002, p. 337). Nestes cenários de globalização desigual encontram-se os espaços periféricos em suas múltiplas dimensões: um número crescente de regiões urbanas e rurais em processos de exclusão territorial e poucas delas com perfil competitivo para enfrentar os desafios da globalização econômica e financeira. A partir destas premissas gerais aborda-se nesta exposição alguns fundamentos gerais do **a)** processo de globalização e os espaços periféricos; **b)** os conceitos de território, poder e usos do território; **c)** o processo de reforma do Estado no Brasil associado às reestruturações territoriais e, por fim **d)** um exemplo de pesquisa em curso em Moçambique examinando-se os usos políticos e econômicos do território e desenvolvimento regional no Vale do Zambeze.

2. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E OS ESPAÇOS PERIFÉRICOS

Assume-se que o processo globalizador, ao invés de homogeneizar cria e acentua os desníveis sócio-econômicos-espaciais. Reestruturam-se, predominantemente, os espaços que controlam o meio técnico-científico-informacional. Estes espaços, por sua vez, submetem aos demais espaços a seus interesses econômicos.

Segundo Santos, a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o atual meio técnico-científico-informacional. Neste último, os objetos são carregados de intencionalidade, e possuem base na tecnologia e na informação. Nessa atual fase, os espaços “atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (1997, p.191). Este meio, embora seja difuso não se dá

de maneira homogênea, originando espaços hegemônicos e hegemonzados. Ou seja, “agora torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos” (Santos, 1997, p.191). A constituição desses dois cenários, um hegemônico e outro hegemonzado, pode ser reconhecida em diversos autores.

Castells (1999, p.450-451-452) aponta para a o crescimento dos espaços de fluxos em detrimento dos espaços de lugares. O autor afirma que “o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. (...) A tendência predominante é para um horizonte de espaço de fluxos aistórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares segmentados e espalhados (...)”. Portanto, os espaços de lugares, com poucos fluxos, relativamente isolados ou distantes daqueles espaços dinâmicos, tenderiam a submeter-se às exigências e interesses dos espaços de fluxos.

Outra constatação mais preocupante ainda, principalmente ao levar-se em consideração à realidade do recorte territorial a ser analisado, é a que faz Benko, Lipietz (1994) quando tratam do surgimento das regiões ganhadoras e perdedoras. As regiões ganhadoras seriam, em geral, aquelas regiões de aglomerações no meio urbano - metrópoles, megalópoles - ligadas às redes globais, cuja dotação de recursos humanos e naturais e sua forma de inserção no mercado se sobrepõem as demais. Assim, de acordo com essa abordagem, espaços no sul do planeta, provavelmente, estariam condenados a serem “eternas regiões perdedoras”.

Ainda segundo Milton Santos, em função do processo de globalização, pode-se observar a *coexistência dos espaços opacos e luminosos, regiões do mandar e as regiões do fazer*. Segundo o autor, os espaços luminosos são considerados “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam espaços opacos” (Santos e Silveira, 2001, p.264).

Além disso, existem lugares que não atendem de forma satisfatória à lógica capitalista, ou seja, lugares que não interessam diretamente ao mercado, pois não trazem o retorno econômico esperado. Lugares desprovidos de recursos financeiros, sem condições de concorrer com os grandes capitais, acabam assumindo uma postura

passiva frente à lógica global, submetendo-se aos ditames e às exigências exógenas. Constituem-se as regiões do fazer submissas as regiões do mandar.

Para esta exposição, opta-se por utilizar o conceito de *territórios centrais e periféricos*, em função de enfatizar-se as relações de poder e gestão dos atores sobre o território, destacando seus usos políticos e econômicos. Assim sendo, *os territórios periféricos* são entendidos como àqueles que se encontram à margem dos grandes centros industriais e de tomadas de decisão econômico-financeira. Conceito que se aproxima ao que Haesbaert chama de *aglomerados de exclusão*, sendo espaços

(...) que, “arrasados” e padronizados à feição do modelo dominante, [que] muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorporam áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e “regional”. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitais com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos... de exclusão... (1995, p. 166).

Concomitante a isso há um processo de perda de poder pelo Estado, tomado pelo mercado, o que tem levado a uma competição cada vez maior entre os territórios⁴. “Num mundo globalizado, regiões e cidades são levadas a competir e, diante das regras atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas” (Santos, 2001, p.57).

Ao lado da competitividade, há ainda uma exigência crescente quanto à produtividade, qualidade, flexibilidade, variedade, reação às variações dos mercados, capacidade de modificação de produtos e processos e capacidade de inovação (Breitbach, 2001), enfim, o domínio do meio técnico-científico-informacional. Essas exigências tornam-se mais difíceis de serem enfrentadas quando os territórios são sustentados por pequenos empreendimentos, tanto no espaço urbano quanto no rural e,

⁴ É importante ressaltar que não se pretende aqui, afirmar que o Estado está desprovido de poder, pelo contrário, seu papel é fundamental na promoção de políticas territoriais. Entretanto, não se pode desconsiderar que o mercado vem disputando o poder do Estado.

principalmente quando a base econômica deste território é sustentada em grande parte pela agricultura familiar ou camponesa.

Entende-se que a agricultura familiar e camponesa enfrenta dificuldades não pelo fato de ser de pequeno porte, mas por, na maioria das vezes, estar estruturada de forma isolada, competindo entre si e com os grandes empreendimentos. Isto, por sua vez, acaba dificultando a obtenção de tecnologia, informação, velocidade, acumulação de capital e, conseqüentemente, dificultando o desencadeamento de ações de desenvolvimento territorial.

Além do mais, é importante ressaltar que o processo de globalização não ameaça apenas os territórios periféricos, mas exige esforços constantes de todos os atores para manterem-se no processo. Segundo Santos, “hoje todos os lugares, sem importar onde se localizem, podem ser incorporados a qualquer momento” o que nos “conduz a refletir sobre a relevância do espaço para garantir (ou não) a eficácia de um lugar e, por conseguinte, sua competitividade, em relação a outros lugares” (p. 272, 1997).

A afirmação do autor acentua a importância da mobilização e organização dos atores locais/regionais - das regiões perdedoras, dos lugares opacos, das regiões do fazer ou dos territórios periféricos -, formando coletividades e buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão. Uma interação capaz de criar mecanismos, estratégias, ações e políticas⁵ de desenvolvimento territorial que, não possuem por objetivo primeiro incluir-se na dinâmica global e dominar o meio técnico-científico-informacional, mas sim, reduzir sua periferidade atendendo às demandas dos atores locais/regionais, para num segundo momento, sanadas tais demandas, procurar inserir-se nesta dinâmica.

A mobilização dos atores locais buscando reduzir sua periferidade frente às exigências globais, tornando-se atores mais protagonistas na promoção do desenvolvimento territorial é percebida em Santos (p.12, 2001). Quando afirma que “essa competitividade, possibilitada pelas atuais condições objetivas, é resultado da perversidade da globalização, e a única solução que parece viável é ir remando também”.

⁵ Por mecanismos, práticas políticas e estratégias entende-se que sejam ações coletivas desenvolvidas por atores locais/regionais - sociedade civil, Estado e mercado- ou de forma conjunta, objetivando desencadear processos de desenvolvimento.

A afirmação de Santos demonstra a relevância que assume a organização dos atores locais/regionais em pensar e buscar alternativas de desenvolvimento até, pois, “o capitalismo nunca se reproduz priorizando o bem-estar e a maior igualdade social, mas o aumento das desigualdades que promovem o lucro e a acumulação” (Haesbaert, p.14, 1998). Assim, quando os processos de desenvolvimento passam a ser protagonizados por atores locais/regionais, o bem-estar, a qualidade de vida, *a priori*, entram na pauta das discussões, sendo estes muitas vezes, os motivos que levam tais atores a tornar-se mais ativos nestes processos, deixando de ser meros espectadores.

3. OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, PODER E USOS DO TERRITÓRIO

Os territórios periféricos, aglomerados de exclusão, regiões perdedoras, lugares opacos ou do fazer, não são aqui entendidos numa perspectiva fatalista, por paradoxal que possa parecer ao leitor. Interessa-nos examinar em que medida os múltiplos poderes desenvolvem agendas e processos de decisão que possam imprimir novos usos políticos e econômicos a estes territórios. Trata-se de construir-se uma agenda que permita visualizar, analiticamente, macro e micro políticas que caracterizem e reforcem ações territoriais inovadoras. Em outras palavras, novamente parafraseando Milton Santos, trata-se de buscar uma outra globalização.

O conceito de território tem retornado às ciências sociais de forma a tornar-se presente em importantes políticas públicas nas diferentes escalas de poder. A recuperação do conceito por um lado resgata os fortes traços da dimensão política do espaço; por outro traz confusões conceituais tanto no seu debate como na sua empregabilidade. Nos termos de Milton Santos

“Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal (Santos, 2004, p. 34; 116-117)”.

Uma compreensão que em sido difundida no Brasil é a dimensão o *uso do território* por Bertha Becker em caráter pioneiro no início dos anos oitenta. Mais tarde,

a partir de meados dos noventa, Milton Santos adere à utilização do conceito empregando a denominação *território usado*, o que converge para o emprego comum dos usos políticos e econômicos que se faz do território e - pode-se adicionar – do processo de construção das diferentes territorialidades. Assim, Milton Santos vai definir território:

“Por território entende-se geralmente a *extensão apropriada e usada*. (...) *O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas*, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (Santos; Silveira, 2001, p. 19;21;247. Grifos nossos)”.

Na ótica da geografia política clássica o grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. Ele vinha sendo considerado o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais (Moraes, 2003, p. 1). No entanto, a concepção clássica da unidimensionalidade do poder merece, atualmente, algumas observações. A crise do Estado-nação de um modo geral, a crise do Estado Desenvolvimentista latino e, especialmente, sul americano em particular tem levado analistas a aproximarem-se de um objeto mais amplo e mais *flexível* em geografia política, qual seja o da *multidimensionalidade do poder e da gestão do território*.

A multidimensionalidade do poder (Becker, 1983; 1988; Raffestin, 1993) é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, *(re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim*. A gestão de ações/programas que contêm um caráter *(re)estruturante* e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, *novos usos do território*.

Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território por parte tanto do Estado como dos múltiplos atores do/no poder, na divisão/participação/gestão de políticas pelos capitais privados e por segmentos da sociedade civil que representam as diferentes regiões do território. Nos termos de Becker:

“Face à *multidimensionalidade do poder*, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. *O território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto "consumido", vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social* (Becker, 1983, 7-8)”.

No sentido acima exposto, o Estado não seria a única unidade de poder, mas *uma das unidades, muito embora o principal*⁶. O poder deriva de múltiplas fontes por se tratar de uma relação social difusa, uma “teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro”. A *multidimensionalidade do poder* implica na prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis. No território, há processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, com a atuação de diferentes atores, com poderes locais específicos (Becker, 1988, p. 102-105).

À flexibilização do Estado em relação ao território (Becker, 1991, p 47-56) corresponde, portanto, um processo de emergência de *novos usos políticos do território*. *É seu uso, e não o território em si mesmo*, que faz dele objeto de análise, conforme Milton Santos (1994). Nesse processo de transição – das transformações e da reforma do Estado - convivem, simultaneamente, ações do Estado nacional, que coordena a implantação de macroprogramas de desenvolvimento, com delegação de poderes e/ou “convivência” – muitas vezes conflitiva - em “alianças” politicamente questionáveis com capitais privados e iniciativas da sociedade civil.

Os novos usos políticos do território para os quais aponta Becker têm em sua formulação elementos como as concepções de Lefebvre. Dentre os momentos da relação Estado - espaço, para Lefebvre, está:

“A produção do espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: estradas, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc. É, portanto um espaço material - natural - no qual se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos como produtores de objetos e de realidades duráveis (não só as coisas, os produtos, os utensílios e as mercadorias) (Lefebvre, 1978, p.259; 261)”.

⁶ *O Estado é a maior organização, mas não a única*. Os atores coletivos realizam programas, manifestando, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no seu interior. Todas as organizações, da família ao Estado, partidos, Igrejas e empresas são atores coletivos. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende ações que organizam o território. A empresa, por sua vez, é outro ator sintagmático que articula momentos diferentes da realização de seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas.

Quando Lefebvre, segundo Raffestin (1982, p. 167-171), se refere à produção do espaço, pensa, na verdade, no território, o qual não é um objeto no sentido do espaço, mas um processo em perpétua evolução e transformação segundo as escalas temporais particulares. O território é produto dos atores sociais: "São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um 'processo' do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades" (Raffestin, 1993, p. 7-8).

A apropriação de um espaço, a territorialização como resultado da ação conduzida por um ator coletivo, resulta no fato de que o Estado, a empresa ou outras organizações organizam o território através da implantação de novos recortes e ligações (Raffestin, 1993, p. 143-144;152). O território torna-se manifestação de poder de cada um sobre uma área precisa (Becker, 1983, p. 8).

Emerge, assim, uma redefinição do território advinda de uma definição clássica para uma concepção mais abrangente, distinguindo-se o Poder do Estado dos diversos poderes presentes na sociedade (Cox, 1991, p. 5-7). O território, assim, emerge como uma arena de conflitos em áreas delimitadas. A idéia do político, assim, é um momento essencial de qualquer relação, não necessariamente limitada ao Estado.

As concepções de *políticas territoriais e de gestão territorial* não se confundem com a *produção do espaço*. Esta noção teórica mais ampla (Lefebvre, 1976, p. 119-120) está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso da natureza e da propriedade privada que moldam o território. O Estado é uma dessas forças produtoras, enquanto ator político. O mesmo se pode dizer com relação às empresas privadas e, em alguma proporção, à sociedade civil.

O território continua sendo a base material e um dos fundamentos do Estado-Nação. Afirmar, como faz Santos (1994, p. 15), que o Estado territorial tomava o território como sua base estratégica, ao mesmo tempo em que o moldava, não significa afirmar que, contemporaneamente, o Estado deixe de continuar a fazê-lo. Se, por um lado, a noção de Estado territorial tornou-se antiquada, por outro, a noção contemporânea de transnacionalização do território não é uma realidade completa, no sentido de que os territórios nacionais se encontram globalizados e comandado por forças unicamente exógenas.

Há esforços importantes de Estados Nacionais no sul do planeta – inseridos tanto em processos de construção de supranacionalidades quanto em cenários de incertezas sob a globalização – que tornam necessário ao investigador a análise das suas políticas públicas. Estas políticas públicas, tanto as territoriais quanto as setoriais e as possíveis transformações delas advindas é que tem composto o cenário de nossas investigações no Brasil. Neste mesmo sentido o exemplo dos esforços de desenvolvimento regional do Gabinete do Plano do Zambeze tem-se tornado nosso objeto de pesquisa em Moçambique.

4. O PROCESSO DE REFORMA DO ESTADO NO BRASIL ASSOCIADO ÀS REESTRUTURAÇÕES TERRITORIAIS

No Brasil o Estado antecede, historicamente, a própria nação. A relação clássica entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado. No pós-30, o Estado Desenvolvimentista consolida as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. O Estado Desenvolvimentista brasileiro, de corte cepalino, implementa, a partir dos anos 40, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte explicitamente geopolítico no pós-64, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos 80, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista.

A crise do petróleo a partir de 1973 e a emergência do sistema financeiro internacional globalizado provocam, na maioria dos países latino americanos que adotam modelos semelhantes de desenvolvimento, modificações nos campos da economia, das idéias e das instituições. O Brasil, um dos maiores exemplos do projeto desenvolvimentista de corte cepalino chega aos anos 90 sem haver mudado tal projeto, o qual vinha mantendo o país ainda dentro dos moldes do processo substitutivo de importações.

O processo de globalização já em curso nos anos 80, as transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra, associados ao ideário político-

econômico liberal, passam a fornecer as grandes linhas em que passam a se inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais. A década de 90 e a crise dos Estados Desenvolvimentistas periféricos representam, portanto, rupturas de paradigmas socioeconômicos e políticos com significados e alcances tão ou mais profundos do que a própria constituição dos Estados Nacionais sul-americanos, no século XIX.

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado; as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à *flexibilização dos lugares*, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento.

Estes processos acima mencionados localizam-se em cenários globais progressivamente mais complexos os quais imprimem severas incertezas a estes países. Nesses cenários reconhece-se a necessidade de se analisar as diferenciações territoriais emergentes - *os novos significados que adquirem os usos políticos do território e as novas formas e conteúdos territoriais* - em momento histórico tão pleno de rupturas de paradigmas e de mudanças de padrões políticos de desenvolvimento.

A flexibilização do Estado relaciona-se a múltiplas formas territoriais emergentes cujas diversas determinações podem revelar a riqueza da análise das totalidades. Nesse sentido, o referencial analítico principal assenta-se, sobretudo na hipótese de Lefebvre (1976 p. 25-31): a de que o espaço desempenha uma função na estruturação de uma totalidade, como um instrumento político à medida que é apropriado, transformado em território. A representação do território está, assim, sempre a serviço de uma estratégia projetada. O Estado Nacional, a sociedade nacional e a estrutura territorial compõem a totalidade, com múltiplos centros federados de poder, múltiplos núcleos de atores públicos e privados e uma estrutura territorial que se torna, progressivamente, mais densa – como no centro-sul do Brasil – à medida que reflete a multiplicidade de poderes específicos e seus projetos de desenvolvimento sobre territórios determinados.

O processo de reforma do Estado apresenta tendências de *longa duração*. Tais tendências devem-se ao fato de que hoje os cenários político-econômico-sociais nacionais são muito mais densos e complexos do que quando da implantação do Estado Desenvolvimentista, quando nos anos 30-40 o Brasil era basicamente rural-oligárquico e recém iniciava uma experiência que alcançaria 60 anos de mercado solidamente protegido. Nos cenários da globalização determinados projetos que têm se tornado hegemônicos por determinados períodos, até o momento, poderão ser substituídos rapidamente, considerando-se os cenários das incertezas globais, os déficits da balança comercial e o persistente *desemprego estrutural*.

Os anos 90 e o início do século XXI são tempos de globalização financeira e de industrializações crescentemente flexíveis, de sistemas territorializados de produção, de capitais sem compromissos com os lugares; de investimentos e desinvestimentos em mercados financeiros voláteis; de ameaças constantes aos Estados nacionais pelas *intempéries* financeiras; pelas desregulamentações unilaterais de mercado dos países do Sul e pelos novos protecionismos dos mercados dos países do Norte. Além disso, após o mais longo período da história do Brasil Republicano, o Brasil ainda está emergindo do totalitarismo que assolou gerações e inteligências. A redemocratização prenuncia, efetivamente, que os atores civis das comunidades locais e regionais saberão, crescentemente, desenvolver experiências associativas comunitárias nas quais o poder de Estado será respeitado enquanto ordenador jurídico político, mas não como interventor dos destinos da vida cotidiana das populações.

A valorização do local não será somente mais uma novidade dos órgãos de financiamento internacional, considerando-se que há no Brasil experiências legitimadas de associativismo e construção de identidade cultural e política a partir de movimentos sociais que remontam aos anos 50. Mais do que questão da agenda acadêmica, as experiências comunitárias são experiências de ricos universos políticos e culturais que tenderão a se consolidar enquanto escalas efetivas de poder local, porquanto poder genuíno das populações que constroem seus destinos pela via da publicização do privado, no sentido da publicização da sociedade civil.

Os lugares que contêm tecnologia e riqueza tenderão a aprofundar sua hegemonia em experiências de desenvolvimento em que o poder local não será, necessariamente mais sinônimo de governo local, mas sinônimo de organizações corporativas com capacidades de planejamento e de investimento em projetos

estratégicos em associação com governos locais, que podem ser facilmente capturados pelo poderes locais e regionais privados, o que aponta para uma clássica privatização do público. Por outro lado, os empreendedorismos de caráter associativo tenderão a implementar, com apoio de políticas públicas, possíveis novos núcleos de geração de projetos de geração de emprego e renda. De uma forma ou de outra, tratar-se-ão de novas faces do tecido social e político, *novos campos de força* sobre o qual o Estado não terá, necessariamente o poder de ingerência ou de investidor principal, senão o de coordenador das macro-estratégias que busquem, por exemplo, inserir regiões desiguais em processos de desconcentração da riqueza e nos novos vetores informacionais e de reestruturação do território.

Este processo funda-se sobre as novas funções dos territórios, consubstanciados à reestruturação da totalidade e de suas novas especificidades, de formas combinadas entre pares opostos. Estes pares, os projetos nacionais de um lado - que se incorporam à escala supranacional - e os projetos de caráter local podem, ao mesmo tempo representar fragmentações políticas nos casos de determinadas regiões onde os principais projetos de desenvolvimento são geridos pelo poder hegemônico do empresariado, mas que podem, contraditoriamente, compor e enriquecer a totalidade. Macro e micropolíticas não são excludentes, ao contrário, fundem-se na construção das ricas determinações da totalidade; macro e micro projetos são específicos de cada escala de poder sobre recortes específicos do território.

O amálgama das diferenças constrói a riqueza das potencialidades e revela, ao mesmo tempo, as discrepâncias e as iniquidades sociais da nação subdesenvolvida que ainda ensaia a redemocratização, propostas de reformas do Estado e que se vê inserida num processo globalizante sem precedentes que faz acirrar as múltiplas determinações sobre as diversas escalas de poder que agem sobre e nos lugares. Fundamentalmente, as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam.

5. O ESTADO E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS: USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO ZAMBEZE – MOÇAMBIQUE

Na atual investigação em curso em Moçambique (Mungói, 2005) estão em foco as ações estratégicas do Estado – os usos do território através de suas políticas territoriais e de outros atores ainda a serem identificados - com incidência sobre o território. Interessa-nos investigar novas diferenciações territoriais emergentes na região do Vale do Zambeze, isto é, os novos significados que adquirem os usos políticos e econômicos e as possíveis novas formas e conteúdos territoriais. Em síntese, trata-se de investigar as políticas territoriais e suas relações com o processo de desenvolvimento da região. Para tanto, parte-se do pressuposto de que existe uma relação entre os modelos de desenvolvimento experimentados no país e políticas territoriais, como aquelas voltadas ao desenvolvimento regional possíveis de serem examinadas nas ações do GPZ – Gabinete do Plano do Zambeze.

Desde a década de 70 que os países africanos se têm esforçado em traçar paradigmas de desenvolvimento com as suas próprias convicções e percepções. O exemplo de Moçambique no pós-independência foi o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), mais tarde abandonado face à crise econômica e social que levou o país à adoção em meados da década de 80 à economia de mercado, sob a matriz das instituições financeiras internacionais.

Reza a história do continente que a cada tentativa feita pelos africanos, visando um futuro melhor para África através das suas próprias estratégias e políticas de desenvolvimento, há uma instabilidade política e social, senão mesmo a desestabilização armada que os inviabiliza abrindo caminho para que as instituições financeiras internacionais apresentem outros modelos estruturais com o apoio da comunidade doadora e de “muitos dirigentes africanos”.

A África Sub-Sahariana ainda não logrou produzir ou pelo menos fazer aplicar os seus próprios modelos de desenvolvimento. Os governos e as agências internacionais continuam usando o *corpus* conceitual e as teorias produzidas nos países do Norte. Há ainda um grande caminho a percorrer até que se consigam criar e aplicar modelos que tirem a África Sub-Sahariana da situação de pobreza e de déficit alimentar em que se encontra (Negrão, 1999).

A retórica para a promoção de desenvolvimento rural e a redução da pobreza absoluta têm sido focalizado para a importância que assumem as políticas de desenvolvimento capazes de promover a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das populações rurais em maior parte dos países africanos. Recentemente, em Moçambique, constituem exemplos destas políticas, o Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II), a Agenda 2025, o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) e um vasto leque de programas setoriais.

Um dos temas que tem suscitado debate sobre o desenvolvimento rural em Moçambique, são as implicações de programas, políticas e estratégias de desenvolvimento implementadas no meio rural com vista a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. Nestas ações o peso do Estado continua a ser fundamental: interferência na estrutura territorial como construção de infraestruturas estratégicas de forte expressão e impacto territorial como são os casos da barragem de Cahora Bassa combinadamente com políticas setoriais agrícolas e agrárias, na política de preços, na determinação da renda agrícola, no processo de inovação técnica e da indústria açucareira na região do Vale do Zambeze.

Assim, ao se reconhecer a estrutura do poder e a implementação de políticas territoriais pretende-se identificar quais são as suas relações com o desenvolvimento rural, no caso específico, da região do Vale do Zambeze. Para tanto, pretende-se concentrar a investigação no Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze assumida como uma política territorial de valorização do potencial natural e com capacidade de dinamizar o processo de desenvolvimento rural na região.

Assim, assumindo as políticas territoriais como sendo fortemente vinculadas a contextos políticos registrados no país, o eixo principal da investigação está centrado na análise das políticas territoriais em duas perspectivas: (i) numa primeira, a partir das ações produzidas pelo poder unidimensional do Estado e onde se destacam as políticas territoriais coloniais e pós-colônias, sobretudo, nos primeiros cinco anos da independência nacional de Moçambique, durante a efervescência da construção do Estado-Nação, fortemente marcado pelo centralismo do Estado e (ii) numa segunda perspectiva, destaca-se o processo de democratização do país, cujo marco foi a Constituição de 1990 que proporcionou espaço e condições para a atuação de múltiplos atores e poderes visando a promoção do desenvolvimento rural quando passaram a se

destacar as ações da sociedade civil, do setor privado e os programas de desenvolvimento comunitário à escala regional-local.

O Vale do Zambeze ocupa uma área de 225.000 km² (cerca de 27,7% da superfície do país), com uma população de 3,775 milhões de habitantes (25% da população moçambicana). O Vale integra quatro províncias do centro do país: Tete, Manica, Sofala e Zambézia, dos quais 56% da população dessas províncias ali se encontram. Em relação à África Austral, representa a maior reserva de água do subcontinente; a maior reserva de energia renovável; a maior reserva de carvão de coque, a região de maior potencial agrícola, em termos de vastidão de terras e de qualidade. Para além destas características merece referência a sua elevada potencialidade hidroelétrica. Por estas razões naturais traduzidas em potencialidades de desenvolvimento, o Vale do Zambeze reúne condições naturais para se tornar num dos maiores “motores” do desenvolvimento do país e da África Austral (Gabinete do Vale do Zambeze, 2003).

O Vale do Zambeze é uma região privilegiada para se analisar a dimensão das políticas territoriais e programas de desenvolvimento nas suas diferentes perspectivas; área de concretização e materialização de grandes empreendimentos energéticos e agroindustriais, como são os casos, da barragem de Cahora Bassa, das açucareiras de Marromeu e do Luabo do Projeto do carvão de Moatize e de iniciativas de desenvolvimento comunitário como é o caso do “Tchuma Tchato”. Paradoxalmente, a região apresenta o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, de 0,267, contra 0,285 que é a média do país.

As necessidades de desenvolvimento da região Austral da África e dos países da SADC⁷ para além de passarem pelo fim dos conflitos armados e da erradicação da pobreza absoluta encontram na água e energia locomotivas essenciais para o seu desenvolvimento. Assim, devido ao seu grande potencial hídrico e de outros recursos naturais, o Vale do Zambeze apresenta-se como uma região estratégica para o desenvolvimento do subcontinente, razão que a leva a ser integrada no topo das agendas nacionais, regionais e multilaterais, ao nível dos Estados, empresas, agências de desenvolvimento e instituições financeiras.

⁷SOUTH AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, composta por África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Para a pesquisa do desenvolvimento do Vale do Zambeze, este é assumido como parte da região em território nacional moçambicano, as suas províncias. Sobretudo, serão enfocados os distritos banhados pelo rio Zambeze e que possuem uma certa homogeneidade sob ponto de vista do seu ecossistema natural.

O Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze representa o interesse explícito do Estado em promover o desenvolvimento de uma região, através da valorização do seu potencial natural como é o caso da produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa, enquadrada numa estratégia maior de desenvolvimento integrado à escala regional e nacional. Por isso, mais do que expressar apenas uma política territorial, o Plano de Desenvolvimento do Zambeze visa promover e incrementar a melhoria da qualidade de vida para a população que, em última análise representam os verdadeiros beneficiários destas políticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admite-se que a asserção geral desta exposição – a de que a globalização em geral não existe, mas o que há são espaços de globalização e espaços periféricos a ela – não é consensual. Entretanto, se é correto que o meio técnico-científico-informacional é a “cara geográfica da globalização” (Santos, 1997, p. 191), também é correto afirmar que os espaços de fluxos em redes não são os espaços de todos. Os lugares hegemonizados são os espaços do fazer submetidos à lógica geral do capitalismo em sua etapa informacional.

O que dizer então dos espaços periféricos – via de regra imensas regiões rurais – desprovidas das mais básicas atenções às necessidades humanas: Talvez, pela existência de contrasensos tão evidentes a recuperação das concepções de território e territorialidade venham tornando-se tão importantes.

Associar políticas públicas e territórios em múltiplas escalas tem por base as concepções de que estes não são apenas o espaço do Estado, mas são como que arenas de disputas onde se envolvem diversos e múltiplos atores em contendas por recursos e oportunidades. Trata-se de reconhecer-se que espaços de globalização e espaços periféricos compõe uma totalidade perversa. No entanto, trata-se também de aceitarmos

que múltiplos territórios são arenas de disputas para os quais nos cabe examinar seus atores e suas ações e com eles construir agendas de reflexão e ação com subsídios aos governantes. Talvez ações de cooperação internacional como esta entre UFRGS e UEM apontem novos caminhos a percorrer em novas redes de solidariedade.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H. da.;
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BREITBACH, Áurea C.M. O desenvolvimento regional no contexto da globalização. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 27, dez 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COX, Kevin. Redefining "territory". **Political Geography Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 5-7, jan. 1991.
- GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ZAMBEZE. **O Vale do Zambeze**. Oportunidades de desenvolvimento. Tete: GPZ, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.
- _____. Questões e mitos sobre a globalização. In. STROHAECKER, Tânia Marques et. (orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976. 159 p.
- _____. **De L'Etat**. L' État dans le monde moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. v.1. 390 p.
- MORAES, Antonio C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: BRASIL. **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. p. 43-47.
- MUNGÓI, Cláudio A. **O Estado e as políticas territoriais**: usos políticos e econômicos do território e desenvolvimento rural no Vale do Zambeze – Moçambique. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. (Relatório parcial para Exame de Qualificação).

NEGRÃO, José. Sobre a problemática de teorias de desenvolvimento rural. In: CRUZEIRO DO SUL – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. **Projecto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula**. Relatório Ano 1. Nampula/Maputo, p. 3 – 6, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. **Espaces et Sociétés**, Paris, Juin-Décembre, p.167-171, 1982.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAMBO, Anelize G. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional: a experiência da Coopercana – Porto Xavier/RS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Milton. O retorno do território In: Santos, Milton et al. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp 2002.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SILVEIRA, Carmen B.. (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-8.

_____. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, t.2, p. 99-125,1988. Número especial.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 2: DINÂMICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

**EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS,
DESENVOLVIMENTO RURAL E A HISTÓRIA DA AGRICULTURA NO BRASIL**

Lovois de Andrade MIGUEL¹

A compreensão das condições de existência e as particularidades da evolução das sociedades agrárias, tanto na sua expressão mais local como regional e nacional, e indiretamente das dinâmicas agrícolas e agrárias próprias a agricultura, têm sido, de longa data, um enorme desafio para as diferentes áreas do conhecimento envolvidas com a promoção do desenvolvimento rural.

Importantes avanços para a compreensão destes fenômenos foram proporcionados, sem dúvida, pela Geografia e pela História a partir do final do século XIX, particularmente oriundas da França e sobretudo da Alemanha e da Inglaterra. Ao superar as abordagens estáticas e restritas até então em voga, essas contribuições proporcionaram elementos fundamentais para a compreensão da gênese e conformação das sociedades agrárias. Identifica-se neste período a emergência de elementos e abordagens extremamente relevantes: a necessidade de uma abordagem pluri/multidisciplinar, a necessidade de estudos abrangendo longos períodos históricos, o método regressivo, o uso da cartografia e da estatística, o método comparativo entre outras importantes contribuições. Nesse sentido, Marc Bloch, em sua obra “Características originais da história rural francesa” de 1930, sintetiza de maneira

¹ Departamento de Ciências Econômicas/Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRRS. Av. João Pessoa, 31 – 90040.000 – Campus Central. Porto Alegre-RS, Brasil. Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia. lovois@ufrgs.br

exemplar esta situação ao afirmar: “Sigamos, porque é preciso, em sentido inverso a linha do tempo; mas que seja de etapa em etapa, atentando sempre para cuidar as irregularidades e as variações das curvas e sem querer – como seguidamente foi feito – passar, em um salto, do século XVIII a pedra polida. Com relação ao passado próximo, o método regressivo, saudavelmente praticado, não exige uma fotografia que pode ser em seguida ser projetada, sempre idêntica a ela mesma, para obter-se uma imagem fixa de tempos cada vez mais longínquos; o que ela pretende obter, é a última película do filme, que ela buscará desenrolar recuando, resignada a descobrir mais de um buraco, mas decidida a respeitar a mobilidade”. (Bloch, 1930)

Particularmente a partir da metade do século XX, em grande parte acarretada pela reconfiguração geopolítica e econômica decorrente da segunda grande guerra mundial, criam-se demandas de novas aproximações sobre o mundo rural e suas dinâmicas espaciais, socioeconômicas e produtivas. Fortemente instigada por esta situação e buscando fornecer elementos que permitissem conciliar aspectos espaciais e temporais com um aprimoramento da compreensão da situação presente, constata-se, no âmbito da Geografia, em particular da Geografia Agrária², a emergência do conceito de Sistemas Agrários. Esta concepção, oriunda da ciência geográfica, considera um sistema agrário como sendo um objeto de análise e observação que é o produto das relações, em um momento e em um território, de uma sociedade rural com seu meio (Deffontaines, P et alli, 2000). CHOLLEY (1946), em uma aproximação de cunho geográfico do conceito de sistema agrário afirmava que “todos os elementos físicos, biológicos, econômicos, sociais, demográficos formam uma verdadeira combinação onde a expressão no espaço é um certo tipo de habitat, uma certa organização do *terroir*, um certo tipo de paisagem”.

A partir dos anos 60, a ciência agrônômica, confrontada a uma crescente necessidade de aprofundar a compreensão dos complexos processos que cercavam a agricultura e a formatação e dinâmica dos espaços agrários procedeu a uma progressiva reelaboração e ajuste do conceito de sistema agrário, originalmente elaborado pelos geógrafos. Na verdade, a descoberta e a apropriação deste conceito pela ciência agrônômica esta fortemente relacionada à necessidade de abordar dois fenômenos distintos que afetavam fortemente a agricultura na segunda metade do século XX.

O primeiro fenômeno está relacionado à aceleração do processo de modernização e intensificação da agricultura baseado na disseminação e expansão da revolução verde³.

O segundo fenômeno pode ser atribuído à avaliação crítica dos resultados obtidos pelos grandes projetos e ações de desenvolvimento rural, implementados tanto em países do norte como nos países do sul, que reforçavam a necessidade de novas abordagens para a promoção do desenvolvimento agrícola. Parte considerável destes projetos e ações, apesar da mobilização de grandes equipes técnicas e de meios financeiros e materiais extremamente importantes, contribuíram minimamente, ou mesmo de maneira negativa, para a promoção do desenvolvimento agrícola das regiões para as quais eles foram concebidos e implementados. Inúmeras são as avaliações e depoimentos de pesquisadores e técnicos sobre os efeitos nefastos que estas intervenções ocasionaram sobre as sociedades rurais e sobre o meio ambiente em especial. Nesse sentido, a bibliografia internacional é pródiga em exemplos de estudos e pesquisas demonstraram os limites e insuficiências das abordagens setoriais e de cunho analítico preconizadas tanto pela pesquisa científica como pelos órgãos e instituições encarregados de conceber e executar estes projetos de desenvolvimento rural (Dumont, 1980; Raynaut, 1997; Martine & Garcia, 1987; Graziano da Silva, 1982)

É portanto no bojo deste processo de questionamento e busca de novos referenciais conceituais e abordagens metodológicas, que permitissem uma melhor compreensão das realidades agrárias, que o conceito de sistemas agrários foi adotado e reformatado pelas ciências agrárias e, em especial pela agronomia.

Frente a esta constatação, evidencia-se que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passam necessariamente por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias. Nesse sentido, a compreensão do processo de formação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas aos seus

² Disciplina da Geografia que busca entender os fenômenos humanos que encerram as atividades econômicas e ecofisiográficas das áreas cultivadas pelos agrupamentos humanos.

³ Entende-se por revolução verde o processo de modernização técnica e produtiva ocorrida na agricultura e que teve início no final do século XIX (em alguns regiões do norte) mas sobretudo a partir do final da segunda grande guerra mundial. Também chamada de 2ª Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, a revolução verde está baseada na utilização de insumos externos de origem industrial (adubos químicos,

aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.). Constata-se, assim, ser imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo (Mazoyer e Roudart, 1997). Segundo estes mesmos autores, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possam ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos aqueles que têm ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

É importante salientar que o maior esforço acadêmico-científico com vistas a elaboração e desenvolvimento do conceito de sistemas agrários tem como origem a França. De parte dos anglo-saxões, não identifica-se um conceito equivalente ou aproximado ao de sistema agrário e que tenha como abrangência unidades de análise mais amplas e regionais ou as transformações históricas que afetam o processo de produção e as realidades agrárias. Apesar de manifestarem um grande interesse na compreensão das atividades não agrícolas em suas análises de sistemas de produção ou sobre as relações sociais, muitas vezes complexas, que ocorrem entre as unidades de produção agrícolas, os anglo-saxões consideram como “circunstâncias” ou “condições englobantes” a escala de análise que extrapola as unidades de produção agrícolas (Pillot, 1987).

Partindo destes pressupostos, algumas definições originadas deste processo de “construção” do conceito de sistema agrário por parte das ciências agrárias são pertinentes e merecem serem explicitadas:

Segundo VISSAC & HENTGEN (1979) “o sistema agrário é definido pela associação das produções e das técnicas colocadas em prática por uma sociedade com vistas a satisfazer suas necessidades. Ele exprime a interação entre um sistema bioecológico representado pelo meio natural e um sistema sociocultural, por intermédio das práticas adquiridas principalmente da experiência e saber técnico”.

Para MAIGROT & POUX (1991), “o conceito de sistema agrário é o mais apto à restituir a região no seu conjunto e a sua dinâmica. É um conceito onde se encontram as

combustíveis fósseis, agrotóxicos, etc.), de motomecanização e de plantas e animais selecionados

ciências necessárias para a concepção de projetos de desenvolvimento: econômico, socioeconômico, geografia, história e agronomia. A pertinência do conceito como ferramenta de desenvolvimento esta na sua visão globalisante. Um dos primeiros objetivos do diagnóstico de um sistema agrário é propor uma hierarquia das dificuldades do desenvolvimento”.

Para MAZOYER & ROUDART (1997), um sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e respondendo às condições e necessidades de um certo momento. Pode-se definir um sistema agrário como sendo a combinação do meio cultivado; dos instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); do modo de artificialização do meio; da divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; dos excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; das relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; do conjunto de idéias e instituições que permitem de assegurar a reprodução social.

Cabe salientar, que as ciências agrárias, ao menos em um momento inicial, vislumbravam a utilização do referencial teórico-metodológico proporcionado pelo conceito de sistemas agrários como uma ferramenta para aprimorar e qualificar a compreensão de realidades agrárias complexas. No entanto, a utilização deste instrumento mostrou um elevado potencial desta abordagem tanto para a elaboração como para a execução de ações e intervenções em prol do desenvolvimento rural. A este processo de implementação e confrontação com a realidade, novos elementos foram progressivamente sendo incorporados: a questão da participação dos atores locais, a questão do tempo e operacionalização das ações, etc.

De maneira geral, três elementos teórico-metodológicos distintos são recorrentes e podem ser identificados nos principais definições e abordagens inspiradas no conceito de sistemas agrários nas ciências agrárias: o enfoque sistêmico, a multidisciplinaridade e a análise dinâmica.

A utilização do enfoque sistêmico permite explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam uma realidade agrária e que, muitas vezes, dependem não

(Mazoyer e Roudart, 1997).

somente das propriedades dos seus elementos constitutivos, mas sobretudo de suas inter-relações. Esse preceito impõe considerar que a agricultura, no seu sentido mais amplo, não é uma simples justaposição de atividades produtivas e fatores de produção, mas sim um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes (Miguel, 1999).

A abordagem multidisciplinar permite compreender os elementos que compõe uma realidade rural e de organizá-los em torno de hipóteses comuns sobre o seu funcionamento no tempo e no espaço (GRET, 1984). Nesse sentido, a multidisciplinaridade é vista como sendo não somente uma justaposição de disciplinas, mas um processo dinâmico de interrogação mútua, organizado em torno de uma problemática comum. A cada disciplina corresponde uma área de investigação específica ao seu objeto de estudo e com seus métodos de trabalho específicos. Como cada disciplina intervém mais particularmente em um nível de compreensão dos fenômenos, a contribuição da multidisciplinaridade consiste em permitir a organização do questionamento entre esses diferentes níveis. A pesquisa multidisciplinar é concebida, portanto, como sendo um afinamento de uma série hipóteses e interrogações assim como de respostas formuladas a cada etapa do procedimento de P.-D. Um primeiro nível correspondendo as respostas que enviam a uma escala mais fina de compreensão dos fenômenos, ela mesmo gerando novas interrogações e assim por diante, em um processo contínuo e progressivo (GRET, 1984).

Ao recorrer à análise dinâmica, busca-se evidenciar os aspectos contraditórios do processo de desenvolvimento, abordando não somente as lógicas de funcionamento de uma realidade agrária mas, igualmente, a evolução de suas condições de existência (GRET, 1984; Jouve, 1992).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura brasileira é um interessante e instigador objeto de estudo e análise, seja pelas particularidades relacionadas a sua formação histórica, seja pelas particularidades de seu processo evolutivo, em especial no que tange a questão ambiental e a problemática social. A agricultura brasileira, como atividade econômica

especializada, intensiva e permanente, constitui uma prática relativamente recente no Brasil (Szmrecsányi, 1990).

No entanto, a reconstituição histórica da evolução da agricultura brasileira é longe de ser um objeto de estudo finalizado e formatado, sobretudo em termos de sistemas agrários. Nesse sentido, ressurte-se, ainda, a falta de estudos regionalizados ou mesmo locais acerca da história da agricultura, tanto do ponto de vista econômico como social e mesmo técnico. A esta limitação, acrescenta-se a enorme extensão do território brasileiro e a elevada diversidade geográfica, cultural e social. A utilização da abordagem de sistemas agrários no Brasil ainda é bastante recente e remonta ao início dos anos 90. A abordagem de sistemas agrários é atualmente utilizada, seja de uma maneira direta seja de maneira parcial) em alguns núcleos e unidades de pesquisa agropecuária, em especial ligadas à governos estaduais (IAPAR/PR, EPAGRI/ SC), em algumas universidades em nível da pesquisa e do ensino de pós-graduação (UFPA, UNIJUI, UFRGS, UFSM, entre outras), em alguns órgãos federais (em especial o INCRA), por Organizações não Governamentais (ONGs) e pelo serviço oficial de extensão rural (EMATER). Igualmente, cabe ressaltar a existência de uma sociedade civil que reúne pesquisadores e profissionais que direta ou indiretamente empregam em suas atividades a abordagem de sistemas agrários: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP).

A agricultura brasileira passou, ao longo de sua história, por diversas fases e períodos com características particulares e específicas. Pode-se afirmar que o processo de evolução da agricultura foi largamente relacionado com o processo de expansão do capitalismo no Brasil. Cada fase ou período constitui um processo de mudança da agricultura complexo e por vezes contraditório, onde formas arcaicas de produção convivem e se relacionam (por vezes de forma vigorosa e conflituosa) com novas formas de produção. Apoiando-se largamente em CHONCHOL (1995), SZMRECSÁNYI (1990) e LINHARES et alli (1981), pode-se delimitar cinco períodos fundamentais no processo de formação histórica da agricultura brasileira.

No período pré-colombiano (anterior a 1500), a agricultura brasileira foi marcada pelo uso pouco intensivo da terra e por uma tênue antropização dos ecossistemas naturais. Baseados na caça-coleta ou na caça-coleta-agricultura, os povos pré-colombianos realizam atividades agrícolas com fins unicamente de autoconsumo e

complementares as atividades de caça e coleta. Este período da história agrária brasileira é portanto marcado por uma descontínua e muitas vezes pouco densa ocupação e exploração do território.

O período da economia colonial (1550-1780) tem início após um período preliminar marcado pelas feitorias e pela prática do escambo. O período colonial é marcado pela organização de uma agricultura baseada na empresa colonial, com foco na exploração em grande escala dos recursos locais e uma profunda inserção no circuito comercial mundial. Dentro da racionalidade mercantil prevalente, a expansão da agricultura neste período não apresentava como finalidade o povoamento do território brasileiro ou mesmo a produção de alimentos para consumo local, mas sim a expansão do lucro das empresas mercantis. A implementação de um aparelho de produção baseado na racionalidade mercantil imporá assim a formatação de extensas unidades de produção agrária que ocupem vastas áreas, com produção de gêneros tropicais destinados ao consumo externo, baixo nível tecnológico, baixa utilização de bens de produção externos, elevado impacto ambiental e uso intensivo de trabalho servil. A produção de gêneros agrícolas para consumo interno se limitaram a suprir as necessidades alimentares básicas do aparelho produtivo escravo, não se destinando ao mercado interno e portanto não possuindo valor de troca (Linhares et alli (1981).

O terceiro período intitulado de “integração na economia mundial” (1780-1850) teria como característica básica o fim da atividade mineradora e o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas tradicionais. Externamente, vivencia-se um processo de acumulação indispensável para a instauração do capitalismo industrial. A agricultura é o suporte da colônia mas o nível técnico e os recursos permanecem extremamente precários. O processo de produção agrícola precário e insustentável exigia a constante incorporação de novas áreas produtivas virgens e a ampliação das estruturas existentes. A questão ambiental neste contexto permanece secundária e a utilização dos recursos naturais são baseados em métodos e tecnologias precárias e extensivas que acarretavam um elevado impacto ambiental.

O quarto período intitulado de “elaboração da economia nacional” (1850-1920) é marcado pela exaustão e fim do trabalho servil e por um aprofundamento da dependência do capital externo (em especial inglês). Embora marcada pelo surgimento de uma indústria nacional de transformação, este período é marcado pela expansão da

lavoura cafeeira e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Pode-se identificar neste período o surgimento do “capitalismo nacional”. A independência política e a consolidação da economia de mercado permitiram ao setor agrícola se constituir em um setor econômico claramente delimitado (Szmrecsányi, 1990). A agricultura, apesar da incorporação de novas tecnologias, permanece estrutura em processos produtivos extensivos e altamente impactantes do ponto de vista ambiental.

O quinto período intitulado de “estruturação da economia nacional” (1920-presente). Este período tem início com crise das oligarquias tradicionais e por uma aceleração do processo de acumulação capitalista. Tem-se um surto industrial e uma ampliação do mercado interno, a expansão do mercado do trabalho, um importante processo de inovação tecnológica, ocorrência de conflitos externos de grande envergadura e impacto na economia brasileira. Este período foi marcado pela emergência e consolidação de um novo padrão de desenvolvimento, crescentemente baseado nos setores urbanos e industriais da economia e cada vez mais voltado ao atendimento de demanda de um mercado interno em franca expansão. O setor agropecuário deixa assim de ser o segmento da economia dominante e passa, progressivamente a se constituir em um importante mercado para os produtos industrializados (inicialmente bens de consumo e posteriormente também para bens de produção) (Szmrecsányi, 1990). Este processo deu origem a chamada industrialização da agricultura no Brasil, onde além de uma aproximação do setor agroindustrial, a agricultura passa a utilizar, de maneira crescente, bens de origem industrial. A ampliação e generalização do crédito agrícola, a expansão da pesquisa e do ensino agrônomo, a melhoria da infraestrutura básica permitiram ao setor agrícola iniciarem um processo de expansão e crescimento sem precedentes. Além do expressivo aumento da produção agrícola, operou-se, em muitos segmentos, um intenso e vigoroso processo de modernização das estruturas produtivas (com aumento da produtividade do trabalho e da terra). Igualmente, esta situação permitiu a expansão considerável da área agrícola do país. A progressiva integração funcional entre a agricultura e indústria foi fundamental para a expansão e desenvolvimento de ambos os setores e terão profundos reflexos na sociedade brasileira, tanto em termos econômicos, como espaciais, ambientais e demográficos.

REFERÊNCIAS

- CHONCHOL, J. Systèmes agraires em Amérique Latine. Paris: Ed. IHEAL, 1995. 366p.
- DEFFONTAINES, J.P. & BROSSIER, J. Système agraire et qualité de l'eau. *Natures Sciences Sociétés* 8 (1)14-25. 2000
- DUFUMIER, M. *Les projets de développement agricole*. Paris: KARTHALA - CTA, 1996, 354p.
- DUFUMIER, M (org.). Un agronome dans son siècle – Actualité de René Dumont. Paris: KARTHALA - INAPG, 2002, 319p.
- DUMONT, R. L'Afrique noire est mal partie. Paris: Seuil, 1980, 287p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982.
- GRET. Demarches de recherche développement appliquées au secteur de la production rurale des pays en voie de développement. Collection des Ateliers Technologique et Développement, Paris: Ed. BLACT – CFECTI – GRET – SGAR-PACA, 1994. 91p.
- JOUVE, Ph. Le diagnostic du milieu rural – de la région à la parcelle. Études et Travaux du CNEARC n°6, Montpellier: Centre National d'Études Agronomiques des Régions Chaudes, 1992. 39p.
- JOUVE, Ph. Approche systémique et formation des agronomes. Montpellier : Simpósio Internacional "Recherche-Système en Agriculture et Réveloppement Rural", 1994. Pp. 834-840.
- LANDAIS, É. & DEFFONTAINES, J.P. (1989) – Les pratiques des agriculteurs - point de vue sur un courant nouveau de la recherche agronomique In: Brossier, J.; Vissac, B. & Le Moigne, J.L. (Editores) - Modelisation systémique et système agraire, INRA, Paris. Pp. 31-64.
- LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. História da agricultura brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. 170p.

- MAIGROT, J.L. & POUX, X. Les systèmes agraires du Plâteau de Langres-ChatillonnaisDijon: CDDP de Haute Marne Chaumont, 1991. 260 p.
- MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Editora Caetés, 1987.
- MAZOYER, M. Rapport de Synthèse Provisoire. Colóquio “Dynamique de Systèmes Agraires”, Paris: Ministère de la Recherche et de l’Enseignement Supérieur/Ministère de la Coopération, 1987. 20p.
- MAZOYER, M., ROUDART, L. Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine. Paris: Seuil, 1997. 531 p.
- MIGUEL, L. A. A pesquisa-Desenvolvimento na França e sua contribuição para o estudo do rural. In : Seminário Sistemas de Produção : conceitos, metodologias e aplicações. Doni Filho, L.et alli (org.). Curitiba : UFPR, 1999. pp.16- 25.
- PILLOT, D. Recherche-développement et farming system research : concepts, approches et méthodes. Paris : Travaux de Recherche-Développement. Réseau Recherche-Développement, 1987. 40p.
- RAYNAUT, C. (org.). Sahels : Diversité et dynamiques des relations sociétés-nature. Paris: KARTHALA , 1997. 430p.
- SZMRECSÁNYI, T. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo : Ed. Contexto, 1990. 102p.
- VISSAC, B. & HENTGEN, A. Présentation du Département de Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement. Paris : INRA / SAD, 1979.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

CONFERÊNCIA DE ABERTURA:

DESENVOLVIMENTO RURAL: ATUALIDADE E REALIDADE DO DEBATE NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA EM TRÊS ALDEIAS DO NORTE DE MOÇAMBIQUE¹

**Carlos LAUCHANDE
Gina MONSERRAT
Margarida PAULO
António Almerin de CARVALHO
Luís Felipe PERRIRA
Deepac GENTILAL**

¹ Projecto das Assimetrias, sob responsabilidade de Cruzeiro do Sul, através do Programa de Redução da Pobreza no Norte de Moçambique, com apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos. Av. 24 de julho nº 285, 2º andar flat 3 , Maputo. Tel/Fax 258-21-493561. E-mail cruzeirodosul.iid@tvcabo.co.mz www.iid.org.mz

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA EM TRÊS ALDEIAS DO NORTE DE MOÇAMBIQUE

ABSTRACT

O presente projecto enquadra-se na análise do comportamento da família rural moçambicana face a situações de vulnerabilidade. Perante as situações de crise, a família rural desenvolve *coping strategies*, baseadas na auto-protecção *self reliance* (venda de bens, artesanato, etc.), e ou nas redes sociais. O estudo centra-se na análise dos conceitos de vulnerabilidade, estratégias de sobrevivência e redes sociais. Considera-se que o nível de vulnerabilidade vem condicionado pelo nível de acesso aos recursos, e este acesso é influenciado pelas estratégias que os agregados familiares adoptam.

O aspecto central na análise é a verificação da importância das estratégias relacionadas com as redes sociais como factor determinante no nível de acesso aos recursos, tanto para criar a capacidade do agregado para reduzir o impacto da vulnerabilidade como para sair da pobreza. Algumas das perguntas de pesquisa são: (i) Até que ponto o capital social é determinante na redução da vulnerabilidade da família? (ii) Em que medida as redes sociais são determinantes não só para reduzir a vulnerabilidade mas sim para sair da pobreza? (iii) Que tipo de redes sociais existem? (iv) Será que as redes sociais mais extensas, extra-comunitárias, ou *bridging social capital*, são as que mais determinam a capacidade para aumentar os rendimentos da família rural?

A metodologia de pesquisa envolveu tanto a perspectiva qualitativa como quantitativa. Numa primeira fase desenvolveu-se um indicador de acesso aos recursos, através do método de estatística multivariada, Análise das Componentes Principais, o qual é designado por índice de posse. Posteriormente fez-se uma análise da sua distribuição dentro e entre aldeias, isto é analisou-se a variância deste indicador entre e dentro das aldeias, pretendendo-se, assim, verificar a existência ou não de assimetrias na distribuição da riqueza dentro das comunidades rurais e identificar quais os factores que se encontram associados a essas assimetrias através da análise das estratégias no acesso aos recursos quer tangíveis quer intangíveis (capital social, económico e humano) daqueles agregados familiares com maior e menor vulnerabilidade.

O estudo pretende contribuir na formulação das políticas públicas para a redução da pobreza através da perspectiva das redes sociais, identificando nelas factores que potenciam ou constringem o desenvolvimento das comunidades rurais, alimentado assim o processo de planificação e implementação de políticas que possibilitem o acesso dos agregados familiares à redes sociais extensas e conectadas aos mercados, às instituições públicas, e organizações da sociedade civil.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	43
2. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	44
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	45
4. QUESTÕES DE PESQUISA E HIPÓTESES.....	53
5. METODOLOGIA.....	54
5.1 Trabalho de campo.....	55
5.2 Criação de Indicadores.....	57
6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO.....	66
6.1. Verificação da primeira hipótese.....	66
6.1.1 <i>Análise da distribuição do capital económico “índice de posse”</i>	67
6.1.2 <i>Descrição sociológica dos indivíduos com maior e o menor capital económico nas aldeias</i>	73
6.2 Verificação da segunda hipótese.....	75
6.2.1 <i>Indicadores do capital social para cada aldeia</i>	76
6.2.2 <i>Principais constatações sobre o acesso ao capital social</i>	85
6.2.3 <i>Correlação entre o indicador do capital económico e dos capitais sociais</i>	86
6.3 Verificação da terceira hipótese.....	96
7. CONCLUSÕES PRELIMINARES.....	97
8. REFERÊNCIAS.....	102

ANEXOS

Anexo 1 - Indicadores

Anexo 2 - Tabelas

1 INTRODUÇÃO

No ano 2005 iniciou-se um projecto de investigação sobre a análise das assimetrias na distribuição do rendimento nas comunidades rurais do Norte de Moçambique nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Este programa de pesquisa insere-se no contexto do Programa de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que tem por objectivo a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de cerca de 70% para menos de 50% nos próximos dez anos. Para se atingir a redução da incidência da pobreza acima referida, o Governo Moçambicano teve o objectivo intermédio de reduzir a incidência da pobreza absoluta para cerca de 60% até o ano 2004. (PARPA, 2001)

Em 1997, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o primeiro inquérito representativo a nível nacional sobre o consumo dos agregados familiares em Moçambique (IAF). Os resultados indicaram uma incidência da pobreza de cerca de 69 % a nível nacional com o nível de pobreza mais acentuado nas zonas rurais que nas urbanas. Em 2002-2003 realizou-se um segundo inquérito representativo a nível nacional dos agregados familiares e os resultados mostraram uma melhoria substancial da situação da pobreza relativamente a 1996-1997. A incidência da pobreza nacional, que ficou definida como parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza², caiu para 54%, 15% de declínio se comparado com o registado em 1996-1997. Estes dados demonstraram uma consistência com a informação de outras fontes a nível nacional. Ambos os inquéritos de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) de 2000-2001 e 2002-2003, registaram ganhos nos indicadores relacionados com a redução da pobreza. Uma análise³ detalhada do QUIBB 2000-01 combinada com o IAF 1996-1997 gerou medidas de pobreza previstas na base dos indicadores do QUIBB. Esta análise indicou uma redução de pobreza a nível nacional em cerca de nove pontos percentuais para o período de 1996-97 e 2000-01.

² No Inquérito dos Agregados Familiares a metodologia seguida para a construção da Linha da pobreza foi a abordagem do Custo das Necessidades Básicas (CNB), segundo a qual a linha da pobreza é construída como a soma de uma linha de pobreza alimentar e de outra não-alimentar. As linhas da pobreza são estabelecidas em termos de um nível de despesa de consumo *Per Capita* que é considerado consistente com a satisfação dessas necessidades básicas. Os agregados familiares que gastam menos que a Linha da pobreza são considerados pobres.

³ Direcção Nacional do Plano e Orçamento, Ministério de Plano e Finanças, '*Pobreza e Bem Estar em Moçambique: Segunda avaliação Nacional*', Março 2004

Neste contexto de significativa redução da pobreza, e de quase quatro anos de implementação do PARPA, o estudo pretende contribuir para a análise destes resultados positivos quer ao nível do agregado familiar e da aldeia, quer através da análise comparativa entre as três províncias do norte de Moçambique.

2 OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O Programa de pesquisa tem como **objectivos gerais**:

- Documentar, analisar, e interpretar os aspectos relevantes de processos sociais associados à redução da pobreza nas suas diferentes dimensões em três aldeias do grupo linguístico *Emakua* localizadas nas três províncias do Norte de Moçambique.
- Contribuir para uma nova análise da pobreza ao nível micro: analisar as causas da distribuição desigual da riqueza na aldeia, no seio da família, e em relação a aldeia com o seu meio (recursos naturais, vias de comunicação e mercado).
- Aprofundar a análise da pobreza e das assimetrias desde a perspectiva da vulnerabilidade e a insegurança social das comunidades rurais do Norte de Moçambique.
- Analisar a dinâmica da pobreza nas comunidades rurais identificando o tipo de estratégias adoptadas na redução da vulnerabilidade e no aumento dos rendimentos da família rural.

Os **objectivos específicos** da pesquisa centram-se em:

- Aferir da existência ou não de assimetrias na distribuição da riqueza no seio da família e das comunidades rurais.
- Explicar a razão de ser ou não dessas assimetrias e identificar as tendências de mudança.
- Identificar o tipo de estratégias utilizadas pelos agregados em face de situações de vulnerabilidade

- Analisar em que medida as estratégias adoptadas são só para reduzir o impacto da vulnerabilidade ou possibilitam também o desenvolvimento da capacidade de gestão de risco e eventualmente a saída da pobreza. Identificar a existência de tendências e propor medidas para a redução da pobreza.

O estudo envolve o uso de quatro componentes de análise da estrutura da distribuição da riqueza ao nível da aldeia. Com base nestas componentes tentaremos aprofundar o conhecimento da vulnerabilidade das comunidades rurais, começando pelo estudo das assimetrias na distribuição da riqueza nas aldeias, analisando as estratégias adoptadas face a situações de vulnerabilidade (agregados com pouco acesso aos recursos) e o papel das redes sociais existentes em situações de risco.

Na primeira componente, fez-se um levantamento quantitativo sobre bens e posses dos agregados familiares, que permitiu a construção de um indicador do nível de posse através do método estatístico Análise das Componentes Principais. Posteriormente foi analisada a forma de distribuição deste indicador de forma a identificar a existência ou não de assimetrias no acesso aos recursos dos agregados.

Na segunda perspectiva analisaram-se as redes sociais, como estratégias determinantes na redução da vulnerabilidade das famílias (ou da percepção da vulnerabilidade), a terceira envolve a exclusão social. Esta componente analisa a pobreza, do ponto de vista dos processos sociais que excluem certas pessoas do acesso aos recursos; e por último a componente espacial que analisa as condições dos recursos naturais e das infra-estruturas como factores determinantes dos níveis de pobreza dos agregados familiares.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O estudo sobre Análise Multidimensional da Pobreza. em Três Aldeias do Norte de Moçambique enquadra-se na perspectiva da análise da Pobreza Dinâmica (*Dynamics Poverty*), no sentido que considera que os indivíduos ou agregados familiares desenvolvem estratégias para mudar a sua situação de pobreza. Deste modo, a perspectiva adoptada aqui é aquela que considera a pobreza como um processo, onde os

indivíduos ou agregados familiares reagem perante os choques ou os riscos que enfrentam.

Existe uma ampla literatura na área da pobreza dinâmica que está baseada no conceito de *vulnerabilidade* no sentido que a pobreza é reconhecida como um *outcome* de um processo dinâmico. Assim o estudo pretende analisar o comportamento da família rural, ou dito de outra maneira, como os agregados familiares se adaptam a uma situação de crise, quais as estratégias que adoptam para reduzir os efeitos dos riscos e gerar recursos adicionais, e quais são os constrangimentos que impedem as suas acções.

Nesta perspectiva utilizamos o conceito de vulnerabilidade como conceito capaz de capturar os processos de mudança relativos à pobreza e das estratégias que desenvolvem os indivíduos ou os agregados familiares perante as mudanças em termos económicos, político e social.

Analisar a vulnerabilidade implica identificar não só os riscos que enfrentam as comunidades rurais, mas também como estas desenvolvem estratégias para criar oportunidades e resistir aos efeitos negativos das mudanças em seu redor. Devereux constatou que *o risco e a vulnerabilidade têm sido redescobertos como a chave da análise dos meios de vida rural e da pobreza, sendo um novo enfoque de atenção para as políticas da redução da pobreza* (Devereux 2001). Do mesmo modo Farrington afirmou que *a redução da vulnerabilidade está a ser vista como o aspecto central das políticas do Desenvolvimento Rural* (Farrington et al. 2002)

Através do conceito da vulnerabilidade abre-se uma nova abordagem para a análise da pobreza. Este conceito estabelece uma relação entre a *pobreza*, o *risco* e as *estratégias para a gestão do risco*. Segundo Moser (1998) a vulnerabilidade é *insecurity and sensitivity in the well being of individuals, households, and communities in the face of changing environment, and implicit in this, their responsiveness and resilience to risk that they face during such negative changes*.

A capacidade para enfrentar os riscos por parte dos indivíduos, dos agregados familiares e das comunidades rurais está directamente ligada aos recursos que estes possuem. A perspectiva do *asset-based* para a análise da pobreza descreve a pobreza como *um acesso inadequado aos recursos tangíveis como terra, trabalho, capital, poupança e intangíveis como relações sociais, institucionais e políticas, infra-estrutura física e social* (Siegel & Alwang 1999).

Por outro lado Carney (1998) considera que a capacidade para fazer face aos riscos não depende unicamente do acesso aos recursos mas também das estratégias de sobrevivência *livelihood comprises the capabilities, assets (including both material and social resources) and activities required for a means of living. A livelihood is sustainable when it can cope with and recover from stresses and shocks and maintain or enhance its capabilities and assets both now and in the future, while not undermining the natural resource base.*

Assim, a vulnerabilidade de um agregado familiar ou de uma comunidade depende dos recursos que possui, gere e controla. Deste modo quanto mais recursos tiver o agregado familiar menor será a vulnerabilidade. Portanto a vulnerabilidade está claramente relacionada com a posse de recursos de um agregado familiar. Neste sentido ao nível da aldeia existem assimetrias na medida que existe diferenças no acesso aos recursos entre os agregados familiares, e consequentemente diferentes graus de vulnerabilidade.

A noção do acesso aos recursos ajuda, por um lado, a entender a maneira como as famílias e os indivíduos enfrentam a pobreza em termos materiais, por outro lado, perceber que a pobreza está relacionada com as escolhas de estratégias, e as capacidades e habilidades para fazer face às condições sociais e económicas que produzem pobreza. Assim os *assets* não são simplesmente recursos que os indivíduos usam para construir melhores condições de vida, são também os *assets* que proporcionam a habilidade de ser e actuar (Bebbington, 1999). Neste enquadramento teórico entende-se os recursos não só como os elementos que permitem sobreviver e reduzir a pobreza, mas também como veículos para actuar e transformar as condições de vida dos indivíduos ou agregados familiares.

Neste ponto é interessante desenvolver o conceito de matriz ou *Livelihood Framework* onde se estabelece quais são os recursos ou capitais que têm incidência na vulnerabilidade dos indivíduos ou agregados familiares no meio rural.

São vários os autores que analisam a pobreza através do conceito da vulnerabilidade. Porém, Moser (1998) e Bebbington (1999) são os autores que estabeleceram uma matriz com os recursos que incidem na vulnerabilidade dos indivíduos.

Segundo Bebbington (1999), na obra *Capitals & Capabilities Framework*, os recursos que são considerados para a análise da pobreza, para as áreas rurais, são os seguintes cinco capitais: capital produtivo que seria a soma do físico e o financeiro que inclui a terra, o trabalho, as fontes de rendimento, e os *proxies*. O capital humano que considera os recursos de acesso à saúde e à educação. O capital natural que considera a terra, a água, e as fontes de energia como recursos. O capital social, como o conjunto de relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos para melhorar as condições de vida, e por último o capital cultural que seria a percepção da pobreza e o valor social que se proporciona aos recursos.

Para Moser (1999), o *Asset Vulnerability Framework* é mais adequado a análise da pobreza urbana. São também definidos cinco recursos que são nomeadamente o trabalho (o recurso mais importante), o capital humano, os recursos produtivos (incluindo habitação como o mais importante), as relações entre agregados familiares e por último o capital social.

Com base no conceito de *Asset Vulnerability Framework* e no conhecimento da realidade rural moçambicana, estabeleceu-se uma matriz de capitais específica ao contexto. Através desta matriz analisa-se a pobreza em termos de acesso aos recursos em termos de uma análise das relações económicas, sociais e políticas que produzem pobreza e o bem-estar. Neste sentido, o acesso aos recursos e o capital social são os elementos centrais da matriz, na medida em que permite analisar as relações e transacções entre os membros do agregado.

Matriz de capitais

Tipos de Capitais	O que se refere
Capital humano	Refere-se à educação, saúde, habilidades, conhecimentos e acesso à informação.
Capital social	Refere-se às relações de confiança e ajuda mútua entre os agregados familiares, ou grupos formais e informais dentro da comunidade ou fora da comunidade que geram benefícios económicos ou sociais aos indivíduos.
Capital económico	Refere-se ao capital físico como terra, árvores, acesso água, lenha, trabalho, instrumentos de trabalho, acesso aos mercados e capital financeiro como fontes de rendimentos, remessas e poupanças.

Várias são as maneiras como os indivíduos ou os agregados familiares satisfazem as suas necessidades básicas. Entre elas está a gestão de uma complexa combinação de capacidades, recursos (materiais e sociais) e actividades.

Existem diferentes tipos de estratégias que os indivíduos e agregados familiares adoptam para ter acesso aos recursos, como económicos, sociais, físicos, humanos e políticos, (os denominados capitais). Um conhecimento profundo dos constrangimentos e as oportunidades enfrentadas por diferentes grupos no acesso aos recursos e na gestão destes, é uma perspectiva interessante para as intervenções políticas na redução da pobreza.

Os agregados familiares podem responder e gerir o risco de maneira formal ou informal dependendo do seu acesso aos recursos. Segundo Morduch (1998) existem dois tipos de estratégias. Por um lado as estratégias de auto protecção em que o indivíduo ou agregado familiar tenta fazer face ao risco através de acções como a compra ou venda de alguns recursos, a diversificação económica ou trabalhos temporais e por outro, existem as estratégias das relações entre agregados familiares em que a natureza destas relações pode ser de parentesco, étnicas, por religião, por idade, económicas ou profissionais. Estas redes de relações sociais são o que a literatura científica denomina de capital social.

Mas, existem estratégias *a priori* e *a posteriori* ao risco. Assim surge a matriz sobre as estratégias de resposta ao risco:

	Estratégias <i>a priori</i>	Estratégias <i>a posteriori</i>
Auto-protecção	A	C
Relações Sociais	B	D

- A. Estratégias *a priori* de auto-protecção
- B. Estratégias *a priori* de relações sociais
- C. Estratégias *a posteriori* de auto-protecção
- D. Estratégias *a posteriori* de relações sociais

Mas o nosso estudo não pretende só analisar em que medida existem assimetrias no acesso aos recursos (tangíveis e intangíveis), e portanto detectar aqueles grupos sociais que estão em situação de maior vulnerabilidade, pretende também estudar as estratégias

adoptadas em face da vulnerabilidade *coping strategies*. Considerando que as estratégias para fazer face ao risco dependem das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos ou os agregados familiares, neste estudo pretende-se analisar também em que medida essas relações sociais ou capital social contribuem na redução da vulnerabilidade, no aumento dos rendimentos das famílias rurais ou são um travão ao desenvolvimento.

Deste modo uma das perguntas da pesquisa é: até que ponto o capital social, ou as redes sociais existentes nas aldeias, são capazes não só de reduzir a vulnerabilidade das famílias, mas também de gerar estratégias para a redução da pobreza e portanto do aumento dos rendimentos da família.

Assim, apresenta-se a seguir uma revisão da literatura relacionada com capital social.

CAPITAL SOCIAL

Várias são as definições e as perspectivas de análise que existem em relação ao conceito de capital social. Desde a década dos 90, o debate sobre o conceito de capital social têm experimentado um importante renascimento nas diferentes disciplinas das Ciências Sociais, e especialmente no contexto do debate do Desenvolvimento. Nestes últimos anos, instituições como o Banco Mundial têm focalizado nos aspectos sociais do desenvolvimento: *a country's economic development is embedded in its social organization, and addressing structural inequities requires not only economic changes but also societal transformation*⁴ (Stiglitz, 1998). Assim para a análise dos aspectos sociais do desenvolvimento uma das ferramentas actualmente mais utilizadas é o conceito de capital social.

A definição do conceito de capital social, segundo Narayan (1995), são *as normas e as relações sociais inseridas nas estruturas sociais da sociedade que permitem as pessoas actuar colectivamente para alcançar fins desejados*. Intuitivamente, a ideia básica do capital social é que os familiares, amigos e associações constituem um importante *asset*, na medida que proporcionam mecanismos para a

⁴ Stiglitz, Joseph; 1998. *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, policies and Processes*. Given as the 1998 Prebisch Lecture at UNCTAD, Geneva (October 19, 1998)

resolução de problemas na situação de risco. *Those communities endowed with a diverse stock of social networks and civic associations are in a stronger position to confront poverty and vulnerability, resolve disputes, and take advantage of new opportunities* (Moser 1996, Narayan, 1995 Schafft 1998Isham 1999 Varshney 2000)⁵. Da definição aqui utilizada para o capital social depreende-se uma série de pontos. Por um lado a definição focaliza mais nas fontes do capital social do que nas suas consequências (Portes 1998) e por outro esta definição permite a incorporação de diferentes dimensões do capital social e reconhece que as comunidades podem ter acesso a mais ou a menos recursos.

Esta conceitualização, do papel das relações sociais no desenvolvimento, representa um importante ponto de partida para as perspectivas teóricas, por isso tem implicações importantes para a pesquisa e as políticas de desenvolvimento contemporâneo.

Mas, a perspectiva de análise do capital social que aqui aplicaremos é relacionada com os efeitos do capital social no desenvolvimento económico. Dito de outra maneira, pretendemos saber em que medida as redes e normas sociais que existem em uma comunidade determinada, podem significar um capital social positivo, ou, pelo contrário, significar um travão para o aumento dos rendimentos das famílias rurais.

A nossa perspectiva de análise é sobre o capital social e o desenvolvimento económico. Portanto esta perspectiva focaliza-se nos efeitos do capital social em relação ao aumento da riqueza. A evidência empírica em países em desenvolvimento demonstra como os níveis elevados de solidariedade social e dos grupos informais de auto-ajuda não levam necessariamente à prosperidade económica. Em muitos países africanos, nas comunidades rurais existem laços fortes de solidariedade e de ajuda entre os agregados familiares, mas vivem economicamente excluídos pela falta de recursos e de acesso ao poder, necessários para usar as regras do jogo ao seu favor.

Existem diferentes perspectivas no estudo do capital social e desenvolvimento económico. A perspectiva que nós utilizaremos aqui é a de redes, *networks view*. A perspectiva do capital social, neste trabalho opõe-se a aquelas perspectivas as quais consideram que o capital social contribui sempre positivamente para o bem-estar da comunidade e para a gestão do risco e da vulnerabilidade dos grupos sociais.

⁵ Extraído de Woolcock, Michael; Narayan, Deepa 2000; *Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy*; The world Bank Research Observer, vol. 15 N.2, pp.225-49.

A perspectiva aqui usada, das redes, considera que nem todo capital social beneficia de maneira igual todos os membros de uma comunidade, aliás, os benefícios de uns podem significar custos para outros e até a exclusão de certos grupos sociais. Portanto, as comunidades não são entidades homogêneas que automaticamente beneficiam por igual a todos os membros, senão que existem relações sociais verticais e horizontais no seio de uma comunidade.

Por outro lado também existem relações intra-comunidade ou extra-comunitárias. Por exemplo, as comunidades mais pobres são propensas a ter relações sociais ou redes mais fechadas e intensas, o que se denomina *bonding social capital*, e pouco participam em redes mais extensas e menos intensas, a que chamam *bridging social capital*⁶. A perspectiva teórica nesta análise é a combinação do capital social *bridging* e *bonding* para explicar os efeitos diferentes do capital social no desenvolvimento económico de certas comunidades rurais.

A perspectiva das redes tem em conta o potencial e os constrangimentos do capital social o desenvolvimento das comunidades rurais. Por um lado, as relações existentes numa comunidade determinada podem beneficiar unicamente determinados sectores, e portanto provocar processos de exclusão social para os outros, por outro, as relações sociais, que unicamente se limitam a ligações fechadas dentro da mesma aldeia, *bonding social capital*, podem significar um recurso para o desenvolvimento de estratégias de gestão do risco que simplesmente reduzem a vulnerabilidade a curto prazo, sem uma perspectiva de prevenção do risco a longo prazo e nem de aumento dos rendimentos familiares. Portanto, certas relações sociais podem proporcionar benefícios sociais mas também suscitar efeitos negativos economicamente.

Assim, nem todo capital social proporciona benefícios para todos, podendo por um lado, gerar processos de exclusão social e por outro, levar os agregados familiares à adopção de estratégias de gestão de risco, que só servem para redução da vulnerabilidade a curto prazo, sem perspectivas de aumento da riqueza a longo prazo.

Neste sentido, só da combinação de *bridging* e *bonding social capital* é que é possível falar de aumento da riqueza para as comunidades rurais. Granovetter (1995) argumenta que o desenvolvimento económico acontece através de um mecanismo que

⁶ Gittel & Vidal (1998), Extraído de Woolcock, Michael; Narayan, Deepa (2000); *Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy*; The world Bank Research Observer, vol. 15 N.2, pp.225-49.

permite aos indivíduos desenhar inicialmente os benefícios da comunidade fechada, mas depois é necessário adquirir as ferramentas e os recursos para participar em redes para além da comunidade, e assim progressivamente integrar-se na estrutura económica. Por exemplo, camponeses pobres, inicialmente dependem dos seus familiares e amigos (*bonding social capital*) para iniciar um negócio, mas para a expansão dos seus rendimentos é necessário ampliar os seus contactos e acesso com os mercados e instituições.

A *networks view* tem sido utilizada na pesquisa recente em desenvolvimento com bons resultados. Kozel & Parkel (2000), na sua análise das comunidades rurais do norte da Índia, descobriram que aquelas redes sociais existentes dentro da aldeia servem essencialmente para funções de protecção, gestão do risco e solidariedade. Enquanto que aquelas redes mais extensas para além da aldeia, são utilizadas para estratégias vantajosas e interesses materiais, ou seja, as redes sociais intra-comunitárias são de defesa enquanto que as redes mais extensas são de expansão económica.

O desafio na perspectiva das redes para a aplicação das políticas da redução da pobreza é de identificar os aspectos positivos do *bonding social capital* nas comunidades pobres e ao mesmo tempo reduzir o efeito dos aspectos negativos (como por exemplo a exclusão de género) e promover o acesso dos indivíduos e agregados familiares aos mercados e às instituições formais, portanto o denominado *bridging social capital* com o objectivo de fortalecer as redes entre comunidades rurais, organizações da sociedade civil, sector privado e Estado.

4 QUESTÕES DE PESQUISA E HIPÓTESES

QUESTÕES DE PESQUISA

- Quais são os factores (ou capitais) que determinam a vulnerabilidade no acesso aos recursos no seio da aldeia?
- Quais são os grupos sociais mais vulneráveis no seio da aldeia?
- Até que ponto o capital social é determinante na vulnerabilidade da família?

- As redes familiares ou comunitárias ajudam a sair da pobreza ou só servem para minimizar os efeitos da pobreza? Ou só as redes egocêntricas, redes com oportunidades desiguais, são capazes de reduzir a pobreza?
- Os diferentes níveis de pobreza encontram-se condicionados pelas situações espaciais (terra, distâncias, acesso mercado, infra-estrutura)?

HIPÓTESES

H1 Existem assimetrias no seio da aldeia no acesso aos recursos que fazem com que certos indivíduos sejam mais vulneráveis que outros.

H2 Um melhor acesso ao capital social leva a níveis mais baixos de vulnerabilidade entre certas famílias da aldeia. As redes familiares proporcionam maior protecção e menor vulnerabilidade quando estiverem em situação de risco.

H3 As redes sociais intracomunitárias não incentivam a atitudes para saírem da pobreza, e aumento dos rendimentos familiares. Só as redes sociais extra-comunitárias são capazes de levar a uma redução da pobreza.

5 METODOLOGIA

O presente capítulo inclui uma descrição dos instrumentos para o levantamento dos dados, e uma descrição dos métodos para a análise e interpretação dos dados. A metodologia de pesquisa neste trabalho combina os métodos quantitativos e qualitativos, tanto para o levantamento dos dados no terreno, como para a verificação das nossas hipóteses.

5.1 TRABALHO DE CAMPO

Assim, para a obtenção dos dados realizaram-se dois levantamentos, um de natureza quantitativa e outro de natureza qualitativa.

Um primeiro levantamento de dados quantitativos realizou-se nas três províncias citadas, nomeadamente nas aldeias de **Ghiote** (Distrito Ancuabe, Província de Cabo Delgado), **Napacala** (Distrito de Cuamba, Província do Niassa) e **Namiope** (Distrito Murrupula, Província de Nampula).

Realizaram-se 699 inquéritos quantitativos⁷, 248 em Ghiote, 108 em Napacala, 343 em Namiope. Esta amostra corresponde a erro de amostragem de 4% num nível de fiabilidade de 95%.

Através dos dados quantitativos, depois da sua digitalização e tratamento, realizou-se por um lado, uma análise exploratória para a identificação de um indicador sobre o nível de posse dos agregados familiares. O indicador foi calculado usando o método de estatística multivariada Análise das Componentes Principais. Posteriormente analisou-se a distribuição deste indicador verificando se a sua variabilidade era estatisticamente significativa entre ou dentro das aldeias.

Através da análise da distribuição do indicador de índice de posse fez-se um estudo dos extremos, identificou-se para cada aldeia os 15% dos agregados familiares com o maior Índice de posse e os 15% com o menor *nível de posse*⁸.

Seguidamente realizou-se um segundo levantamento qualitativo. O objectivo deste foi em primeiro lugar, analisar as características sociológicas dos que têm o menor e o maior índice de posse a fim de detectar as exclusões sociais no seio da aldeia; em segundo lugar, construiu-se e analisaram-se as redes sociais com base nas informações obtidas em entrevistas aos agregados sobre a quem recorriam quando tinham problemas familiares, económicos e quem consideram pessoas influentes no seio da aldeia.

E por último através do GPS fez-se as referências geográficas das residências e *machambas* dos agregados familiares entrevistados, locais de actividade social e

⁷ Ver anexos

⁸ Indicador construído pela componente quantitativa baseado na combinação linear dos indicadores do capital físico (número de animais, número de instrumentos de trabalho, número de árvores, de meios de transporte e outros bens).

económica, vias de comunicação, cursos e fontes de água e solos por uso da comunidade.

A metodologia utilizada para a recolha de dados foi realizada com base nas entrevistas semi-estruturadas⁹, a técnica de redes sociais e a observação etnográfica. As entrevistas semi-estruturadas permitiram compreender a organização social da aldeia e das famílias. Foram entrevistadas pessoas chaves (chefe da aldeia, autoridades tradicionais, professores e pessoas influentes na aldeia) e os grupos alvos (segundo género, origem, religião e idade). A técnica das redes sociais revelou a extensão das famílias, as alianças matrimoniais e as relações sociais, económicas e políticas na aldeia. A observação etnográfica possibilitou a confirmação da informação contada pelos próprios entrevistados.

O ponto de partida para a realização das entrevistas semi-estruturadas foi através da identificação dos agregados familiares mais pobres e mais ricos dos dados quantitativos, seguindo pela focalização de grupos de pessoas segundo género, status civil, origem, religião e idade. Para a análise das redes, usou-se a metodologia da rede completa e da rede egocêntrica, portanto, o seguimento da rede social que envolve a pessoa escolhida segundo critérios de riqueza, género, idade, religião e origem.

O acesso aos entrevistados foi relativamente fácil. Inicialmente as autoridades da aldeia (chefe da aldeia e régulo) reuniram os guias para nos acompanhar durante a pesquisa de campo. Deste modo, uma vez identificadas as pessoas, seguimos a sua rede de relacionamento. Assim no decorrer da pesquisa incluímos pessoas que não foram identificadas pelo inquérito quantitativo.

Foram realizadas, no total, 111 entrevistas nas três aldeias seleccionadas sendo 83 homens e 28 mulheres¹⁰. Assim na aldeia de Namiope foram entrevistados 43 homens e 10 mulheres, na aldeia de Napacala foram entrevistados 23 homens e 9 mulheres e por último na aldeia de Ghiote foram entrevistados 17 homens e 9 mulheres.

⁹ Ver anexos

¹⁰ A razão de uma maior presença de homens do que mulheres neste trabalho, deve-se ao uso do método de redes sociais em que os entrevistados responderam que recorrem ao atata (tio) quando tem problemas na família

5.2 CRIAÇÃO DE INDICADORES

Para cada hipótese temos uma metodologia, quer quantitativa quer qualitativa.

A nossa primeira hipótese sobre a *Existência de assimetrias no seio da aldeia e entre as aldeias no acesso aos recursos que fazem que certos indivíduos sejam mais vulneráveis do que outros*, é verificada através da criação de um índice de posse capaz de explicar os níveis diferentes de acesso aos recursos (gado, enxadas, meios de transporte e comunicação, etc.) no seio da aldeia e entre as aldeias. Este índice de posse foi designado por capital económico.

A segunda hipótese, que afirma que *Um melhor acesso ao capital social leva a níveis mais baixos de vulnerabilidade entre certas famílias da aldeia e as redes familiares proporcionam maior protecção e menor vulnerabilidade quando estiverem em situação de rico* é verificada através de indicadores para o capital social, os quais são correlacionados com o capital económico.

Para a elaboração do índice de capital social analisaram-se variáveis relacionadas com as relações de confiança entre os agregados familiares, ou grupos formais e informais dentro ou fora da comunidade. Especificamente as variáveis estudadas foram as seguintes: a religião, o nível de participação na esfera religiosa, o nihimo (clã), o nível de participação no processo de decisões da aldeia, a posição na rede de interacção social dentro e fora da aldeia, o estado civil, a forma de acesso à terra (herdada ou ocupada) entre outras.

Na terceira hipótese que sustenta que *As redes sociais intracomunitárias não incentivam a atitudes para saírem da pobreza, e aumento dos rendimentos familiares, e só as redes sociais extra-comunitárias são capazes de levar a uma redução da pobreza*, analisaremos as redes sociais dos indivíduos definidos como *outliners* no sentido que têm maior acesso aos recursos e maiores rendimentos económicos. Para tal fim, estabeleceremos dois tipos de capital social, o *bonding social capital*, ou seja, as redes intra-comunitárias, e o *bridging social capital*, ou redes extra-comunitárias. Segundo esta hipótese, os indivíduos com maior rendimento económico têm maior acesso às redes extra-comunitárias.

A seguir descreveremos detalhadamente a metodologia quantitativa e qualitativa para cada uma das hipóteses.

H1: *Existem assimetrias no seio da aldeia no acesso aos recursos que fazem com que certos indivíduos sejam mais vulneráveis que outros.*

O conceito de pobreza e sua medição, segundo Coudouel et al (2002), envolve três dimensões básicas, nomeadamente:

- selecção de um indicador relevante de bem-estar;
- definição da linha de pobreza;
- identificação de uma medida capaz de exprimir os níveis de pobreza de uma população ou grupo populacional.

Os indicadores de bem-estar mais comuns são o consumo e o rendimento. Na análise do bem-estar cada um deles apresenta potencialidades e limitações. Contudo Karshenas (2001) argumenta que o consumo é um indicador mais fiável, próximo do conceito de bem-estar, comparativamente ao rendimento.

Autores como Zeller (2001) recomendam uma análise multidimensional da pobreza pois as análises unidimensionais são insuficientes para abarcar as várias dimensões da pobreza. Para Zeller o consumo e rendimento são duas dimensões que se caracterizam por dois grupos de indicadores. O primeiro está relacionado com os meios necessários para atingir o bem-estar, isto é, o potencial do rendimento do agregado e dos seus membros em aspectos como capital humano (dimensão do agregado, educação, saúde), capital físico (posse em valores e meios) capital social (normas e redes sociais). O segundo tem haver com indicadores relacionados com os níveis de consumo, isto é, a capacidade de satisfazer as necessidades básicas imediatas e futuras (acesso aos serviços de saúde, alimentação, electricidade, água, acomodação roupa e qualidade do meio ambiente).

A criação de um índice, ou índices que consigam exprimir o nível de pobreza numa perspectiva multidimensional implica o uso de métodos de estatística multivariada. No seu trabalho Zeller recomenda o método das componentes principais pois este método permite isolar e medir as componentes de pobreza embebidas nos vários indicadores tendo em conta o seu peso relativo num determinado contexto.

Basicamente, a Análise das Componentes Principais divide a informação contida nos vários indicadores em algumas componentes. Cada componente é construída como um índice baseado nos valores dos vários indicadores, isto é, cada componente é uma nova variável que é combinação linear dos vários indicadores e representa a máxima variância explicada pelos indicadores em apreço. Portanto a Análise das Componentes Principais extrai as dimensões, componentes latentes, ou seja, subjacentes a um conjunto de indicadores colectados através de um questionário.

Este mesmo método foi usado por Filmer e Pritch (1998), em dados sobre os agregados familiares na Índia devido à falta de informação sobre rendimento e despesas. A componente identificada reflectia os indicadores relacionados com posse de bens (*asset*). Foi desenvolvida uma variável *proxy* da riqueza do agregado familiar a qual se chamou índice de posse, *asset index*.

Nesta perspectiva, construiu-se o índice de bem estar (chamado aqui índice de posse) com base nos indicadores de capital físico e posteriormente é analisada a sua distribuição de forma a identificar e modelar possíveis assimetrias.

Para a construção do indicador **do índice de posse** usou-se a Análise das Componentes Principais (ACP) para verificar a existência, ou não, de alguma componente que reflecta as correlações entre as variáveis que ilustram a posse de algum recurso pelo agregado familiar. Os indicadores em estudo incluem, os do capital económico como sejam a quantidade de gado (caprino, aves, patos e outros), dimensão da machamba, o número de árvores, o número de instrumentos de trabalho, o número de transportes, a estimativa do valor da machamba; e os do capital humano tais como a escolaridade do chefe do agregado familiar e a dimensão do agregado familiar.

Posteriormente passou-se ao estudo qualitativo dos agregados familiares pertencentes aos extremos da distribuição da variável índice de posse, isto é, os 15% dos agregados familiares com maior e menor índice de posse. O objectivo foi de identificar alguns factores do capital social que poderiam estar por detrás das assimetrias.

Para a modelação do tipo de variância que melhor explicasse as assimetrias, entre as aldeias e dentro de cada aldeia, utilizou-se a análise de variância (ANOVA) para comparar as médias dos níveis de posse nos vários quintis entre as aldeias e dentro de cada aldeia.

Outro método usado na quantificação do nível das assimetrias foi o coeficiente de GINI, que é universalmente usado como medida de desigualdades na distribuição do consumo ou do rendimento. Utilizaram-se ainda os dados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) relativos ao consumo nas zonas rurais do Norte de Moçambique para medir o nível de consistência da variável índice de posse comparativamente ao consumo.

H2: Um melhor acesso ao capital social leva a níveis mais baixos de vulnerabilidade entre certas famílias da aldeia. As redes familiares proporcionam maior protecção e menor vulnerabilidade quando estiverem em situação de risco.

Para a segunda hipótese, para detectar a influência do capital social nas assimetrias da distribuição do capital económico utilizaram-se métodos quantitativos e qualitativos. Para a análise quantitativa procurou-se verificar em que medida a variável índice de posse associa-se à variação das variáveis independentes, relacionadas com capital social e para a análise qualitativa utilizaram-se os resultados das entrevistas aos agregados localizados nos extremos da distribuição do índice de posse.

A análise da distribuição do capital social e económico, e as formas como estes se correlacionam poderá elucidar o papel destes no aumento ou diminuição da vulnerabilidade dos mais pobres, permitirá a identificação de alguns dos factores que condicionam ou não a exclusão social e poderá também possibilitar a compreensão de elementos do capital social que funcionam como incentivo ou bloqueio ao empreendedorismo.

A partir dos conceitos de capital económico e social, definidos no enquadramento teórico, e tendo como base os dados recolhidos nas entrevistas e no inquérito, construiu-se índices do capital social. O desenvolvimento do índice de capital social envolveu a aplicação da análise multivariada ao conjunto de variáveis.

CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES DE CAPITAL SOCIAL: ÍNDICE POR VARIÁVEIS E ÍNDICE DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Para a construção dos índices de capital social utilizam-se dois métodos. Um referente às variáveis relacionadas com a religião, o nêhimo, o nível de participação no processo de decisões da aldeia, familiares fora da aldeia, estado civil, a forma de acesso da terra (herdou ou ocupou). O índice das redes sociais tem haver com a centralidade do agregado na estrutura da rede de resolução de problemas, a rede económica e rede de pessoas influentes da aldeia.

- **CRIAÇÃO DO ÍNDICE DO CAPITAL SOCIAL POR VARIÁVEIS**

Para a construção do índice por variáveis foi utilizado o método de estatística multivariada chamado *Nonlinear Principal Components Analysis*, também conhecido pelo acrónimo de PRINCALS, que significa *Principals Componentes Anlysis by means of Alternating Least Square*.

Este método é semelhante à clássica técnica da Análise das Componentes Principais (ACP) pois os dois métodos permitem reduzir um grande conjunto de variáveis a poucas dimensões ou componentes que incorporam o máximo de variabilidade contida no grande conjunto de variáveis. A diferença principal entre as duas técnicas é que a ACP só permite variáveis quantitativas, enquanto que na *PRINCALS* podem ser usadas variáveis qualitativas (medidas a nível nominal e ordinal). Grande parte das variáveis que compõem o capital social são qualitativas, e como tal o método adequado para a construção do índice é o *PRINCALS*.

A análise foi feita em separado para cada aldeia pois a importância de cada variável do capital social é diferente de aldeia para aldeia. O processo envolveu a selecção de variáveis que melhor exprimissem a dimensão do capital social em cada aldeia. O conjunto de variáveis é reduzido a duas ou mais dimensões, que passam a ser as novas variáveis a partir das quais é quantificado um *score* para cada um dos indivíduos da amostra.

As variáveis utilizadas para a criação deste índice de capital social são relativas a: organização e participação de festas dos indivíduos, o seu papel na resolução de problemas através da sua opinião, a sua religião, estado civil, sexo, número e número do cônjuge e o facto de ter familiares fora da aldeia.

Desde o nosso ponto de vista aqueles indivíduos que tem um papel participativo no seio da aldeia, ou seja, que participam, organizam e dão a sua opinião quando houver problema, sustentam mais capital social na medida em que tem um papel activo no seio da aldeia, por outro lado, consideramos que o número do chefe da família e do cônjuge, o sexo do chefe do agregado familiar são determinantes no acesso ao capital social, por último, o facto de ter filhos fora da aldeia é uma variável que indica que o agregado familiar tem redes sociais para além da aldeia.

O trabalho estatístico que se realizou foi juntar todas as variáveis e ver que correlações existem entre elas, portanto, através do método *PRINCALS* se detectou quais eram as variáveis que mais se correlacionam para explicar o índice de capital social.

- **CRIAÇÃO ÍNDICE DO CAPITAL SOCIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS**

A análise de redes sociais é importante para este estudo no entendimento sobre as estratégias de sobrevivência e as formas de transmissão do conhecimento entre as pessoas nas comunidades.

Existem dois tipos de análise da rede. A análise da *rede egocêntrica* e análise da *rede completa*. Na análise da *rede de ego*, cada entrevistado é questionado sobre as pessoas influentes na sua vida e sobre os relacionamentos que estes mantêm uns com os outros.

A análise da *rede egocêntrica* é extremamente importante na medida em que pode ser combinada com dados estatísticos e permite testar hipóteses, enquanto a análise da *rede completa* é aquela em que se tenta obter todos os relacionamentos de ego que influenciam no processo de tomada de decisões (Hanneman 2001:18).

Como categoria dinâmica, as redes sociais facilitam a integração dos indivíduos numa sociedade e permite a criação de capital social capaz de apoiar as pessoas na resolução dos seus problemas com rapidez e eficácia, pedindo ajuda de familiares e amigos o indivíduo diminui o ‘stress’ e ultrapassa os problemas aos quais se enfrenta. Para a análise das redes sociais determinamos o indicador da posição, densidade e reciprocidade na rede social.

Índice do grau de centralidade actor

Segundo Hanneman (2001), a lógica para a medição da posição do indivíduo na rede social envolve os conceitos de grau do actor *actor degree*, centralidade e poder. A centralidade mede-se pelo número de ligações que o actor possui, os graus ou *degree*. Actores com grande número de ligações têm mais oportunidades pois eles têm mais escolhas: têm acesso e podem melhor beneficiar das redes como um todo, pelo facto de terem muitas ligações, são terceira parte, negociador ou facilitador, nos processos de trocas entre os outros e conseqüentemente beneficiam desta posição.

Mas as redes podem ter relações não simétricas, isto é, as ligações entre os actores podem ser direccionadas ou não. Nas ligações não direccionadas os actores diferem pelo número de conexões que possuem. Em ligações direccionadas é necessário distinguir a centralidade baseada no que é designado por grau de entrada e grau de saída. O actor com alto grau de entrada recebe muitas ligações, ou seja, as conexões são lhe dirigidas, isto é, muitos actores procuram estabelecer contactos com ele o que indica a sua importância, a proeminência ou o prestígio deste. Actores com alto grau de saída são os que procuram as ligações, tentam influenciar ou solicitar a atenção dos que têm grau de entrada com os seus pontos de vista.

Bonacich defende que quanto mais ligações tiverem os actores a quem um actor está ligado mais central ele é. O índice de centralidade de Bonacich considera que a centralidade de cada actor é função:

- da quantidade de ligações que tem o actor;
- da quantidade de ligações que tem os actores da sua vizinhança (quanto mais ligações tiverem os actores da vizinhança de A, mais central será A).

Mas ainda, Bonacich considera que quanto menos ligações tiverem os actores a quem um actor está ligado mais poderoso ele é. O índice de poder de Bonacich considera que o poder de cada actor é função:

- da quantidade de ligações que tem o actor;
- da quantidade de ligações que tem os actores da sua vizinhança (quanto menos ligações tiverem os actores da sua vizinhança, mais poderoso será o actor A)

As perguntas da entrevista utilizadas para o cálculo do grau de centralidade foram i) a quem recorre quando tem um problema na família, ii) a quem recorre quando precisa de dinheiro emprestado iii) quem são as pessoas influentes na aldeia. Com base nas respostas a estas perguntas calcularam-se três indicadores do capital social com base na matriz das relações direccionadas. Um para a rede familiar, outro para a rede dos empréstimos e o terceiro para a rede de pessoas influentes. (em anexo apresenta-se a tabela dos índices na rede social)

H3: *As redes sociais intracomunitárias não incentivam as atitudes para saírem da pobreza e o aumento dos rendimentos familiares. Só as redes sociais extra-comunitárias são capazes de levar a uma redução da pobreza.*

A verificação da terceira hipótese será realizada através de metodologia qualitativa. Segundo a observação no trabalho de campo qualitativo identificamos uma série de indivíduos que pelas suas actividades profissionais, definimos como *outliners*, na medida em que adoptam estratégias, desenvolvem actividades que lhes possibilitam ter fontes de rendimentos que diferem do resto da comunidade. Exemplos de *outliners* seriam indivíduos que trabalham como professores fora da aldeia, indivíduos que empregam outras pessoas da aldeia ou que têm loja. Neste sentido, interessa detectar as causas que levaram esses indivíduos a ter esses níveis de capital económico superiores a maioria.

Para tal fim, e com base na nossa hipótese, estabeleceremos dois tipos de capital social, o denominado *bonding* e *bridging*. Segundo a nossa hipótese, aqueles indivíduos

com maiores rendimentos económicos tem maior acesso às redes extra-comunitárias, assim, para cada tipo de capital social estabeleceremos indicadores que nos ajudarão a detectar aqueles indivíduos com mais capital social intra-comunitário ou extra-comunitário.

Os indicadores do *bonding social capital* ou intra-comunitários são:

- **Estado civil:** aqueles indivíduos casados, monogâmicos ou poligâmicos sustentam maior capital social intracomunitário do que aqueles viúvos ou solteiros.
- **Nihimo:** aqueles indivíduos que pertencem ao nihimo maioritário ostentam maior capital social.
- **Nihimo do cónjuge:** aqueles indivíduos casados com conjugues com nihimos maioritários ostentam maior capital social.
- **Lugar de nascimento:** aqueles indivíduos nascidos na aldeia ostentam maior capital social.
- **Responsabilidade social:** aqueles indivíduos que desempenham actividades de responsabilidade comunitária tais como régulo, *apuiamuene*, *chehe* da mesquita ou pastor da Igreja ostentam maior capital social.
- **Religião:** aqueles indivíduos que pertencem à religião maioritária ostentam maior capital social.
- **Participação/organização das festas religiosas:** aqueles indivíduos que participam e/ou organizam sustentam maior capital social.
- **Opinião:** aqueles indivíduos que costumam a dar a sua opinião quando houve problema na aldeia sustentam maior capital social.
- **Pessoas influentes:** aqueles indivíduos que são indicados como pessoas influentes no seio da aldeia sustentam maior capital social.

Os indicadores do *bridging social capital* ou extra-comunitários são:

- **Viveram fora da aldeia:** aqueles indivíduos que viveram e trabalharam fora da aldeia sustentam maior capital social.
- **Trabalho fora da aldeia:** aqueles indivíduos que trabalham fora da aldeia sustentam maior capital social.
- **Família fora da aldeia:** aqueles indivíduos que tem família fora da aldeia sustentam maior capital social.
- **Participação em associações:** aqueles indivíduos que fazem parte de alguma organização sustentam maior capital social.
- **Lugar de nascimento:** aqueles indivíduos que nasceram fora da aldeia sustentam maior capital social.
- **Venda de produção fora da aldeia:** quanto maior forem as relações comerciais fora da aldeia maior o capital social.

6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados preliminares do primeiro levantamento quantitativo e qualitativo para cada uma das hipóteses levantadas.

6.1. VERIFICAÇÃO DA PRIMEIRA HIPÓTESE

Existem assimetrias no seio da aldeia no acesso aos recursos que fazem com que certos indivíduos sejam mais vulneráveis que outros

6.1.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL ECONÓMICO “ÍNDICE DE POSSE”

Numa primeira fase da análise apresentam-se os resultados da criação do indicador capital económico, designado *índice de posse* e numa segunda fase analisa-se a distribuição deste capital.

O *índice de posse* é o resultado da combinação linear dos indicadores do capital físico tais como número de animais, número de instrumentos de trabalho, número de árvores, número de transportes (bicicleta), outros bens (rádio, etc.) e género do chefe do agregado familiar.

Para a selecção das variáveis a incluir na análise das principais componentes (APC), utilizou-se o KMO (Kaizer Measure of Adequacy de cada variável). Incluiu-se só as variáveis com KMO maior que 0.60 pois só assim a aplicação do APC é recomendado. O KMO é um indicador do nível de correlação de uma determinada variável com o conjunto das variáveis em estudo.

A tabela 1 (ver anexo 2- Tabelas) mostra que o KMO geral é de aproximadamente 0.72 o que de acordo com os critérios para a aplicação do método APC é satisfatório. E o teste de Bartlett é significativo.

A tabela 2 (ver anexo 2- Tabelas) mostra o número de componentes a considerar e a percentagem da variância explicada por estas. Neste caso são consideradas as duas componentes com o valor próprio maior do que 1. A percentagem total da variância explicada pelas duas componentes é de 45%. A tabela também mostra que a percentagem da variância explicada pela primeira componente é de 30% e a segunda de 15%.

A tabela 1 em baixo mostra as correlações entre as variáveis e cada uma das componentes. Os dados mostram que a componente 1 está fortemente correlacionada com as variáveis: número de transportes, número de animais, número de instrumentos de trabalho, género do chefe do agregado familiar. O tipo de variáveis que se correlacionam com esta componente sugere estar-se perante algo designado nesta análise *por posse*. E esta componente explica acima de metade (30%) do total da variação explicada pelas duas componentes (45%).

Para a componente 2 dificilmente se identifica um padrão comum entre as variáveis que a constituem.

Tabela 1 - Matriz das componentes principais

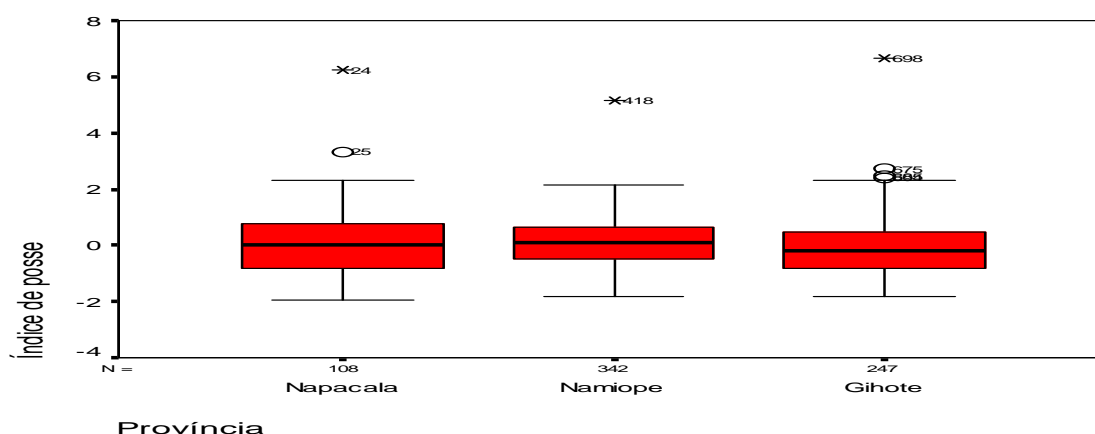
	Component	
	1	2
SX Género CAF	.502	.293
FAMTOT Tamanho	.351	.480
ARVORES	.439	-.659
ANIMAIS	.618	-.474
TRANSPO	.637	.295
INSTR	.625	.000
OUTR	.629	.126

Componente 1 é a combinação linear das variáveis (Sexo, Animais, Transporte, Instrumentos, Outros e com menor peso Tamanho da Família e Árvores)

A análise preliminar dos dados sugere que a variação da distribuição do índice de posse é fundamentalmente explicada pela variação dentro das aldeias e não entre as aldeias. A variação do índice de posse entre as aldeias é pouco significativa, portanto, nas três aldeias os agregados familiares têm níveis de posse parecidos, sendo as diferenças ou assimetrias, no seio das aldeias.

O gráfico 1 mostra a distribuição da variável índice de posse em quartis (*boxplot*) por aldeia. Como os dados mostram a variância entre aldeia parece ser insignificante enquanto que a variação dentro de cada aldeia parece ser significativa.

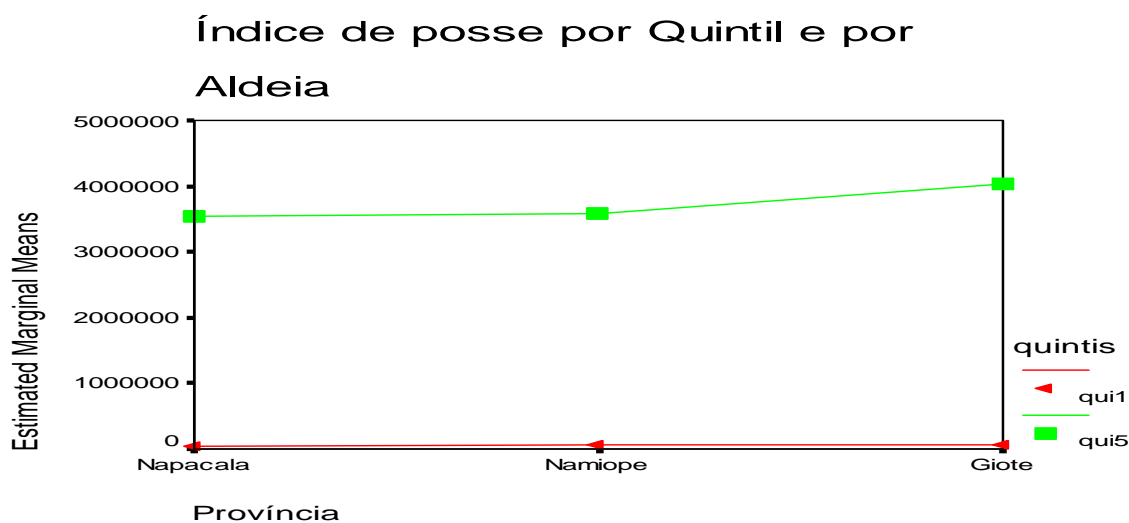
Gráfico 1 - Distribuição do índice de posse pelas aldeias



Para uma análise mais profunda das assimetrias dividiu-se o índice de posse em cinco partes designadas por quintis (20%), analisou-se as médias do primeiro e quinto quintil dentro e entre as aldeias.

O gráfico 2 apresenta as médias do índice de posse no primeiro e quinto quintil entre as aldeias e dentro destas. Os dados mostram que a diferença significativa verifica-se dentro de cada aldeia entre as médias do primeiro e quinto quintil e não entre aldeias, por outras palavras quer isto dizer que em média o índice de posse das três aldeias é o mesmo, contudo em cada uma das aldeias a distribuição do índice de posse é assimétrica. Por exemplo, em Napacala 20% dos mais pobres têm índice de posse em média de 37.071 meticais, enquanto que os 20% mais ricos em índice de posse em media 3.544.434 meticais. O índice de posse de 100 indivíduos do primeiro quintil equivale à posse de um só indivíduo do quinto quintil.

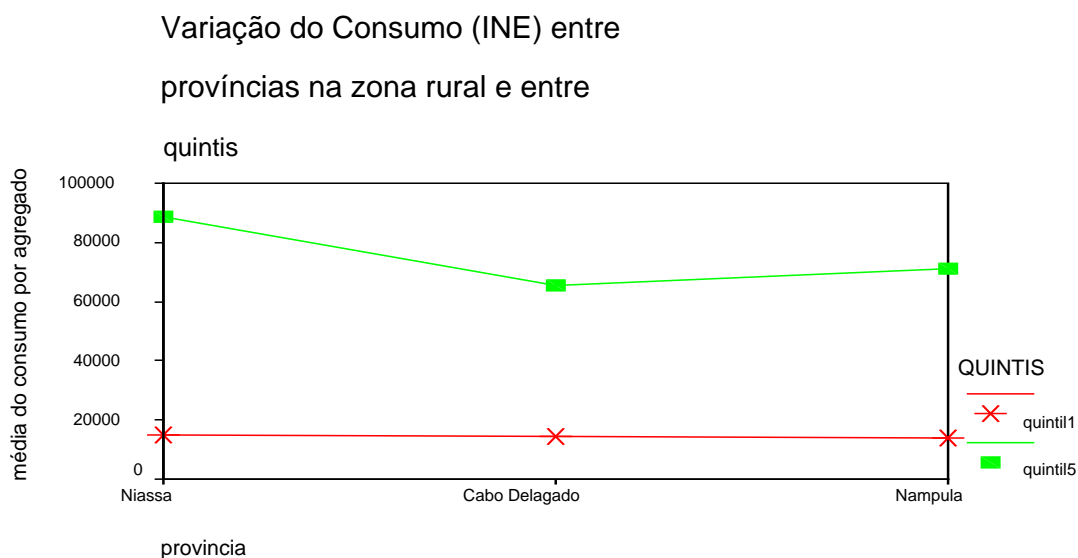
Gráfico 2



Com base na tabela 4 e 5 (anexo 2), teste F (two way Anova) confirma-se a significância dos resultados no nível de 5% ($F=455,1$ $P<5\%$) entre os quintis dentro de cada aldeia. Entre as aldeias o teste não é significativo ($F=1,11$ $p>5\%$), isto é, as diferenças são significativas dentro de cada aldeia e não entre as aldeias e 65% da variação no modelo é explicada pela variação entre os quintis dentro da aldeia.

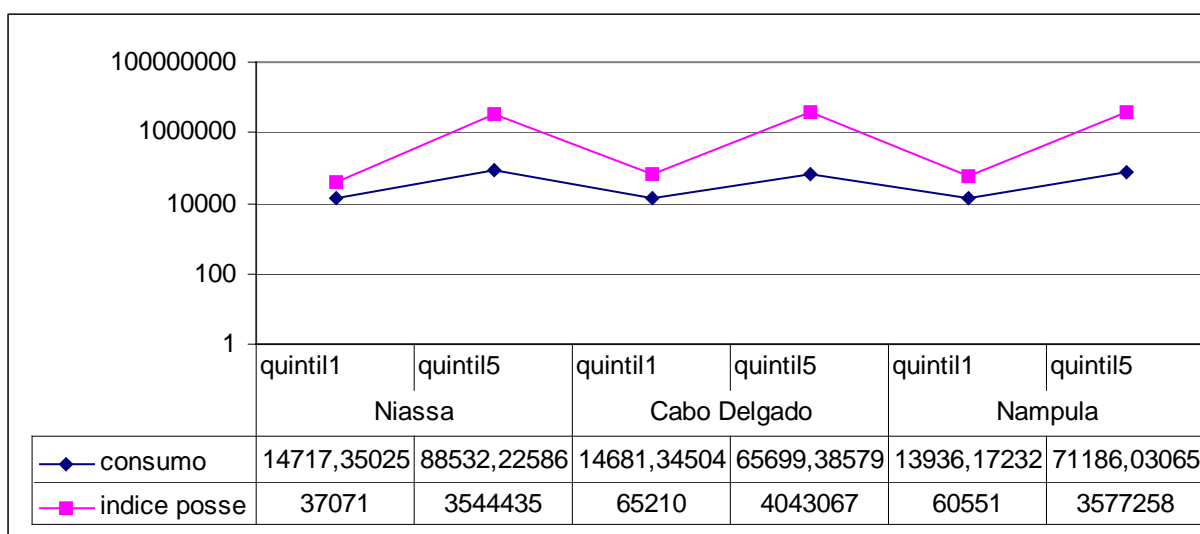
A mesma análise foi realizada para os dados relacionados com o consumo realizado no Inquérito dos Agregados Familiares (IAF) do Instituto Nacional de Estatística (INE). O gráfico 3 representa a comparação dos quintis entre as províncias e dentro destas. Os resultados corroboram com os obtidos com a variável índice de posse, isto é, a variação do consumo é fundamentalmente explicada pela variação dentro da província e não entre províncias, embora as diferenças entre a média do primeiro e do quinto quintil não sejam tão acentuadas como no índice de posse.

Gráfico 3



O gráfico 4 representa as médias por quintis e por província das variáveis consumo e índice de posse. Os dados mostram que as duas variáveis têm a mesma tendência entre as províncias e entre os quintis embora os valores sejam diferentes.

Gráfico 4 - Comparação entre o consumo (IAF) e o índice de posse (dados logaritmizados)



A tabela 5 (ver anexo 2 - Tabelas) apresenta indicadores das assimetrias para cada aldeia com base na variável índice de posse. A partir destes dados mais uma vez se confirmam as disparidades dentro da aldeia. Assim pode-se verificar que em Napacala a média do índice de posse do quinto quartil é 95.6 vezes superior à média do primeiro quintil. Este valor é 59 em Namiope e 62 em Ghiote.

Outra forma de medir as desigualdades na distribuição do índice de posse é através do coeficiente de GINI. Um coeficiente de GINI igual ou superior a 0.30 sugere grandes desigualdades na distribuição. O coeficiente de GINI entre as aldeias varia entre 0.52 a 0.59. A aldeia com maior GINI é Ghiote com 0.59 seguido de Namiope e Napacala com 0.53 e 0.52 respectivamente, o que ilustra a dimensão das desigualdades dentro da aldeia, sendo Ghiote (Cabo Delgado) a aldeia com maior desigualdades, seguindo Namiope (Nampula) e Napacala (Niassa) com valores muito parecidos.

Tabela 2 Coeficiente de GINI do índice de posse

Aldeia	GINI
Napakala	0.52
Namiope	0.53
Ghote	0.59

Contudo há a destacar que pelos Ginis relativamente ao consumo e a variável índice de posse não coincidem nos resultados das desigualdades. O índice de GINI para o consumo (em base a dados provinciais do IAF) é mais baixo (aprox. 0.3) do que segundo o índice de posse (acima de 0.5).

A constatação de que a variação da distribuição do índice de posse é fundamentalmente explicada pela variação dentro das aldeias e não entre as aldeias é muito interessante. Pois nas três aldeias existem níveis de acesso às infraestruturas sociais a nível distrital muito diferentes. Por exemplo as aldeias de Napacala (Niassa) e Namiope (Nampula) têm acesso directo à estrada nacional e centros urbanos, enquanto que Ghiote (Cabo Delgado) está muito distante do acesso a estradas e centros urbanos (ver anexo 3). Em relação ao acesso à saúde só Ghiote não possui posto de saúde na aldeia. E em relação ao acesso à saúde na capital do distrito, em Cuamba existe um

hospital enquanto que nas outras duas capitais de distrito (Murrupula e Ancuabe) só existe centro de saúde (ver anexo 3).

Relativamente à educação é importante realçar que uma das aldeias está situada num distrito com ensino superior (Cuamba), enquanto que nos outros existe no máximo o EP2. Assim as diferenças entre as aldeias e os distritos são assinaláveis. Pode-se considerar que a aldeia de Ghiote e o seu distrito, Ancuabe, é lugar com menos infra-estruturas. A constatação acima apresentada leva-nos a reflectir sobre a eficácia das políticas de erradicação da pobreza, ao nível da aldeia, isto é, distritos com níveis diferentes de acesso a infra-estruturas sociais (educação, saúde, comunicação) não implica diferenças nos níveis de riqueza. A média do índice de posse não varia significativamente entre as aldeias. Possivelmente isto indica que as estratégias de desenvolvimento com base nas infra-estruturas, não são suficientes para o desenvolvimento das aldeias, é necessário outro tipo de intervenções para o desenvolvimento ao nível da aldeia e da família rural moçambicana

6.1.2 DESCRIÇÃO SOCIOLÓGICA DOS INDIVÍDUOS COM MAIOR E O MENOR CAPITAL ECONÓMICO NAS ALDEIAS

Na distribuição dos níveis de capital económico nas três aldeias, uma minoria ostenta os níveis de capital económico mais alto como se verifica nos índices de GINI para cada aldeia na secção anterior. Portanto nas três aldeias há certos indivíduos com maior acesso aos recursos económicos do que outros. Mas no caso da aldeia de Ghiote (Cabo Delgado) são só dois indivíduos com níveis de índice de posse superior a um desvio padrão da média, sendo a maioria abaixo de um desvio padrão da média (ver Anexo 2 – Tabela 7). Isto significa que a concentração da riqueza em poucos indivíduos é muito significativa nesta aldeia. De facto os resultados do índice de GINI já destacam como na aldeia de Ghiote as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres são maiores do que nas outras aldeias.

Entre os casos com maior capital económico nas três aldeias são homens casados monogâmicos ou bigâmos, ou divorciados e casados por segunda vez. Na aldeia de Ghiote detectaram-se muitos mais casos de bigamia do que nas outras aldeias, que poderia ser explicado pelo facto que a maioria dos indivíduos confessam na religião

muçulmana, apesar de que a poligamia não é exclusiva desta religião. Assim, os homens com alto capital económico, sempre que se divorciam voltam a casar e nos casos onde existe poligamia costumam ser os mais ricos.

Nas três aldeias os indivíduos com maior capital económico pertencem ao núcleo maioritário que costuma ser o clã originário da aldeia. Assim, a maioria destes indivíduos nasceu na aldeia, excepto no caso da aldeia de Napacala (Niassa) em que a maioria nasceu fora da aldeia e vieram para Napacala ou vem para casar, ou vêm atraídos por terras mais férteis¹¹. Deste modo, no caso desta aldeia o facto de ser oriundo não significa um maior acesso aos recursos, apesar de que são os indivíduos que não sendo oriundos há muito tempo que vivem nessa aldeia e até têm a sua própria estrutura de poder.

Nas três aldeias a maioria dos indivíduos com maior capital económico costuma vender a sua produção, apesar de que habitualmente vendem na própria aldeia e alguns têm outras fontes de rendimentos como artesanato, fabricação de bebidas tradicionais ou de óleo de girassol. As famílias que oferecem *ganho-ganho* a outras pessoas são também as mais ricas.

No concernente à responsabilidade social, entre os que têm mais posse há muitos indivíduos que desenvolvem actividades comunitárias e que são consideradas pessoas influentes como o chefe, o muené, os pastores de igreja ou os curandeiros.

Em relação às estratégias desenvolvidas perante os riscos, os indivíduos com maior capital económico desenvolvem principalmente estratégias de auto-protecção, como a venda de animais e de artesanato, mais do que através das relações sociais. É de destacar o facto que nem os indivíduos com maior capital económico desenvolvem estratégias *a priori*, e portanto as estratégias são desenvolvidas depois de aparecer o problema.

Nos casos de menor capital económico, nas três aldeias a maioria são mulheres chefes de família, portanto viúvas e divorciadas com filhos, apesar de que também

¹¹ No caso da aldeia de Napacala, existem um grupo de pessoas bastante extenso que nasceram na aldeia de Maúa, e que vieram a viver em Napacala nos anos 60 para trabalhar numa plantação colonial. Deste modo, são muitas as pessoas que vieram de Maúa e ficaram a viver de vez em Napacala. Daí que a maioria desses indivíduos se situam numa zona da aldeia, enquanto que os originários ficam na zona chamada Muwawa (nome original da aldeia).

aparecem casos de casais idosos. Existe pois uma exclusão de género e por idade, sendo as mulheres e os mais idosos os excluídos.

As mulheres com menos posses pertencem aos nühimos originários das aldeias, e portanto nascidas a maioria na aldeia. Não obstante ao serem as mulheres divorciadas ou viúvas, elas mesmas responderam que com a perda do marido também perderam os bens e posses que possuíam durante o casamento.

Todos os indivíduos com menor capital económico são camponeses que produzem para o auto-consumo e não têm outras fontes de rendimentos. Quando precisam de dinheiro a sua estratégia é pedir dinheiro a outra pessoa, habitualmente familiares, ou fazer *ganho-ganho* nas machambas de outras pessoas. São poucos os casos em que no momento de risco fazem actividades para ganharem dinheiro, isto é, fazer artesanato, bebida tradicional, entre outros.

Portanto, as estratégias desenvolvidas por aqueles indivíduos com menos posse, mulheres viúvas ou divorciadas originárias da aldeia, são as estratégias baseadas na rede social e a posteriori. Isto é, a maioria pede ajuda a outras pessoas quando estão em situação de risco. Assim, entre os indivíduos mais pobres é mais habitual resolver os problemas através das redes sociais que costumam ser as familiares ou através dos trabalhos temporais nas machambas de outras pessoas, o denominado *ganho-ganho*. Também, entre os que tem menos capital económico não há ninguém que além de ser camponês tenha outra ocupação ou responsabilidade social na aldeia (muené, apuiamuene, chehe da mesquita etc.)

6.2 VERIFICAÇÃO DA SEGUNDA HIPÓTESE

Um melhor acesso ao capital social leva a níveis mais baixos de vulnerabilidade entre certas famílias da aldeia. As redes familiares proporcionam maior protecção e menor vulnerabilidade quando estiverem em situação de risco

6.2.1 INDICADORES DO CAPITAL SOCIAL PARA CADA ALDEIA

Nesta secção analisaremos o capital social dos indivíduos e das famílias como estratégia para enfrentar os problemas sociais e económicos. Desta maneira analisaremos as redes sociais existentes, a sua natureza, densidade, composição, e os benefícios que proporcionam aos indivíduos.

No nosso ponto de vista o capital social não se limita unicamente às redes sociais, são também todos aqueles recursos intangíveis que sustenta um indivíduo devido à sua posição social (ninho, família tradicionalmente com poder, idade, género etc.).

Assim, consideramos indicadores de capital social o facto de participar e organizar eventos culturais ou religiosos na comunidade, o facto de dar a opinião e participar na resolução dos problemas comunitários, a pertença determinada a um ninho e o ninho do cônjuge, o género, a idade, o facto de ter familiares fora da aldeia.

Portanto, para o cálculo do índice do capital social trabalhou-se por um lado com a análise de redes sociais e por outro lado trabalhou-se na elaboração de um índice através de variáveis de natureza social acima descritas.

A abaixo apresenta-se a criação do indicador do capital social com base nas variáveis para cada aldeia e a caracterização sociológica daqueles indivíduos com maior e menor capital social. Em anexo apresenta-se também os níveis de capital social para cada um dos entrevistados (anexo).

NAPACALA (NIASSA)

Segundo o método de estatística multivariada chamado *Nonlinear Principal Components Analysis*, também conhecido pelo acronímio de *PRINCALS*, que significa *Principals Componentes Anlysis by means of Alternating Least Square*, o gráfico um abaixo ilustra como as variáveis estão relacionadas com as dimensões. Por exemplo a dimensão 1 na horizontal está relacionada com as variáveis religião (RELIGIA) e ninho do chefe do agregado e do conjugue (NIHIMO, NIHIMCNJ). A dimensão 2, na

vertical 2, está relacionada com as variáveis Estado Civil (EstadoCivil), nível a participação na resolução dos problemas da aldeia (Opin_prob1_Ald), possuir filhos ou familiares fora da aldeia (FamAdultForaAld). Destaca-se também o facto do nihimo do chefe do agregado fazer parte da primeira dimensão, embora com o peso menor (0.44) comparativamente a primeira dimensão (0.76).

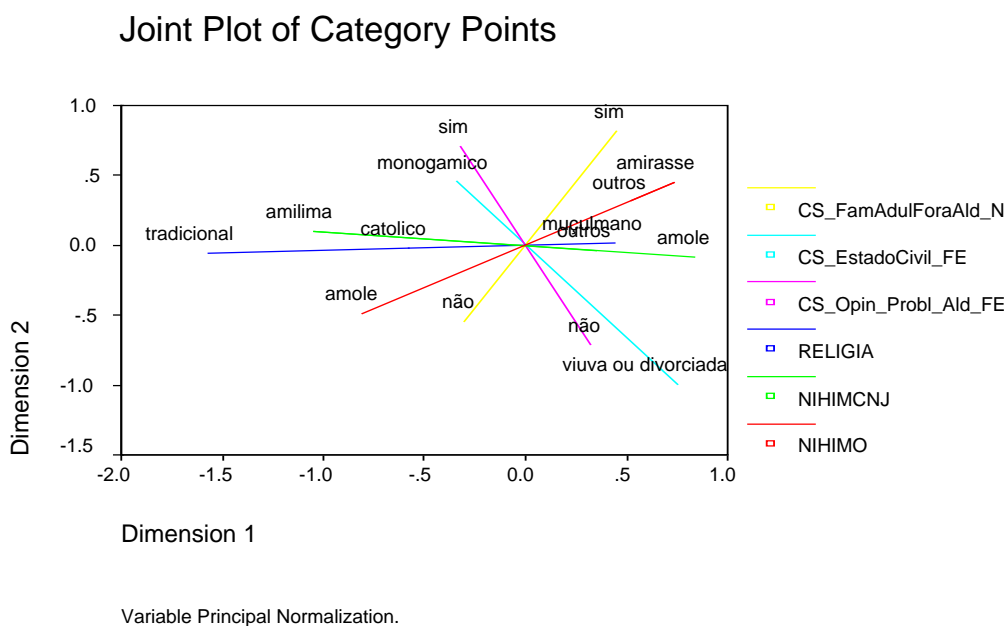
Comparando as duas dimensões, a que melhor espelha o capital social é a segunda pois está relacionada com a capacidade do actor intervir ou não na resolução de problemas da aldeia, o facto do actor possuir ou não uma rede social de interacção que abrange pessoas fora da aldeia e de ser casado ou viúva. A primeira dimensão embora contenha um dos pontos considerados teoricamente fundamentais no capital social, o nihimo, está muito pouco correlacionada com as outras variáveis.

Tabela 3 - Matriz das componentes principais do capital social

	Dimension	
	1	2
NIHIMO	.736	.448
NIHIMCNJ	-.767	.076
RELIGIA	-.553	-.020
OPINIAO CS_Opin_Probl_Ald_ FE	-.316	.699
ESTCIVIL CS_EstadoCivil_FE	-.480	.638
FAMIFORA CS_FamAdulForaAld _N	-.368	-.664

Variable Principal Normalization.

Gráfico 5 - Dimensão do capital social em Napacala



Portanto, através do método *PRINCALS* detectou-se quais eram as variáveis que mais se correlacionam para explicar o índice de capital social. Segundo a segunda dimensão as características dos indivíduos que sustentam níveis menores de capital social são as mulheres chefes de família e que por tanto são viúvas ou divorciadas, maioritariamente do nihimo amole, não costumam a dar a sua opinião para a resolução dos problemas, portanto têm um papel mais invisível na tomada de decisões, e finalmente não têm familiares fora da aldeia.

No pólo oposto, os indivíduos com níveis mais altos de capital social são homens casados monogâmicos, que costumam dar a sua opinião na resolução dos problemas, têm familiares fora da aldeia e pertencem ao nihimo *Amirasse*.

GHIOTE (CABO DELGADO)

Para a aldeia de Ghiote o gráfico dois ilustra as variáveis e as respectivas dimensões do capital social. A dimensão 1 na horizontal está relacionada com as seguintes variáveis: organização de festas religiosas (Org. Festa Relig), nihimo do chefe do agregado e do conjugue (nihimo), Estado Civil (EstadoCivil), nível a participação na

resolução dos problemas da aldeia (Opin_probl_Ald). E para a dimensão dois destaca-se a variável Adultos fora da Aldeia (FamAdultForaAld).

Comparando as duas dimensões, a que melhor espelha o capital social é a primeira, pois está relacionada com a capacidade do actor intervir ou não na resolução de problemas da aldeia, o facto de organizar ou não as festas religiosas e pertencer ou não ao nihimo maioritário. A segunda dimensão é fundamentalmente composta por uma única variável isolada, não contendo outros indicadores do capital social.

Pela primeira componente, em Ghiote, continuam a ser os homens os que ostentam níveis mais altos de capital social, mas neste caso são homens poligâmicos. Na aldeia de Ghiote encontramos muitos mais casos de bigamia em relação à aldeia de Napacala., isto significa que bigamia em Ghiote, para além de ser um fenómeno social mais habitual entre os macuas desta zona, a bigamia aliada aos nihimos maioritários é uma estratégia para o acesso aos recursos do capital social, isto é, aqueles indivíduos casados com mais de uma mulher e pertencentes ao nihimo maioritário tem maior capacidade de intervir na resolução dos problemas na aldeia, para organizar festas de natureza religiosa e portanto ostentam um papel mais activo e visível no seio da aldeia.

Em relação à religião não aparece como uma variável determinante na medida em que a maioria da população em Ghiote é muçulmana. Exactamente 73.1% são muçulmanos, enquanto que 3.8% são católicos, 3.8% são cultura dos antepassados, 7.7% são ex-muçulmanos e 11,5% que não sabem.

Em relação ao nihimo, aqueles indivíduos que sustentam maior capital social pertencem a um dos nihimos maioritários, os *Muicone*. Em Ghiote, os nihimos mais extensos são *Amoro* e *Muicone*. O muené tradicional da aldeia pertence ao nihimo *Muicone*. Durante a época colonial os *Muicone* eram os que sustentavam o poder na aldeia. Na altura da independência o poder passou as mãos dos *Amoro*. Actualmente, quem tem mais peso político na aldeia são os *Amoro*, e constatou-se uma certa perda de legitimidade política por parte dos *Muicone*. Aliás, três dos indivíduos que sustentam maior capital económico são *Amoro* e pertencem à estrutura política.

Assim, os *Muicone* e os *Amoro* são os que sustentam mais e melhores terras, sendo os nihimos originários os com maior poder actual. A aliança matrimonial entre estes dois nihimos é uma das estratégias utilizadas para acesso aos recursos. Neste caso, os chefes de agregados familiares com mais capital social são do nihimo *Muicone*, mas

muitas vezes casados com mulheres *Amoro*, que afinal de contas, segundo a tradição macua matrilinear, o homem acede à terra através da família da mulher.

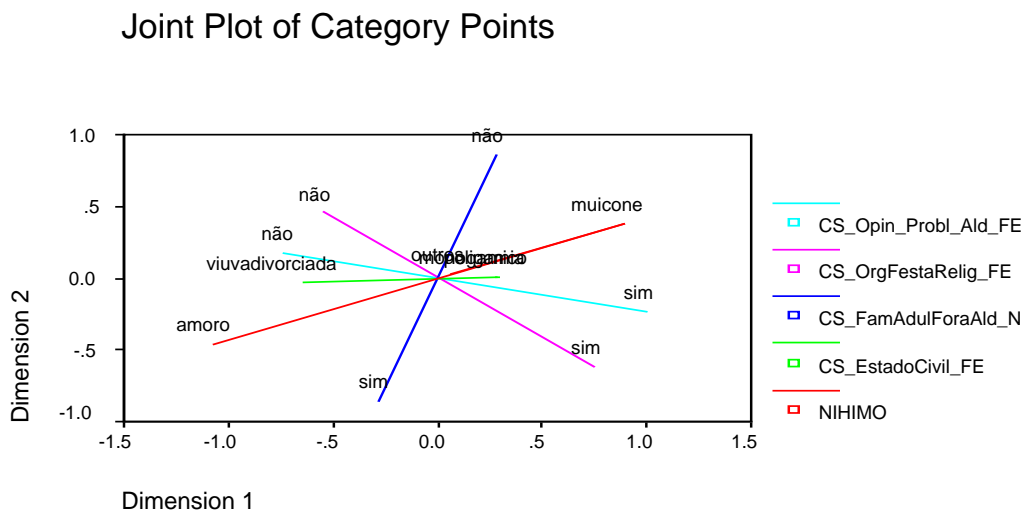
No oposto, os indivíduos com menos capital social são uma vez mais mulheres viúvas ou divorciadas. Neste caso pertencentes ao nihimo maioritário, mas apesar de serem deste nihimo *Amoro*, o qual significaria maior acesso aos recursos, a sua condição de viúva e divorciada, implica a perda deste acesso.

Tabela 4 - Matriz das componentes principais do capital social

	Dimension	
	1	2
NIHIMO	.791	.337
ESTADOCI CS_EstadoCivil_FE	.429	.017
ADULTFOR CS_FamAdulForaAld _N	.279	.853
ORGANIZA CS_OrgFestaRelig_FE	.639	-.532
OPINIA CS_Opin_Probl_Ald_FE	.854	-.201

Variable Principal Normalization.

Gráfico 6 - Dimensões do capital social em Ghiote



NAMIOPE (NAMPULA)

A da aldeia de Namiope é constituída por quatro zonas denominadas cabos nomeadamente Cabo Requíwe, Cavarro Chaiva e Mutua. O estudo incidiu sobre os cabos Cavarro de Requíwe (para mais detalhes ver anexo)

CAVARRO

Para a aldeia de Namiope, no caso do Cabo Cavarro o gráfico a seguir ilustra as variáveis e as respectivas dimensões do capital social. A dimensão 1 na horizontal está relacionada com as seguintes variáveis: organização de festas religiosas (OrgFestaRelig), nihimo do conjugue (nihimo), Adultos fora da Aldeia (FamAdultForaAld). Para a dimensão dois temos o Estado Civil (EstadoCivil), nihimo do conjugue (nihimo) e nível da participação na resolução dos problemas da aldeia (Opin_probl_Ald).

Neste caso as duas dimensões são capazes de espelhar o capital social de Cavarro. Nas duas dimensões as pessoas com mais capital social são homens casados,

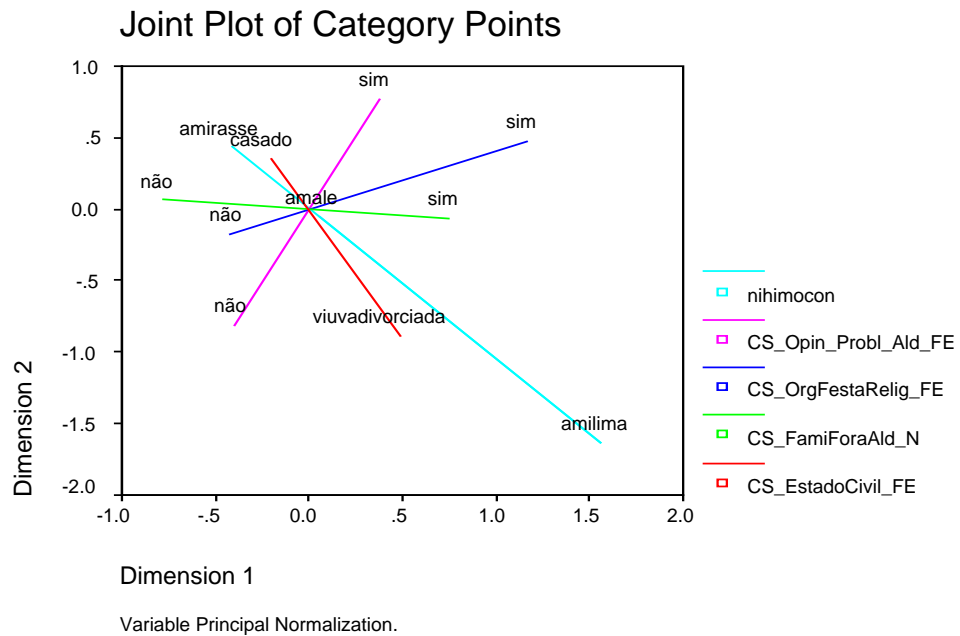
que costumam dar a sua opinião sobre os problemas na aldeia, organizam festas religiosas e o nihimo do conjugue é *Amirasse* ou *Amilima*. Só na dimensão um aparece o facto de terem familiares fora da aldeia como uma componente importante nos níveis de capital social. Pelo contrário, aqueles indivíduos com menor capital social são mulheres chefes de família, viúvas ou divorciadas, que não dão a opinião, nem organizam festas e que o nihimo do conjugue é *Amale*.

Tabela 5 - Matriz das Componentes principais do Capital Social

	Dimension	
	1	2
ESTACIVI CS_EstadoCivil_FE	-.312	.564
FAMILFOR CS_FamiForaAld_N	.761	-.062
ORGANIZF CS_OrgFestaRelig_F E	-.684	-.281
OPINIÓ	-.384	-.789
NIHIMO2 nihimocon	.511	-.534

Variable Principal Normalization.

Gráfico 7 - Dimensões do capital social em Cavarro



REQUIWE

No caso de Cabo de Requiwe, a primeira dimensão é a que espelha melhor o capital social deste cabo na aldeia de Namiope, apesar de que neste cabo houve dificuldades no levantamento de dados. Consequentemente obtivemos dados insuficientes. Contudo os resultados ajustam-se ao modelo descrito para as outras aldeias. Os indivíduos com maior capital social, são como nos outros casos homens casados, que costumam a organizar festas, que dão a opinião, mas que não têm familiares fora da aldeia.

Gráfico 8 - Dimensões do capital social em Requiwe

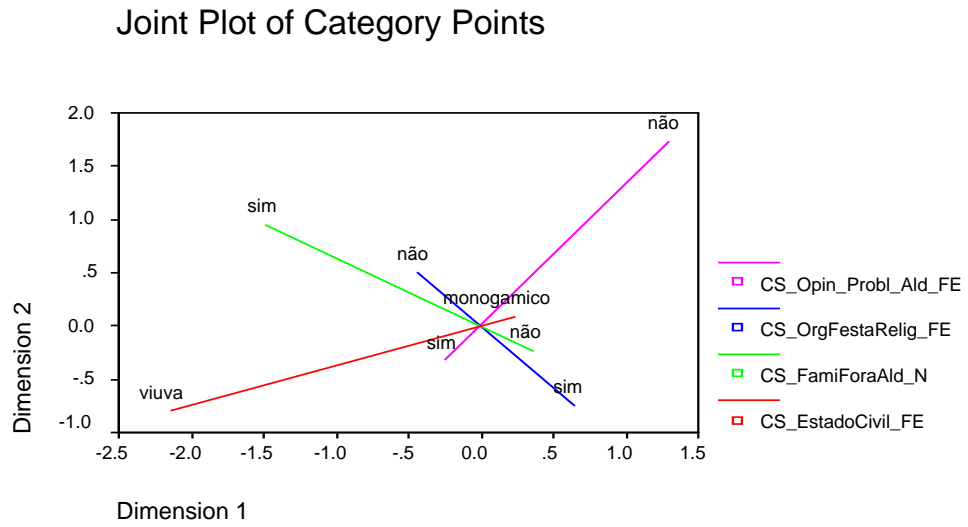


Tabela 6 - Matriz das Componentes principais do capital social

	Dimension	
	1	2
ESTACIVI CS_EstadoCivil_FE	.602	.225
FAMILIAF CS_FamiForaAld_N	.694	-.447
ORGANIFE CS_OrgFestaRelig_FE	.478	-.564
OPINIÃO	.578	.769

Variable Principal Normalization.

6.2.2 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES SOBRE O ACESSO AO CAPITAL SOCIAL

Nas três aldeias é comum o seguinte quadro.

As características dos indivíduos que sustentam níveis menores de capital social são as mulheres chefes de família, pertencentes a grupos minoritários, não costumam a dar a sua opinião para a resolução dos problemas, portanto tem um papel mais invisível na tomada de decisões, não organizam festas religiosas e finalmente não tem familiares fora da aldeia.

No pólo oposto, os indivíduos com níveis mais altos de capital social são homens casados monogâmicos ou polígamos, que costumam a dar a sua opinião na resolução dos problemas, têm familiares fora da aldeia e pertencem ao grupo *maioritário*.

Como os resultados mostram existe a exclusão de gênero no acesso ao capital social, sendo as mulheres as excluídas, nomeadamente as mulheres chefes de família que já não tem marido. Daí chega-se à conclusão que o acesso aos recursos do capital social é obtido através do casamento, é que quando a mulher perde o marido, automaticamente perde o acesso a estes. Assim o problema aparece no caso de divórcio ou de falecimento do marido, que é quando a mulher corre o risco de perder a sua machamba e todos os seus bens, a favor de outros membros da sua família alargada. Isto é, quando as mulheres estão casadas não estão excluídas do acesso aos recursos como por exemplo a terra. Assim, o acesso à terra, sendo o recurso mais valioso da família rural, está gerido pela complexa rede de segurança social que se constrói à volta do casamento. A vulnerabilidade das famílias rurais respeito ao acesso a terra através do direito tradicional depende da idade, do sexo, do estatuto social e das relações do parentesco, isto é, do grupo.

Apesar desta tendência existem exceções de mulheres, como é caso da *apuiamuene* (rainha) que possuem capital social que não depende do seu estado civil.

Portanto a existência de pertencer a um grupo ou ao outro também influencia no acesso ao capital social. Aqueles indivíduos que pertencem ao grupo maioritário, têm maiores possibilidades de receber ajuda por parte dos familiares, na medida em que são famílias mais alargadas. Por outro lado, sendo o casamento o mecanismo para o acesso aos recursos, as alianças matrimoniais se convertem numa estratégia para um

maior acesso. Assim, os indivíduos de n'ihimo maioritário costumam casar com outros indivíduos de n'ihimo maioritário e casar com várias mulheres no caso de haver poligamia. Mas no caso das mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, o seu n'ihimo não tem importância porque só acedem aos recursos através do casamento.

6.2.3 CORRELAÇÃO ENTRE O INDICADOR DO CAPITAL ECONÓMICO E DOS CAPITAIS SOCIAIS

Nesta secção analisa-se as correlações entre os diferentes indicadores criados.

Estuda-se os resultados por aldeia da correlação entre o capital económico, o capital social por variáveis e os índices do capital social por redes sociais (centralidade na rede empréstimos, a da resolução de problemas familiares e a das pessoas influentes).

Uma das formas de validar o índice do capital social por variáveis é verificar em que medida este se correlaciona com os indicadores da rede social (familiar, empréstimos e pessoas influentes).

NAPACALA (NIASSA)

Em Napacala a correlação existente entre o índice de capital social por variáveis e o das redes sociais é positiva e significativa para o caso das redes familiares (0.507) e das redes das pessoas influentes (0.358), enquanto que no caso das redes económicas não é significativa (-0.08)

Isto significa que o índice do capital social por variáveis é válido porque se correlaciona com os índices das redes existentes. Portanto os indivíduos com maior índice de capital social por variáveis são os solicitados para a resolução de problemas familiares e são os considerados influentes na aldeia. Esses são chefes de família homens, de n'ihimo *Amirasse* e monogâmicos. Em oposto, aqueles indivíduos com menos capital social, mulheres chefes de família que portanto são viúvas e divorciadas, do n'ihimo *Amole*, são as menos procuradas para a resolução dos problemas familiares e não são consideradas como influentes.

Em relação a rede económica, aqueles indivíduos com maior capital social não são os centrais neste tipo de redes. Não obstante, existe uma significativa correlação entre capital social por variáveis e económico (0.571). Significa isto, que aqueles indivíduos com alto capital social e centralidade nas redes familiares e dos influentes sustentam altos níveis de capital económico, mas não são procurados para a resolução dos problemas económicos, mas sim que a rede económica correlaciona-se com o capital económico (0.332) o que indica que existem indivíduos com alto capital económico que costumam ser procurados para resolver problemas económicos, mas que no seio da aldeia têm um capital social fraco. Esta constatação abre caminho para a nossa terceira hipótese no sentido de que alguns indivíduos da aldeia sustentam níveis altos de capital económico, mas que não possuem um capital social forte. Contudo estes poderiam pertencer a outras redes sociais situadas fora da aldeia, as denominadas *bridging social capital*.

Também detectamos que existe uma alta correlação entre a rede de resolução de problemas familiares e a rede dos influentes, isto significa, que os indivíduos consideram aqueles mais influentes os seus próprios familiares. Portanto, a natureza das redes sociais em Napacala são primordialmente familiares, e deste modo o parentesco é um elemento forte estruturante das relações sociais desta aldeia.

Em conclusão verifica-se na nossa hipótese que aqueles indivíduos com maior acesso ao capital social sustentam maior capital económico, isto é, os indivíduos com uma posição social mais forte, com mais capacidade de decisão e participação no seio da aldeia, com maiores número de contactos e que são centrais nas redes sustentam mais recursos económicos. Daí se supõe que estão em situação de menor vulnerabilidade do que os outros na medida em que têm mais recursos económicos e sociais para fazer face a crise.

Em oposto temos que aqueles indivíduos com menor capital económico e social estão situados fora das redes sociais de Napacala e que portanto apresentam maior vulnerabilidade para desenvolver estratégias de sobrevivência. Existe pois, uma exclusão para esses indivíduos que tem menor acesso aos recursos da aldeia, que segundo a análise são mulheres chefes de família.

Tabela 7 - Correlações entre os índices de capital social e económico em Napacala

		Rede social	Capital económico	Capital social
Rede social família	Pearson Correlation	1	.392(*)	.507(**)
	Sig. (2-tailed)	.	.024	.003
Capital económico	Pearson Correlation	.392(*)	1	.571(**)
	Sig. (2-tailed)	.024	.	.001
Capital social	Pearson Correlation	.507(**)	.571(**)	1
	Sig. (2-tailed)	.003	.001	.
Rede economia centralização indegre para a quem pede ajuda para economia	Pearson Correlation	.124	.332	-.008
	Sig. (2-tailed)	.493	.059	.963
Indegree conhece pessoas influentes	Pearson Correlation	.588(**)	.256	.358(*)
	Sig. (2-tailed)	.000	.150	.041

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed). ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

GHIOTE (CABO DELGADO)

Em Ghiote, como em Napacala existe uma significativa correlação entre o capital social e o económico (0.448). Portanto aqueles indivíduos com alto capital social que são homens poligâmicos ou monogâmicos casados maioritariamente com mulheres *Amoro* são os que sustentam maior capital económico. Ao contrário, aquelas mulheres chefes de família, viúvas ou divorciadas de *nihimo Amoro* são as que sustentam menor capital social e económico.

Nesta aldeia existem uma forte correlação entre capital económico e a rede económica. Isto significa que as pessoas com mais posses, costumam a serem solicitados para a resolução de problemas económicos. Pelo contrário a rede das pessoas influentes quase não se correlaciona com a rede económica, nem com capital económico. Portanto aqueles indivíduos que são considerados influentes não são os mais ricos, mas sim que sustentam alto capital social.

Em definitiva a pessoas com maior capital económico têm também muito capital social, e são as centrais nas redes económicas. Mas ao mesmo tempo existem indivíduos com alto capital social, e que são considerados os mais influentes que não sustentam altos níveis de capital económico.

Tabela 8 - Correlações entre os índices de capital social e económico em Ghiote

		Capital social	Rede economia centralização indegre para a quem pede ajuda para economia	Indegree conhece pessoas influentes	Capital económico
Capital social	Pearson Correlation	1	.008	.443(*)	.448(*)
	Sig. (2-tailed)	.	.968	.023	.022
	N	26	26	26	26
Rede economia centralização indegre para a quem pede ajuda para economia	Pearson Correlation	.008	1	.137	.501(**)
	Sig. (2-tailed)	.968	.	.504	.009
	N	26	26	26	26
Indegree conhece pessoas influentes	Pearson Correlation	.443(*)	.137	1	.217
	Sig. (2-tailed)	.023	.504	.	.287
	N	26	26	26	26
Capital económico	Pearson Correlation	.448(*)	.501(**)	.217	1
	Sig. (2-tailed)	.022	.009	.287	.
	N	26	26	26	26

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed). ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

NAMIOPE (NAMPULA)

CAVARRO

Em Cavarro a correlação entre o capital económico e o capital social é muito significativa (0.561). Uma vez mais verificamos na nossa hipótese que os indivíduos com maior capital social sustentam maior capital económico. Neste caso trata-se de homens monogâmicos e poligâmicos do *nihimo amirasse*. Em relação aos indivíduos com menor capital económico e social a maioria são mulheres viúvas e divorciadas, apesar de que aparecem casos de homens idosos.

Nesta aldeia temos que destacar a forte correlação existente entre as três redes, familiar, económica e dos influentes com o capital económico. Em primeiro lugar temos a rede familiar que se correlaciona muito significativamente com o capital económico (0.666), em segundo lugar e também com alta correlação são as redes de influentes (0.640) e em terceiro lugar com um valor mais baixo, mas não menos significativo, são as redes económicas (0.561). Isto significa que os indivíduos com maior capital económico na aldeia são os mais centrais e mais recorridos para a resolução dos problemas familiares, económicos e são considerados os mais influentes na aldeia.

Ao mesmo tempo existe uma alta correlação entre as mesmas redes, isto é, são os mesmos indivíduos que são centrais nas três redes. A correlação entre a rede familiar e a de pessoas influentes é a mais alta (0.942), a seguir da correlação entre os influentes e a económica (0.509) e por último a familiar com a económica (0.451).

Trata-se de um caso diferente, as outras aldeias, na medida em que os indivíduos com mais capital económico são claramente os que têm maior centralidade nas redes. Isto poderia significar que em Cavarro o parentesco é o que determina o poder de influência na aldeia como a resolução dos problemas não só familiares como também económicos. Trata-se de uma aldeia aonde o poder político e económico estão claramente interpenetrados através da estrutura de parentesco.

Tabela 9 - Correlações entre os índices de capital social e económico em Cavarro

		Capital económico	Rede economia centralização indegre para a quem pede ajuda para economia	Rede social	Indegree conhece pessoas influentes
Capital económico	Pearson Correlation	1	.394	.666(**)	.640(**)
	Sig. (2-tailed)	.	.057	.000	.001
Rede economia centralização indegre para a quem pede ajuda para economia	Pearson Correlation	.394	1	.451(*)	.509(*)
	Sig. (2-tailed)	.057	.	.027	.011
Rede social	Pearson Correlation	.666(**)	.451(*)	1	.942(**)
	Sig. (2-tailed)	.000	.027	.	.000
Indegree conhece pessoas influentes	Pearson Correlation	.640(**)	.509(*)	.942(**)	1
	Sig. (2-tailed)	.001	.011	.000	.
Capital social	Pearson Correlation	.561(**)	.491(*)	.339	.371
	Sig. (2-tailed)	.004	.015	.106	.074

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed). ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

REQUIWE

Na aldeia de Requiwe a correlação entre o capital social e o capital económico é significativo (0.433), apesar que é a correlação mais baixa entre todas as aldeias. Portanto uma vez mais aqueles indivíduos com capital social alto têm também capital económico alto.

De todas as maneiras, Requiwe é a aldeia onde os resultados são os menos consistentes em relação às redes sociais. O capital económico não tem quase correlação com nenhuma das redes. Isto significa que aqueles indivíduos com maior capital económico não são os mais contactados para a resolução dos problemas familiares, os problemas económicos, nem considerados os indivíduos mais influentes.

O que existe é uma correlação significativa entre as redes económicas e as redes familiares (0.559). Isto significa que quando há problemas económicos as pessoas costumam pedir ajuda aos seus familiares e que portanto não existem relações de tipo económico fora da família. Mas em relação à rede dos influentes, tem um correlação negativa como capital económico, isto é, aqueles indivíduos com mais posses não são considerados os mais influentes. Por outro lado a rede das pessoas influentes correlaciona-se com as redes familiares, mas de maneira pouco significativa.

De alguma maneira em Requiwe, as pessoas que resolvem os problemas familiares não são as mesmas que se consideram as mais influentes. Ao mesmo tempo que os mais influentes não são os mais ricos. Em definitivo, os que resolvem os problemas familiares e económicos são os mesmos, enquanto que os problemas da aldeia são resolvidos por uns indivíduos que sustentam poder mas que não têm capital económico. Estas pessoas que sustentam o poder pertencem à estrutura política que se baseia no parentesco, isto é, existe para cada família um chefe denominado *nipili*. Os *nipilis* de cada família reúnem-se para escolher um rei do nihimo. Estes reis são os que resolvem os problemas entre nihimos, conjuntamente com o chefe da aldeia que é a máxima autoridade.

O que acontece nesta aldeia é que existe uma estrutura clara e hierárquica do poder político, isto é, a decisão e a resolução dos problemas na aldeia, baseada nas relações de parentesco. Não obstante, na resolução dos problemas familiares os

indivíduos não recorrem a esta instância a não ser que seja para a resolução de um problema grave.

Em conclusão, em Requiwe, os dados não foram muito consistentes. Isto explica-se pelo facto que devido à extensão e aos problemas de acessibilidade nesta aldeia, no levantamento qualitativo não foi possível seguir as redes dos entrevistados com muita profundidade. Assim, a informação sobre redes é pouca e os indivíduos entrevistados não têm redes em comum.

Tabela 10 - Correlações entre os índices de capital social e económico em Requiwe

		Capital económico	Rede economia centralização indegree para a quem pede ajuda para economia	Rede social	Indegree conhece pessoas influentes
Capital económico	Pearson Correlation	1	.107	.192	-.011
	Sig. (2-tailed)	.	.582	.319	.956
Rede economia centralização indegree para a quem pede ajuda para economia	Pearson Correlation	.107	1	.559(**)	-.107
	Sig. (2-tailed)	.582	.	.002	.580
Rede social	Pearson Correlation	.192	.559(**)	1	.335
	Sig. (2-tailed)	.319	.002	.	.076
Indegree conhece pessoas influentes	Pearson Correlation	-.011	-.107	.335	1
	Sig. (2-tailed)	.956	.580	.076	.
Capital social	Pearson Correlation	.433(*)	.193	.301	.004
	Sig. (2-tailed)	.019	.317	.113	.986

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed). ** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

6.3 VERIFICAÇÃO DA TERCEIRA HIPÓTESE

As redes sociais intra-comunitárias não incentivam a atitudes para saírem da pobreza, e aumento dos rendimentos familiares. Só as redes sociais extra-comunitárias são capazes de levar a uma redução da pobreza.

Embora ainda não haja resultados para substanciar esta hipótese, existem alguns indicadores que nos conduziram à formulação desta hipótese. Ao longo da análise de dados para a primeira e segunda hipótese verificou-se a existência de agregados com altos níveis de capital económico, mas com baixos níveis de capital social no seio da aldeia. Verificou-se também que o índice de capital económico aqui desenvolvido tem limitações. Uma das limitações baseia-se na posse de bens mas não no capital financeiro como remessas, salário e poupança, pois a observação etnográfica detectou agregados que não tendo muitas das posses utilizadas na elaboração deste indicador, possuem rendimentos económicos altos.

Na tentativa de identificar os factores associados ao alto capital económico destes agregados, abre-se uma nova perspectiva da análise do capital social. Isto é, a análise das redes sociais extra comunitárias que incluem, redes mais complexas entre o agregado e instituições públicas, mercados, agentes económicos e organizações da sociedade civil.

Neste sentido para novo enfoque do estudo, em primeiro lugar, identificar-se-ão os agregados, que segundo a observação mais rendimentos económico. Neste estudo, estes agregados são designados por *outliners*. A análise deverá basear-se na recolha de dados sobre a história da vida destes, para analisar de maneira qualitativa qual é a natureza do seu capital social, quais estratégias e que posição tem na rede social.

A próxima fase do estudo incluirá também aspectos do capital humano. A análise dos factores associados à riqueza, não incluiu, nesta fase, aspectos relacionados com educação e saúde. Assim analisou-se a correlação entre o capital económico e o social é imprescindível também analisar a correlação destes com o capital humano. Assim propõe-se um novo levantamento que incluirá dados sobre o capital humano e as redes extra-comunitárias dos *outliners*.

A reflexão sobre estes resultados deverá ter como enfoque as implicações na elaboração e formulação de políticas públicas que visam a redução da pobreza. Para tal finalidade vai-se fazer uma revisão da literatura e das experiências em outros países relativamente à integração das perspectivas do capital social extra comunitário nas políticas de desenvolvimento.

7 CONCLUSÕES PRELIMINARES

O presente estudo enquadra-se na análise do comportamento da família rural moçambicana face a situações de vulnerabilidade. O estudo teve como objectivo analisar o tipo de *coping strategies* adoptadas pela família rural em face de situações de risco. Embora o estudo não tenha ainda sido finalizado, pode-se já tirar algumas conclusões preliminares e as possíveis implicações dos resultados no desenho e implementação das políticas de redução da pobreza.

As assimetrias no acesso ao capital económico são fundamentalmente explicadas pela variabilidade dentro da aldeia do que entre aldeias, isto é, a média do índice de posse, proxy do capital económico, entre as aldeias, não varia significativamente, contudo dentro de cada aldeia o índice de posse médio do primeiro quintil é acima de 50 vezes o do quinto quintil.

Trata-se de uma constatação muito interessante na medida em que nas três aldeias existem níveis de acesso às infraestruturas sociais a nível distrital muito diferentes. Por exemplo as aldeias de Napacala (Niassa) e Namiope (Nampula) têm acesso directo à estrada nacional e centros urbanos, enquanto que Ghiote (Cabo Delgado) está muito distante do acesso a estradas e centros urbanos. Em relação ao acesso à saúde só Ghiote não possui posto de saúde na aldeia. E em relação ao acesso à saúde na capital do distrito, em Cuamba, existe um hospital enquanto que nas outras duas capitais de distrito (Murrupula e Ancuabe) só existe centro de saúde. Relativamente à Educação é de destacar que uma das aldeias está situada num distrito com ensino superior (Cuamba), enquanto que nos outros existe no máximo o EP2. Neste sentido, as diferenças entre as aldeias e os distritos são consideráveis, sendo a aldeia de Ghiote e o seu distrito, Ancuabe, o lugar com menos infra-estruturas.

Esta constatação faz reflectir sobre a eficácia das políticas de erradicação da pobreza, ao nível da aldeia, isto é, apesar de que há distritos com mais infra-estruturas sociais (educação, saúde, comunicação) não significa que as aldeias sejam mais ricas do que aquelas que se encontram em distritos com menores infra-estruturas. Isto indica que as estratégias de desenvolvimento com base nas infra-estruturas, não são suficientes para o desenvolvimento das aldeias e constata-se que é necessário outro tipo de intervenções para o desenvolvimento ao nível da aldeia e da família rural moçambicana.

Nesta perspectiva, o nosso estudo, é uma reflexão sobre que tipo de políticas são necessárias para desenvolver a família rural e saírem da pobreza absoluta. Para tal, consideramos que era necessário a análise micro da pobreza ao nível da aldeia. Deste modo, o ponto de partida da análise foi a constatação da existência de assimetrias na distribuição da riqueza no seio da aldeia. Assim, analisamos os factores que determinam essas assimetrias, e as *coping strategies* das famílias dos extremos da distribuição da riqueza, isto é, aqueles considerados mais ricos e mais pobres.

Relativamente às assimetrias no seio da aldeia, existem assimetrias no acesso ao capital económico e capital social que determinam, no nível da vulnerabilidade e na capacidade para enfrentarem os riscos e reduzir a vulnerabilidade dos agregados familiares. Isto é, aquelas famílias com maior acesso aos recursos económicos e maior acesso aos recursos sociais, são menos vulneráveis e têm maior capacidade para enfrenta-la. Aliás, constata-se que os agregados familiares com alto capital económico, costumam ter alto capital social. Assim, podemos verificar que na aldeia existem normas sociais que privilegiam alguns sectores, enquanto que excluem os outros. Este conjunto de regras sociais que configuram a estrutura social da aldeia é o que definimos como o *bonding social capital*.

Assim, os resultados sugerem que o *bonding social capital*, baseado no conjunto de normas sociais e das redes sociais intra-comunitárias, é utilizado como estratégia para a redução da vulnerabilidade. Neste sentido, há agregados familiares que têm mais capacidade de reduzir a sua vulnerabilidade do que outros na medida em que tem mais centralidade e influencia na rede do que outros.

Assim, segundo os resultados da pesquisa aqueles indivíduos com maiores níveis de capital económico costumam desenvolver estratégias de auto protecção, isto é, a venda de animais, artesanato, bebidas tradicionais, óleo, entre outros; enquanto que

aqueles indivíduos mais pobres costumam depender mais dos relacionamentos sociais. Assim, os mais pobres costumam procurar outros indivíduos para resolver os seus problemas sendo mais dependentes, enquanto que os mais ricos são os mais procurados e conseguem resolver os seus problemas sozinhos. Constatamos que as estratégias de auto protecção da família rural utilizada para enfrentar os problemas podem ser *a posteriori* ou *a priori* à situação de vulnerabilidade. Aquelas famílias com animais (galinhas, cabrito ou porco) vendem-nos para superar uma situação de risco isto é, trata-se de uma estratégia de pré-risco na medida que o agregado familiar tem animais para serem vendidos no momento da crise, mas não para abrir um negócio de venda de animais. Daí que apontamos como hipótese que as estratégias da família rural através das redes sociais interna não levam a um aumento dos rendimentos familiares, como a uma redução da vulnerabilidade, isto é, as redes sociais ajudam a resolver os problemas imediatos mas não levam a atitudes de investimento e portanto de saída da pobreza.

Embora seja uma estratégia de redução do impacto da vulnerabilidade, para alguns grupos sociais, parece ser um bloqueio na adopção de estratégias que permitam um maior acesso aos recursos e à geração de riqueza em igualdade de oportunidades. Pois o *bonding social capital* gera processos de exclusão social no acesso aos recursos segundo sexo, idade, estado civil, clã (ninhão), estatuto social.

Neste sentido, o acesso aos recursos tangíveis e intangíveis nas comunidades rurais está gerido pela complexa rede que se constrói à volta do casamento entre determinados clãs. Um maior acesso aos recursos é em base na estratégia de alianças matrimoniais entre os clãs considerados com maior riqueza e estatuto social. Portanto existe uma exclusão social baseada na pertença no clã, mas também existe uma exclusão social baseada na idade, pois os jovens solteiros não têm acesso aos recursos, e segundo o sexo na medida em que as mulheres não podem aceder aos recursos senão através do marido.

Neste contexto, entendemos que o *bonding social capital* poderia significar um travão no desenvolvimento de certos grupos sociais. Neste sentido é necessário desenhar políticas de protecção social dirigidas a esses grupos alvo, apesar de que seriam necessárias políticas ao longo prazo para incidir na transformação social e na redução dos processos de exclusão social no seio da aldeia.

Mas para além destas estratégias de redução da vulnerabilidade baseadas nas relações intra-comunidade, existem também alguns indivíduos que desenvolvem estratégias que levam à redução da pobreza. Estes agregados familiares são caracterizados por terem capital económico alto apesar de que não têm altos níveis de *bonding social capital*, mas sim redes sociais para além da aldeia. Portanto estes tipos de agregados familiares sustentam um tipo de redes sociais diferentes: indivíduos cujas redes sociais são fracas no seio da aldeia, mas estendidas fora da aldeia, ou denominamos por *bridging social capital*, e que são utilizadas não só para a redução da vulnerabilidade como para a saída da pobreza.

Assim, podemos constatar que no seio da aldeia existem só alguns indivíduos que conseguem maior acesso aos recursos através das suas estratégias, quer para reduzir a vulnerabilidade quer para sair da pobreza. O *bonding social capital*, ou as normas sociais internas da aldeia determinam quais indivíduos que têm mais acesso aos recursos tornando-os menos vulneráveis. Enquanto que exclui os outros que têm menos acesso e são mais vulneráveis.

Não obstante, a maior tese que sustenta esta pesquisa é que só as redes extra-comunitárias, o *bridging social capital*, capacita a família rural moçambicana para desenvolver estratégias para sair da pobreza e não só para a redução da vulnerabilidade. O *bonding social capital* significa um travão para todos os grupos sociais da aldeia no desenvolvimento de atitudes de investimento e empreendedorismo para sair da pobreza absoluta. Em conclusão, o capital *bonding social capital* proporciona um melhor acesso aos recursos do capital económico, mas não significa que esse melhor acesso aos recursos leve a comportamentos para sair da pobreza.

Neste sentido, é necessário criar mecanismos para que esses grupos mais excluídos tenham a capacidade de desenvolver estratégias através de políticas de protecção social, como desenvolver políticas quer para excluídos e não excluídos, de fortalecimento ao acesso aos mercados, informações, instituições, organizações da sociedade civil e aos diferentes agentes de desenvolvimento nacional e internacional.

De facto, o objectivo do nosso estudo é analisar e propor novas perspectivas, quer para a análise da pobreza, quer para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento. Assim, a próxima etapa da nossa pesquisa, vai-se concentrar, por um lado na análise daqueles indivíduos com alto *bridging social capital*, o que

denominamos como *outliners* e por outro lado na revisão da literatura, respeito às implicações políticas das redes extra-comunitárias em África.

REFERÊNCIAS

BALIAMOUNE-LUTZ, Mina (2005); *Institutions, Social Capital and Economic Development in Africa: An empirical Study*; Department of economics; University of North Florida, USA.

BARRY, Brian (1998), *Social Exclusion, Social Isolation and the Distribution of Income*, London, London School of Economics, Center for Analysis of Social Exclusion, CASE n°12, August.

BEBBINGTON, Anthony; *Capitals and Capabilities. A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*; a Background paper for: Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies; International Institute for Environment and Development;

BONACICH, Phillip (2001); *Structural Holes in Structural Wholes: A simulations of Individual Strategy and Organizational Form*; Detment of Sociology; University of California, Los Angeles, USA

BONATE, Liazzat; *Women's Land Rights in Mozambique*;
<http://www.law.emory.edu/WAL/WAI-studies/mozamb.htm>

BRÄUTIGAM, Deborah (1998); *Local entrepreneurship in Southeast Asia and Sub-Saharan Africa: Networks and Linkages to the Global Economy*; School of International Service American University.

BURTS, Ronald S.(2000); *The Network Structure of Social Capital*; University of Chicago and Intitute Eiropeen d'Administion d'Affaires (INSEAD).

CARROL, Thomas F.(2001); *Social Capital, Capacity building, and Poverty Reduction*; Social Development Paper N.3; Office of Environment and Social Development; Asian Development Bank.

CHRISTIAENSEN, L.; **DEMERY**, L.; Paternostro, S. (2003); *Macro and microperspectives of Growth and Poverty in África*; World Bank.

COGNEAU, Denis; **GRIMM**, Michael (2003); *AIDS and Income Distribution in África. A Micro-simulation Study for Côte d'Ivoire*; European Centre for Research in Development Economics, Paris, France.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA (2003); *Social Capital: Reviewing the Concept and its Policy Implications*; Commission Research Paper.

COULDOVEL et al (2002); *Poverty measurement and Analysis in PRSP source book*, World Bank, Washington DC.

CRAMER, Christopher (1999); *Inequality, Development and economic Correctness*; Department of Development Studies, School of Oriental and African Studies University of London, UK.

CRAMER, Christopher; *Inequality, Development and Economic Correctness*; Department of Development Studies, School of Oriental and African Studies; University of London, UK.

CRUZEIRO DO SUL (1999) *Projecto seguimento do programa estratégico de Nampula'*

CRUZEIRO DO SUL, (2003) *Levantamento Sócio - Económico MAMM: Fase II*

CRUZEIRO DO SUL, G20 (2004) *O combate às causas da pobreza – relatório anual da pobreza*

DATT, G; SIMLER, K; DAVA, G; JOLLIFFE, D; LOW, J; MATUSSE, C; TOSTÃO, E; *Medição da pobreza: conceitos, dados e metodologia; em Pobreza e Bem-estar em Moçambique 1996-1997.*

DEPARTMENT INTERNATIONAL DEVELOPMENT; *Sustainable Livelihoods Guidance sheets;* http://www.livelihoods.org/info/guidance_sheets_pdfs/section1.pdf

DERCON, Stefan (2001), *Assessing Vulnerability to Poverty;* paper prepared for the DfID; Jesus College and CSAE, Department of economics, Oxford University.

DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANO E ORÇAMENTO, (2004); Ministério de Plano e Finanças, *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda avaliação Nacional,* Março 2004

DURSTON, John (2000); *¿Que es el Capital Social Comunitario?;* División de Desarrollo Social; CEPAL-LAC, Santiago de Chile.

DURSTON, John (1999); *Construyendo capital social comunitario;* Revista CEPAL 69.

EVANS, Peter (1996); *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergie;* World Development; vol. 24; N.6

FAMBOM, S; MENJO BAYE, F.(2002); *Income Distribution and poverty in Cameroon;* Department of economic and Management University of Yaoundé, Cameroon.

FAMBON, S.; BAYE, Menjo F.(2002); *Income Distribution and Poverty in Cameroon*; Department of Economic and Management, University of Yaounde, Cameroon, Conference on Spatial Inequality in Africa WIDER and Center for the Study of African Economies, University of Oxford, September.

FARIA, Fernanda; CHICHAVA, Ana (1999); *Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique*; Comissão Europeia.

FILMER, Patritch (2001) *Estimating wealth effects without expenditure-or tears. An applications in states of India*; Demography 38(1) 115/132.

FREUND, Julian (1996), preface em 'Xiberras', Martine (1996) *As teorias da exclusão* Piaget Institute

GALVAN, Denis (2002); *Choice in Cultural Context: Embedded Rationales for Social Capital Investment in Africa*; Paper presented at the 2002 Annual Meeting of the American Political Science Association; Boston.

GENTILI, Ugo (2005); *Mainstreaming safety nets in the social protection Policy Agenda: A new Vision or the same old perspective?*; INSTITUTE FOR DEVELOPMENT POLICY AND MANAGEMENT: Research (IDPM), University of Manchester, UK

GORE, Charles (1994) *Social exclusion in Africa South of the Sahara: A review of the literature* <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/1994/dp62/index.htm>

HANDA, A; OMAR, F; IBRAIMO, M; *Capital Humano e Bem-estar Social em Moçambique*; em Pobreza e Bem-estar em Moçambique 1996-1997.

HANNEMAN, Robert A.; **RIDDLE**, Mark (2005); *Introduction to Social Network methods*; Riverside, CA; University of California; <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>

HELLIWELL, John F.; *The Contribution of Human and Social Capital Sustainable Economic Growth and Well-Being*, Department of Economics, University of British Columbia.

HETTBERG, R.; **SIMLER**, K; **TARP**, F.(2001); *Public Spending and Poverty in Mozambique*; United Nations University, World Institute for Development Economics Research; Discussion Paper N.2001/63.

HUA WAN (2002), G.; *Income Inequality and Growth in Transition Economies. Are Nonlinear Models Needed?*; Discussion Paper No.2002/104; United Nations University; WIDER World Institute for Deelopment Economics Research, November 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (1997); *Inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento Familiar*. Relatório Final 1996/1997; Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2001); *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2001/2002 QUIBB* Relatório Final; Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2001); *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2000/2001 QUIBB* Quadros; Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2003) *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2002/2003 QUIBB* Relatório Final; Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2003) Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2002/2003 QUIBB Quadros; Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2003); *Inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento Familiar*. Relatório Final 2002/2003; Maputo.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR LABOUR STUDIES (1996); *Social exclusion and Anti-Poverty strategy. Research Project on the Patterns and causes of social Exclusion and the Design of policies to promote Integrations: A synthesis of findings*; (Gore, C; Figueiredo, J.B.; Rodgers, G; Coord),

ISHAM, J; KELLY, Thomas; AMAWY, Sunder (2001); *Social Capital and WellBeing in Developing Countries: An introduction*; Edward Elgar Publications

KANBUR, Ravi (2000); *Income distribution and Development*, in A.B. Atkinson and F. Bourguignon (eds.) *Handbook of Income Distribution Vol.1*, North Holland; Amsterdam.

KANBUR, Revi (1998); *Income Distribution and Development*; Cornell University Working Paper 98-13.

KARSHENAS, Mossoud (2001) *National accounts survey –based estimates- Employment sector* –International labour office . Geneva.

KWASI Fosu, A.(2002); *Inequality ad the Growth-Poverty Nexus: Evidence from sub-saharan Africa*; African Economic Research Consortium; Kenya, Nairobi.

LIMA, Carlos Jacob (2001); *A Teoria do capital social na análise de políticas públicas*; Política & Trabalho 17, Brasil.

LOK-DERSALLIEN, Renata; *Review of poverty Concepts and Indicators*;

LORENZELLI, Marcos (2003); *Capital social comunitario y gerencia social*; VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública; Panamá.

MANI, Devyani; *Socila Capital for Deevelopment*; United Nations Centre for Regional Development (UNCRD); <http://www.uncrd.or.jp>

MANI, Devyani; *Vulnerability analysis and Asset Management*; UNCRD;

MANZANO, Sylvia Rivera; *Bonding and Bridging: Latinos and Social Capital*; University of Arizona;

MEAGHER, Kate; *Social Capital or Analytical Liability? Social Networks and African Informal economies*; Queen Elizabeth House, University of Oxford; <http://www.yale.edu/agrarianstudies/papers/SocialCapital.pdf>

MONREAL, Pilar (1996), *De La pobreza a la exclusión social; Influencia de los cambios estructurales*

MORDUCH, Jonathan (1998); *Between the Market an the State: Can informal Insurance Patch the Safety Net?*; Development Discussion Paper N. 621, January, 1998.

MOSER, Caroline; **HOLLAND**, Jeremy (1997); *Household Responses to Poverty and Vulnerability. Confronting Crisis in Chawama, Lusaka, Zambia*; Urban Management Programme.

MWABU, Germano; **THORBECKE**, Erik (2001); *Rural Development, economic growth and Poverty Reduction in Subsaharan Africa*; Paper prepared for presentation at the AERC (African Economic Research Consortium).

NARAYAN, Deepa; *Bonds and Bridges: Social Capital Poverty*; Poverty Group, PREM, World Bank.

NARAYAN, Deepa; **PRITCHETT**, Laut (1997); *Cents and sociability: Household Income and Social Capital in Rural Tanzânia*,

NARAYAN, Deepa; **WOOLCOK**, Michael (2000); *Social capital: Implications for Development Theory*; The World Bank Research Observer; vol.15 N.2

OLATE, René (2003); *Local institutions, Social Capital and Capabilities. Challenges for Development and Social intervention in Latin America*; Washington University.

PARTHASARATHY, D.; **CHOPDE**, V.K.; *Building Social Capital: Collective Action, Adoption of Agriculture Innovation, and Poverty Reduction in the Indian Semi-arid Tropics*; Paper for the Research Theme “Escaping Poverty”, Bombay, India.

PRETTY, Jules; *Social Capital and Connectedness: Issues and Implications for Agriculture, Rural Development and Natural Ressource Management in ACP countries*, CTA Working Paper Document 8032;

PROWSE, Martin (2003); *Towards a clearer undesrstanding of “vulnerability” in relation to Chronic Poverty*; CPRC Working Paper N. 24.

PUTNAM, R. D. (ed.) (2002) *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, New York: Oxford University Press

QIZILBASH, Mozaffar (2004); *A Note on the measurement of poverty and Vulnerability in South African Context*; School of Economics and Social Studies, UEA, Norwich.

QUISUMBING, A.R.; MALUCCIO, J.A (2000); *Intrahousehold Allocation and Gender Relations: New Empirical Evidence from Four Developing Countries*; FCND Discussion Paper No.84; Food Consumption and Nutrition Division; International Food Policy Research Institute; Washington.

QUISUMBING, Agnes R. MALUCCIO, John A (2000); *Intrahousehold allocation and gender relations: New Empirical evidence from our developing countries*; Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute, Washington, USA.

ROSE, Richards; *Measures of Social Capital in African Surveys*; World Bank Poverty Initiative; www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind (2002); *How political institutions create and destroy Social Capital: An institutional Theory of generalized trust*; Department of Political Science of Göteborg University Sweden and Department of Political Science of McGill University Canada; Paper prepared for the 98th Meeting of the American Political Science Association in Boston.

SALTZ, Ira S.(1995); *Income distribution in the Third World: its estimations via proxy data*; American Journal of Economics And Sociology; January.

SANZ MENEDEZ, Luís (2003); *Análisis de redes sociales, como representar las estructuras sociales subyacentes*; Apuntes de Ciencia y Tecnología, N.7 Asociación para el Avance de la Ciencia y Tecnología en España.

SEN, Binayak (2005); *Risks, Vulnerability and Poverty in Bangladesh: Issues and Evidence*, Institute of Development Studies. First Working draft; 2005.

SINDZINGRE, Alice (...); *Exclusion and Poverty in Developing Countries: some Issues*; Centre national de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, France.

SOBEL, Joel (2002); *Can we trust social capital?*; Journal of Economic teratiure, vol.XL.

SOIRI, Lina (1999); *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Lições entre descentralização e alívio à pobreza*; Governo da Finlândia e Comissão Européia.

SOUTO-MAIOR FONTES, B. Augusto; **KISHNER**, Klaus; *A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda*; Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

SQUIRE, L.; **DEININGER**, K.(1997); *New Ways of Looking at Inequality and Growth*; Dec Notes Research Findings; From the Development Economics Vice Presidency of the World Bank, no.28.

STIGLITZ, Joseph (1998) *'Development policies in a world of globalisation'*
Columbia University

UNESCO (2002); *Social Capital and poverty Reduction –Which role for the civil society organizations and the State*; Centre for International Poverty Research; University of Bergen.

UNHCR United Nations High Commissioner for Refugees; *District Development profiles*; the United Nations Development Programme (UNDP) and District Development Mapping or DDM project (1996)

UPHOFF, Norman (2002); *Poverty and Inequality: a life chances perspectives*; Cornell University.

V.A. (2001); *Smallholder Income and Land Distribution in Africa: Implications for Poverty Strategies*; Department of Agricultural Economics & Department of Economics, Michigan University, MSU International Development Paper N.24.

V.A.(1998); *Medição da pobreza: Conceitos, dados e metodologia; em Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 1996-1997*

WATERHOUSE, Rachel; *Women's Land Rights in pos-war Mozambique*; action Aid Mozambique and University of Cape Town, paper presented at the Inter-Regional Consultations in Kigali, Rwanda, February 1998.

WINTER, Ian (2000); *Towards a theorised understanding of family life and social capital*; Working Paper No.21, Australian Institute of Family Studies.

WOOLCOCK, Michael; *The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes*; Development Research Group, World Bank.

WORLD BANK (2002); *Gender, social inclusion and rural infrastructures services*, Final Report.

WORLD BANK; *The challenges of Social Protection: Identifying Risks and Vulnerable Groups in the Mena Region;* in *Reducing Vulnerability and Increasing Opportunity : Social Protection in Middle East and North Africa;*

WORLD BANK; *The Effect of Growth on Distribution;*
www.worldbank.org/poverty/inequal/methods/measure.htm;

YANAGIHARA, Toru; *Role of Social Capital and external Actors in Grassroots Development;* Faculty of International Development, Takushoku University; paper prepared for delivery at the 2001 meeting of the Latin American Studies Association; Washington DC, September 2001.

ZELLER, Manfred (2002) *Assessing poverty level in clients of Microfinance institutions. An operational tool. Rural financial policies for Food and Security of the poor;* . Policy Brief number 10 July 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 - INDICADORES

Capital Económico:

Dimensão da machamaba

Tipo de cultura: de rendimento e de auto-consumo

Venda da produção

Contrata Pessoas: temporalmente, habitualmente, paga em dinheiro ou em espécies

Faz ganho-ganho. Habitualmente, ou quando está em risco?

Quantidade de gado

Venda da criação. Habitualmente ou quando precisa dinheiro?

Venda de fruta. Habitualmente ou quando precisa dinheiro?

Número instrumentos de trabalho

Número Transporte

Rádio

Chaminé

Outras Fontes de Rendimentos (faz esteira, bebidas alcoólicas, óleo,) habitualmente ou quando precisa dinheiro?

Capital Humano:

Tamanho do agregado familiar: quantos indivíduos moram em casa

Níveis de educação: do chefe do agregado familiar, filhos na escola por sexo

Doentes no agregado familiar

Sexo CAF

Taxa de dependência no agregado familiar

Filhos fora da aldeia: na cidade

Capital Natural:

Distância acesso água:

Distância acesso lenha

Tipo de solo

Capital Físico:

Distância acesso mercado

Distância acesso Hospital

Distância ás estradas

Capital Social:

Nihimo

Nihimo conjugue

Poligamia/ monogamia

Aliança matrimonial

Local/oriundo

Pertença a rede social familiar

Pertença a rede social não familiar

Pertença a associação

Xitique

Religião

Dá a opinião

Pessoas influentes na aldeia

Pessoas resolução problemas na aldeia

Participa nas festas religiosas

Organiza festas religiosas

ANEXO 2 - Tabelas

Tabela 1 KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		.718
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	434.946
	df	21
	Sig.	.000

Tabela 2 Total da Variância explicada pelas componentes

Total Variance Explained			
Component	Initial Eigenvalues		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2.142	30.598	30.598
2	1.077	15.392	45.99
3	0.917	13.106	59.096
4	0.85	12.143	71.239
5	0.772	11.031	82.269
6	0.637	9.1	91.369
7	0.604	8.631	100
Extraction Method: Principal Component Analysis.			

Tabela 3 Média dos níveis de posse por quintil e por Aldeia

PROV Prov ^ç	DICQUI15	Mean	Std. Deviation	N
Napacala	quint1	37071.428 6	25899.99081	28
	quit5	3544434.7 826	1678998.6755 1	23
	Total	1618823.5 294	2085064.6892 2	51
Namiope	quint1	60551.724 1	27654.61950	58
	quit5	3577257.8 125	1386364.5876 1	64
	Total	1905381.1 475	2027533.5034 6	122
Ghiote	quint1	65210.526 3	34759.62705	57
	quit5	4043067.3 077	2465363.8677 2	52
	Total	1962903.6 697	2618179.7955 9	109
Total	quint1	57811.188 8	31951.26153	143
	quit5	3746086.3 309	1904285.6575 8	139
	Total	1875790.7 801	2278961.3172 7	282

Tabela 4 TWO WAY ANOVA

Tests of Between-Subjects Effects					
Dependent Variable: nível de posse PTOT preço total					
Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	9.66206E+14	5	2E+14	108.1	0
Intercept	8.62133E+14	1	9E+14	482.4	0
PROV	3.98072E+12	2	2E+12	1.114	0.33
DICQUI15	8.13273E+14	1	8E+14	455.1	0
PROV * DICQUI15	3.58727E+12	2	2E+12	1.004	0.368
Error	4.93214E+14	276	2E+12		
Total	2.45166E+15	282			
Corrected Total	1.45942E+15	281			
A		R Squared = .662 (Adjusted R Squared = .656)			

Tabela 5 Indicadores de pobreza e de assimetrias

Província			rico/pobre	
	quintis	media posse	racio(quit5/quit1)	Gin
Niassa	Quint1	37071.4286		
	Quint5	3544434.7826	95.6	0.52
Nampula	Quint1	60551.7241		
	Quint5	3577257.8125	59	0.53
Cabo Delgado	Quint1	65210.5263		
	Quint5	4043067.3077	62	0.59
Total	Quint1	57811.1888		
	Quint5	3746086.3309	64	0.55

Tabela 6
NAPACALA Capital Económico, Social e Centralidade nas Redes Sociais por indivíduos

Numero	Género do chefe do AF	Capital económico	Capital social	Rede economia	Rede Pessoas influentes	Rede familiar
1	F	-1,42473	-1,1929	0	0	0
2	M	1,39978	0,1223	9,38	0	0
3	F	-0,53447	-0,304	3,13	25	0
4	M	-0,00524	-0,6091	0	0	0
5	M	0,34703	1,5501	0	0	0
6	M	-0,12087	-0,7973	0	0	0
7	F	-1,16403	-0,3118	0	0	0
8	F	-1,55508	-0,3118	0	0	0
9	M	1,16088	0,4125	0	0	0
10	F	-1,16403	-1,8014	0	0	0
11	M	1,00719	-0,7973	0	0	0
12	M	0,38582	1,547	3,13	15,63	9,38
13	M	1,56949	1,4386	0	6,25	9,38
14	F	-1,16403	-1,8014	0	0	0
15	M	1,59161	0,669	3,13	0	0
16	M	1,56087	1,5163	0	31,25	15,63
17	M	0,38657	0,5115	3,13	0	3,13
18	M	1,0702	0,519	0	3,13	0
19	M	-0,52746	0,0116	0	3,13	0
20	M	1,02392	-0,8855	6,25	3,13	3,13
21	m	-0,52746	-0,3077	3,13	3,13	0
22	F	-1,42473	-0,7936	0	0	0
23	M	1,06938	0,1456	0	0	0
24	m	-0,15883	1,493	0	3,13	3,13
25	M	0,64019	0,1223	0	21,98	0
26	Mm	0,13226	1,547	0	0	0
27	F	-1,03367	-0,9436	0	3,13	0
28	F	-1,42473	-1,8014	0	0	0
29	m	-0,41891	1,0267	0	6,25	0
30	M	-1,04887	-0,3696	0	0	3,13
31	M	0,2862	1,0267	3,13	9,38	9,38
32	M	-0,26676	-0,1888	0	0	0
33	M	0,33249	-0,6911	9,38	0	3,13

Tabela 7

GHIOTE Capital Económico, Social e Centralidade nas Redes Sociais por indivíduos

Numero	Género do chefe do AF	Capital económico	Capital social	Rede economia	Rede influentes
1	M	-0,174	-0,51	0	0
2	M	0,5091	1,3	0	0
3	M	-0,4497	0,67	0	0
4	F	-0,7252	-0,14	0	0
5	M	-0,1346	0,9	0	0
6	M	-0,2043	0,08	0	0
7	M	1,2004	0,94	20	12
8	F	-0,7153	-1,34	16	0
9	F	-0,706	-0,78	0	0
10	F	-0,7202	-1,61	0	0
11	M	-0,3855	-0,32	0	0
12	F	-0,5679	0,84	0	20
13	M	-0,4091	-1,15	0	0
14	M	-0,6327	-1,16	0	0
15	M	2,0711	0,89	4	44
16	M	-0,5593	1,58	0	48
17	F	-0,2024	-0,33	0	0
18	F	-0,5017	-1,61	0	0
19	F	-0,5322	0,04	0	0
20	F	-0,5017	-1,61	0	0
21	M	0,0273	0,53	0	0
22	M	-0,3644	0,61	0	4
23	M	0,4059	1,12	0	0
24	M	-0,5322	0,08	0	0
25	M	-0,5679	1,58	0	0
26	M	-0,8778	-0,6	0	0

Tabela 8
CAVARRO – Capital Económico, Social e Centralidade nas Redes Sociais por indivíduos

Numero	Género do chefe do AF	Capital económico	Capital social	Rede economia	Rede família	Rede Pessoas influentes
1	M	0,66828	1,11	4,38	0	0,54
2	M	0,8985	0,26	0	0	0
3	M	0,24264	-1,09	0	0	0
4	M	0,66551	0,72	4,38	4,35	0
5	M	-1,23555	-1,24	0	0	0
6	M	0,03874	0,72	0	0	0
7	M	2,91148	1,25	4,38	34,78	10,33
8	M	0,28092	1,37	8,7	8,7	4,89
9	F	-0,53015	-0,66	0	0	0
10	F	-1,02588	-2,31	0	0	0,54
11	F	-1,13527	-1,46	0	0	0
12	M	0,24521	0,57	4,38	0	0
13	F	-1,23242	-0,36	0	0	0
14	M	0,16774	0,57	0	0	0
15	F	-1,24214	-0,1	0	0	0
16	M	-0,8769	0,16	4,38	0	0
17	F	-1,10967	-1,57	0	0	0
18	M	0,37398	0,26	0	0	1,09
19	F	0,47968	-0,95	0	0	1,09
20	M	-0,43756	0,16	0	4,35	0
21	M	-1,00463	0,57	0	0	0
22	M	1,15313	1,25	0	0	0
23	M	-0,63014	1,37	0	0	1,63
24	F	-0,26823	-0,1	0	0	0,54

Tabela 9

REQUIWE Capital Económico, Social e Centralidade nas Redes Sociais por indivíduos.

Numero	Género do Chefe do AF	Capital económico	Capital social	Rede economia	Rede família	Rede Pessoa Influentes
25	M	-0,19618	1,67	0	0	0
26	M	0,12369	0,58	3,57	0	0
27	M	1,92127	1,66	0	3,57	0
28	M	1,19373	1,66	3,57	3,57	0
29	M	0,48233	0,2	3,57	3,57	0
30	M	1,42235	0,58	0	0	0
31	F	-1,11604	-1,1	0	0	0
32	M	-0,6026	1,66	0	3,57	3,57
33	M	-0,43417	1,04	0	0	0
34	M	-0,32335	-0,73	0	0	0
35	M	1,49431	1,04	0	0	0
36	M	0,58716	0,2	0	0	0
37	M	0,58998	0,58	0	0	0
38	M	1,44359	0,58	0	3,57	7,14
39	M	-0,68844	-0,18	0	0	0
40	M	-0,28973	-0,39	0	0	0
41	M	2,9973	-0,18	0	0	0
42	M	-0,09032	-0,18	0	3,57	32,14
43	F	-0,82136	-0,18	0	0	3,57
44	M	-0,47753	-0,18	0	0	0
45	F	-1,08699	-0,18	0	0	0
46	F	-0,32017	-0,18	0	0	0
47	F	-0,50944	-3,16	0	0	0
48	M	-0,84958	-1,49	0	0	0
49	M	-0,37882	-0,18	3,57	7,14	0
50	M	0,2708	-0,18	0	0	0
51	M	0,10546	0,58	0	0	0
52	M	-0,79141	-1,49	0	0	0
53	M	-1,0531	-0,18	0	0	0

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

CONFERÊNCIA DE ABERTURA:

DESENVOLVIMENTO RURAL: ATUALIDADE E REALIDADE DO DEBATE NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

**EVOLUÇÃO ECONÔMICA E INSTITUCIONAL DO SETOR PRIMÁRIO NO
BRASIL: EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO RURAL?**

Eduardo Ernesto FILIPPI¹

RESUMO

Estágios da expansão do setor primário brasileiro: fases primário-exportadora, expansão industrial, *Revolução verde*. O mundo rural brasileiro, hoje. Brasil, o modelo de desenvolvimento do setor agrícola não-patronal: desenvolvimento agrícola → desenvolvimento rural → desenvolvimento territorial. O desenvolvimento rural em perspectiva. A *Proposta de Programa do Governo para 2005 – 2009* da República de Moçambique.

1. INTRODUÇÃO

Nós, brasileiros, conhecemos muito pouco – ou quase nada – da África. Uma hipótese plausível para tal desconhecimento seria a opção do Estado brasileiro, ao longo de sua história republicana, que priorizou o modelo de crescimento e de desenvolvimento dos países do hemisfério norte, em especial os EUA. Ademais, poderíamos afirmar que a geopolítica da *guerra fria* parece ter moldado as opções político-institucionais dos continentes africano e sul-americano: no caso, o Moçambique mais próximo do modelo soviético e o Brasil alinhado ao modelo norte-americano.

¹ Departamento de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Av. João Pessoa, 31 – 90040.000 – Campus Central. Porto Alegre – RS, Brasil. Economista, mestre em Economia Rural, doutor em Economia Política (PPGE e PGDR/UFRGS) edu_292000@yahoo.com.br

Talvez isso tenha impedido um diálogo acadêmico-ciêntifico entre ambos os países no sentido de introduzir e de produzir um debate que aproximasse visões distintas sobre modelos de desenvolvimento.

À luz destas breves idéias iniciais, objetiva-se neste trabalho elencar - e discutir - as principais transformações econômico-institucionais por que passaram o setor primário brasileiro nos últimos cinco decênios. Espera-se que tal esforço possibilite um debate sobre as opções futuras em torno do tema do desenvolvimento rural em países que (ainda) buscam um eixo estratégico de, por um lado, combate à pobreza rural e, por outro, uma maior inserção competitiva em uma estrutura econômica cada vez mais integrada internacionalmente.

Entre 1950 e 2005, a população brasileira evoluiu de 51 milhões para cerca de 185 milhões de indivíduos, ou seja, um crescimento demográfico médio de 2% ao ano. Em termos de produção agrícola, o país teve que experimentar uma revolução sem precedentes em sua história. Assim, a fim de atender à demanda por bens primários, foi estrategicamente decidido o aprofundamento de modernas técnicas de produção agrícola e pecuária, a chamada *revolução verde*.

Como conseqüência desta estratégia, obteve-se aumento significativo da produção agrícola e pecuária nacional através do aumento da mecanização e da fertilização química do solo. E, como efeitos colaterais desta *revolução*, houve a migração de trabalhadores rurais do meio rural ao espaço urbano-industrial e o crescimento da agressão ao meio-ambiente. A pequena produção – familiar e camponesa – ficou relegada a um plano marginal, apenas dinamizada através de política públicas específicas nas duas últimas décadas. Hoje, o Brasil possui 62 milhões de hectares divididos em cerca de cinco milhões de estabelecimentos rurais. A safra de grãos, em torno de 110 milhões de toneladas/ano, tem na soja seu destaque, com 50 milhões de toneladas (BRASIL, 2006).

Distinta da história brasileira, a agricultura africana se ressentir de outros desafios. Em recente entrevista ao jornal francês *Le Monde*, Ian Scoones (Universidade de Sussex, Grã-Bretanha) chama a atenção a respeito da necessidade de uma “revolução verde” na porção sub-saariana do continente. As razões para tanto seriam múltiplas: perda de nutrientes do solo em decorrência de má gestão dos recursos naturais (terra e

água), secas prolongadas, etc. Ian Scoones enfatiza que “grandes problemas” não requerem, necessariamente, “grandes soluções”. Pelo contrário, a solução, via um desenvolvimento rural sustentável, deveria levar em consideração soluções locais que utilizem os conhecimentos dos agricultores atingidos pelo conjunto referido de problemas.

Todavia, tal concepção de desenvolvimento do mundo rural africano e, especificamente, moçambicano, não é partilhada de forma universal. Recentemente, o “Encontro africano para os fertilizantes” (Nigéria, 09-13 junho de 2006) discutiu possibilidades de revitalização da agricultura africana através da implementação de um (novo) modelo de “revolução verde”. Segundo estudos que balizaram tal encontro, anualmente cerca de 50 mil ha de florestas e 60 mil ha de savanas são utilizados para compensar vastas extensões de terras esgotadas devido a problemas de manejo e a imprevistos de ordem climática.

Portanto, nos parece que os desafios – e soluções possíveis – enfrentados pelo setor primário sub-saariano e, em especial moçambicano, mereceriam uma reflexão à luz da experiência brasileira, um país que ainda busca uma estratégia consistente e perene de desenvolvimento e que, não raro, promoveu estratégias que aprofundaram tanto a pobreza rural quanto a agressão ao meio-ambiente.

O presente trabalho está dividido em três seções. Após esta breve introdução, segue-se a seção 2 dedicada a apresentar os diferentes períodos de acumulação capitalista no Brasil e sua relação com o mundo rural. A ênfase principal é dada sobre as consequências do modelo produtivista conhecido como *revolução verde*. Após, dedicamo-nos à problematização de diferentes questões ligadas à construção de uma nova concepção de desenvolvimento (rural).

2. BRASIL: OS REGIMES DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E O SETOR DE PRODUÇÃO DE BENS PRIMÁRIOS

Para um melhor entendimento da evolução do setor primário brasileiro optou-se pela sistematização dos diferentes regimes de acumulação capitalista no país. Identificam-se quatro períodos que correspondem a quatro regimes de acumulação:

O primeiro período (1770-1880), ainda sob forte influência das estratégias da metrópole portuguesa sobre suas colônias, foi marcado mundialmente pela expansão da indústria (primeira revolução industrial) em uma era conhecida como sendo a do **capitalismo liberal**. A América Latina e, em especial, o Brasil, se inserem globalmente como áreas fornecedoras de matérias-primas minerais e agrícolas. Em termos político-institucionais iniciam-se neste período diferentes processos de independências nacionais.

O período correspondente foi o do chamado **capitalismo monopolista** (1880-1930) ou, em outros termos, à era dominada pelos grandes conglomerados econômico-financeiros e pela expansão da produção em massa (*fordismo*). A transformação tecnológica e as mudanças na matriz energética, com a utilização de combustíveis fósseis, possibilitaram a segunda revolução industrial, brutalmente interrompida nos países industrializados pela *Grande Depressão de 1929*. Neste período, o Brasil - independente da coroa portuguesa e republicano desde 1889 -, sofre a *crises do café* como consequência direta da referida grande depressão (queda brutal das importações de café pelos países industrializados). Inicia-se durante os anos 1930 a construção do setor industrial no país.

A terceira era de acumulação (1950-1990), compreende o período de fins da segunda grande guerra – os *trinta gloriosos* - ao início da desregulamentação da economia, já nos anos 1990 – o chamado período *neoliberal*. No curso deste período, o planejamento econômico no Brasil sofre os efeitos da ditadura militar (1964 – 1984) ao mesmo tempo em que, estrategicamente, aproveita as oportunidades de uma conjuntura financeira internacional favorável que permitem o crescimento dos três setores da economia.

Tabela 1 – Brasil: crescimento anual médio do PIB (1960-1990)

DÉCADA	EM %
1960	6,17
1970	8,63
1980	1,57
1990	2,65

Fonte: BACEN (2005).

A expansão geral da estrutura econômica nacional (vide tabela, abaixo) foi possível através do endividamento externo, resultado direto dos efeitos geopolíticos da *guerra fria*. O vigoroso crescimento econômico das décadas de 1950 e 1970 é tributário do *Plano de Metas* (1956-1960) e dos *PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento* (1972-1974 e 1975-1979). Tal conjunto de planos resulta em expansão da infra-estrutura de energia, da rede de transportes, de diferentes setores industriais e de serviços (política de *substituição de importações*), aliado ao crescimento demográfico nos espaços urbanos através do êxodo rural e do crescimento vegetativo populacional.

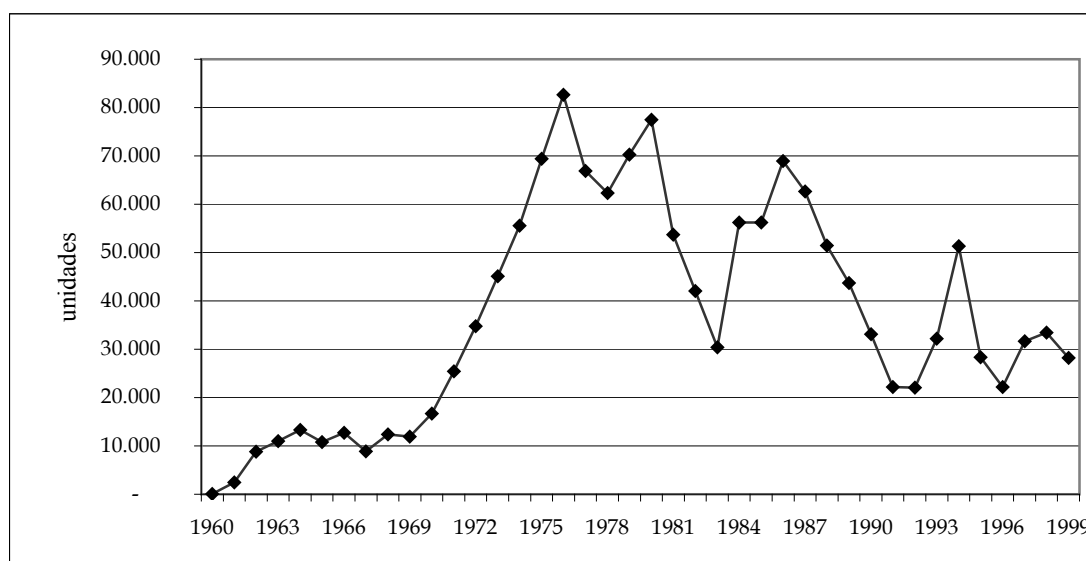
Com relação ao setor primário, este período de acumulação comporta a chegada e a implementação da *revolução verde*, um “[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (*seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos*) aplicados, sobretudo a três culturas importantes [arroz, milho e soja] largamente cultivadas em países em desenvolvimento” (Mazoyer & Roudart, 1997, p. 454-455). O esforço de pesquisa foi prioritariamente dirigido aos sistemas de produção mais especializados e sobre os métodos estandardizados de cultura (resumidos na expressão *pacotes tecnológicos*). Em suma, a revolução verde decreta o “abandono da noção de fertilidade natural”.

Ademais, os efeitos da *revolução verde* e a estratégia de ocupação de áreas “virgens”, inexploradas, são responsáveis pela abertura de novas fronteiras agrícolas: em direção à região Centro-Oeste nos anos 1960-1970 e, a partir dos anos 1980, em direção à região Norte do país.

No Brasil, os efeitos da *revolução verde* podem ser decompostos em vários fenômenos interconectados:

O aumento da mecanização nas atividades primárias, sustentada pelo forte crescimento da indústria nacional de máquinas agrícolas (vide gráfico, abaixo). Todavia, atualmente, o setor encontra-se em crise devido à (i) crise financeira do Estado que se arrasta desde os anos 1980 – a chamada *década perdida*; e à (ii) queda das barreiras alfandegárias a partir do início da década de 1990.

Gráfico 1 – Brasil: Produção nacional de máquinas agrícolas (1960-1999)



Fonte: ANFAVEA (2001).

Aumento na utilização de fertilizantes químicos. As estatísticas da ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos - atestam que, em apenas dez anos, dobrou a quantidade comercializada de fertilizantes por hectare no Brasil.

Tabela 2 – Brasil : Quantidade comercializada de fertilizantes por área plantada (kg/ha)
(1992-2002)

ANO	KG/HA
1992	69,44
1993	84,4
1994	90,74
1995	84,21
1996	105,27
1997	109,46
1998	122,63
1999	109,82
2000	128,83
2001	134,68
2002	143,62

Fonte: ANDA (2003).

Em decorrência do **aprofundamento da vulgarização das modernas técnicas agrícolas**, ocorrem problemas ligados à **degradação ambiental**, particularmente em relação ao esgotamento da fertilidade natural do solo e à poluição de mananciais de água (superficiais e subterrâneos). Os trabalhos de Bennett (2000), de Redclif (1989), e de May & Bonilla (1997), apontam de maneira definitiva a utilização de pacotes tecnológicos como causadores diretos da degradação ambiental do meio rural na América Latina.

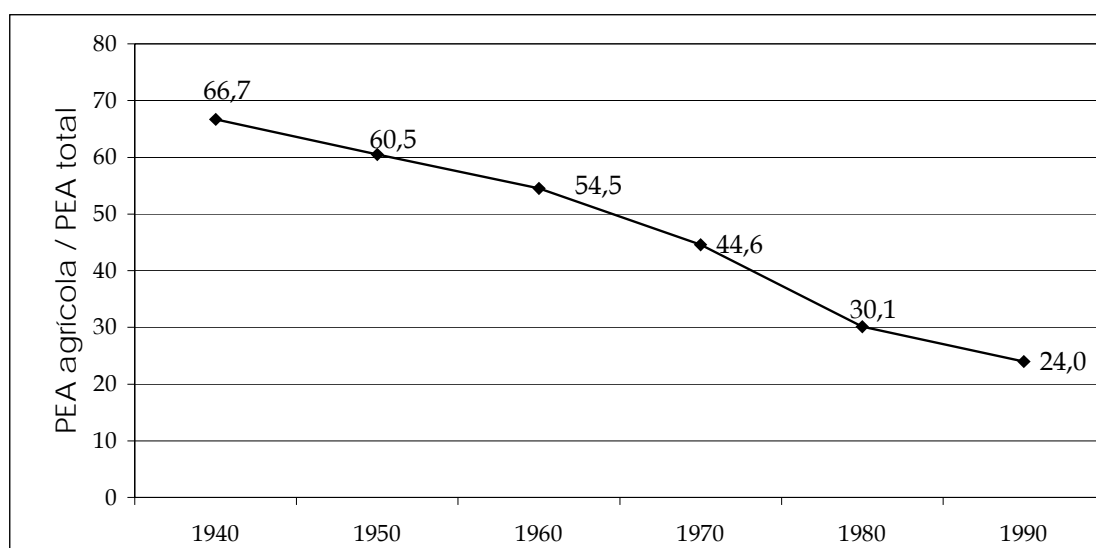
Ademais, deve-se ressaltar a influência do aumento da mecanização das atividades agrícolas sobre a **gradativa diminuição do emprego agrícola** como resultado perverso do aumento de produtividade. Agregue-se a este fato a **contínua migração** de populações originárias de áreas rurais empobrecidas em direção aos grandes centros urbano-industriais do país (vides tabela e gráfico, abaixo).

Tabela 3 – Brasil: evolução da população rural (1950-2000)

ANOS	POPULAÇÃO RURAL	POP. RURAL/POP. TOTAL
1950	38.291.775	63,8
1960	38.767.423	54,6
1970	41.054.053	44,1
1980	38.509.893	32,4
1991	35.231.268	24,5
2000	31.847.004	18,8

Fonte: IBGE, *Censos Demográficos*.

Gráfico 2 – Brasil – PEA² agrícola / PEA total (1940-1990)



Fonte: Romeiro (1994).

A lista de benefícios e de problemas originados pelas técnicas produtivas estimuladas pela revolução verde é longa. Todavia, uma conclusão é evidente: houve um incremento sem igual na produção de bens primários, propiciado pelo duplo efeito do aumento de produtividade e da expansão da fronteira agrícola.

² PEA – População Economicamente Ativa: contingente populacional com idade entre 15 e 64 anos.

Finalmente, o período contemporâneo, dos anos 1990 aos dias de hoje, corresponde à **desregulamentação da economia e ao reordenamento das funções do Estado**. É justamente neste contexto que, no Brasil, com o fim do regime militar, os movimentos sociais pressionam o Estado para a implementação de políticas públicas voltadas aos “marginalizados” das políticas públicas precedentes. Neste novo período, de possibilidades reais de participação popular-democrática, o mundo rural da pequena produção agrícola se organiza em novas bases e passa a constituir um segmento social indispensável nas discussões sobre os rumos do desenvolvimento do país.

Em termos institucionais, os anos 1990 descortinam a enorme distância estratégica e socioeconômica entre os **segmentos patronal (capitalista) e familiar do setor primário brasileiro**. A evidência disso é que no início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em nível dos ministérios, ocorreu uma divisão de competências no que se refere aos assuntos rurais. De um lado, manteve-se o tradicional MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passou a se encarregar exclusivamente da promoção de políticas de dinamização do agronegócio e do fluxo de exportações de produtos agrícolas. Por outro lado, criou-se o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, com funções de (1) zelar pela perenidade da agricultura familiar e (2) implementar políticas de reforma agrária.

Os ministérios respondem por políticas específicas e, portanto, dirigidas a populações rurais econômica e socialmente distintas. Assim, o citado MAPA festeja o fato de que o agronegócio representa 34% do PIB nacional, 37% de todos os empregos do País e é responsável por 43% do valor das exportações nacionais. Soma-se a isso a previsão do Ministério de que dos atuais 62 milhões de hectares cultivados no país se somarão outros 30 milhões de hectares nos próximos quinze anos (BRASIL, 2006).

Nos anos recentes, o *Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005* (MAPA, 2004), o atual governo brasileiro, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), prevê aumentos de produção associados a aumentos de produtividade; “*interiorização do desenvolvimento*”; apoio financeiro à modernização e à melhoria da infra-estrutura destinada ao agronegócio (melhoria de portos, estradas, estruturas de armazenagem e de escoamento da produção); e incentivo às dinâmicas de interdependência entre o agronegócio e os mercados financeiro e de capitais. Percebe-se, portanto, que mesmo em um mandato que em seu início se pautava pela “ruptura” com o modelo econômico

precedente, há a prevalência dos imperativos ligados à busca de saldos comerciais positivos por intermédio do aumento das exportações do agronegócio.

Dirigido a diferentes segmentos da agricultura familiar e camponesa em 1996 é criado o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Através desse programa, e segundo dados oficiais, mais de 800 mil indivíduos são atendidos com crédito, pesquisa e extensão. Uma inovação é a linha de crédito especial para mulheres e jovens produtores, que objetiva incentivar o empreendedorismo desses segmentos sociais. Em termos de produção agrícola, a agricultura familiar é responsável por 40% do que é produzido no campo e gera sete de cada dez ocupações no meio rural. A atividade responde por 31% da produção de arroz, 77% de feijão, 52% do volume de leite e 60% da produção de frango e de suínos (Brasil, 2006).

Dado este quadro de referência econômico-institucional do setor primário brasileiro, nos parece importante indagar sobre as **novas estratégias de compreensão da diversidade do tema do desenvolvimento rural**. Como adequar o (necessário) crescimento da produção agrícola com os imperativos da reprodução social da agricultura familiar e dos camponeses? Nos parece inquestionável de que tal desafio pertence, particularmente, ao conjunto de países em desenvolvimento do planeta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E OS OBJETIVOS “UNIVERSAIS” DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A construção de um conceito que abarque a riqueza do termo *desenvolvimento rural* não é tarefa simples. Todavia, nos parece superada a concepção que ligava o *desenvolvimento* como tributário direto e lógico do crescimento (econômico) e do progresso. Portanto, indaga-se: há objetivos universais no desenvolvimento rural? Para responder a tal questão nos parece relevante problematizar a questão com quatro parâmetros uniformadores que se encontram na base da construção do termo desenvolvimento rural:

- (i) o rural não é sinônimo de agrícola;
- (ii) o rural é multissetorial (*pluriatividade*) e multifuncional (*funções produtiva, ambiental, ecológica e social*);

(iii) o espaço rural possui baixa densidade populacional; e

(iv) as dinâmicas urbanas interferem/definem/condicionam o espaço rural [Carneiro, 2006].

A análise do documento oficial *Proposta de Programa do Governo para 2005 – 2009* (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2005) permite justamente perceber que o Estado moçambicano está atento às novas concepções do desenvolvimento rural. À página 78 do referido documento lê-se:

“O desenvolvimento rural, traduzido pela transformação social e econômica e conseqüente elevação do bem-estar nas zonas rurais, é o esteio fundamental do desenvolvimento social e econômico global do país”.

Ainda segundo o documento, as ações estratégicas do Estado no espaço rural para atingir-se tal objetivo se concentrarão sobre (i) a reabilitação e desenvolvimento de infra-estruturas econômicas e sociais; (ii) criação de ambiente favorável à constituição de instituições de microcrédito; (iii) fomentar o ambiente legal e institucional que possibilite a autogestão comunitária; (iv) promover a gestão sustentável dos recursos naturais (água e solo); (v) promover a rede de comunicação audiovisual; (vi) ensejar a participação das comunidades rurais no processo de tomada de decisão; e, (vii) reforçar a capacidade de coordenação de ações que permitam o desenvolvimento integrado de zonas rurais (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2005, p. 79).

Portanto, à luz dos objetivos *Proposta de Programa do Governo para 2005 – 2009* acima elencados para o desenvolvimento rural moçambicano, pode-se inferir que a complexidade que envolve a construção e a implementação de políticas públicas em áreas rurais não é tributária direta de metas de crescimento da produção agrícola. Critérios multissetoriais e dependentes de outras esferas dos Estados nacionais – brasileiro e moçambicano – devem ser levados em conta.

Enfim, os desafios para que emergem *Proposta de Programa do Governo para 2005 – 2009* não são distintos daqueles enfrentados pelo Estado brasileiro. Ademais, e apesar do consenso de que o desenvolvimento rural é um tema mais amplo e, por isso mesmo, mais complexo que o simples crescimento da produção agrícola, nos parece importante salientar duas indagações emergem dos tópicos elencados ao longo deste *paper*: como promover o desenvolvimento rural em um ambiente com (1) baixa

absorção tecnológica? E, (2) em um ambiente com alta dependência na produção de *commodities*?

REFERÊNCIAS

- ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos (2003) *Anuário estatístico do setor de fertilizantes 1992-2002*. São Paulo, Anda, 96 p.
- ANFAVEA – Associação nacional dos fabricantes de veículos automotores (2002) *Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira / Statistical yearbook of the Brazilian automotive industry* (disponível em www.anfavea.com.br (05/02/2002)), 140 p.
- BACEN – Banco Central do Brasil (2005) *Estatísticas econômicas do Brasil* (disponível em www.bcb.gov.br).
- BENNETT, A. J. (2000) Environmental consequences of increasing production: some current perspectives. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, vol. 82, nº 01-03, pp. 89-95.
- BRASIL (2006) www.brasil.gov.br
- CARNEIRO, Maria J. (2006) “Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica”. In: Schneider, Sérgio (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, pp. 165-185.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. (2002) *Economic linkages between South Africa and Mozambique*, 22 p. (mimeo.).
- CRAMER, Christopher (1999) “Can Africa industrialize by processing primary commodities? The case of Mozambican cashew nuts”. *World Development*, vol. 27, nº 07, pp. 1247-1266.
- DORWARD, Andrew; KYDD, Jonathan; MORRISON, Jamie & UREY, Ian (2004) “A policy agenda for pro-poor agricultural growth”. *World Development*, vol. 32, nº 01, pp. 73-89.
- DUMONT, René (1962) *L’Afrique noire est mal partie*. Paris, Seuil, 287 p.
- ELLIS, Stephen (2005) “How to rebuild Africa”. *Foreign Affairs*, vol. 84, nº 05, pp. 135-141.
- FILIPPI, Eduardo E.; REQUIER-DESJARDINS, Denis & BLANC, Marie-Odile (2004) *Corridors to regional integration: an evaluation of the Maputo Corridor*. ONU/PRUD, The World Bank, Washington D.C., 6 p.
- FRY, Peter (org.) (2001) *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 340 p.
- HANLON, Joseph (2000) “Power without responsibility: the World Bank & Mozambican cashew nuts”. *Review of African Political Economy*, vol. 27, nº 83, pp. 29-45.
- KANJI, NAZNEEN ET AL. (2004) *Liberalização, género e meios de sustento: castanha de caju em Moçambique*. Relatório Resumo (mimeo.), 30 p.
- LACHARTRE, Brigitte (2000) *Enjeux urbains au Mozambique : de Lourenço Marques à Maputo*. Paris, Karthala, 320 p.
- LE MONDE (2006) “L’Afrique agricole”, 08/06/06 (www.lemonde.fr).
- MAY, Peter & Bonilla, Olman S. (1997) The environmental effects of agricultural trade liberalization in Latin America: an interpretation. *Ecological Economics*, vol. 22, pp. 05-18.

MAZOYER, Marcel & Roudart, Laurence (1997) *Histoire des agricultures du monde. Du néolithique à la crise contemporaine*. Paris, Seuil, 543 p.

MWABU, Germano & THORBECKE, Erik (2004) "Rural development, growth and poverty in Africa". *Journal of African Economies*, vol. 13, suppl. 01, pp. i16-i65.

REDCLIFT, Michael (1989) The environmental consequences of Latin America's agricultural development : some thoughts on the Brundtand Commission Report. *World Development*, vol. 17, nº 03, pp. 365-377.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005) *Proposta de Programa do Governo para 2005 – 2009*, 117 p.

ROMEIRO, Ademar R. (1994) Reforma agrária e distribuição de renda. In : Stédile, João P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ufrgs / Editora da Universidade, pp. 105-136.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 5: ENSINO E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO RURAL: QUEBRANDO BARREIRAS E VALORIZANDO CONHECIMENTOS

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:
UMA VISÃO ECOLÓGICA E A INTERAÇÃO COM ENSINO E PESQUISA**

**Fábio DAL SOGLIO¹
Valéria Dias da Costa LEMOS²**

APRESENTAÇÃO

Falar de Desenvolvimento Rural e de como Educação e Pesquisa nessa área podem ou devem contribuir para o futuro das nações, é hoje tema central na agenda internacional, e motivo de intenso debate. No Brasil, no entanto, a Educação e a Pesquisa sobre Desenvolvimento Rural vêm sendo realizadas e utilizadas, preferencialmente, desde os anos 50, como ferramentas de apoio para a realização de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico sustentado.

Nas últimas décadas, entretanto, a reflexão acadêmica sobre o Desenvolvimento como crescimento vem indicando as limitações desse modelo e a necessidade da adoção de uma abordagem sistêmica capaz de promover o desenvolvimento sustentável do país (acho que cabia uma nota com a fonte dessa distinção entre sustentado e sustentável). Embora grande parte desse debate ainda ocorra dentro da Academia, já são visíveis

¹ Departamento de Fitossanidade/Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Agronomia/UFRGS. Av. João Pessoa, 31 – 90.040.000 – Campus Central. Porto Alegre-RS, Brasil. Engº Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia. fabiods@ufrgs.br

² MSc em Ciências Políticas. lerry@terra.com.br

algumas mudanças nas políticas públicas, bem como, resultados diferenciados derivados diretamente das mesmas. A Academia, aqui definida como Ensino, Pesquisa e Extensão, tem importante função neste momento, como campo de debates e como ferramenta de implementação de mudanças e difusão de conhecimento na sociedade brasileira. Neste relato pretendemos discutir de maneira breve, especificamente com relação ao Desenvolvimento Rural, como a Academia brasileira tem reagido neste momento de crise de paradigmas, e quais têm sido as mudanças mais importantes na Pesquisa e no Ensino.

Antes que possamos discutir a relação da Academia com o desenvolvimento no meio rural, precisamos definir com clareza o conceito de Desenvolvimento do qual estamos falando. Sabemos que, conforme os interlocutores, os discursos mudam radicalmente e, ao aceitarmos um ou outro conceito, devemos também aceitar princípios gerais que afetam todos os aspectos de nossas abordagens sobre a realidade (KUHN, 1987). Em geral, os conceitos mais disseminados sobre desenvolvimento (e desse modo suas vulgatas para uso político) são aqueles que se encontram mais ou menos cristalizados dentro da Sociologia e da Economia. A abordagem que propomos desse conceito, no entanto, partirá da abordagem ecológica do mesmo.

O desenvolvimento, do ponto de vista ecológico (ODUM, 1988), está relacionado às mudanças que ocorrem nas sucessões, ou especializações, de espécies que compõem uma comunidade ou um ecossistema, dependendo do espaço que se estuda, indo de estruturas mais simples para estruturas mais complexas. Nesta seqüência de mudanças, ou “seres”, existem diferentes momentos (estádios serais), com diferentes composições de populações, as quais cumprem diferentes funções, ocupando os nichos ecológicos que se apresentam. Além disso, também ocorre uma tendência de variabilidade na diversidade das populações, (ou espécies) que compõe uma dada comunidade. Dessa maneira, após uma perturbação, as populações iniciam com baixa diversidade, com tendência de maior presença de espécies generalistas que são capazes de cumprirem diferentes funções ecológicas (multifuncionais) em nichos diversos. Com o desenvolvimento, passa a existir maior diversidade de espécies cada vez mais especializadas e que ocupam nichos cada vez mais restritos. Isso pode ser aplicado diretamente para os ecossistemas habitados pelos homens e, no caso dos ecossistemas em que existe atividade agrícola, para os agroecossistemas. Assim, o desenvolvimento de um espaço rural pode ser entendido como uma seqüência de mudanças que o levam

de um estágio de menor para maior diversidade, até alcançar um momento de relativo equilíbrio, em que a diversidade de funções encontradas, exercidas por determinados grupos de pessoas, e de interações entre estes grupos, cria um sistema relativamente estável e de satisfação das necessidades biológicas e sociais destes grupos. Esta é, certamente uma visão teórica, pois o desenvolvimento ecológico é um processo de contínuo desequilíbrio e evolução, pois não existe ecossistema totalmente fechado.

Teoricamente, o momento de maior diversidade em um ecossistema estável pode variar muito. Segundo ODUM (1988), este momento pode ser alcançado em estágios serais intermediários, tendendo depois a uma manutenção ou mesmo redução de diversidade até chegar próximo ao climax, por redução dos antagonismos e ampliação das interações simbióticas positivas. Em outros casos, o ponto de maior diversidade apenas deveria atingir seu máximo próximo ao final de seu desenvolvimento, ou estágio climax. Em um sistema social, rural ou urbano, a teoria nos faz concluir que a maior diversidade de funções de cada grupo (especialização) não necessariamente é atingida em seu climax (que depende do status do sistema em um dado momento), mas pode ser um dos estádios, e que no estágio climax existe menor especialização e um certo grau de “multifuncionalidade”, o que de certa forma é observado em algumas regiões, onde as pessoas que habitam espaços rurais são “pluriativas”. Por outro lado, existem observações que indicam que em determinados sistemas, a maior diversidade funcional, que pode ser ligada à especialização, é observada próximo ao estágio “climax”. Ou seja, não necessariamente a única saída se dá pela multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar.

Elaborando mais um pouco, podemos dizer, também, que o desenvolvimento de um ecossistema, ou comunidade, é principalmente dependente de duas principais componentes (de forças), uma de origem endógena, ou autogênica, e outra exógena, ou halogênica. A ação dessas forças condiciona a velocidade do desenvolvimento e a estabilidade de um ecossistema. ODUM (1988), analisando a ação dessas componentes, sugere como princípio que quanto maior for a influência halogênica, maior a tendência à “regressão” do processo de desenvolvimento para estádios serais anteriores, caracterizados por crescimento rápido de poucas espécies (Alta produção líquida de energia, porém baixas biomassa, diversidade e estabilidade). Assim, materiais ou energia importados, forças geoclimáticas, ou perturbações humanas, podem modificar, sustar ou mesmo inverter o processo de desenvolvimento, de modo que o ecossistema,

além de não alcançar uma estabilidade, pode ser levado à “extinção”. Para os agroecossistemas, por semelhança, podemos assumir que, quando deixados com reduzida pressão exógena, o desenvolvimento tende a privilegiar a diversidade e a equidade, valorizando processos autogênicos, buscando um relativo equilíbrio. Entretanto, o atual momento (no caso do desenvolvimento rural) é de forte (excessiva) interferência halogênica, em que as culturas, formas de organização e tecnologias locais são substituídas por uma “monocultura” definida e distribuída pela matriz das nações “desenvolvidas” (Europa e EUA), segundo seus interesses, pouco considerando as reais necessidades das demais nações. Esta intervenção constante provoca uma reação que, pode até parecer de crescimento em produção líquida, mas que limita a capacidade de desenvolvimento pleno, pela dependência estrutural e esgotamento dos recursos naturais e produtivos (por superar a capacidade de carga), com tendência à estagnação e mesmo à extinção do desenvolvimento.

Um outro aspecto importante dessa abordagem ecológica do desenvolvimento diz respeito à evolução e co-evolução que ocorrem em um ecossistema. Espécies e meio físico estão em constante alteração e interferem uns sobre os outros determinando mudanças que conseqüentemente alteram o processo de desenvolvimento (ODUM, 1988). Ou seja, tanto por alterações aleatórias que ocorrem em cada organismo ou meio físico (mutações, alterações geológicas, etc.), como por alterações condicionadas por associações entre organismos (simbioses) ou de organismos com o meio físico (engenharias), resultam novas propriedades dos organismos e do meio, que condicionam mudanças em todo o ecossistema e, portanto, alteram o estágio seral. Assim, os sistemas estão sempre sendo alterados e, mesmo quando teoricamente fechados (o que é impensável), existem pequenas mudanças internas que alteram o equilíbrio e que tornam impossível chegar a um estágio final, de equilíbrio completo, que seria definido como “climax” deste ecossistema. Dessa maneira, o climax, ou o desenvolvimento completo, pode ser considerado um postulado, e de certa forma, tão utópico quanto a sustentabilidade³.

Nem por isso desenvolvimento e sustentabilidade são objetivos que não se devam almejar. Sabemos que nem sempre podemos controlar forças exógenas, em

³ Podemos imaginar a sustentabilidade, ou seja, a constante regeneração do sistema Terra, ou de um agroecossistema específico dentro dele, mas alcançar de fato este momento é impossível, pois só podemos garantir isso se estivermos no futuro olhando trás. O que podemos hoje intuir é se estamos mais ou menos próximos a esta idéia (sustentabilidade) medindo o status do sistema em diferentes momentos com indicadores muitas vezes escolhidos intuitivamente (indicadores de sustentabilidade).

especial as que são de origem geológica, mas podemos imaginar que, assim como as comunidades de um ecossistema que tendem a entrar em um estágio de favorecimento de interações positivas, a partir do desenvolvimento do mesmo, podemos antever um dia, no futuro que ainda pode ser distante, em que todas as comunidades no Planeta terra poderão estar se favorecendo mutuamente e, neste sentido, estarem próxima do climax, ainda tão distante, de um mundo sem guerras, sem fome, sem sofrimentos desnecessários, e o mais sustentável quanto possível. Esta é uma realidade ainda muito longe de todas as nações da Terra, e como chegar lá é a grande pergunta que todos os povos se fazem, e o motivo de que hoje procuramos entender os processos e os caminhos do desenvolvimento rural brasileiro, onde procuraremos aqui rever o que tem ocorrido e como isso tem envolvido o ensino e a pesquisa.

No Brasil, até meados do século XX, o mundo rural, e seu processo de desenvolvimento, eram de certa forma o mais autogênicos quanto possível. Embora “distante” de confortos, lazer, segurança, riqueza, globalização - valores considerados modernos -, havia no território brasileiro, até por suas dimensões continentais, grande diversidade de “estágios seriais” adaptados aos diferentes agroecossistemas (os romances regionais pós 30 tratam bem disso). Entretanto, a partir da década de 50, houve a pressão (interna e externa) para que o Brasil, urbano e rural, se “modernizasse”, e assumisse o modelo que estava sendo aplicado às nações “desenvolvidas” (DELGADO, 2002). Assim, e com mais ênfase na década de 1960 com a ditadura militar, o desenvolvimento nacional, entendido como “crescimento econômico”, levou à abordagem do “mundo rural” (entendido aqui como tudo aquilo que não era urbano) como universo a ser superado, modernizado e adequado ao projeto de um país industrializado, levando em consideração apenas o aspecto tecnológico mais importante deste espaço, ou seja, a agricultura. O rural passou a ser sinônimo de agricultura. (GOODMAN et al., 1990).

Ao assumir o modelo de crescimento econômico sustentado e de industrialização da agricultura, o Brasil passou a incentivar uma transição da agricultura diversificada (autogênica) para uma agricultura assumida como moderna (Delgado, 2001). Para isso, investiu em uma educação tecnológica para o campo baseada em escolas técnicas e cursos de agronomia organizados (ou reformados) a partir do ingresso de um corpo docente e profissionais formados através de convênios com universidades e institutos de pesquisa norte-americanos (NAVARRO, 2001). Esse intercâmbio com os Estados

Unidos foi realizado a partir da criação de uma série de vantagens, inexistentes em outras áreas de conhecimento que não as agrárias, como bolsas de estudo e inclusão do período de formação como tempo de serviço para aposentadoria. A pesquisa agrícola voltou-se para a adaptação de tecnologias e depois para competitividade dentro do modelo de monocultura, e foi centralizada no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado de EMBRAPA. Estas tecnologias eram “divulgadas” pelos técnicos da extensão rural, também criada copiando-se o modelo americano com modelo pedagógico totalmente diretivo, e de manutenção governamental (nota de rodapé: também faz parte do padrão EUA). As EMATER’s - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –, eram co-administradas pelos municípios e Estados, e centralizadas pela administração federal com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER (hoje extinta). Sua função era “direcionar” agricultores com potencial para a adoção dos pacotes tecnológicos – excluindo, portanto, uma grande parte de pequenos agricultores – através do crédito subsidiado do extinto Sistema Nacional de Crédito Rural que entraria em colapso na década de 80⁴.

Atualmente, esses “potenciais produtores”, utilizam 25% do orçamento anual (REVISTA VEJA, 2006) para a agricultura brasileira, para a renegociação de suas dívidas. São produtores de commodities como soja, café e açúcar, que em sua maioria – mas não totalidade – são apenas 20% (em estatísticas otimistas) dos produtores rurais brasileiros, mas que possuem mais de 80% da terra agriculturável do país⁵. São empresários rurais que adotaram os pacotes tecnológicos e que já deram calote nos bancos pelo menos três vezes ao longo dos últimos 30 anos, o que virtualmente coloca o Banco do Brasil, o principal credor, como o dono de grande parte as terras que são utilizadas para produzir os produtos “modernos”.

Por outro lado, os agricultores que não quiseram, que não eram potencialmente “empreendedores”, ou que não puderam adotar os pacotes tecnológicos, foram colocados à margem do “crescimento” da agricultura brasileira, e hoje são considerados

⁴Hoje, podemos dizer que muitos dos agricultores que tomaram créditos para adotar estas tecnologias já quebraram ao menos três vezes, e quando sobrevivem no meio é porque conseguiram renegociar suas dívidas. Muitos pequenos não conseguiram e foram excluídos do campo, indo para as cidades tentar sobreviver, e um grande número está hoje ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

⁵ Ver dados de 1998 nas Estatísticas Cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, disponível em http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/estat.htm.

improdutivos ou pouco relevantes para o montante de uma economia nacional, refém dos indicadores do “risco país”.

Os agricultores familiares brasileiros, que são 80% dos agricultores e trabalhadores na agricultura ainda são responsáveis por 40% da produção agrícola, e detêm apenas 30% das terras destinadas à produção de alimentos (VEIGA, 2001). Aqueles que não puderam ser inseridos nesse processo de industrialização e adequação da agricultura brasileira para a exportação, e, via endividamento ou abandono, acabaram por perder suas terras, são em parte os integrantes dos contingentes de famílias excluídas que hoje engrossam os movimentos sociais que reivindicam uma mudança deste modelo). insustentável (MST, MPA, etc...)⁶

Uma outra parcela de pequenos agricultores viu-se pressionada, via desaparecimento das redes de mercados tradicionais, a abandonarem a diversificação e a ingressarem no universo da monocultura. Vítimas da promessa do enriquecimento, reféns de dívidas bancárias, ou sem outra opção do que copiar os agricultores “modernos”, esses pequenos agricultores, que em algumas regiões brasileiras representam 90% dos financiamentos do PRONAF⁷, adotaram os pacotes tecnológicos dentro de suas “possibilidades”. Desconhecendo o fato de que em agricultura não há ganho em escala (ABRAMOVAY, 1992), depredaram seu patrimônio natural e cultural, em busca de uma adequação à modernidade, e fazem parte daquelas micro-regiões, que por sua dependência, conheceram o fracasso sem conhecerem o sucesso.

Nas últimas décadas a incapacidade do modelo modernizador de, ao mesmo tempo, desenvolver tecnologias que servissem aos diferentes tipos de agricultores e diferentes ecossistemas, ficou bem evidente. Começaram a aparecer os problemas sociais e ambientais que a resistência à industrialização da agricultura alertava desde o início do século XX. Esta resistência, fortalecida após a década de 1970 no Brasil (ALMEIDA, 1999), e com um cunho social e ecológico muito forte no seu discurso, chamava a atenção para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro, e de que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado não poderia resolver os problemas encontrados em diferentes agroecossistemas brasileiros, bem como, tal qual qualquer projeto agroexportador, estava destruindo os ecossistemas brasileiros

⁶ Sobre o surgimento do MST e seus desdobramentos ver NAVARRO, Z. “Mobilização sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, B. de S. (org.). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁷ Programa Nacional de Agricultura Familiar

(como ainda está destruindo). Um modelo que destruía as comunidades e seus modos de vida, e que, por sua natureza homogeneizante, igualava a tudo e a todos, e obrigava a adoção de uma cultura padronizada, proveniente dos países “desenvolvidos”, fato que agravava a fome, as diferenças sociais, e fortalecia um sistema de concentração fundiária e dominação política até hoje predominantes no Brasil.

Essa visão dos problemas criados pelo modelo de modernização agrícola “recriou” o conceito de Agricultura Familiar como um tema de crescente importância no ensino e na pesquisa, embora ainda com um caráter mais reflexivo do que propositivo. Esta reflexão se evidencia nos estudos de diferentes grupos de pesquisa, em especial na Sociologia Rural e na Economia Rural. Objetos de pesquisa como a multifuncionalidade e a pluriatividade da agricultura familiar, da territorialidade e da economia solidária, entram cada vez mais nos currículos antes exclusivamente técnicos. A Economia, ainda fortemente atrelada à análise de cadeias produtivas, passou a incorporar elementos sociais e ecológicos aos seus estudos, assim como a Sociologia, num fenômeno que não se restringe apenas ao Brasil.

Entretanto, devemos salientar, encontra-se muita dificuldade em abordar a questão do Desenvolvimento Rural, como objeto de pesquisa de maneira interdisciplinar, de maneira a tratar os problemas associados ao Desenvolvimento no Brasil. Tecnologia, Sociologia, Antropologia, Economia e Ecologia, que deveriam estar mais entrelaçadas para não apenas lerem como chegamos onde estamos e o que está acontecendo ou o que pode acontecer, poderiam estar apoiando-se mutuamente para proporem alternativas mais adequadas aos diferentes agroecossistemas. No momento ainda são poucas as tentativas de integração, mesmo quando existe uma certa concordância sobre os principais problemas, econômicos, sociais e ecológicos brasileiros.

Isso é devido, em parte, à composição das elites acadêmicas e políticas brasileiras, predominantemente compostas por economistas, sociólogos e advogados (PÉCAUT, 1990 e CARVALHO, 1996), que terminam por enviesarem, tanto pesquisa quanto ensino de acordo, tanto com seus paradigmas clássicos, quanto com seus projetos políticos (No Brasil, o Desenvolvimento Rural é tributário dos antigos cursos de Sociologia e Economia Rural, que tinham como objetivo estudarem os “obstáculos” aos avanços da modernização da agricultura).

Essa dualidade, onde Academia e política são as componentes de um vetor que determina os rumos do Desenvolvimento Rural, encontra-se materializada, desde década de 90, na manutenção dualística dos ministérios brasileiros mais afetos ao ambiente rural: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o primeiro voltado para a agricultura familiar e o segundo para o “agronegócio”, ou seja, para a manutenção do modelo agroexportador.

Essa característica dual, não se apresenta apenas nas políticas agrárias, mas também no ensino e na pesquisa. Dessa maneira, quando superados os anos da “década perdida” (anos 80-90) - em virtude de múltiplos fatores, desde a democratização que forçou ao reconhecimento de uma representação política mais extensiva, tanto quanto à impossibilidade da exclusão das mesmas - e mesmo sem um projeto que integrasse sustentabilidade e agricultura, a Academia brasileira foi se fragmentando nos estudos acerca do Desenvolvimento Rural (Delgado, 2001), segundo as clivagens propiciadas pelos alinhamentos políticos, possíveis ou necessários.

Assim, convivem, em certas ocasiões, ocupando o mesmo espaço físico, estudos acerca de agronegócios e nichos de mercado (incluindo selos verdes), e aqueles dedicados a multifuncionalidade, pluriatividade e manutenção de práticas agrícolas tradicionais e/ou sustentáveis. A sobreposição entre política e academia, impede, até os dias atuais, de que a academia tenha autonomia na proposição de “paradigmas” (CHALITA, 2005) que desafiem a imobilidade política, conveniente, de uma estrutura, que, ao mesmo tempo em que permite a degradação, simula a “proteção” (via crédito a juros impraticáveis) da agricultura familiar. De fato, multifuncionalidade e pluriatividade são, no Brasil, características e não objetivos a serem almejados (SILVA, 2001), que, antes que desejáveis, demonstram a incapacidade de sobrevivência do pequeno agricultor.

Uma proposta que vem sendo trabalhada, ainda que com dificuldade, buscando integrar não apenas os diferentes campos de conhecimento, mas também os avanços conquistados pelos movimentos pragmáticos⁸, é a da Agroecologia. Na sua origem, com fundamentação teórica fortemente baseada na Ecologia, no Brasil, passou a ser

⁸ Movimentos que cresceram à margem da academia e da pesquisa oficial para desenvolver metodologias e tecnologias adequadas aos agricultores, considerando suas realidades sociais, econômicas e ecológicas, e que ao longo de décadas se opuseram ao modelo de industrialização da agricultura.

confundida com as práticas mais comumente adotadas de agricultura de base ecológica, e hoje dialoga tanto dentro da Academia quanto com os movimentos pragmáticos na busca de modelos sustentáveis de agricultura e de desenvolvimento rural. Tendo como um de seus princípios a necessidade de fortalecer o desenvolvimento endógeno, a Agroecologia propõe uma adoção sistêmica de metodologias participativas na pesquisa e na extensão, valorizando o conhecimento local, pois este representa a evolução do conhecimento em um agroecossistema ao longo de muito tempo. As metodologias participativas têm alcançado excelentes resultados e acima de tudo promovem a independência das comunidades e a democratização das decisões sobre os caminhos a serem adotados para o desenvolvimento, que passam a ser exercidas pelos indivíduos e não mais por especialistas ou políticos.

A Agroecologia também propõe desenhos mais sustentáveis de agricultura, procurando trazer para o estudo dos agroecossistemas os resultados obtidos pela ecologia de ecossistemas naturais, não devendo ser confundida simplesmente com o desenvolvimento de métodos orgânicos de agricultura. Para que possamos alcançar o desenvolvimento sustentável, cada agroecossistema deve ser tratado individualmente, segundo suas características inerentes, e não existe ninguém mais qualificado para isso do que seus habitantes.

Devemos lembrar que a agricultura orgânica, em muitas situações, apenas substitui insumos, não mudando radicalmente os seus processos de forma a aumentar a sustentabilidade do sistema. Recentemente, muitos têm sido os cursos técnicos e de nível superior que adotam, em maior ou menor grau, a Agroecologia nos seus currículos, bem como começam a ser estruturados cursos de pós-graduação em diferentes Universidades brasileiras para trabalharem com a Agroecologia. Na pesquisa já são freqüentes os projetos com base na Agroecologia, e recentemente a EMBRAPA, originalmente fundada para gerar tecnologias para o modelo de agricultura industrial e exportador, passou a apoiar grupos de pesquisa que tenham a Agroecologia como base científica⁹

Concluimos lembrando que a experiência brasileira da influência da pesquisa e do ensino no processo de desenvolvimento rural não pode ser chamada de bem sucedida, pois embora tenha gerado crescimento econômico, não trouxe nem

⁹ E EMBRAPA deverá lançar brevemente o documento “Marco Referencial em Agroecologia”, discutido internamente e com os movimentos sociais.

desenvolvimento nem sustentabilidade ao campo. A manutenção desta política certamente ampliará a crise que, hoje se percebe, está estabelecida em todo o território brasileiro. Em todos os locais se encontram agricultores incapazes de lidarem com o presente e de pensarem no futuro, bem como progressivamente endividados. A crise é social, econômica e ambiental, e o modelo de crescimento já demonstrou não ser capaz de reverter este quadro. Por outro lado, os modelos para o desenvolvimento rural, mantidos por décadas pelos movimentos pragmáticos, hoje fortalecidos por estudos desenvolvidos na academia e por uma melhor integração com alguns segmentos do ensino e da pesquisa, aparecem como possíveis soluções às crises. Neste sentido, a valorização dos conhecimentos locais, da diversidade cultural, tecnológica e biológica (agrobiodiversidade), e a democracia de fato (e não apenas de direito de voto), passam a serem fundamentais para que se alcance o desenvolvimento sustentável de qualquer nação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.
- ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do país. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- CARVALHO, J. M. de. A Construção da Ordem. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- CHALITA, M. A. N. “Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa”. In: Agric. São Paulo. São Paulo, v. 52, n.1, p. 97-113, jan./jun. 2005.
- DELGADO, G. C. “Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo de reflexão agrária”. In: Estudos Avançados, 15 (43), 2001.
- GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J.. Das lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LAPITZ, R., GORFINKIEL, D., ACOSTA, A., FLÓREZ, M. y GUDYNAS, E.(comp.). El otro riesgo país: Indicadores y desarrollo en la economía global. Editorial Coscoroba, Montevideo 2005.
- NAVARRO, Z. “Mobilização sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, B. de S. (org.). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NAVARRO, Zander “Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”. In: Estudos Avançados, 15 (43), 2001.
- ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990
- REVISTA VEJA, edição 1663, 05/07/2006.
- GRAZIANO DA SILVA, J. da “Velhos e novos mitos do rural brasileiro”. In: Estudos Avançados, 15(43), 2001

VEIGA, J. E. “O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”. In: Estudos Avançados, 15 (43), 2001.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 4: EXTENSÃO RURAL: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**EXTENSÃO RURAL EM MOÇAMBIQUE:
EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (1975-2006)**

Hélder R. GÊMO¹

¹ Sobre o Autor: É licenciado em Eng. Agronómica pela Faculdade de Agronomia e Eng. Florestal (FAEF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique, e mestrado em extensão agrária pela Universidade de Pretoria, Africa do Sul. É funcionário do MINAG-Maputo onde ingressou em 1991, na área de extensão rural. Foi director nacional adjunto (1998-2000) e director nacional (2000- Maio 2006) de extensão no MINAG.

ABREVIATURAS

ASDI – Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional

CAP – Censo Agro-Pecuário

CODECOs – Centros de Desenvolvimento Cooperativo

CDRs – Centros de Desenvolvimento Rural

DDA – Direcção Distrital de Agricultura

DINA – Direcção Nacional de Agricultura

DINAP – Direcção Nacional de Pecuária

DNEA – Direcção Nacional de Extensão Agrária

DNER – Direcção Nacional de Extensão Rural

DNDR – Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural

DNFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

DNHA – Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola

DNT – Direcção Nacional de Terras

DPA – Direcção Provincial da Agricultura

FAO – Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário

IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

MINAG – Ministério da Agricultura

NORAD – Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

SUE – Sistema Unificado de Extensão

TIA – Trabalho de Inquérito Agrícola

USAID – Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

EXTENSÃO RURAL EM MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (1975-2006)

Falar de extensão em Moçambique é debruçar-se sobre uma matéria ainda pouco conhecida e divulgada, como um “instrumento” técnico-económico e social”, com potencial contributo na transformação da agricultura. Num País essencialmente agrário como Moçambique pode parecer estranho que esta matéria não seja das mais presentes e debatidas no sector agrário, em particular, e no contexto das actividades económicas, em geral. Mesmo no ensino agrário, quer a única Universidade pública (UEM), quer os institutos médios agrários e escolas agrárias, apenas nos últimos 10 anos começaram a integrar alguma vivacidade os assuntos de extensão nos seus curricula e actividades de campo.

Logo após a independência nacional em 1975, os modelos de produção e mercado agrário adoptados pelo Estado, não favoreceram um desenvolvimento franco da extensão que resultasse num relacionamento profícuo com os produtores ao desenrolar do tempo. De 1978-1986, não só a maior parte dos milhares de camponeses continuou sem acesso à extensão, como os que com ela se relacionaram terá sido de forma deficiente.

Apenas em 1987, o MINAG criou o serviço de extensão pública, portanto, dos mais recentes na África Austral. A partir dos anos 1990, sobretudo após os acordos de Paz em 1992, outros actores de extensão foram progredindo no terreno. Ajudaram parte do campesinato a relançar as suas actividades agrárias, depois de longa devastação armada. Mas 31 anos após a independência, a extensão como um todo – pública, privada e de ONGs – relaciona-se apenas com entre 14 de 15% dos camponeses dos 3,3 milhões de famílias (TIA, 2003).

Desde cedo influenciada por correntes internacionais de pensamento sobre a matéria, sempre à mercê de “sugestões” de doadores e agências de desenvolvimento internacional, a extensão pública quedou-se durante longos anos no Sistema de Treinamento e Visita (T&V), embora ligeiramente modificado em 1992/1993. A evolução, à baixo ritmo, vai permitindo experimentar outros modelos também importados como o “Farmer Field School (FFS)”, o “Farmer to Farmer”, etc. Não

significa que o importado seja inútil. Mas essencial é encontrar um ambiente local que favoreça o uso progressivo de tais modelos de extensão no País.

Às dificuldades de o MINAG encontrar formas mais produtivas de fazer extensão, limitado na logística e em recursos humanos adequados, nos últimos anos acresceram-se outros desafios que quase viraram “slogans” na extensão pública: *descentralização, participação e empoderamento dos produtores*, a observância de questões transversais como o *género, ambiente e HIV/ SIDA*, e muito recentemente o “*outsourcing*” (esta como alternativa de provisão de serviços aos produtores sem que seja através do Estado) (Gemo and Rivera, 2002). Mas estas são as pontas agudas internas da extensão. Porque o ambiente externo, não sendo inóspito para o sucesso da extensão, é pouco favorável.

De acordo com os dados disponíveis, as ONGs e extensão privada representam cerca de 75% do volume de actividades e da cobertura nacional de extensão em relação a extensão pública. Esta actua actualmente em 69 distritos do total de 128, sem inclusão dos (sub)urbanos das maiores capitais (cidade de Maputo no Sul e Beira na centro). Adicionalmente, a extensão pública tem técnicos dispersos, em números muito modestos (2 a 5), pelo menos em mais 12 distritos. A este arranjos chamam-se de “linhas de extensão”, sendo resultado da pressão das autoridades locais para maior presença de extensionistas no terreno.

Os resultados da extensão nos produtores agrários tem sido uma questão efervescente. Infelizmente, o número de estudos sobre o papel e impacto da extensão rural no País são em número reduzido. Aliás, o sector agrário em geral tem sido fraco na avaliação de impacto, isto numa perspectiva de análise científica que possa servir de substrato para as políticas e intervenções no sector produtivo. Todavia, a realização do Censo Agro-Pecuário em 2000 (CAP, 2000), o Trabalho de Inquéritos Agrícolas de 2003 (TIA, 2003) e 2005 (TIA, 2005), mostram que os aumentos de produtividade têm sido incomodamente modestos. E não têm sido poucas as vozes que questionam a efectividade da extensão rural num contexto em que, no geral:

- Os pequenos produtores representam 95% da agricultura do País e a investigação aplicada enfrenta ainda várias limitações institucionais,

- O papel do sector privado na produção e comercialização de insumos agrícolas é ainda modesto (por exemplo, em média anual, menos de 15% dos produtores terá usado sementes melhoradas de culturas alimentares nos últimos cinco anos),
- O crédito é citado como não ultrapassando os 4–5% para o sector produtivo (a extensão privada tem sido importante ao providenciar crédito em espécie).
- menos de 10% dos produtores têm acesso a rega,
- o mercado de excedentes, em particular em zonas de alto e médio potencial agrícola, é problemático e implica altos custos de transação

Parece pois pouco provável que a extensão possa, por si só, produzir mudanças no sector produtivo ainda muito desarticulado e desprovido de serviços essenciais.

O presente trabalho, retrata de forma resumida, à escala nacional:

- A génese e evolução da extensão rural no País.
- A pluralidade de actores (Estado, ONGs e empresas de fomento agrícola), mas nem por isso devidamente explorada.
- Os constrangimentos e potencialidades, os desafios e perspectivas da extensão no País.

Trata-se de uma abordagem geral, mas compreensiva, que procura destacar as questões julgadas de maior importância, ao longo do tempo, e em relação ao futuro.

1 A OPÇÃO PELAS GRANDES EXPLORAÇÕES AGRÁRIAS

Imediatamente à Independência Nacional, em 1975, o Governo opta pelo modelo de uma economia centralizada no País, com forte intervenção do Estado em quase todos os ramos da economia, incluindo o sector agrário.

Na agricultura, o abandono de milhares de hectares antes pertencentes à pequenas e médias explorações comerciais, maioritariamente de colonos, ou grandes companhias agrícolas, cria um colapso repentino na produção, e comercialização e emprego agrário.

A seguir à independência, cerca de 2000 explorações agrárias, haviam sido abandonadas. Estima-se que pela altura da independência, um-sétimo (1/7) das mais de 4,000 explorações comerciais eram companhias agrícolas, as quais controlavam cerca de 1,6 milhões de ha. Cerca de uma dúzia destas companhias eram substancialmente extensas e dedicavam-se a culturas como o côco, chá, açúcar, sisal, castanha e algodão. A força de trabalho nas explorações comerciais aproximava-se aos 100,000 indivíduos (Caballero, 1990). Mencione-se que em 1970, a Missão do Inquérito Agrícola de Moçambique recenseou 4,626 farmas comerciais que detinham um total de 2,48 milhões de ha de terra arável (EAM, 1970), embora apenas cerca de 10% estivesse aparentemente em uso permanente através do cultivo de culturas anuais e perenes. Todavia, o sector comercial produzia nessa altura cerca de 35% da produção agrícola comercializada no região norte do País, aproximadamente 80% nas regiões Centro e Sul (Caballero, 1990). Mencione-se que, não obstante o sector familiar ou de subsistência ter na altura da independência uma significativa contribuição na produção agrícola global – cerca de 60% na região Norte e 50% na regiões Centro e Sul – grande parte do seu “output” destina(va)-se ao auto-consumo. Neste contexto, a descontinuidade do sector comercial teve um impacto negativo bastante sintomático no sistema agrário como um todo.

O modelo de centralização económica o qual se caracterizava pela intervenção directa do Estado nas actividades económicas, o abandono de milhares de farmas e plantações comerciais, a nacionalização da terra passando esta à propriedade inalienável do Estado e a necessidade de revitalizar de imediato a agricultura, favoreceram a opção pelas empresas agrária estatais e, em menor escala, as cooperativas agrárias. Entre 1976 e 1982, elevados volumes de recursos financeiros, equipamento mecanizado, insumos agrícolas melhorados bem assim pessoal técnico então existente foram prioritariamente canalizados para as empresas agrárias estatais (EAE). As EAES beneficiaram do mais alto investimento financeiro e tecnológico do Estado para unidades produtivas, as quais chegaram a ser detentoras de equipamento modernos para lavouras, sementeiras, adubações, colheita e debulha, etc. Estima-se que cerca de 3,000 tractores e 300 auto-combinadas tenham então sido adquiridas do exterior (Tsfai, 1991; Howard et al., 1998; Coughlin, 2006). Eram objectivos de criação e suporte político destas unidades, a garantia de produção para exportação, alimentar as agro-indústrias locais e abastecer os mercado local, em especial os centros urbanos.

2 OS PRIMÓRDIOS DA EXTENSÃO AGRÁRIA (1978-1986)

No período anterior à independência não existia um serviço nacional de extensão agrária, estruturado e sob comando único. Todavia, vários actores desenvolviam actividades de extensão por cultura(s) específica(s) (“commodity extension”). São exemplos, os antigos Institutos de Algodão e de Cereais, a Direcção de Serviços Veterinários, a Direcção de Agricultura e Florestas (DAF), os quais, de entre outras atribuições, também se acupavam de algumas ou várias actividades de extensão.

As primeiras actividades que se podem relacionar à extensão agrária no País – portanto, após 1975 – foram realizadas através de três formas: como parte do mandato das então empresas agrária estatais; através das cooperativas agrárias sob o movimento de socialização do campo (aldeias comunais); e no contexto de operacionalização de instrumentos do MINAG, como os centros de desenvolvimento rural (CDRs e CODECOs).

EMPRESAS AGRÁRIAS ESTATAIS (EAES)

Apesar da grande ênfase conferida às EAES na produção e comercialização agrárias nos anos subsequentes a 1975, houve sempre o reconhecimento de que a agricultura do sector familiar tinha a sua importância. Deste modo, as EAES esperavam-se que provissem actividades de extensão, por exemplo, usando parte de suas áreas para demonstrações de campo aos produtores vivendo no perímetro das suas zonas de influência. Em 1979, a então Assembleia Popular da República recomendou que as EAES assumissem o papel de “centros difusores de técnicas de produção agrária melhoradas” para as populações circunvizinhas. Ou seja, as EAES deveriam dedicar parte de seus recursos para algumas actividades de extensão. Todavia, é rara a informação sobre casos de sucesso desta modalidade de provisão de extensão, apesar de entre 1978 a 1982, 90% do investimento do Estado ter sido direccionado às EAES e apenas 10% para as necessidades dos pequenos produtores. O limitado pessoal técnico nas então EAES, a grande diferença no tipo de tecnologias usadas pelas EAES e pelos camponeses, a organização e orientação comercial das EAES em contraste com a

agricultura de subsistência do sector familiar; podem ter influenciado no pouco ou nenhum sucesso das EAEs na provisão de extensão agrária.

COOPERATIVAS AGRÁRIAS

Após 1975 e sobretudo no início dos anos 1980, assistiu-se no País a um movimento cooperativo notável. Muitas das cooperativas resultaram de pequenas e isoladas antigas explorações agrárias abandonadas pelos colonos. Parte dos antigos trabalhadores passaram então a desempenhar funções de gestão ou de carácter técnico, já na qualidade de cooperativistas. Mas também houve cooperativas criadas em novas áreas de exploração, constituídas por pequenos produtores para o efeito “sensibilizados”. Estas unidades, acabavam beneficiando de algum apoio do Estado, incluindo tecnológico. Para o Governo, as cooperativas deviam funcionar como centros de educação em participação política bem como para o treinamento e desenvolvimento de habilidades em planificação, produção agrícola, pecuária e prestação de contas, incluindo contabilidade.

Apesar da enorme promoção destas organizações, o crescimento e consolidação das mesmas foram limitados. Estima-se que até 1978 houvesse apenas 180 cooperativistas, número que em 1987 alcançava 34,000 membros distribuídos por 371 cooperativas nas 10 províncias do País (embora grande parte concentradas na região Sul). As províncias de Maputo e de Gaza, por exemplo, detinham mais de 100 destas cooperativas. É escassa a informação sobre a efectividade destas unidades, como centros de conhecimento e uso de tecnologias melhoradas. Mas a efemeridade e pouco protagonismo alcançado por estas organizações sugere pouco sucesso. Para além de problemas de gestão que terão ocorrido, a dispersão e grande diversidade de características (área, actividades, número de membros, tecnologias disponíveis, etc) individuais destas unidades podem não ter favorecido um melhor desempenho das mesmas. Na verdade, as cooperativas tiveram um desenvolvimento diferenciado no País. Variavam desde as de 5-10 ha em zonas remotas do Norte, operando com um reduzido de membros usando enxadas e técnicas tradicionais de cultivo, até as de centenas de membros e de ha de terra, usando equipamento mecanizado, no Sul do País (Caballero, 1990).

O apoio técnico-metodológico às cooperativas agrárias era prestado através dos Centros de Desenvolvimento Cooperativo (CODECOs). Havia também os Centros de Desenvolvimento Rural (CDRs), sendo estes destinados a realizar actividades de extensão e treinamento quer para camponeses individuais quer associados. Estes centros – que atingiram um certo protagonismo em algumas zonas das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Gaza, Tete e Maputo – tiveram algum papel na promoção de variedades melhoradas de culturas alimentares e práticas melhoradas de produção, sobretudo através de demonstrações de campo e visitas às machambas individuais e de cooperativas.

ALDEIAS COMUNAIS E MACHAMBAS COLECTIVAS

Esta foi outra modalidade de fazer extensão também mal sucedida. Este tipo aglomerados rurais e organização de produção teve como inspiração as experiências de sucesso da luta de libertação nacional. A maior parte destes aglomerados, que se acreditava favorecerem à mobilização da população rural, ocorreu em Cabo-Delgado e Nampula e a produção agrária baseava-se nos seguintes princípios (Caballero, 1990):

- a) melhoria da dieta alimentar dos aldeões bem como o aumento de produção orientada para o mercado.
- b) Uso eficiente e máximo dos recursos humanos (aldeões) disponíveis.
- c) Uso eficiente dos limitados meios técnicos e tecnologias disponíveis.
- d) Selecção de culturas mais aptas às condições de clima e solos.
- e) Aplicação de práticas de produção conservacionistas para uso racional de solos e água.

Fazia ainda parte dos “princípios”, a diversificação de actividades, incluindo o encorajamento à introdução da piscicultura, apicultura e produção leiteira. Onde possível, dever-se-ia acrescer culturas orientadas para o mercado, nomeadamente algodão, gergelim, tabaco, sisal, chá, castanha e copra. Acreditava-se que a produção colectiva nas aldeias podia ser basicamente organizada de duas formas: cooperativas ou

EAEs (Caballero, 1990), embora não fossem bem claras as formas como os aldeões integrar-se-iam em tais empresas. Em 1986, aproximadamente 1,8 milhões de indivíduos viviam em cerca de 1,350 aldeias comunais. Todavia, em 1987, estimava-se que cerca de 400 aldeias haviam sido afectadas ou desmanteladas devido ao conflito armado que terminaria apenas em 1992.

Várias forças negativas impediram que esta modalidade de implementar extensão agrária fosse um sucesso, nomeadamente: fraca capacidade de gestão e de conhecimento técnico das lideranças de muitas destas aldeias, exíguo acompanhamento técnico-metodológico por técnicos competentes, coesão frágil dos aldeões para produção colectiva resultando em conflitos de interesses pessoais e colectivos, etc. As aldeias são ainda bastante comuns nas zonas rurais, em particular nas regiões centro e norte do País, e representam um potencial para o desenvolvimento da extensão agrária. Todavia, pouco se alcançou ainda em relação às intenções dos finais dos anos 1970 e parte dos anos 1980.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (DDR)

Criado em 1984, é o limiar do estabelecimento dos serviços públicos de extensão, o que viria a ocorrer em 1987. Após a criação do DDR no Ministério da Agricultura, chegou a alcançar-se cerca de 30 núcleos de extensão no País envolvendo aproximadamente 300,000 famílias camponesas. Em 1986, é formalmente criado o Centro de Formação Agrária – com representações a nível provincial – sendo que em 1987 realizou cerca de 28 cursos destinados 488 participantes de entre extensionistas e “coordenadores distritais e locais” de desenvolvimento rural (Caballero, 1990). Estas formações de curta duração foram mais tarde extensivas a vários administradores de distrito.

Pouco antes da criação da Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR), em Março de 1987, cerca de 1,100 extensionistas, incluindo parte substancial de animadores locais, perfaziam o que viria constituir a extensão pública. Mas já redimensionada, re-estruturada e com maior exigência no perfil de extensionista. A informação sobre a efectividade da extensão no período da DDR é escassa. Todavia:

- Problemas logísticos (transporte e insumos para demonstrações para “on-farm”).
- Uma instrução bastante rudimentar da maior parte dos extensionistas.
- Fraco domínio das metodologias de extensão e técnicas de comunicação.
- E a falta de mensagens técnicas apropriadas para os pequenos produtores.

Limitaram a efectividade e eficácia da extensão por estas alturas (Caballero, 1990; Carry, 1991).

Em suma, no período 1978-1986, a quase totalidade de actividades de extensão através do MINAG, ou com apoio deste no âmbito de projectos ou programas de desenvolvimento rural, tiveram pouco sucesso.

Em geral, quer as EAEs quer as cooperativas progrediram pouco na provisão de serviços de extensão. Entre os maiores problemas para uma maior efectividade, destacam-se: dispersão das EAEs e cooperativas, o que dificultou inter-relacionamento e acompanhamento das actividades de campo por estas unidades; limitações de capacidade técnica e de gestão que já constringiam o próprio progresso das EAEs e cooperativas; fraco papel do MINAG no apoio técnico-metodológico às iniciativas de extensão no campo; problemas logísticos e fraca qualidade técnico-profissional de maior parte dos extensionistas; pouca disponibilidade de tecnologias apropriadas para o sector familiar.

3 O ESTABELECIMENTO DA EXTENSÃO PÚBLICA, PRIVADA E DE ONGS E SUA EVOLUÇÃO (1987-2006)

Quatro fases distintas caracterizam a evolução da extensão agrária pública em Moçambique:

- Período de Estabelecimento, 1987-1992:
- Fase de Expansão, 1993-1998:

- Etapa de Extensão, 1999-2004: Unificada da extensão no contexto do Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI)
- Estágio de Transição e Mudanças Locais. O transitório aplica-se pelo facto de, ao longo do tempo, a Extensão Pública ter procurado guiar-se por documentos orientadores, periódicos e à escala nacional, o que não ocorreu em 2005-2006.

Ao longo destas 4 etapas da extensão pública, de forma sumarizada, faz-se menção dos principais desenvolvimentos da extensão privada e de ONGs no País. Na verdade, o início dos anos 1990 marca o começo da pluralidade de actores de extensão no País:

- Extensão pública através do MINAG (o papel das Universidades e Politécnicos públicos – estes ainda muito recentes – tem sido extremamente limitado na provisão de extensão),
- *Extensão privada* (ou seja, assistência técnica) através de empresas de fomento de algodão (“commodity oriented extension”),
- Extensão de ONGs.

O PERÍODO DE ESTABELECIMENTO DA EXTENSÃO PÚBLICA E SURGIMENTO DA PRIVADA: 1987-1992

Comparado com os demais serviços de extensão na Africa Austral, os de Moçambique são dos mais recentes. Institucionalizada em 1987, no MINAG (Boletim da República, Março 1987), a extensão pública inicia a sua evolução no período 1987-1992. Antes desta fase, o fomento de culturas, especialmente as de rendimento, era efectuado através das Secretarias de Estado do Caju e do Algodão. Determinados “projectos de desenvolvimento rural integrado”, financiados por alguns doadores, incorporavam actividades de extensão e de facilitação de acesso a insumos agrícolas a pequenos produtores. Devido ao conflito armado e seca prolongada nos anos 1980, várias instituições do Estado e inúmeras ONGs, agências das Nações Unidas e algumas agências governamentais internacionais de desenvolvimento (DANIDA, ASDI, NORAD, USAID, etc) financiavam actividades de emergência (assistência humanitária)

nomeadamente ajuda alimentar, distribuição gratuita de sementes e utensílios agrícolas, assistência médica e apoio à educação para as populações afectadas, etc.

Face ao ambiente de insegurança então vivido nas zonas rurais, tornava-se difícil implementar programas de extensão. As poucas actividades então implementadas eram limitadas no tempo e no tempo, nomeadamente com poucas jornadas de trabalho diário e apenas em zonas de relativa segurança.

De 1987 e início dos anos 1990, as empresas estatais, as secretarias de estado e alguns projectos de desenvolvimento rural consituíram parte das fontes de extensionistas pioneiros da então Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR). Muitos dos técnicos de extensão tinham nível académico básico ou elementar. Poucos doadores e agências internacionais de desenvolvimento colaboravam nessa altura com a DNDR a nível provincial. Porém, de 1989 a 1998, a DANIDA providenciou apoio financeiro e técnico às províncias de Tete e da Zambézia, nesta através de uma ONG Dinamarquesa denominada Ibis. A GTZ (Organização Governamental Alemã) disponibilizou assistência técnica e algum apoio logístico de 1989 a 1996 em Manica. O UNICEF colaborou com a DNDR nas províncias de Inhambane, Zambézia e Manica desde o início dos anos 1990 até 1996, providenciando algum apoio logístico para os extensionistas de campo através de “projectos de desenvolvimento rural integrado”. Nesta fase, a FAO, PNUD e o FIDA desempenharam um papel importante no apoio técnico e financeiro à DNDR. O financiamento permitia realizar acções em províncias e distritos seleccionados bem como a nível central.

A extensão privada surge com a privatização de várias empresas estatais, em particular na região Norte do País. Progressivamente, o Estado participa em “joint ventures companies” (“JVCs”), tendo como participação o valor das infraestruturas e outras benfeitorias das antigas empresas. A *extensão privada* assenta no fomento de duas culturas – o algodão e nos últimos anos o tabaco – com milhares de pequenos produtores anualmente envolvidos bem como alguns poucos agricultores comerciais médios. Os fomentadores encerregam-se da aquisição e distribuição de insumos agrícolas básicos, assistência técnica orientada e comercialização do produto primário. O processamento inicial, o descaroçamento no caso do algodão, e outras fases subsequentes até à exportação, são da responsabilidade e alçada dos fomentadores. A fixação do preço de compra ao produtor tem sido um exercício anual, em que os fomentadores, produtores e de alguma forma o Estado tomam parte, cada um de acordo

com o seu papel no triângulo. Mas, em geral, o poder de negociação dos milhares de produtores envolvidos é ainda fragmentado ao longo das várias concessões – 1 até 8 distritos nalguns casos – pertencentes aos diferentes concessionários (empresas privadas). Embora a primeira concessionária tenha surgido em finais dos anos 1980, a “Lonrho-Mozambique”, na província de Cabo-Delgado, o início dos anos 1990 é que marca um acentuado progresso da extensão privada no País (Gemo, Eicher and Solomon, 2005).

A FASE DE EXPANSÃO GEOGRÁFICA DA EXTENSÃO PÚBLICA E PRIVADA E SURGIMENTO DA DAS ONGS: 1993-1998

O fim do conflito armado em 1992 permitiu o regresso de milhares de indivíduos antes deslocados e refugiados para as zonas rurais de origem. O ambiente de paz criou as condições necessárias para a expansão de iniciativas de desenvolvimento agrário e rural, especialmente nas zonas de alto potencial agro-ecológico, mas não apenas. Um programa de emergência de sementes e utensílios agrícolas (PESU) – sob modalidade de distribuição gratuita ou subsidiada em 50 a 75% aos pequenos produtores – ajudou a relançar a agricultura nas zonas rurais, facilitando o acesso à sementes, incluindo variedades melhoradas de polinização aberta, e à ferramentas agrícolas manuais. Por exemplo, na campanha agrícola 1993-1994 cerca de 33 mil toneladas de sementes foram distribuídas ao sector familiar e pelo menos 1,000,000 de enxadas (DINA, PESU, 1994). Contudo, a continuidade do programa de emergência nos anos subsequentes, apesar de justificável nessa altura, foi estrangulando do comércio privado de insumos agrícolas, em particular de sementes melhoradas, nas zonas rurais do País.

O Banco Mundial (BM) tornou-se num dos principais financiadores da *extensão pública* a partir de 1992-1993 até 1998. A sua contribuição foi determinante na expansão destes serviços no País. Embora o financiamento do BM fosse restrito a quatro províncias (Cabo-Delgado, Nampula, Gaza e Inhambane) e o nível central, esta instituição financiou a abertura ou a dinamização de 22 redes (distritos) de extensão de 1993 a 1998, permitindo uma relativa logística melhorada, incluindo viaturas e motorizadas, “kits” (equipamento) de campo para os extensionistas e alguns insumos agrícolas para as demonstrações.

Tendo a então DNDR ganho alguma experiência e lições do trabalho de campo, em 1992-1993 foi decidida a modificação do modelo de extensão “Treinamento e Visita” (T&V). Os extensionistas passaram então a relacionar-se com grupos de produtores – ao invés de “camponeses de contacto” individuais – e foi conferida flexibilidade à agenda dos extensionistas, no lugar da rigidez de calendário de actividades prescrito no sistema T&V original. A campanha agrícola 1995-1996, marca o início da introdução demonstrativa de pacotes de semi-intensificação de produção de cereais como o milho e arroz através em parceria com o Sasakawa Global 2000, uma organização que compreende a “Nipon Foundation” e o “Carter Center” e que promove a intensificação da agricultura, em particular em alguns países africanos. Até 1996-1997, a extensão pública operava em partes de 68 distritos, sendo em cerca de 40 o fazia em parcerias como a do Banco Mundial, UNICEF, UE, GTZ/ MARRP, DANIDA e mesmo com algumas ONGs (DPE, 1997).

A *extensão privada* passa a abarcar mais áreas, antes tidas como inseguras. Mencione-se que antes do fim do conflito armado em Outubro de 1992, algumas das maiores empresas de fomento de algodão dedicavam parte significativa de seus recursos em medidas e com pessoal de segurança, o qual garantia uma operacionalidade mínima nas suas zonas de influência.

A extensão de ONGs surge sobretudo após o Acordo de Paz, com várias destas organizações a mudarem o âmbito de actuação, antes em assistência humanitária, para actividades de desenvolvimento rural e agrário. Antes de 1992, algumas ONGs, já se dedicavam à actividades de extensão. Todavia, eram mais de cariz de distribuição gratuita de insumos agrícolas e uma assistência técnica muito limitada. Aliás, durante o período 1993-1998, a maior parte das ONGs que se foram envolvendo em actividades de, ou relacionadas à extensão, continuaram a ter um enfoque de aquisição e distribuição de insumos agrícolas e/ou de espécies pecuárias como cabritos e até galinhas “landim”, no âmbito de iniciativas locais de *repovoamento pecuário*. “Repovoamento pecuário” é uma expressão que ganhou popularidade nos 1990 e inícios de 2010, significando a “recuperação acelerada” de espécies pecuárias em várias zonas rurais do País, na esteira das consequências do já referido conflito armado. Bastante variadas no recursos que mobilizam e aplicam na logística e nas acções de campo, diferentes no tipo de actividades que implementam (assistência técnica, advocacia orientada por objectivos específicos, “loby” em matérias de políticas e promoção de

participação comunitária, etc), em 1998 havia no País cerca de 68 ONGs a realizar actividades de extensão ou relacionadas á extensão (DNER, M&A, 1998).

O ESTÁGIO DO SISTEMA UNIFICADO DE EXTENSÃO (SUE) E DO PROAGRI E ALGUMAS ALTERAÇÕES NA EXTENSÃO PRIVADA: 1999 – 2004

O SUE foi adoptado a partir de 1999 com a aprovação do Plano Director de Extensão Pública (1999-2004) pelo MINAG. Foram então defenidas algumas linhas orientadoras para o funcionamento do SUE, nomeadamente:

- Uma abordagem mais generalista (holística) dos extensionistas no sentido de que a sua intervenção passou a abarcar os múltiplos aspectos dos sistemas de produção.
- A integração de técnicos ramais (“subject matter specialists”) das áreas de produção de culturas, pecuária, florestas e rega, etc; a nível das redes de extensão (distritos), nas DPAs/ SPERs e DNEA central.
- Planificação, M&A conjuntos ou coordenados em relação as actividades complementares entre os serviços envolvidos no SUE nomeadamente a pecuária e recursos naturais (solos, água e florestas).
- Cursos regulares de actualização de conhecimentos para os extensionistas em matérias relevantes no contexto do SUE.

O início da implementação do SUE ocorreu de forma pragmática durante 1999-2000. Procedeu-se à aquisição de equipamento de campo e meios de transporte adequados, foram efectuados vários treinamentos em serviço para os técnicos – em particular em matérias de pecuária – e contratados alguns extensionistas licenciados. Foram dois anos em que o FIDA financiou directamente a então DNER e a então DINAP para a materialização do SUE. Em 2001, a DINAP indicou 21 TRs para actuarem a nível das redes de extensão (distritos) e provincial e a colaboração entre a extensão e a pecuária aumentou de forma notável. Os TRs de nível provincial têm sido médicos veterinários, enquanto que os TRs para as redes são quase exclusivamente

técnicos médios. A então DNFFB e a então DNHA passaram a ter algum papel no SUE a partir de 2001-2002. As actividades agro-florestais e de rega foram portanto integradas ligeiramente à posterior no SUE, mas de forma ténue. O manejo e conservação de solos vinham sendo assumidos na extensão desde 1995-1996, com ênfase nas boas práticas agrícolas e tecnologias para redução de erosão de solos. Em 1997-1998, a extensão iniciou com demonstrações de campo de tecnologias sobre lavoura zero (“no till”) e lavoura mínima (“minimum till”) em colaboração com a Sasakawa Global 2000. A multinacional MONSATO tomou parte deste processo, especificamente na facilitação de aquisição de herbicidas e assistência técnica de campo. Ainda neste período, a então DNER iniciou um enfoque especial às questões pós-colheita, em particular a conservação de grão e demonstrações de processamento melhorado de pequena escala para mandioca e batata doce em províncias selecionadas.

De 1999 a 2004 era previsto que a extensão pública operasse em partes de 52 distritos, mas a dinâmica do terreno, incluindo pressão de algumas autoridades locais para uma maior cobertura, levou a que se atingissem 66 distritos em 2004. A tabela 3.1 mostra a lista de distritos em que a DNEA operava até 2004.

Tabela 3.1; Distritos em que a DNER aperava até 2004

Províncias	Distritos	Planeado (99-04)	Em Operação (2004)
Maputo	Boane, Matutuine, Magude Moamba, Manhiça*, Namaacha*	4	6
Gaza	Chókwè, Xai-Xai, Bilene, Manjacaze, Chibuto	5	5
Inbane	Massinga, Morrumbene, Panda, Homoíne, Inharrime, Jangamo	6	6
Sofala	Buzi, Nhamatanda, Dondo, Gorongosa, Chemba*, Maringué*, Mwanza*, Caia*, Chibabava*	4	9
Manica	Sussundenga, Gondola, Manica, Mossurize Báruè, Macossa*	5	6
Tete	Angónia, Tsangano, Moatize, Changara, Cahora Bassa*	4	5
Zambézia	Nicoadala, Mocuba, Alto-Molócue, Ile, Namacurra, Pebane	6	6
Nampula	Nampula, Mecuburi, Muecate, Ribauè, Malema, Monapo, Meconta, Angoche, Mogovolas*, Namapa, Lalaua*	9	11
C. Delgado	Montepuez, Balama, Namuno, Chiure, Mueda, Muidumbe, Nangade	7	7
Niassa	Lichinga, Sanga, Majune*, Cuamba*, Mandimba*	2	5
<i>Total</i>		52	66

Fonte: Gemo, Eicher e Solomon (2005), tabela actualizada

Legenda:(*) distritos acrescidos

Na *extensão privada* assistiu-se neste período um desenvolvimento marcante: a rápida progressão do fomento do tabaco. A extensão orientada para o algodão experimentou algum revês muito em consequência da crise internacional do preço do algodão (Gemo, Eicher and Solomon, 2005).

Durante 1999-2004, a extensão de ONGs continuou a crescer em termos de organizações envolvidas, as quais em 2004 eram aproximadamente 87 (DNER, M&A, 2004). As ONGs internacionais continuaram a deter maior protagonismo em relação às nacionais, praticamente ainda em desenvolvimento inicial como organizações de prestação de serviços. Muito em consequência da guerra vivida até 1992, Moçambique

foi e tem sido um País com uma presença notável de organizações internacionais a operar nas zonas rurais. Algumas das internacionais optaram por parcerias com nacionais, aparentemente com a intenção de apoiar o desenvolvimento institucional destas últimas e permitir que, no futuro, assumam responsabilidades acrescidas nas acções de desenvolvimento agrário e rural. Mas os casos de sucesso destas alianças são ainda muito poucos, se é que existem.

O acesso ao financiamento pelas ONGs nacionais que se mostrem mais expeditas, efectivas e eficazes no desenvolvimento agrário (e rural), será um dos factores determinantes para que estas possam alcançar maiores graus de maturidade institucional, competência e competitividade, características essenciais para a sua sustentabilidade.

Por exemplo, o MINAG iniciou em 2002 um processo de “outsourcing” de extensão. Especificamente, a União Europeia, em coordenação com os Institutos de Algodão de Moçambique (IAM) e do Fomento de Caju (INCAJU) do MINAG disponibilizou cerca de USD 11 milhões para “outsourcing” de extensão com enfoque às culturas do algodão e do caju, mas não apenas, em cerca de 10 distritos. Também em 2002, a DNEA contratou serviços de extensão a terceiros para dois distritos, durante três anos consecutivos, e terá desembolsado cerca de USD 2,4 milhões. De forma progressiva, várias DPAs vão contratando serviços de extensão, ou relacioanados, à privados e ONGs envolvendo mais milhares de USD. São sem dúvidas oportunidades para as ONGs nacionais. Mas, por enquanto, tais oportunidades têm sido mais aproveitadas por ONGs internacionais – algumas até em parcerias pouco funcionais com as nacionais – e umas poucas empresas privadas de fomento de culturas ou outros produtos de rendimento.

TRANSIÇÃO E MUDANÇAS LOCAIS NA DISTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO PÚBLICA: 2005-2006

O primeiro Plano Director de Extensão Pública (PDE, 1997), implementado durante o PROAGRI, tinha como duração o período 1999-2004. Todavia, a necessidade de o MINAG concluir algumas actividades planificadas para o período acima citado, levaram a que o Ministério e os doadores envolvidos concordassem em expandir o

PROAGRI para 2005 (e mesmo 2006). A extensão do PROAGRI I para 2005 levou a que extensão continuasse a funcionar até 2006 mais ou menos como o vinha fazendo no período 1999-2004.

Previa-se que o II Plano Director da DNEA (designação da extensão pública a partir de 2005) iniciasse em 2005 ou em 2006. Mas tal não ocorreu em parte devido a três factores:

- Primeiro, devido à extensão do PROAGRI de 2004 para 2005-2006, dado que a extensão pública é uma das componentes do PROAGRI.
- Segundo, a extensão do PROAGRI e a decisão de avaliação final deste programa no segundo semestre de 2006; influenciaram o retraimento da discussão do II Plano Director de Extensão Pública. Por exemplo, no âmbito da reforma institucional do MINAG, discutida até finais de 2005, havia forte pressão, em especial da parte de alguns doadores, para que a extensão pública deixasse de existir como instituição própria. Nos 5 últimos anos, nas várias discussões em torno da reforma institucional do MINAG, houve várias várias sugestões sobre como reformar a extensão pública “para uma maior efectividade e eficácia”: torná-la mais autónoma, por exemplo, sob forma de instituto (RNER, DNER, Pemba, 2001); fundi-la com o extinto Centro de Formação Agrária (CFA) (Pequenos Libombos, 2002), integrá-la na investigação agrária (RNIEA, Manica, 2004) e faze-la parte da recentemente criada Direcção Nacional de Serviços Agrários (CS, MINAG, Outubro 2005).
- Terceiro, um financiamento do FIDA para os próximos 7 a 8 anos (IFAD, 2005) – um dos tradicionais parceiros da extensão pública – passou de expectativa de início em 2006 para 2007. Este financiamento estimado em cerca de USD 20 milhões é direccionado a extensão e será um contributo importante para a implementação do II Plano Director de Extensão.

Neste contexto, a nível institucional, em 2005-2006 a extensão pública, funcionou praticamente sob orientação geral do Plano Director 1999-2004, mas sob forte debate em torno da sua reforma da extensão. Apesar das várias sugestões de extingui-la como instituição própria, “salvou-se” de uma profunda reestruturação do MINAG em 2005. Cinco Direcções Nacionais (DINA, DINAP, DNFFB, DNHA, DNT) e três Institutos de

Investigação (INIVE, IPA e INIA), um centro de investigação florestal (CEF) e um outro de formação (CFA) foram fundidos em duas novas Direcções Nacionais (DNSA e DNTF) e um único instituto de investigação (IIAM), à busca de uma “maior eficiência na provisão de serviços pelo MINAG”.

Mas a continuidade da extensão pública como entidade separada no MINAG não implica que, por si só, se desenvolva e desempenhe efectivamente o papel que dela se espera no sector produtivo. Vários desafios continuam surgindo. Por exemplo, mesmo com recursos limitados, tem sido crescente a pressão para uma maior cobertura. E sob iniciativa das autoridades locais, em 2005-2006 algumas províncias redistribuíram os extensionistas disponíveis. Resultou que vários distritos (pelo menos 15) tenham entre 2 a 5 técnicos ao invés de pelo menos 8 como advoga a DNEA. O princípio de posicionar extensionistas em zonas de alto e médio potencial como prioridade, também parece estar a ser localmente questionado. Vozes políticas têm clamado por extensão em zonas agro-ecologicamente de baixo potencial, mas que comportam população pobre e vulnerável, necessitando de serviços de extensão.

A extensão privada continua se resumindo praticamente às duas culturas de rendimento, o algodão e o tabaco, com o ascendente da segunda cultura nos últimos anos. O fomento do algodão envolve anualmente entre cerca de 250,000 a 350,000 famílias enquanto que o tabaco progrediu de cerca de 3, 763 famílias em 1997 para cerca de 120,000 na campanha agrícola 2004-2005. Mas típico deste *tipo de extensão* (“commodity oriented extension”), a assistência técnica é relacionada quase exclusivamente às culturas principais fomentadas. Por isso, parte significativa dos milhares de camponeses envolvidos no fomento de tabaco e algodão, também interage com as ONGs e/ou com o sector público, na procura de respostas dos demais aspectos dos seus sistemas de produção. Mencione-se que, muitas das ONGs intervêm igualmente em áreas específicas como sanidade animal, gestão de recursos naturais, apoio ao associativismo e ligação com os mercados, etc; sendo a extensão pública a que tem um mandato claramente holístico.

4 DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL

Vários desafios podem ser enumerados em relação aos três tipos de provedores de extensão. Uma pergunta constante em relação à extensão pública tem sido “como melhorar a sua relevância e a eficácia e aumentar a sua cobertura?”

Mais do que uma análise no contexto de uma M&A normal de desempenho da extensão pública, é necessária uma análise profunda e compreensiva que ligue o papel da extensão a elementos cruciais como a investigação, mercado (insumos, implementos ou equipamentos e excedentes, etc) e esquemas de micro-finanças, em especial para o sector produtivo familiar. Procurar respostas apenas num elo da cadeia de produção e de valor (a extensão) – como acontece com frequência nos poucos debates sobre produção agrária e disponibilidade de alimentos no País – torna-se uma análise defeituosa da realidade. É que, à *montante* e à *jusante* da extensão, há vários factores a ter em conta, embora aquela tenha um papel de relevo nos sistema de conhecimento e informação agrária (“Agricultural Knowledge and Information System”) do País.

Miller (2006), argumenta que a efectividade de um sistema de conhecimento (inovação) agrário depende em última medida de quatro principais elementos:

1. A *vontade política* de promover a agricultura, em geral, e sistemas de conhecimento agrário, em particular.
2. Um *ambiente institucional* que seja conducivo para o fluxo de conhecimentos, para colaboração entre diferentes actores (“stackholders”), experimentação e implementação de inovações.
3. Uma *bem articulada demanda* para novos conhecimentos. Os produtores, comerciantes e outros intervenientes relevantes têm de ser capazes de expressar a sua demanda e devem ter a capacidade de adaptar e adoptar os novos conhecimentos e tecnologias.
4. A *efectiva disponibilidade* de novos conhecimentos e tecnologias, a partir do sistema público de investigação agrária, bem como de outras fontes, tais como o conhecimento indígena (local), investigação privada e fontes externas (a inter-conexão internacional).

Raciocinando na perspectiva dos 4 elementos de Miller (2006), pode-se tecer várias considerações à respeito da realidade da extensão rural em Moçambique, incluindo as suas inter-conexões com outras instituições relevantes.

3.1 VONTADE POLÍTICA

Não dúvidas que na arena política do País sempre prevaleceu uma expressa *vontade política* de promover agricultura. Os investimentos havidos desde imediatamente após a independência revelam isso, pese o natural retraimento durante os piores anos do conflito. A abertura e os esforços para atrair financiamento externo para o sector no período pós-conflito (desde 1992); a criação da extensão pública em 1987 e a promoção da pluralidade na extensão (e mesmo na investigação, por exemplo, a orientada para o fomento de culturas de rendimento); a implementação do PROAGRI que de 1999-2004 aplicou cerca 188 USD milhões; a ênfase na agricultura para garantir a segurança alimentar no País (sobretudo no aspecto da disponibilidade); a aprovação de uma série de leis e regulamentos para melhorar o funcionamento do sector nos últimos 10 anos; são indicações de que existe essa *vontade política*. Se tem sido ou não expressa da melhor maneira, ao longo do tempo, é assunto de outra discussão.

Qual a situação acerca da promoção do sistema de conhecimento agrário? Miller (2006), afirma que o sistema de conhecimento (inovação) agrário confere ênfase a “instituições inter-conectadas, as quais, criam, conservam e transferem conhecimentos, técnicas e artefatos que definem as novas tecnologias”. À luz desta afirmação, a realidade Moçambicana carece ainda de muito trabalho. Começando pelas instituições públicas, o modelo Moçambicano conferiu maior ênfase às instituições públicas de investigação fora do circuito do ensino agrário, ou seja, no MINAG. O papel da UEM – é prematuro falar de outras instituições como os politécnicos agrários apenas implantados em 2006 – foi sempre limitado, quer na investigação quer na extensão rural. Nos debates e procura de soluções no âmbito da extensão (e investigação) – no que se refere ao relacionamento directo com o sector produtivo – o papel das faculdades da UEM relacionadas à agricultura podia ser bem mais ambicioso e profícuo. Este é um *desafio* que a vastidão do País e a diversidade de sistemas de produção distribuídos por de 10 zonas agro-ecológicas, exigem. Em resumo, é importante que às instituições de

ensino agrário, em particular o superior – na qualidade de centros de conhecimento – seja dado espaço (recursos, incentivos, etc). E estas, por *mérito próprio*, se aconcheguem cada vez mais ao sector produtivo, especialmente nas questões de extensão rural e de investigação.

3.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL CONDUCIVO (FAVORÁVEL)

Sobre a (não) favorabilidade do *ambiente institucional* várias questões se levantam. O fluxo de conhecimentos tem como pontos de partida principais ou as instituições de educação e/ou investigação, ou as fontes tradicionais (índigenas, locais). Como acima referido, tem sido limitado o fluxo de conhecimentos das instituições de ensino agrário para o sector produtivo. O conhecimento aqui referido é o que se mostre relevante aos inúmeros problemas do sector produtivo, o que vai contribuir para mitigar ou eliminar problemas reais (extensão reactiva) “reactive extension”, ou para provocar mudanças progressistas nos sistemas de produção (extensão programada) “programmed extension”. Uma contribuição valiosa do ensino agrário na extensão rural tem sido sem dúvidas a “injecção” de técnicos médios e superiores no sector público, ONGs e privados. Isto permitiu responder às necessidades da extensão em recursos humanos, em particular em técnicos médios e superiores. Isto embora, por exemplo, a capacidade de absorção de técnicos superiores pelo sector público tenha sido baixa ao longo do tempo. Até Setembro de 2005, a extensão pública tinha apenas 48 técnicos superiores, maioritariamente agrónomos licenciados, em todo o País (Gemo, 2006).

Por sua vez, limitações que ainda afectam o desempenho das instituições de investigação, também tornam o ambiente pouco conduçivo. Por exemplo, o sistema de investigação agrária do MINAG, em termos de recursos humanos qualificados, fica muito aquém ao de muitos países da Africa Austral (Gemo, Eicher and Solomon, 2005). Falta “expertise” em áreas em que se torna necessário avançar com maior celeridade face ao potencial do País. Áreas de conhecimento importantes como fruticultura, horticultura, tecnologia de alimentos, mecanização agrícola, biotecnologia, sociologia e economia rural avançaram pouco nos últimos 10 anos.

A colaboração entre diferentes instituições nacionais vai ocorrendo, mas mais em iniciativas ocasionais de curto prazo, do que com base em programas de médio-

longo prazo, com indicadores de “outputs”, metas e impacto definidos. Mesmo a efectividade de colaboração entre a investigação agrária e a extensão do MINAG é ainda um *desafio*. Por exemplo, os primeiros encontros conjuntos de balanço anual, à escala nacional, de actividades de extensão e investigação nos últimos 10 anos ocorreram em 2003 (RNIAER, 2003) e 2004 (RNIAER, 2005). Mas continua-se a carecer de uma melhor harmonização de pelo menos algumas prioridades de investigação e extensão, dentro do MINAG, e com outras instituições públicas como é o caso da UEM e outras. Em suma, o triângulo *Investigação – Extensão – Educação Agrária* pode e deve ser mais coeso, um *desafio* para os próximos anos.

Finalmente, porque a extensão tem um papel importante, particularmente na testagem e disseminação de inovações em campo, vale a pena abordar os aspectos institucionais e de coordenação dos diferentes actores. Começando pela extensão pública, os 19 anos de existência não resultaram numa progressiva consistência institucional. Sendo menor em relação à vários países da SADC, é isto uma oportunidade de, por exemplo, dotá-la de recursos humanos e logísticos adequados. O problema da inadequada qualificação de recursos humanos, não obstante alguns avanços alcançados nos últimos 10 anos, prevalece desde os primórdios da extensão (Caballero, 1990; Carry, 1991; Eicher, 2002; Gemo, Eicher and Solomon, 2005; Gemo, 2006). A tabela 4.1 ilustra a evolução de recursos humanos em 1996-1999-2004 na extensão pública.

Tabela 4.1 Recursos humanos na extensão pública

por nível académico (1996-1999- 2004

Províncias e DNER central	Licenciados			Tec. Médios			Tec. Básicos			Tec. Elementares		
	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1996	1999	2004
DNER	9	15	18 b)	6	7	3	1	0	0	0	0	0
Central												
Maputo	1	2	2	8	22	43	23	7	5	7	0	0
Gaza	2	2	3 a)	40	64	71	24	0	0	2	0	0
Inhambane	0	2	0	31	39	52	73	0	2	4	0	0
Sofala	2	3	8	5	18	51	25	7	21	16	10	6
Manica	1	1	3 a)	27	50	43	35	22	15	1	2	1
Tete	1 c)	2 c)	3 a)	2	13	27	14	24	19	6	10	8
Zambezia	0	1	2	11	24	43	38	8	10	8	1	0
Nampula	3	5	3 a)	40	33	35	132	90	75	19	7	7
C. Delgado	2	2	2	22	33	33	79	66	63	2	0	0
Niassa	1	2	4	0	21	21	29	13	17	24	17	16
Total	22	37	48	192	324	422	473	237	227	89	47	38
% (96-99-04)	100	168	218	100	162	212	100	49	47	100	53	43
%(PROAGRI)		100	129		100	130		100	96		100	80

Fonte: Atualizado da tabela Gemo, Eicher and Solomon (2005)

e baseado nas tabelas de Gemo (2006).

Como se constata, são modestos os resultados alcançados ao longo do tempo, no que respeita a elevação da qualificação de pessoal técnico. Porque a especialização é crucial nalgumas áreas de extensão como planificação, monitoria e avaliação (P, M&A), comunicação e métodos de extensão, dinâmica de grupos, etc, para além de outras áreas técnicas recomendáveis, é prioritária a especialização de técnicos que mostrem níveis óptimos de desempenho profissional. Por exemplo, até meados de 2006 a extensão pública dispunha apenas de cinco (5) técnicos com grau de mestrado, à escala nacional. Não que a mesma tenha de ser luxuosamente dotada de especialistas. Mas é vital dispor-se de uma massa crítica que possa conferir a vitalidade e competência técnico-científica aos serviços bem como interagir de forma adequada com outros parceiros.

Às limitações de qualificação, houve nos últimos 7 anos dificuldades de preencher o corpo técnico da extensão pública para 1999-2004. Previsto para operar com 696 extensionistas de campo no período 1999-2004, a extensão funcionou com um déficit médio anual de 173 extensionistas, provocando um déficit médio anual de cobertura na ordem das 31, 550 famílias, das cerca de 156,000 anualmente previstas. Mas os constrangimentos se estendem à logística de campo. Com um orçamento inicial de USD 24,560 milhões para 1999-2004, o que viria a ser aprovado pelo então Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) junto ao de Finanças, aproximou-se a USD 20, 41 milhões (PA, RE, Anexx 3, 1998). Todavia, ao longo de 1999-2004 tal valor não foi disponibilizado, podendo ter ficado a níveis de 60-65% (Arco Iris, DAF, 1999-2004). Entre as áreas que foram mais afectadas contam-se a formação em serviço, as demonstrações de campo e frequência de supervisão e M&A de campo, áreas vitais para um serviço de extensão. Muitas destas limitações de ordem institucional, podem ser aligeiradas se à extensão for reconhecida a sua potencial mais valia na agricultura. E sobretudo ter-se a consciência de que ela é uma aposta de longo prazo, cujo sucesso depende muito de investimento adequado, estabilidade e consolidação institucional. Este é mais um *desafio*, sobretudo junto aos decisores de priorização de fundos públicos e doadores interessados na extensão e agricultura em geral.

As ONGs e empresas privadas têm um papel significativo a desempenhar para tornar o ambiente mais condutivo para a extensão como um todo. Ganham maior crucialidade porque abarcam um número maior de produtores e porque dispõem de mais recursos, na globalidade. Embora a privada se interesse primariamente pelas culturas que fomenta, os produtores envolvidos também se interessam pelas culturas alimentares e/ou por algumas espécies pecuárias. O ICRISAT e o ICRAF – Representação em Moçambique, iniciaram em 2004-2005 algumas iniciativas de promoção e encorajamento de “boas práticas agrícolas” (“Good Agricultural Practices”) junto das tabaqueiras e algodozeiras. A ideia consiste de fazer fluir conhecimento e práticas que concorram para um melhor manejo de solos, água e recursos florestais – incluindo diversificação de culturas – em particular nas zonas acentuadamente algodozeiras e tabaqueiras. Pela expressão e potencial do algodão e tabaco no País, e as consequências que podem advir de práticas danosas prolongadas nos recursos naturais, este é um *desafio* que a extensão pública, ou o MINAG como um todo, devem considerar.

As ONGs obedecem a diferentes graus de colaboração ou de interesse em partilhar conhecimentos, tecnologias e experiências. Algumas, em particular as internacionais e detentoras de mais recursos e ligações com o exterior, até importam ou participam na importação de algumas tecnologias. Na relação com a extensão pública, o SG 2000 é um exemplo de uma ONG que em 1998-1999 investiu na importação de protótipos de máquinas de agro-processamento de pequena escala para mandioca e batata doce e debulha de arroz (2004), as quais criaram o conhecimento (“awareness”) sobre tais tecnologias e permitiram um trabalho continuado por outros actores. As prensas manuais de extracção de óleo a partir de girassol hoje conhecidas em algumas zonas de centro e norte do País foram em parte importadas (Zimbabwe) e promovidas por ONGs internacionais como “Care International”, “Africare”, “Word Vision” e outras. A necessidade de uma colaboração mais sistematizada e consequente, entre o sector público e as ONGs, é há muito reconhecida como importante. Desde 1999 que o MINAG/ DNEA advogam o desenvolvimento de um “Sistema Nacional de Extensão (SISNE)”, o qual não é mais do que a colaboração efectiva dos três actores de extensão. Como transformar o desejo em realidade tem sido o *desafio*. A implementação Lei dos Orgãos Locais do Estado (LOLE), a ênfase para que o distrito seja cada vez mais a unidade de planificação nacional, as tentativas de implantação de “foruns” (fora) distritais e provinciais de agricultura, se bem implementados, poderão contribuir para a consolidação do SISNE.

3.3 UMA BEM ARTICULADA DEMANDA PARA NOVOS CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS.

Este é um elemento ainda pouco desenvolvido na agricultura do País, concretamente falando do sector familiar. Excepção são os casos da *assistência técnica privada*. As empresas de fomento, operam em geral em zonas já conhecidas ou usam “capatazes” locais e têm mecanismos próprios de aferir o interesse de adesão de famílias camponesas, em cada campanha agrícola, quer para o tabaco quer para o algodão. Dependendo da sua capacidade financeira, podem estimar as suas necessidades em insumos, proceder ao “procurement” e distribuição sob “crédito” em espécie às famílias envolvidos. Mas, maioritariamente, há uma desarticulação ou desequilíbrios entre a procura e oferta de tecnologias.

Por exemplo, os poucos fornecedores de insumos agrícolas e de determinados implementos ou equipamentos, mostram-se muito relutantes em “stockar” sobretudo insumos. O argumento é quase sempre o mesmo: *o mercado é imprevisível, pouco responsivo e de risco, sobretudo para matérias perecíveis como é o caso das sementes e determinados produtos químicos*. Na verdade, há ainda pontos de penumbra numa perspectiva comercial em relação ao sector familiar. É pouco provável que a maioria de produtores familiares: dispersos, cuidadosos no assumir riscos e de poucos recursos, sem acesso a micro-crédito e pouco conectados ao mercado reajam satisfatoriamente ao mercado de insumos e de equipamentos. Mas a ainda pouco desenvolvida demanda articulada que ocorre no fomento de culturas de rendimento é uma fonte de inspiração. O mérito da “extensão privada” é que o ciclo de produção “fecha” com a etapa de comercialização de algodão e tabaco, pesem as eventuais injustiças de preços de compra ao produtor.

A visão da extensão de se concentrar em 52 distritos de alto e médio potencial derivou não apenas da necessidade de concentrar os recursos disponíveis em determinados distritos, buscando maior impacto. Visava também procurar sinergias com outros actores que permitissem, entre outros aspectos, a criação de demandas locais cada vez mais articuladas na questão de fluxo de conhecimentos e de tecnologias. Um *desafio* que a extensão rural deverá continuar materializar é contribuir para o desenvolvimento de “bolsas” de “demanda articulada” de conhecimentos e de tecnologias nas zonas rurais. Naturalmente, a investigação tem aqui um papel a cumprir.

3.4 EFFECTIVA DISPONIBILIDADE DE NOVOS CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS

Há resultados de investigação que imediatamente à sua libertação, podem ser directamente aplicados no campo. Mas muitos outros não o são, carecendo de um trabalho posterior de adaptação e de multiplicação. Uma inovação pode ser uma ideia, uma prática, um objecto (menos ou mais complexo) que seja percebido como “novo” por um indivíduo ou uma unidade de adopção (Rogers, 1995). Ora, a realidade do País mostra a prevalência de dois constrangimentos.

Algumas inovações comprovadamente benéficas para o sector produtivo, que não carecem de industrialização e de comercialização, tem tido uma disseminação

limitada. Por exemplo, o “vetiver grass” é uma gramínea rústica, provavelmente importada da África do Sul, que tem demonstrado bons resultados na protecção física do solo contra a erosão em algumas zonas do centro do País como as províncias de Manica, Sofala e Tete, com presença da extensão. A magnitude da erosão em muitas dessas zonas, sugere que esta planta devia ser estar mais disseminada e usada. Na pecuária, várias práticas de recolha, tratamento e acondicionamento de feno são conhecidas. Mas estão pouco difundidas no seio dos criadores, mesmo enfrentando ciclos anuais de crise de pasto em tempo seco, severos em anos de seca. E outros exemplos podem ser identificados. A realidade sugere que a extensão rural e a investigação agrária re-identifiquem o conhecimento e tecnologias que não carecem de intervenção de outros actores e que são susceptíveis de constituir mais valia para o sector produtivo.

A transferência de tecnologias que implique a intervenção de outros actores como empresas de sementes ou indústrias de equipamento e agentes comerciais, já é mais complexa. No contexto de privatização das empresas do Estado ou com participação deste, em finais dos anos 1990, o País deixou de contar com a única indústria de sementes (SEMOC, Lda) então com campos de produção de milhares de ha nas províncias de Nampula, Manica, Gaza e Maputo. A isto acrescia-se uma capacidade instalada de processamento invejável, acima das 50,000 toneladas ano embora nunca se tenha utilizado nem 50% desta capacidade. Hoje praticamente pouco operativa (ou em falência), em 2004-2005 comercializou apenas cerca de 1,700 toneladas de sementes, quando já alcançou as 14,000 toneladas/ ano em 1993-1994. O País dispõe de outras tantas empresas de sementes, como a PANNAR-Moçambique, a TECAP, etc. Embora algumas delas tentem esquemas pouco expressivos de produção local de sementes, maioritariamente importam o que comercializam. Até mesmo variedades desenvolvidas no País – como o milho “matuba” por exemplo, chegam a ser importadas.

À (in)disponibilidade ou escassez de sementes melhoradas de culturas alimentares nas zonas rurais (e de fertilizantes inorgânicos), incluindo onde a extensão actua, crescem-se os preços altos das sementes que chegam a atingir níveis de 8 a 10 vezes mais o preço do grão. De 1995-1996 a 2002-2003, a DNEA e o Sasakawa Global 2000, difundiram pacotes tecnológicos (sementes melhoradas, fertilizantes inorgânicos e pesticidas) para milho, arroz e girassol em menor escala, tendo alcançado 8,000 demonstrações de campo em 2000-2001. Mas sobretudo a disarticulação do mercado – a própria extensão transportava insumos a distâncias de 400 a 600 km – desmoronaram a

iniciativa que até já havia interessado vários comerciantes rurais como intermediários no fornecimento de insumos e compra de excedentes. Contudo, os objectivos de mostrar e provar que o sector familiar pode lidar com tecnologias de semi-intensificação foram alcançados não obstante alguns estudos críticos sobre a iniciativa (Howard, 1998; Howard, 2000). O aumento da produtividade é uma aposta do MINAG. À extensão e investigação se põe o *desafio* de identificar pacotes técnica-economicamente viáveis, em locais em que os insumos possam estar disponíveis e os mercado possa absorver a produção.

4 PERSPECTIVAS

AUMENTO DE COBERTURA DA EXTENSÃO PÚBLICA

A próxima fase da extensão rural pública, que poderá ser orientada pelo Plano Director II (2007-2011), prevê o aumento de extensionistas para cerca de 1100-1200 e uma expansão para cerca de 90 distritos. Mas para que a extensão pública seja mais efectiva e eficaz, impõe-se melhorar constrangimentos acima mencionados, alguns dos quais prevalecem desde a criação destes serviços.

Mesmo com a descentralização, é importante que haja uma articulação técnica-metodológica e de troca de informação entre os níveis distritais, provincial e nacional. Dado que a extensão continua unificada (holística), a garantia de “expertise” das diferentes áreas de intervenção na extensão é fundamental para que ela se mostre responsiva aos múltiplos problemas dos produtores.

COLABORAÇÃO ENTRE ACTORES DE EXTENSÃO

Com um acento político mais frequente às intuições públicas do sector agrário tem sido exigido maior dinamismo. Uma das instituições mais visada é a extensão rural, designada “agrária” desde finais de 2005. Mas se a extensão pública deve buscar fórmulas para obtenção de resultados mais ousados a curto-médio prazo, deverá também

operacionalizar mecanismos mais produtivos de colaboração com o *extensão privada* (assistência técnica) e de ONGs.

É um facto que certas ONGs mostram alguma aversão em colaborar efectivamente com a extensão pública. Mas alguns dos doadores que (co)financiam a extensão pública, são financiadores de ONGs e podem ter uma atitude que influencie tais ONGs a serem mais colaborativas. Até ao momento as discussões sobre o impacto da extensão no País gravitam mais em torno da pública. Mas seria produtivo discutir-se a extensão numa perspectiva de pluralidade de actores (pública, privada e de ONGs). Em particular tendo em conta a limitada cobertura e recursos pela DNEA se comparado a outros actores.

Os esforços de consolidação do SISNE – colaboração efectiva entre DNEA, ONGs e privados – será crucial para um maior impacto global da extensão. Na verdade, a presença de vários actores é uma oportunidade que deve ser convenientemente explorada. O “outsourcing” de extensão rural, é uma alternativa de envolver mais actores na extensão, contribuindo para o seu desenvolvimento como provedores de serviços.

DISPONIBILIDADE DE CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS

A disponibilidade de novos conhecimentos e tecnologias é condição necessária para um papel mais activo da extensão rural. A criação do IIAM, em 2005, visa buscar maior eficiência e produção de resultados úteis de investigação agrária. O IIAM, entre outras Direcções Técnicas, conta uma Direcção Técnica para Difusão de Tecnologias, uma Unidade de Análises Sócio-Económica e 4 Centros Zonais de Investigação distribuídos pelo País. Destes se espera um relacionamento mais fecundo com a extensão, sobretudo na testagem, adaptação e demonstração de tecnologias disponíveis. Estudos sobre adopção e impacto de tecnologias afiguram-se também importantes e são praticamente inexistentes no País.

Desde inícios de 2006, o IIAM vem desenvolvendo um trabalho de definição de prioridades de investigação para médio-longo prazos. O Ministério da Ciência e Tecnologia parece estar a desenvolver uma relação privilegiada com o IIAM o que pode constituir uma mais valia na identificação de recursos adicionais. O MINAG, como um

todo, discutiu ao longo do primeiro semestre de 2006 as prioridades dos próximos anos, provavelmente numa perspectiva de curto-médio prazo. Estes exercícios irão permitir que a extensão se concentre nas prioridades identificadas – sem contudo perder a abordagem holística de intervenção nos sistemas de produção.

Espera-se que a definição de prioridades de investigação contribua para uma melhor alimentação da extensão, em conhecimentos e tecnologias. O problema é saber: a) até que ponto a investigação irá gerar tais conhecimentos e tecnologias; b) a que magnitude os agentes económicos e comerciantes envolver-se-ão de forma adequada na produção e comercialização de tecnologias. A semente básica de uma determinada variedade ou híbrido só terá utilidade e valor se for transferida, à escala adequada e preço sustentáveis, para o sector produtivo. O mesmo se aplica aos implementos e maquinas agrícolas. Este é um dos constrangimentos que afecta a extensão, em particular.

REFERÊNCIAS

Caballero, Lorenzo. 1990. The Mozambican Agricultural Sector – A Background Information. ISBN 91.576-4289-3. Swedish University of Agricultural Sciences. International Rural Development Centre. Upsala.

Carry, Marilyn (ed). 1991. Women and Food Security. The experience of SADC countries. Intermediate Technology Publications, 103/105 Southampton Row, London. UK

Censo Agro-Pecuário (CAP). 2000. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Instituto Nacional de Estatística. Maputo

Coughlin, Peter E. 2006. Agricultural Intensification in Mozambique. Infrastructure, Policy and Institutional Framework – When Do Problems Signal Opportunities? African Food Crisis Study (Afrint). Department of Sociology. Lund University.

Gemo, H; Carl Eicher and Solomon Teclmariam. 2005. MOZAMBIQUE'S EXPERIENCE IN BUILDING A NATIONAL EXTENSION SYSTEM. ISBN 0-87013-763-8. Michigan State University Press. Michigan.

Gemo, H. R. 2006. Recursos Humanos na Extensão Pública em Moçambique. Estudos Sobre Investigação e Extensão Agrária. Instituto de Investigação Agrária de Moçambique. Direcção Nacional de Extensão Agrária. Ministério da Agricultura.

Howard, J. et al. 1998. What makes agricultural intensification profitable for Mozambican smallholders? An appraisal of the input sub-sector and the 1996/1997 DNER/ SG 2000 Program. Department of Agricultural Economics, Michigan State University, International Development Working Paper 69.

Howard, J et al. 2000. Comparing yields and profitability in MADER's high-and low input mize programs; 1997/98 survey results. Directorate of Economics, Ministry of Agriculture and Rural Development, Research Report n 39E.

Miller, Daniel. 2006. BUILDING A NEW AGRICULTURAL RESEARCH AND EXTENSION SYSTEM IN AFGHANISTAN: INITIAL THOUGHTS. USAID/Afghanistan. <http://pdf.usaid.gov/pdf-docs/PNADF904.pdf>

Plano Director de Extensão (PDE). 1997. Ministério da Agricultura e Pescas. Direcção Nacional de Extensão Rural. Outubro de 1997. Maputo.

Reunião Nacional de Investigação Agronómica e Extensão Rural. 2003. Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA). Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER). Lichinga, Niassa.

Reunião Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural. 2005. Instituto Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER). Chimoio, Manica.

Rogers, Everett M. 1995. DIFFUSION OF INNOVATIONS. Fourth Edition. ISBN 0-02-874074-2. THE FREE PRESS. New York.

Tesfai, M. 1991. The three phases and many faces of MONAP: A presentation of the Mozambican-Nordic Agricultural Development Programme. Report by Querren AB Consulting Services for the Ministry of Agriculture, Maputo.

Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). 2003. Direcção de Economia. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Instituto Nacional e Estatística. Maputo

Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). 2005. Direcção de Economia. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Instituto Nacional e Estatística. Maputo (Resultados Preliminares)

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 4: EXTENSÃO RURAL: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**EXTENSÃO RURAL NO BRASIL:
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS À LUZ DE UM MODELO MUNDIAL**

**João Dessimon MACHADO¹
Pedro de HEGEDÜS²**

RESUMO

O presente artigo apresenta uma breve evolução da extensão rural desde uma concepção inicial de caráter “bancário” (tradicional, clientelista, difusionista) até o “empoderamento” da chamada população alvo, como forma alternativa de atuação com vistas ao desenvolvimento. Inicia-se com o conceito de sistema e seus diferentes significados: sistêmico e sistemático. Evolui-se desde a concepção bancária de extensão, seguindo o termo alcunhado por Paulo Freire, até o “empowerment” dos produtores. Considera-se que a concepção “empoderadora” é central para promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva sustentável.

PALAVRAS CHAVE: extensão rural; desenvolvimento rural; empowerment; sistemas

¹ Departamento de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Av. João Pessoa, 31 – 90040.000 – Campus Central. Porto Alegre-RS, Brasil. Médico Veterinário, mestre em Economia Rural e doutor em Economia Agroalimentar. joao.dessimon@ufrgs.br.

² Universidad de la Republica/Montevideo, Uruguay. phegedus@adinet.com.uy.

ABSTRACT

The article presents a rural extension evolution from bankarian conception to empowerment of the farmers. Introduce the reader in the new style of relationship between extension agents and farmers. To develop the subject the article defines the concept of system and its different meanings, and considers the traditional style (the “bankarian conception” using the traditional expression coined by P. Freire). After that, the new style (the empowering relationship) is analysed. Empowerment is central in promoting rural development from a sustainable perspective.

KEY WORDS: rural extension; rural development; empowerment; systems

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema dos serviços de extensão rural considera-se que a adoção de uma visão de sistemas na agricultura foi um elemento que interferiu positivamente na relação técnico-produtor. Os técnicos, ao adotarem uma visão holística em suas atividades, passaram a ver a necessidade de considerar a percepção dos produtores, o que não ocorria anteriormente, quando simplesmente levavam fórmulas prontas aos produtores (concepção reducionista).

Após essa fase inicial houve a evolução, no sentido de não só incorporar a opinião ou *modus operandi* dos agricultores, mas promover a participação em um processo mais profundo de intercâmbio de saberes, que extrapolou inclusive o conceito de capacitação. Pois, não se trata mais de ir ao campo com o afã de capacitar a outrem teoricamente menos preparado para suas atividades. Trata-se sim de sermos capazes de desenvolver métodos e atividades que propiciem o avanço da capacidade desses produtores de decidirem com mais propriedade, com menos incertezas, menos temores em relação às conseqüências desse ato. Em resumo, trata-se de se conseguir fazer com que os produtores tenham mais autonomia, mais poder, no sentido de decisões adequadas às suas necessidades e, conseqüentemente, da elevação da sua auto-estima, com todos os benefícios daí advindos.

Nas sociedades de língua inglesa para explicar este novo nível de relacionamento técnico-produtor, foi alcunhado o termo *empowerment*. A seguir, nas comunidades hispânicas foi adotado o termo *empoderamiento*. No idioma português não existe uma tradução literal para esses termos (*empowerment* e/ou *empoderamiento*), isto fez com que aparecesse, nos meios extensionista e acadêmico, a utilização de duas

“traduções”: empoderamento e apoderamento. Como os dois termos não existem oficialmente, utiliza-se ao longo do texto o termo original em inglês. Outrossim, registre-se a preferência dos autores pelo termo empoderamento, por dois motivos principais: (a) gramatical: em português a letra “a” ao ser utilizada como prefixo pode significar tanto aproximação como afastamento, ao passo que a palavra “em” quando utilizada como prefixo admite somente o significado de “movimento para dentro”, “incorporação de”, “provimento de”. Neste caso específico, significando então incorporação ou provimento de poder. (b) fonético: sua maior semelhança com os termos em inglês e em espanhol.

2 EVOLUÇÃO

2.1. FASE INICIAL

A chamada concepção bancária da extensão rural simplesmente tratou os produtores rurais como se todos fossem iguais. A partir do saber teórico dos técnicos tratou-se de conceber pacotes tecnológicos padrão para todas as atividades rurais, de todas as regiões, preconizando métodos e práticas homogêneas. Na raiz dessa concepção estava a idéia de que era necessário “levar” ao produtor conhecimentos e técnicas modernas de produção. Essas técnicas eram dependentes da adoção de insumos também ditos modernos (fertilizantes, adubos, medicamentos e uma variedade de elementos químicos, bem como máquinas e equipamentos) dos quais os produtores não dispunham.

O resultado esperado, evolução da produção agropecuária, não foi acompanhado da evolução de todos os produtores. Ao contrário, nesse período, chamado de Revolução Verde, houve sim expansão da produção e da fronteira agrícola do país, entretanto, também se observou o crescimento da dependência dos produtores com relação a empresas fornecedoras de insumos, e crescimento do êxodo rural (por exclusão).

Evidenciou-se a necessidade de outra concepção de atuação junto ao campo de sorte a garantir não só uma maior produção agropecuária, mas também melhores

condições de vida aos agricultores e, principalmente, com menores danos ao meio ambiente, como forma de buscar a sustentabilidade. Essa evolução é buscada com a agregação da idéia de sistemas.

2.2 CONCEITO DE SISTEMA

Entende-se por sistema um conjunto de partes que atuam de forma coordenada para cumprirem objetivos. A noção de sistemas é relativa, uma vez que sempre é possível identificar um sistema maior, no qual o sistema que se estava analisando é uma parte constituinte de nível hierárquico menor (subsistema).

Faz-se necessário advertir que sistemático e sistêmico (adjetivos que provêm de sistema) têm diferentes conotações (HEGEDÜS; MORALES, 1996). Ambos têm em comum a valorização da perspectiva holística, ou seja, de que as partes pertencem a uma totalidade maior e que desenvolvem mecanismos amplos de interação entre si que são necessários entender (relações de controle, de inter-relação, etc.).

Para a visão sistemática a totalidade é igual à soma das partes que a compõem. Para a visão sistêmica a totalidade é diferente desta soma. (Ex.: a molécula de água é diferente dos átomos que a compõem). Isto significa que existem propriedades emergentes, não das partes isoladas, mas sim da totalidade organizada (sistema) que são as que originam a diferença antes assinalada. Essas propriedades não emergem caso se reduza o sistema às partes que o compõem.

Pode-se afirmar então que para a visão sistemática é possível reduzir, simplificar os problemas analisando suas partes, para encontrar as soluções. O todo se pode entender por meio das partes. Pensar de forma sistemática implica seguir um método rigoroso e exaustivo. Uma análise sistemática assume que é possível entender a totalidade de uma situação a partir da enumeração precisamente sistemática de seus componentes. O enfoque de sistemas de produção se vale dessa visão.

Para a perspectiva sistêmica captar a totalidade de uma situação sempre é um processo em construção de um todo, em função do propósito do analista. Isto significa que o sistema em construção reflete a maneira pela qual o observador está entendendo,

em um momento dado, como esse todo está organizado. É uma opção do analista apresentar o sistema e o comportamento das partes que o compõem, da forma que o faz. Assim, na realidade o sistema não existe, trata-se de uma construção mental que se realiza a efeitos de facilitar a análise, e que, quando se apresenta, pode aparecer (se não há humildade) como existente objetivamente na realidade, o que não é verdade. A dinâmica das interações fará com que os esquemas interpretativos desse todo se comprovem ou não no trabalho empírico, e os esquemas de relações que conformam o sistema irão se retificando ou se abandonam.

O conceito sistêmico se vincula com trabalhos desenvolvidos por Checkland (1999) no começo da década de 1980, relacionados com os chamados *soft systems*. Estes são aqueles sistemas cujos limites não são precisos, e nos quais não há acordo acerca de quais são os problemas e, conseqüentemente, quais os objetivos a estabelecer. São sistemas abertos, nos quais há permanente interação dinâmica entre a atividade humana (elemento do sistema) e o meio ambiente. São as pessoas que interagem com o meio ambiente, desempenhando um ativo papel como comunicadores, o que não é considerado da mesma forma na visão sistemática. Nesta última visão o papel das pessoas é de regulador do sistema.

Os *soft systems* são, em conseqüência, complexos, e a complexidade vem da fundamental interação da atividade humana com a dos demais componentes do sistema e o meio ambiente. Parte da complexidade vem do fato que as funções que uma pessoa desempenha podem mudar, de forma irreversível ou transitória.

No enfoque sistêmico se entende o sistema desde uma perspectiva de processos que hierarquiza as interações que vinculam os componentes do sistema. Essas interações representam o potencial do sistema para desenvolver as capacidades que cada componente tem de forma criativa e enriquecedora. Existe uma estrutura, mas a mesma apela a multcentralidade. No enfoque sistemático (*hard systems*), próprio das ciências agrárias, se entende o sistema desde uma perspectiva que hierarquiza a estrutura (LEEuwIS, 1993). Esta estrutura é centralizada, hierárquica, de acordo com a função atribuída.

Os *hard systems* implicam entender a realidade como uma totalidade organizada (em sistemas). Na visão de *soft systems* a idéia de sistemicidade inclui também a forma

como se investiga esta realidade. Isto significa incorporar as visões que os atores têm da realidade, de forma que o sistema se constrói entre os atores relevantes. Cada ator tem sua percepção, tão válida como a dos demais. Não há imposição de uma única visão (tradicionalmente a científica).

Quando existe consenso entre os atores acerca da natureza dos problemas e como solucioná-los (por meio de procedimentos já estabelecidos), fala-se de “dificuldades”, reservando o termo “problemas” para aquelas situações nas quais nem as causas, nem as formas de aliviá-los são compartilhadas por todos os implicados e afetados (ACKOFF, 1980). Constrói-se de forma consensual o problema e os objetivos da intervenção.

2.3 OS ENFOQUES DE RELACIONAMENTO ENTRE TÉCNICO E PRODUTOR

Desde uma visão micro, ou seja, desde uma perspectiva de como se relacionam, técnicos extensionistas com produtores, a evolução dos enfoques tem seguido um processo caracterizado conforme síntese apresentada no quadro a seguir.

Quadro 1: Evolução dos enfoques de relacionamento técnico - produtor

ENFOQUE	RELACIONAMENTO TÉCNICO-PRODUTOR
<p><u>Reducionista</u></p> <p>Tradicional (Revolução Verde, difusionista, etc.)</p>	<p>Técnico focaliza seu trabalho em um componente específico da propriedade rural (Ex.: cultivo). Não há uma visão de sistema.</p> <p>Idéia central da relação: Como transmitir melhor a mensagem? (CHIA et al., 2003: 80). É o que Freire designou como concepção bancária.</p>
<p><u>Sistemático</u></p> <p>Sistema de produção (<i>Farming system research</i>) (Usual nas Ciências Agrárias)</p>	<p>Técnico focaliza seu trabalho entendendo a propriedade rural como um sistema. Neste, um dos componentes é o produtor e sua família.</p>
<p><u>Sistêmico</u></p> <p>Enfoque de Paulo Freire Experiências no Brasil (Santa Catarina), Austrália (Programa Landcare, Universidade de Weatern Sydney). (Usual nas Ciências Sociais)</p>	<p>Técnico e produtor interagem pra intervirem em um sistema no qual a propriedade é um dos componentes. O técnico também é parte do sistema.</p> <p>Idéia central da relação: compreender para cooperar, para que exista aprendizagem (CHIA et al., 2003:80).</p>

Fonte: elaborado com base em PINHEIRO (2000).

O modelo tradicional de geração de inovações em estações experimentais e sua posterior transferência aos produtores não tiveram os resultados esperados, especialmente quando se aplica em um contexto de produtores familiares (HOARE, 1986; GIBBON, 1994). Este modelo de caráter reducionista (transferência de tecnologia, difusionista, Revolução verde) se aplicou universalmente na década de

1960. Nesse modelo também a pesquisa agrária se desenvolve com um enfoque reducionista, por áreas, por disciplinas. Isto constituía, em parte, uma herança da época colonial.

Na América Latina, Freire (1973) reagiu contra este enfoque reducionista. Questionou o conceito de extensão (“educação bancária” na sua concepção), e indicou novos papéis para o agente de mudanças, que deixando de lado a chamada neutralidade técnica pudesse comprometer-se com a realidade em que intervém, mediante processos de conscientização que abrangem todas as partes.

Como resposta aos problemas originados pela adoção de enfoques reducionistas surgiu, desde Centros de pesquisas internacionais (Exemplos: CIMMYT - Centro Internacional de Mejoramiento en Maiz y Trigo/México; ICRISAT - International Crops Research Institute for the Semi Arid Tropics/India), uma maior preocupação em entender, desde o ponto de vista do produtor, quais eram os fatores que impediam a adoção de tecnologia. (MANSFIELD, 1950, citado por GIBBON, 1994).

Na década de 1970 a reformulação dos modelos vigentes, promovida a partir dos centros de pesquisas internacionais e logo pelos nacionais, passou a privilegiar a abordagem dos problemas desde uma perspectiva de sistemas. Falava-se em investigação em sistemas de produção (*Farming system research*). O marco dos trabalhos implicava quatro etapas: (i) diagnóstico: o sistema do produtor e seu contexto; (ii) desenho: diferentes estratégias eram identificadas em função da etapa anterior; (iii) prova ou validação: algumas estratégias tidas como promissoras eram avaliadas ao nível de propriedades rurais; (iv) extensão: as estratégias validadas em condições reais se difundiam mediante os sistemas de extensão (GILBERT *et al.*, 1980).

Com o tempo a palavra investigação foi suprimida e permaneceu o termo “sistemas de produção”. Como a última etapa desde enfoque é precisamente a de extensão, existe o perigo de se acreditar que um enfoque de extensão baseado na perspectiva de sistemas é exatamente o enfoque de sistemas de produção. Entretanto, isto constitui um erro.

O trabalho em sistemas de produção implicava na conformação de equipes multidisciplinares (ciências agrárias e ciências sociais) trabalhando em interação com os produtores (onde se desenvolvia a experimentação em propriedades). Havia um

interesse em compreender a racionalidade do produtor, suas motivações e seus interesses. Reconhecia-se que não era a ignorância ou a irracionalidade do produtor o que freava a adoção de tecnologia (HOARE, 1986). A idéia central de estabelecer o “Sistema de Produção” se baseava no convencimento de que se o pesquisador conhecesse a propriedade onde vivia o pequeno produtor e sua família (o sistema), poderia então desenvolver tecnologias adaptadas a esse sistema.

Obviamente não faz sentido estabelecer um sistema de produção para cada propriedade existente. O interessante é que as tecnologias desenvolvidas (as recomendações) sejam válidas para um conjunto de propriedades que tenham características em comum (solos, clima, práticas culturais, costumes, etc.). Surge então, no marco do CIMMYT, o conceito de domínios de recomendação, definido como o grupo de agricultores cujas circunstâncias são suficientemente similares de tal forma que todos são elegíveis para a mesma recomendação (HARRINGTON; TRIPP, 1984:5). Essa concepção de sistemas de produção do CIMMYT se caracterizou por uma preocupação por sistematizar os procedimentos empregados em manuais de instrução.

Para a América Latina teve também importância o trabalho que desenvolveu P. Hildebrand no Instituto de Ciências e Tecnologia Agrícolas (ICTA) de Guatemala, que pode ser caracterizado como enfoque exploratório (*sounding out method*). Esse enfoque tem como objetivo facilitar a primeira etapa de diagnóstico, que, por meio de uma equipe de aproximadamente 10 técnicos (5 provenientes de ciências sociais e 5 de ciências agrárias), por um período de aproximadamente 10 dias, trabalham em uma área determinada para coletar informação mediante entrevistas não estruturadas com os produtores (GILBERT *et al.*, 1980).

Cabe também registrar o aporte efetuado pelo Centro Internacional da Batata (CIP) no Peru, também na década de 1980, denominado de *Farmer back to farmer research* (Ver, por exemplo, RHOADES; BOOTH, 1980:127-37). Seus trabalhos sintetizam as características gerais do processo. Outros Centros Internacionais em outros continentes desenvolveram suas aproximações aos trabalhos em sistemas de produção.

De acordo com Hoare (1986) todas as variantes de sistemas de produção desenvolvidas por diferentes Centros Internacionais de Pesquisa representam, em

essência, modificações do modelo tradicional de transferência de tecnologia (difusão e transferência de tecnologia).

Visto em perspectiva, os trabalhos baseados em um enfoque de sistemas de produção representaram um avanço com respeito ao enfoque tradicional (reducionista). Entretanto, indo além da retórica, o controle do processo seguia estando nas mãos dos especialistas (pesquisadores/técnicos em ciências agrárias). Mesmo a equipe sendo multidisciplinar, a lógica de funcionamento estava concebida e dominada pela investigação agrária, pelo que, o enfoque não era multidisciplinar. Como consequência, não é de estranhar que o uso dos sistemas de produção abrangeu as três primeiras etapas: diagnóstico, desenho e prova. Como sempre sucede, a preocupação com a extensão, a última etapa, ficou à margem da discussão.

Assim, a ênfase do enfoque de sistemas de produção esteve em concentrar recursos e tempo para efetuar estudos de diagnóstico, tanto para determinar zonas, como para classificar produtores em diferentes classes e tipologias. Estes estudos raramente significaram algum progresso para os produtores (GIBBON, 1994), já que, como afirma Vassallo (2001:81) “encontram-se dificuldades para a conversão dos resultados do diagnóstico em processos de desenvolvimento, pois as atividades da primeira etapa consomem a maior parte do tempo e dos recursos destinados a tal atividade”. Considerações desta ordem levaram Ison *et al* (1997) a inclusive colocarem em dúvida se o enfoque de sistemas de produção pode realmente ser considerado verdadeiramente um enfoque de sistemas.

Nos últimos trinta anos se desenvolveu uma grande quantidade de diferentes enfoques, metodologias, aproximações, que baseadas na perspectiva de sistemas de produção, diferem muito pouco entre si (GIBBON, 1994). Em vez de chegar à quarta etapa do enfoque (a de extensão), que é aquela que permitiria aliviar as situações problemáticas, o debate tem ficado muitas vezes aprisionado em exacerbar diferenças entre as diversas formas de fazer diagnósticos. Vassallo (2001:81) assinala que sob o “conceito (sistema de produção) se incorpora uma ampla gama de formas de operacionalizar o enfoque, porém todas elas têm em comum, em seu marco metodológico, começar pelo diagnóstico dos sistemas”. Neste sentido a quantidade de siglas existentes no presente é expressiva, tendo inclusive sido tema para uma publicação de Black (2000). Normalmente aparecem palavras que estão na moda e que

ilustram as preocupações do momento: rápido, participativo, gênero, “eco”, sustentável, local, avaliação, exploratório, adaptativo, etc.

Contra o excessivo tempo que se gastava nos diagnósticos, e contra o controle que tinham os pesquisadores (o que significava que se investigava o que os especialistas queriam), reagiu R. Chambers na década de 1980. Seus trabalhos acadêmicos desde a Universidade de Sussex, Inglaterra, e suas consultorias em Desenvolvimento Rural efetuadas em diferentes países da Ásia e da África, modelaram questionários éticos que vinculavam o drama da pobreza rural ao “turismo” que os “especialistas” ou “estudantes de doutorado” urbanos efetuavam nas zonas carentes para diagnosticar problemas mediante a “indústria” de entrevistas intermináveis para o fascínio dos especialistas em estatística.

A partir de 1980 são publicados vários trabalhos que ilustram as preferências de Chambers, quais sejam, a revalorização do produtor e de seu saber, e a preferência por metodologias qualitativas para uma rápida análise da realidade, tais como Chambers (1980), (1983) e (1992) e Chambers *et al.* (1993).

Conjuntamente com esta reação ética de Chambers, se desenvolvem duas mudanças: (i) uma que constitui um repensar do modelo tradicional de difusão de tecnologia que, respeitando sua essência conceitual, procura corrigir suas imperfeições, impulsionada pelo Banco Mundial e que se denomina *Training and Visit* (Capacitação e Visitas); e (ii) outra variante, que questiona a essência do modelo tradicional, desde Wageningen, a partir dos trabalhos de Röling e Engel, baseados no enfoque de sistemas flexíveis (*soft systems*). No presente artigo não há interesse em se aprofundar nas explicações acerca do método “Capacitação e Visitas”, uma vez que sua aplicação na América Latina foi muito escassa (BENOR *et al.*, 1984). Interessa sim dar ênfase na outra vertente por suas implicações para a extensão desde uma perspectiva sistêmica.

Tanto na França (Montpellier), como na Holanda (Wageningen) e na Austrália (Hawkesbury), se desenvolvem novas formas de entender o uso de sistemas, agora com um papel mais ativo das ciências sociais (*soft systems* = sistemas flexíveis). Posteriormente, e por sua aplicação na extensão, se destacam os trabalhos de N. Röling e P. Engel, da Universidade de Wageningen, no que se constitui o Sistema de Informação e Conhecimento Agrícola (SICA). Uma das críticas que se formularam ao

enfoque de sistemas de produção é que o funcionamento das equipes multidisciplinares foi pobre, tanto quanto ao relacionamento entre as diferentes disciplinas, como no contato com os produtores. Na origem do SICA está a idéia de melhorar esse relacionamento, desenvolvendo mecanismos de enlace.

Julga-se que é evidente que uma abordagem sistêmica na extensão guarda estreita relação, nos aspectos metodológicos, com o enfoque de Paulo Freire. É certo que Freire não falou de sistemas em seu trabalho, entretanto, resulta claro que tem subjacente uma visão sistêmica do relacionamento técnico-produtor. O homem, afirma Freire, tem a capacidade de refletir sobre as coisas que ele mesmo realiza, e neste sentido é que se processa sua inserção crítica na realidade. Ele pode “distanciar-se do mundo (o que se pode substituir por sistema, sem perder o sentido) para ficar nele e com ele” (FREIRE, 1973:33). Essa inserção crítica implica entender a realidade, o que significa descobrir as inter-relações existentes nos fatos percebidos.

Ao descobrir as inter-relações as pessoas se apropriam do percebido. Em outras palavras, adquirem maior poder. Chega-se então ao conceito de *empowerment* (ver considerações na Introdução do presente trabalho) o qual, julga-se um conceito chave para a extensão na atualidade. O futuro caminho da Extensão na América Latina passa, sem dúvidas, pela construção de capital social para o *empowerment* das pessoas.

Neste contexto, define-se *empowerment* como o processo no qual uma ação é desenvolvida com o objetivo de garantir algum tipo de poder a uma pessoa ou grupo de pessoas. Esse processo evoluiu nos últimos anos, passando a ser objeto de projetos específicos, com ações concretas, levando a três formas básicas de *empowerment*: (i) segurança (confiança) pessoal para executar atividades com êxito; (ii) aumentar as relações com as organizações; (iii) maior acesso ao crédito e recursos produtivos (INTRAC, 1999).

Assim, genericamente, pode-se compreender *empowerment* como a passagem de uma condição prévia (inicial) na qual uma pessoa ou grupo não tem determinado poder, até uma nova condição (final) na qual o tem.

Seguindo o trabalho de INTRAC (1999), o *empowerment* pode apresentar dimensões variadas, tais como: **(a)** Psicológicas: relacionadas à identidade; auto-estima; criação de espaço; conhecimento. **(b)** Sociais: liderança comunitária; ações com êxito;

inclusão social; alfabetização. **(c)** Organizacionais: identidade coletiva; organização; representatividade; liderança. **(d)** Culturais: modificações nas normas de gênero; recreação e práticas culturais. **(e)** Econômicas: segurança; propriedade de bens e produtos. **(f)** Políticas: participação local; negociações de poder, acesso ao poder.

Da mesma forma que ocorreu com o conceito de sistema, Freire também não utilizou o de *empowerment*, porém, julga-se que a sua análise o assume implicitamente. Em seu ensaio (1987), analisa o trabalho do extensionista como educador em uma perspectiva que, segundo ele, não é outra que humanizar ao homem, na ação consciente, que este deve fazer, para transformar o mundo. Assim, Freire explica a educação não como prática de domesticação, mas sim como prática de libertação, na qual “educar e educar-se, não é entender algo desde a sede do saber até a sede da ignorância, para salvar, com este saber, aos que vivem naquela”. Ao contrário, educar e educar-se, nesta prática, “é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo, e podem, assim, chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 1987:25).

Neste contexto de aprendizagem de Freire, só aprende verdadeiramente, aquele que se apropria da informação recebida (em nossa linguagem), ou do aprendido (na linguagem de Freire), “transformando-o em aprendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo”; ou como o menciona em outras palavras: aprende verdadeiramente “aquele que é capaz de aplicar o aprendido-aprendido, às situações existenciais concretos” (FREIRE, 1987:10). Assim, parece claro que, no conceito de aprendizagem de Freire, está implícito o processo de *empowerment*. Ambas as partes, produtor e extensionista, se tornam maiores (com mais poder) no processo e este é o passo prévio da ação.

A idéia central é que o técnico extensionista, junto com o produtor (ambos parte do sistema), planeje a intervenção desde “dentro para dentro”. Não há planificação desde “fora”, procurando o controle da situação (visão tradicional), na qual a consideração do social é mais uma forma de facilitar a adoção de tecnologia (visão sistemática), mas sim um processo de *empowerment*, ou seja, um processo de desenvolvimento de capacidades nas pessoas para que elas sejam atores de seu próprio processo de desenvolvimento.

Utilizando os ensinamentos de Freire (1981), se alcança o *empowerment* quando os técnicos extensionistas e a população dita beneficiária interagem em uma relação do tipo horizontal (sujeito-sujeito), de diálogo e respeito pelos diferentes saberes, enquadrada em um contexto geral no qual ambas as partes são criticamente conscientes da situação e da necessidade de atuar para transformar essa situação. Assim, a transformação da situação deve ter uma direcionalidade favorável ao *empowerment* das pessoas.

A pergunta seguinte que surge é: Como avaliar o *empowerment*? Este, na verdade, se constitui em um grande desafio, pois se trata de um conceito que deve ser entendido a partir das próprias pessoas envolvidas, e não desde “fora”. Uma metodologia considerada inovadora no que diz respeito a sua aplicação ao campo da avaliação do desenvolvimento social denomina-se metodologia Q. Esta representa uma síntese entre as metodologias quantitativas e qualitativas em termos de avaliação. O marco geral da metodologia é qualitativo e a inovação é o seu emprego, dentro deste marco geral, de uma base estatística sólida (análise fatorial), para o estudo sistemático das subjetividades (o ambiente psico-emocional das pessoas) existentes em qualquer situação.

3. CONCLUSÃO

O trabalho faz referência à evolução do relacionamento técnico extensionista-produtor. A este respeito se apóia no conceito de sistema, desde suas duas vertentes, a sistêmica e a sistemática. É interessante comprovar a existência dos dois paradigmas de Extensão (Difusão de E. Rogers e Educação de P. Freire) nas duas vertentes do enfoque de sistemas. Na realidade constata-se não haver muitas diferenças entre a visão tradicional (a educação bancária) e o enfoque sistemático. Já o enfoque sistêmico aponta para o *empowerment* das pessoas envolvidas na relação. A tendência atual nos sistemas de Extensão na América Latina (existentes ou em formulação) é de apostar no capital social e no *empowerment*. As intervenções de Extensão (isto significa modificações planejadas por meio de projetos) representam oportunidades para a população beneficiária. As pessoas somente se aproveitam dos projetos caso se apropriem das oportunidades geradas (e este é o impacto dos projetos). Ao apropriar-se, se empoderam. O *empowerment* é um conceito culturalmente dependente da população. Ou seja, as pessoas se apropriam de diferentes maneiras, mas sempre de uma forma que lhes é própria e funcional a elas mesmas. Certamente a maioria delas não sabe o que significa *empowerment*, daí o enorme desafio para sua avaliação, uma vez que esta avaliação deve ser feita desde e com elas próprias, e não desde “fora”.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. The Systems Revolution. In: LOCKETT; Spear. (Eds.), **Organizations and systems**. Berkshire: The Open University Press. 1980. p.26-33.

BENOR, D. *et al.* **Agricultural extension: the training and visit system**. Washington DC: The World Bank. 1984.

BLACK, A. W. Extensión theory and practice: a review. **Australian Journal of Experimental Agriculture**, v. 40, n° 4, p. 495. 2000.

CHAMBERS, R. **Short cut methods in information gathering for rural development projects**. The World Bank Agricultural Sector Symposia. Washington, DC: The World Bank. 1980.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. Harlow, UK: Longman. 1983.

CHAMBERS, R. **Rural: rapid, relaxed and participatory**. Discussion paper 331. Brighton: University of Sussex. Institute of Development Studies. 1992.

CHAMBERS, R. *et al.* (Eds.) **Farmer first: farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications. 1993. p. 181-195.

CHECKLAND, P. **Systems thinking, systems practice**. Includes a 30 years retrospective. New York: John Wiley & Sons. 1999. 330 p.

CHIA, E. *et al.* Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. Montevideo: **Agrociencia**, v. VII, n° 1, p.77-91. 2003.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. México: Siglo XXI, 1973. 109 p.

FREIRE, P. **Education for critical consciousness**. New York: Continuum. 1981. 145p.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. 15ª Ed. México: Siglo XXI. 1987. 109 p.

GIBBON, D. Farming Systems Research for Sustainable Agriculture. In: Van Der Plog, J. D.; Long, A. (Eds.), **Born from within – practice and perspectives of endogenous rural development**. The Netherlands: Assen, Van Gorcum. p. 247-254. 1994.

GILBERT, E. H.; *et al.* **Farming systems research: a critical appraisal**. Department of Agricultural Economics, Michigan State University, USA. 1980. 135 p.

HARRINGTON, L. W.; TRIPP, R. **Dominios de recomendación: un marco de referencia para la investigación en fincas**. Programa de Economía del CIMMYT. México: CIMMYT. 30 p. 1984.

HEGEDÜS, P. de; MORALES, H. Algunas consideraciones sobre el enfoque sistémico y su importancia para la extensión. Santa Maria: **Extensão Rural**, DEAER/CPGExR/UFSM. Ano III, p.61-70. jan-dez 1996.

HOARE, P. Strategies in the transfer of technology. In: G. E. JONES (Ed.), **Investing in rural extension: strategies and goals**. New York: Elsevier Applied Science Publishers. p.137-147. 1986.

INTRAC. **Monitoreo y evaluación del empoderamiento (empowerment)**. Oxford: Intrac (International NGO Training and Research Center). Documento Recurso. Noviembre, 1999. 84 p.

ISON, R. L. *et al.* Systems methodologies for sustainable natural resources research and development. **Agricultural Systems**, v. 55, n° 2, p.257-272. 1997.

LEEuwIS, C. Of Computers, myths and modelling. The social construction of diversity, knowledge, information and communication technologies. In: LEEuwIS, C. (Ed.), **Duth horticulture and agricultural extension**. Wageningen: Agricultural University of Wageningen. 468 p. 1993.

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. v. 1, n° 2, p. 27-37, abr/jun 2000.

RHOADES, R. E. & BOOTH, R. H. Farmer back to farmer: a model for generating acceptable agricultural technology. **Ag. Administration**, 11(2), 127-37. 1980.

VASSALLO, M. A. **Desarrollo rural: teorías, enfoques y problemas nacionales**. Montevideo: Universidad de la Republica, Facultad de Agronomía, Departamento de Ciencias Sociales. 2001. 176 p.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 3: POLÍTICA AGRÍCOLA E POLÍTICA AGRÁRIA: ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO

POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Paulo D. WAQUIL¹

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo um breve resgate das principais políticas agrícolas e agrárias implementadas no Brasil nas últimas décadas, em um cenário político e socioeconômico que passou por importantes transformações. Este resgate serve de base para a apresentação e debate das políticas agrícolas e agrárias no Brasil e em Moçambique, trocando experiências e tecendo comparações.

O texto toma como ponto de partida alguns antecedentes, como as características do setor em meados do século XX e as contribuições esperadas para o processo de desenvolvimento, seguindo para a apresentação dos principais instrumentos de política implementados no Brasil visando a modernização da agricultura e as conseqüências observadas. Mais adiante, o texto aborda as transformações mais recentes, expressas no contexto de implementação de planos para a estabilização econômica, abertura comercial e maior inserção internacional.

¹ Departamento de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Av. João Pessoa, 31 – 90040.000 – Campus Central. Porto Alegre-RS, Brasil. Engº Agrônomo, mestre em Economia Rural e doutor em Economia Agrícola. waquil@ufrgs.br

2 RAZÕES E FORMAS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS NO BRASIL

Como apontado extensivamente na literatura (por exemplo, Delgado, 2001) as razões para a intervenção governamental, através da proposição e implementação de políticas agrícolas e agrárias, são baseadas nas características da produção e do consumo de produtos de origem agrícola. Tais particularidades do setor incluem elementos como a dependência estrutural da produção agrícola em relação à natureza, sazonalidade e descontinuidade do processo produtivo, atomização da produção, perecibilidade dos produtos, geralmente de baixo valor agregado, e a inelasticidade da oferta e da demanda.

Estas características podem introduzir imperfeições e falhas no funcionamento dos mercados, podendo gerar resultados que distorcem a distribuição de renda e emprego entre os setores da economia, prejudicam o abastecimento alimentar nacional, e provocam importantes conseqüências sociais.

No sentido de reduzir ou eliminar estas imperfeições, a intervenção do Estado na agricultura ocorre através da proposição e implementação de políticas voltadas ao setor (políticas agrícolas e agrárias), embora também através dos efeitos das políticas macroeconômicas. Ênfase maior é dada, neste artigo, às políticas setoriais, mas convém ressaltar que, a partir dos anos 1990, com as transformações macroeconômicas pelas quais passou a economia brasileira, a agricultura tornou-se cada vez mais sujeita aos efeitos combinados das políticas fiscais, monetárias e comerciais, que atingem a economia como um todo, elementos estes que serão melhor discutidos mais adiante.

Sintetizando o que será exposto nas seções a seguir, o quadro 1 apresenta uma classificação das políticas agrícolas e agrárias implementadas no Brasil nestas últimas décadas, conforme proposto por Gasques e Villaverde (1997). Ressalta-se que estes autores distinguem os grupos 1 e 2 por conterem medidas com resultados no longo e no curto prazo, respectivamente. Os demais grupos são classificados por tratarem de medidas com focos bem delimitados, sejam relacionadas a questões fundiárias (grupo 3), regionais (grupo 4) ou produtos específicos (grupo 5).

Quadro 1. Classificação das Políticas Agrícolas e Agrárias no Brasil e seus Componentes

POLÍTICAS	COMPONENTES
Grupo 1 Melhoria da Produtividade e da Competitividade	Capacitação de Recursos Humanos Pesquisa Agropecuária Extensão Rural e Cooperativismo Financiamento de Investimentos Agropecuários Melhoria da Infra-Estrutura Irrigação e Conservação do Solo Informações Agrícolas e Meteorológicas
Grupo 2 Suporte à Produção e Comercialização Agrícola	Financiamento do Custeio Agropecuário Seguro Agrícola Política de Garantia de Preços Formação de Estoques Reguladores Transporte e Armazenamento Amortização de Encargos de Financiamento Equalizações de Taxas de Juros
Grupo 3 Política Fundiária	Reforma Agrária Regularização Fundiária Colonização
Grupo 4 Políticas Regionais	Programas/Projetos de Desenvolvimento Rural Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste Defesa Contra as Secas Saneamento Rural
Grupo 5 Políticas de Produtos	Açúcar, Álcool, Borracha, Cacau, Café, Carnes, Reflorestamento, Trigo

Fonte: Gasques e Villaverde, 1997.

Entretanto, o Brasil é reconhecidamente um país muito heterogêneo, tanto pela sua extensão territorial e pelas variações de climas, relevos e solos, como também pelas condições sócio-culturais e pelas interações com outros setores da economia. Assim, não é possível caracterizar “a agricultura” brasileira, mas deve-se considerar a “diversidade de agriculturas” no país. Dada a diversidade de características e particularidades, muitas vezes as políticas nacionais implementadas deram resultados bastante desiguais, que até mesmo agravaram os desequilíbrios existentes.

3 A MODERNIZAÇÃO COMPULSÓRIA DA AGRICULTURA

3.1. AS BASES DO PROCESSO

A partir dos anos 1950, teve início no Brasil um novo ciclo de desenvolvimento, centrado no fortalecimento do setor urbano-industrial, fundamentado nas políticas de substituição de importações, e incluindo grandes investimentos públicos na geração de energia, a instalação de novos sistemas de transporte e de comunicação e a reforma do sistema financeiro nacional. As políticas econômicas que priorizaram a industrialização tenderam a penalizar a agricultura, especialmente através da valorização cambial, levando inicialmente à implementação de políticas agrícolas com caráter compensatório.

Naquele período, a produção agrícola brasileira caracterizava-se por uma forte dicotomia. Por um lado, os cultivos para a exportação, basicamente cana-de-açúcar e café, que mostravam maior dinamismo e recebiam toda a atenção das políticas voltadas para o setor; e, por outro lado, os cultivos para o abastecimento interno, em sua maioria caracterizados por práticas intensivas em mão-de-obra e utilização de técnicas tradicionais. A expansão da produção dava-se, fundamentalmente, pela agregação de novas terras, mas não pelo aumento da produtividade dos fatores.

O espaço rural, ainda fortemente identificado com o setor agrícola, era visto como sinônimo de atraso econômico e cultural, e que necessitava modernizar-se. O domínio das políticas desenvolvimentistas foi reforçado pelo trabalho publicado por Johnston e Mellor, em 1961, sobre as funções da agricultura nos estágios iniciais de desenvolvimento. Naquele artigo, os autores sugeriam que a modernização da agricultura permitiria ao setor cumprir as funções de: liberar mão-de-obra para a indústria nascente, fornecer matérias-primas e alimentos, gerar excedentes exportáveis, transferir renda para os demais setores e constituir mercado para os bens industriais.

No início dos anos 1960, com o agravamento dos problemas sociais no campo, aumentou a pressão pela reforma agrária. Entretanto, os militares assumiram o poder no país, em 1964, e reforçaram as políticas de crescimento e industrialização. Neste novo contexto político e econômico, iniciou-se a adoção de uma política para a modernização da agricultura, visando aumentar a produtividade do setor, em detrimento da reforma agrária. Contudo, os instrumentos utilizados para a modernização da agricultura, aten-

dendo o viés urbano-industrial, acabaram por criar novos conflitos e acentuar as desigualdades regionais no país.

3.2. OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA UTILIZADOS

Alguns autores argumentam que, no Brasil, a partir de meados dos anos 1960 foram implementadas políticas agrícolas ativas, e não meramente compensatórias, no sentido de definir instrumentos e incentivos específicos, como financiamento, apoio à comercialização, tributação diferenciada, geração e difusão de tecnologias. Os principais instrumentos que condicionaram a modernização da agricultura, com a difusão e indução do uso de insumos considerados modernos (como sementes melhoradas geneticamente, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos agrícolas) foram o crédito abundante e subsidiado, a pesquisa e a extensão rural.

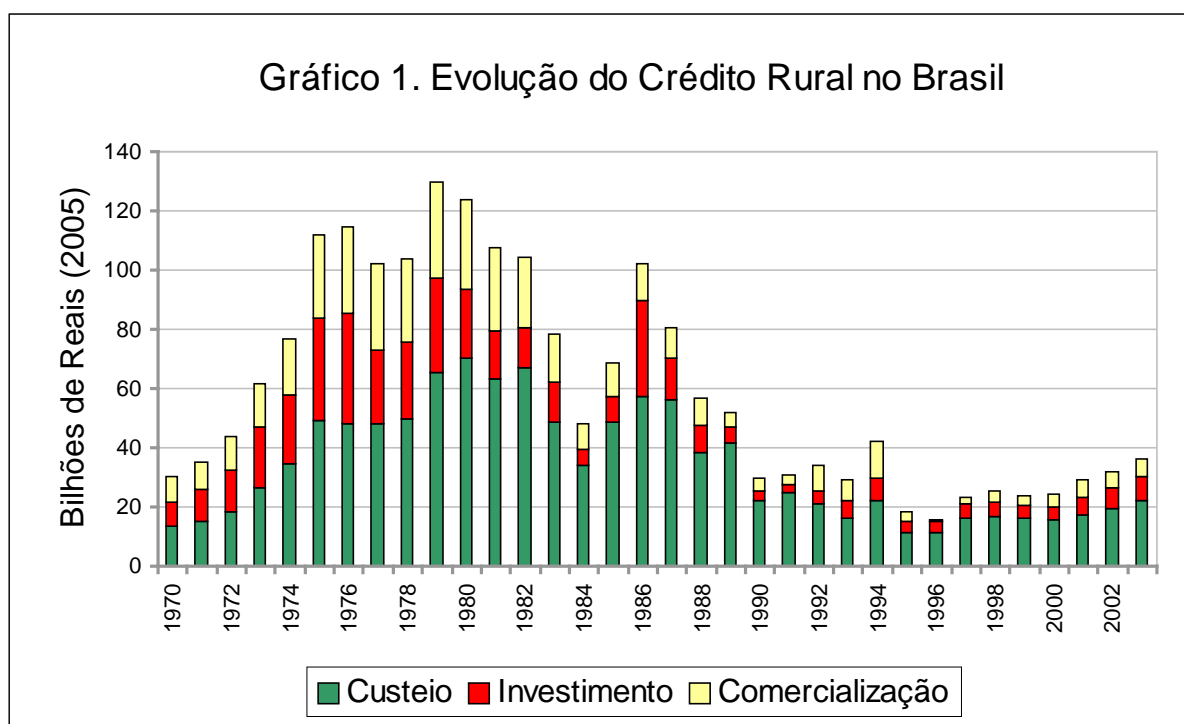
Em 1965, foi instituído no Brasil o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e foi reformulada a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Foi criada, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Através do incentivo à pesquisa e extensão, estas instituições operaram no sentido de viabilizar o incremento na produtividade da terra e do trabalho.

O SNCR foi estruturado com os objetivos de: articular o sistema financeiro nacional com o setor agrícola, estabelecer normas para a adequada aplicação dos recursos, e consignar recursos governamentais para subsidiar o crédito rural através de dotações orçamentárias. Neste sentido, as normas estabelecidas previam a concessão de recursos para financiamentos de curto prazo (para o custeio e comercialização da produção, que absorveram a maior parte dos recursos), e de longo prazo (para investimentos), bem como definiam as fontes de recursos, os beneficiários, as garantias e as regras para fiscalização.

O gráfico 1, abaixo, ilustra a evolução do crédito rural no Brasil, ao longo das últimas décadas. Os valores foram deflacionados, utilizando-se o Índice Geral de Preços (IGP-di) como deflator, expressando todos os valores em reais de dezembro de 2005.

Na década de 1970, houve um rápido crescimento no volume de recursos alocados para financiar a atividade agrícola, atingindo o ápice no início dos anos 1980. Entretanto, em vista da conjuntura macroeconômica (crescimento da dívida externa, aceleração da inflação, crise institucional e financeira do Estado) que levou a políticas monetárias e fiscais bastante restritivas, ao longo da década de 1980 houve uma drástica redução no volume de recursos disponíveis, bem como foram retirados paulatinamente os subsídios concedidos nos financiamentos.

Já a partir de meados dos anos 1990, com a valorização da agricultura familiar e o surgimento do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de novas fontes de financiamento envolvendo maior interação com o setor privado, como será discutido mais adiante, pode-se notar uma nova fase do crédito rural, retomando a trajetória de crescimento do volume de recursos.



Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

As tabelas a seguir possibilitam ilustrar a transição nas principais fontes de recursos para o crédito rural. De forma breve, o que se pode notar na tabela 1 é que após a estruturação do SNCR, a principal fonte foram os recursos do Tesouro Nacional, segui-

da dos recursos obrigatórios dos bancos que constituem o sistema financeiro nacional, por conta das exigibilidades bancárias. Estas exigibilidades correspondem a uma parcela dos depósitos à vista que os bancos devem, obrigatoriamente, aplicar em crédito rural. Nas últimas duas décadas, os recursos do Tesouro Nacional perderam importância como fonte para o financiamento da agricultura, ao passo que os recursos obrigatórios assumiram maior importância, assim como surgiram novas fontes de financiamento, como a poupança rural e os fundos constitucionais.

A tabela 2 mostra a predominância dos bancos oficiais federais, particularmente do Banco do Brasil, ao longo de todo o período. Convém salientar, porém, o crescimento da participação dos bancos privados após 1995, ocorrida como consequência das privatizações de alguns bancos estaduais (por exemplo, do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA), e o crescimento da participação das cooperativas de crédito rural.

Tiveram grande importância, também, as medidas de apoio à comercialização dos produtos agrícolas, principalmente através da implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A PGPM é baseada no estabelecimento de preços-piso, fixados antes do período recomendado para o plantio das safras, que servem de base para as operações de compras e empréstimos governamentais. Durante a maior parte do período aqui considerado, os instrumentos de apoio à comercialização agrícola foram as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Tabela 1. Financiamentos concedidos por fonte de recursos

FONTE DE RECURSOS	1985	1990	1995	2000
Recursos do Tesouro	63,98	26,72	19,70	0,02
Recursos Obrigatórios	32,36	27,38	13,14	55,95
Poupança Rural	0,00	20,01	36,07	12,18
Recursos Livres	0,00	19,89	16,30	4,97
Fundos Constitucionais	0,00	4,47	9,01	5,43
FAT	0,00	0,00	0,00	11,29
Outras Fontes	3,66	1,53	5,78	10,16
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 2. Financiamentos concedidos por tipo de instituição (%)

TIPO DE INSTITUIÇÃO	1985	1990	1995	2000
Bancos Oficiais Federais	68,27	65,08	73,24	68,32
Bancos Oficiais Estaduais	6,94	9,16	6,01	2,40
Bancos Privados	22,83	21,19	16,95	23,26
Caixas Econômicas	0,93	0,62	0,00	0,00
Cooperativas de Crédito Rural	1,02	3,95	3,79	6,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil

As AGF consistem na venda da produção ao governo, pelo preço mínimo estabelecido. Por meio destas aquisições, o governo tem como objetivo adquirir excedentes em momentos de abundância, para posterior retorno ao mercado em momentos de escassez, funcionando como um mecanismo de equilíbrio entre a oferta e a demanda e permitindo a estabilização dos preços praticados. Por outro lado, os EGF consistem em

empréstimos para o financiamento da estocagem dos produtos agrícolas, possibilitando aos produtores aguardar melhores momentos para a comercialização dos produtos.

Convém mencionar que, ao longo das últimas décadas, grande parte dos recursos destinados para apoiar a comercialização de produtos agrícolas foi transferida para a indústria. Também ocorreram perdas substanciais, devido a desvios de produtos e ineficiências no manejo dos estoques públicos. Em função disto, a partir da década de 1990, passaram a ser propostos e implementados novos instrumentos para a comercialização agrícola, envolvendo uma maior participação do setor privado, facilitando o escoamento dos produtos e reduzindo os estoques governamentais.

3.3 AS CONSEQÜÊNCIAS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Diversos autores que promoveram o debate sobre o processo de modernização da agricultura no Brasil apontam também para os efeitos das políticas agrícolas implementadas. De forma geral, são caracterizadas as alterações das bases tecnológicas do setor, tornando o trabalho subordinado ao capital e ampliando a dependência por insumos e crédito. Exemplos destas alterações são a substituição da tração animal por mecânica, e a intensificação do uso de sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) mostram que, da década de 1960 para a década de 1990, a área cultivada no Brasil praticamente duplicou, enquanto o número de tratores aumentou oito vezes. A relação entre a área cultivada e o número de tratores passou de 410 para 92 hectares por trator.

Como resultado, pode-se verificar o substancial aumento da produção e da produtividade da terra e da mão-de-obra, gerando grandes excedentes exportáveis. Para ilustrar, pode-se citar que a produção brasileira de grãos passou de em torno de 25 milhões de toneladas na década de 1960, para próximo a 60 milhões de toneladas nos anos 1980, chegando a atingir 120 milhões de toneladas de grãos atualmente. Por outro lado, o crescimento da produção foi acompanhado de uma sensível queda nos preços relativos dos produtos agrícolas.

O uso mais intensivo dos recursos conduziu à valorização da terra, tanto nas regiões tradicionais como nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, foi mantida (ou até mesmo acentuada) a forte concentração fundiária no país, já que

pouca atenção foi dada à reforma agrária no país até meados dos anos 1990 e o processo de modernização acabou por intensificar o êxodo rural.

Os instrumentos de política agrícola utilizados foram distribuídos de forma muito desigual: o crédito rural, as medidas de apoio à comercialização, as atividades de pesquisa e extensão foram concentradas nas regiões e nos produtos capazes de responder mais rapidamente aos interesses urbano-industriais, incorporando de forma crescente os meios de produção gerados pela indústria nacional. Em consequência, alguns trabalhos debatem o agravamento da dicotomia entre os produtos voltados para a exportação e aqueles para o abastecimento doméstico, aumentando também as desigualdades regionais e a concentração de renda no campo, que levaram à marginalização, exclusão e êxodo de grandes contingentes da população rural.

A rápida mudança das bases tecnológicas gerou também consequências danosas ao meio ambiente, causando intensa degradação dos recursos naturais. Entre estas consequências, pode-se citar o marcante processo de desmatamento, esgotamento e erosão dos solos, diminuição da biodiversidade, poluição das águas superficiais e dos lençóis freáticos.

3.4 AS TRANSFORMAÇÕES MAIS RECENTES

A partir da década de 1990, iniciou-se no Brasil um rápido processo de reforma estrutural e abertura comercial, acompanhando os esforços para a contenção dos elevados índices inflacionários, através da implementação de diversos planos para a estabilização econômica. As reformas estruturais incluíram a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados domésticos e o estabelecimento de um processo de integração regional, formando o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

O bloco foi criado em março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, envolvendo a participação da Argentina, Paraguai e Uruguai, além do Brasil. Tinha como objetivos iniciais: a expansão dos mercados através da integração, como um pré-requisito ao desenvolvimento da região; a utilização dos recursos disponíveis de forma ótima, preservando o ambiente, coordenando as políticas macroeconômicas e encorajando a complementaridade entre os diversos setores das economias; a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, e a modernização das economias, a fim de

expandir a oferta e melhorar a qualidade dos bens e serviços, com o objetivo final de elevar o padrão de vida em cada país membro.

Ao longo destes quinze anos, vários foram os avanços, mas também os conflitos e dificuldades enfrentados. Logo nos primeiros anos do processo de integração, os fluxos comerciais intra-regionais cresceram substancialmente. Gradualmente foram removidas as barreiras tarifárias e, a partir de 1995, foram implementadas as tarifas externas comuns (TEC), estabelecendo uma União Aduaneira (ainda imperfeita, por causa de uma lista de exceções). Em sua estrutura de negociação, o Mercosul inclui o sub-grupo de trabalho nº8 (SGT-8), que trata exclusivamente das negociações referentes ao setor agrícola. Entre suas responsabilidades, estão: a definição dos padrões, classificações e regulações para a produção e o comércio de produtos agrícolas; a harmonização sanitária; o seguimento das políticas agrícolas nacionais e as articulações com o setor privado.

Alguns estudos mostram a rápida expansão dos mercados, ilustrando que os fluxos comerciais entre os quatro países que formam o bloco passaram de US\$4,5 bilhões em 1991, para US\$12,5 bilhões em 1995, chegando a aproximadamente US\$20 bilhões em 2000. Entretanto, estes mesmos estudos discutem a dificuldade para a coordenação de ações e a adoção de políticas agrícolas comuns na região.

Neste novo contexto, e conforme destacado por Henz (1995), as reformulações nas políticas agrícolas brasileiras passaram a considerar os novos condicionantes externos. Os instrumentos tradicionais, como o crédito rural e as políticas de preços mínimos tiveram sua eficácia e seu alcance reduzidos; por outro lado, assumiram maior importância as políticas comerciais, cambiais, monetárias e fiscais, com efeitos marcantes sobre o desenvolvimento do setor.

As políticas monetárias e fiscais adotadas passaram a ter um caráter fortemente restritivo, alocando menos recursos para o financiamento da agricultura, assim como para a pesquisa e extensão. Também foram extintos órgãos voltados para segmentos específicos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e foi quebrado o monopólio estatal na compra de trigo.

O setor agrícola passou, a partir da década de 1990, por “estresses” de ajustamento, em vista da maior competição com os produtos importados, do menor apoio governamental, e da necessidade de maior eficiência na produção e comercialização agrícola. Além disto, os vários planos econômicos implementados no país para o controle

da inflação e estabilização da economia envolveram a aplicação de índices diferenciados para a correção dos preços e das dívidas agrícolas, o que acabou agravando a situação de endividamento dos agricultores.

Os efeitos das transformações na forma de conduzir as políticas agrícolas a partir da década de 1990 incluem: descontinuidades nos processos produtivos, com repetidas crises; a redução nos investimentos realizados e o sucateamento de máquinas e equipamentos agrícolas; a expansão da fronteira agrícola para regiões de cerrado (centro-oeste e norte do Brasil), em busca de áreas cujo preço da terra era mais acessível; a maior preocupação com a gestão e a busca de maior eficiência na utilização dos fatores produtivos; a busca de novas fontes de financiamento, através da maior interação com o setor privado; o fortalecimento dos complexos agroindustriais; e a diversificação da produção e da pauta de exportações.

Conforme citado por Leite (2001), tem-se verificado a submissão da política de financiamento para a agricultura às políticas macroeconômicas, com forte caráter contracionista. Por outro lado, com a emergência e intensificação das relações intersetoriais entre agricultura e indústria, consolidando os complexos agroindustriais, a redução da importância da política pública de crédito rural foi compensada por financiamento privado. Além disto, novos instrumentos de apoio à produção e comercialização foram propostos. Por exemplo:

- **Contratos de Opção de Venda:** são instrumentos que dão proteção aos produtores contra quedas nos preços dos produtos agrícolas, concedendo o direito, mas não a obrigação, de comercializar a produção a um preço pré-estabelecido. O governo vende os contratos através de leilões públicos organizados pelas bolsas de mercadorias, recebendo um prêmio (preço do contrato). Comparados aos instrumentos tradicionais de apoio à comercialização, os contratos de opção de venda são garantias onerosas, enquanto os preços mínimos são garantias gratuitas; no entanto, os contratos de opção são garantias líquidas e certas, enquanto os preços mínimos dependem de disponibilidades orçamentárias no momento da comercialização.
- **Cédulas de Produto Rural (CPR):** são títulos, que se constituem em promessas de entrega de produtos agrícolas, através dos quais os produtores antecipam a venda da produção com a finalidade de obter recursos para custear a ati-

vidade. Podem ser com liquidação física (entrega do produto) ou financeira (pagamento em dinheiro na data do vencimento).

- **Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP):** foi implementado recentemente com o objetivo de promover a garantia de preços aos produtores, sem a necessidade de aquisição governamental e formação de estoques públicos. Por este instrumento, o governo paga um prêmio (bônus) para que as agroindústrias (ou consumidores do produto, em geral) o adquiram pelo preço pré-estabelecido (preço de referência). O prêmio é negociado por meio de leilões públicos, organizados pelas bolsas de mercadorias.

Também no cenário das transformações mais recentes, Schneider, Cazella e Mattei (2004) afirmam que dentre os acontecimentos mais marcantes que aconteceram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os autores comentam que o surgimento do programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar, até então considerados pequenos produtores, de baixa renda ou de subsistência, geralmente aliados das políticas públicas voltadas para o setor.

Os objetivos do PRONAF consistem em: ajustar as políticas públicas à realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso a novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso destes agricultores aos mercados de insumos e produtos. Em sua operacionalização, o programa apresenta linhas de atuação para o financiamento da produção, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, e pesquisa e extensão rural adequadas à realidade dos agricultores familiares.

O financiamento da produção, que comporta recursos para o custeio e investimento, é direcionado para o apoio financeiro dos agricultores familiares de acordo com seis categorias de beneficiários, categorias estas que foram definidas principalmente com base no nível de renda bruta familiar anual, a partir da segmentação proposta pelo estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA. Esta categorização permite a aplicação de regras diferenciadas mais adequadas à realidade de cada segmento, sendo

que os encargos financeiros e os rebates visam a auxiliar mais aqueles grupos com menores níveis de renda e maiores dificuldades produtivas.

Nos dez anos de operação do PRONAF, constata-se um crescimento marcante no número de contratos e no volume de recursos. No primeiro ano, em 1995, foram operacionalizados 32 mil contratos, correspondendo a um montante de R\$ 93 milhões; já no ano seguinte foram mais de 330 mil contratos, alcançando quase R\$ 650 milhões; dois anos depois, em 1998, já foram 709 mil contratos, totalizando R\$ 1,8 bilhões; e em 2005, o número de contratos chegou a 1.530.000 contratos, correspondendo a quase R\$ 6 bilhões.

Apesar desta rápida evolução, algumas críticas têm sido feitas ao programa. O primeiro ponto é a manutenção da forte concentração no sul do país, região que tem recebido em torno de 50% do volume dos recursos alocados, em vista da maior organização dos agricultores familiares e tradição de luta pelo crédito rural, assim como pela pressão dos complexos agroindustriais presentes na região. O segundo ponto é que o PRONAF possibilita maior acesso a recursos, ampliando as oportunidades produtivas, sem, no entanto, enfrentar desafios como os mercados pouco propícios para os produtos da agricultura familiar, carências na assistência técnica e na infraestrutura. Desta forma, apesar de resultar em mudanças nos sistemas produtivos, geralmente tem resultado em poucas alterações nas condições de vida das famílias beneficiadas pelos recursos do PRONAF.

Por fim, as questões fundiárias e a necessidade de uma ampla reforma agrária assumiram maior destaque no cenário nacional apenas a partir de meados dos anos 1980, após a redemocratização do país e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Até então, conforme comentado anteriormente, durante o período de modernização da agricultura, os governos militares limitaram-se a implantar projetos de colonização, ocupando novas áreas agrícolas, sem efetuar propriamente um programa de reformulação da estrutura fundiária. Naquele período, a concentração fundiária cresceu e continua bastante acentuada até os dias atuais.

Em 1985, foi proposto o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, cuja meta inicial era assentar 1,4 milhões de famílias em cinco anos. Contudo, ao final daquele período, somente 85 mil famílias haviam sido assentadas, sendo que na mesma época o êxodo rural aumentou consideravelmente. Nos anos seguintes, pouco foi feito pela re-

forma agrária. Na primeira metade dos anos 1990, maior atenção foi dada à regularização dos títulos de posse em áreas anteriormente ocupadas.

Embora com informações muito contraditórias, foi na segunda metade dos anos 1990 que aumentou consideravelmente o número de assentamentos no país, muito mais como fruto de ações diretas com a ocupação de áreas improdutivas ou pouco produtivas, do que como resultado de uma política ativa de governo voltada aos interesses das populações rurais mais desfavorecidas. Com isto, os efeitos da política de assentamentos ainda são pequenos, não reduzindo os elevados índices de concentração fundiária no país.

Também na segunda metade da década de 1990 foram propostos mecanismos de mercado para implementar a reforma da estrutura agrária brasileira, em projetos em parceria com o Banco Mundial. O programa Cédula da Terra foi implantado em 1997, em cinco estados da região Nordeste, com o objetivo de disponibilizar linhas de crédito para agricultores sem terra ou minifundiários que quisessem adquirir terras de forma associativa. Já no ano 2000 foi criado o programa Banco da Terra, com abrangência nacional, e no ano seguinte o programa de Crédito Fundiário, mais voltado para o combate à pobreza rural. A justificativa do governo para a implantação destes programas era dar maior agilidade ao processo de reforma agrária no Brasil, menos oneroso aos cofres públicos, permitindo o acesso à terra sem conflitos sociais. Ainda são poucas as avaliações destes programas, mas de forma geral a insatisfação aparece relacionada à não liberação dos recursos prometidos, tanto para a produção como para a infraestrutura básica, bem como à falta de assistência técnica na implantação das atividades agrícolas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como intenção apresentar brevemente as transformações na proposição e implementação de políticas agrícolas e agrárias no Brasil no período recente, e as conseqüências sobre o setor agrícola e a estruturação do espaço rural, a fim de embasar a discussão e as comparações com a experiência moçambicana, por ocasião do Workshop Internacional “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique”, trazendo importantes aprendizados para ambas as partes.

Cabe destacar que a experiência brasileira foi ajustada às transformações no cenário macroeconômico e aos papéis desempenhados pela agricultura e pelo meio rural no processo de desenvolvimento. Ao longo de todo o período, maior atenção foi dada ao financiamento das atividades agrícolas, recursos que em geral foram alocados de forma concentrada. A partir dos anos 1990, importantes transformações aconteceram na forma de conduzir as políticas agrícolas e agrárias. Neste contexto mais atual, de maior dependência das políticas macroeconômicas e maior influência dos condicionantes externos, ainda permanecem grandes desafios a serem enfrentados. Entre estes desafios, estão as necessidades de retomar os investimentos em infraestrutura no espaço rural, de promover políticas consistentes de seguro agrícola e amenização dos riscos da atividade produtiva, de dar maior atenção às questões distributivas, fundiárias e ambientais, e de retomar a aplicação de recursos nas atividades de pesquisa e extensão, especialmente para as populações menos favorecidas no espaço rural.

REFERÊNCIAS

- BACHA, Carlos J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004. 226 p.
- DELGADO, Nelson G. “Política econômica, ajuste externo e agricultura”. In: LEITE, Sérgio. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p.15-52.
- FERREIRA, Brancolina, SILVEIRA, Fernando G. e GARCIA, Ronaldo C. “A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas”. In: GASQUES, José G. e CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. p.479-539.
- GASQUES, José G. e VILLAVERDE, Carlos M. “Gastos públicos e algumas questões de política agrícola”. In: XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais... Natal, RN, 04 a 08 de agosto de 1997.
- GASQUES, José G. e CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. 539 p.
- GONZALEZ, Bernardo C. R. e COSTA, Sílvia M. A. L. “Agricultura brasileira: modernização e desempenho”. Teoria e Evidência Econômica, 5(10):7-35, maio 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.
- HELFAND, Steven M. e REZENDE, Gervásio C. “A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas”. In: GASQUES, J. e CONCEIÇÃO, J. (orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. p.247-302.
- HENZ, Renato. “Condicionantes externos à política agrícola”. Revista Ensaio FEE, 16(1):52-65, 1995.
- LEITE, Sérgio (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. 250 p.
- SARTORI, Armando et al. Agricultura e modernidade: a crise brasileira vista do campo. São Paulo: Sartori, 1998. 496 p.
- SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir A.; MATTEI, Lauro. “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar”. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (orgs.) Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.21-49.

WAQUIL, Paulo D. “O setor agrícola nos 10 anos do Mercosul”. Indicadores Econômicos FEE, 29(1):71-81, junho/2001.

WEDEKIN, Ivan. “A política agrícola brasileira em perspectiva”. Revista de Política Agrícola, ano XIV, edição especial, outubro 2005, p.17-32.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/Agosto/2006]

PAINEL 3: POLÍTICA AGRÍCOLA E POLÍTICA AGRÁRIA: ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO

POLÍTICA AGRÍCOLA E POLÍTICA AGRÁRIA: EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA

M. P. FALCÃO¹

1. INTRODUÇÃO

Moçambique possui uma superfície de 799 380 km² e está localizado na região Austral de África entre as latitudes 10° 27' e 26° 52' Sul, e longitudes 30° 12' e 40° 51' Este (INE, 1997). O país ficou independente em 1975 e adoptou após a independência nacional um sistema de economia centralizada socialista. Em 1987, o iniciou um programa de estruturação económica e social, embarcou na economia de mercado e alterou as políticas macro-económicas (Cuco, 1994). A partir desse ano houve uma retirada interna do poder intervencionista do Estado e começou o processo de integração regional e global.

Este artigo tem como objectivos: (i) fazer uma breve descrição dos indicadores sócio-económicos de Moçambique, (ii) descrever o sector agrário nacional (agricultura e florestas) e, (iii) fazer um levantamento das políticas e instrumentos agrários existentes após 1987.

O texto toma como ponto de partida os indicadores sócio-económicos, dos quais se destaca o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de inflação, esperança de vida, taxa de analfabetismo e taxa de mortalidade infantil, seguindo para uma descrição do sector agrário em Moçambique e, termina abordando as políticas e instrumentos agrários ligados ao desenvolvimento do sector agrário.

¹ Professor no Departamento de Engenharia Florestal da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo-Mocambique. mfalcao@uem.mz ou mariopaulofalcao@yahoo.com

2. INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é ainda um dos países mais pobres do mundo, embora a sua economia tenha recuperado de forma dramática desde que terminou a guerra civil em 1992. O Produto Interno Bruto (PIB) em 2004 foi de 270 Dólares Americanos *per capita* (FAO, 2007). Entre os anos 2001 e 2004 o PIB teve um crescimento médio anual de 7%. A agricultura, pecuária e silvicultura contribuíram em 25,9% no PIB, e a maior parte da produção é proveniente do sector familiar que cobre cerca de três (3) milhões de famílias (INE, 2005).

No ano 2004, Moçambique possuía 19.129.000,0 habitantes, dos quais 63,2% a viviam em zonas rurais. A população cresce em média a 1,8% ao ano e possui altos índices de analfabetismo (Tabela 1). Por estas razões, a agricultura e o desenvolvimento rural são prioridade na estratégia de redução da pobreza e no crescimento alargado da economia. O objectivo principal do desenvolvimento rural é aumentar as oportunidades de geração de rendimentos, especialmente para o sector familiar. A geração dos rendimentos depende do aumento da produtividade das actividades agrárias e fundamentalmente do acesso aos mercados. Este desenvolvimento rural deverá assentar no desenvolvimento do capital humano e infra-estruturas, entre outros. A estratégia do desenvolvimento rural e agrário deverá também ter enfoque na política de segurança alimentar e nutricional, a qual consiste na redução da pobreza e da vulnerabilidade dos pobres.

Tabela 1. Indicadores socio-económicos de Moçambique

Item	Valor
População rural (2004)	63,2%
Taxa média de inflação	13%
Taxa de crescimento da população (2004)	1,8%
Taxa de analfabetismo (2004)	53,6
Esperança da vida ao nascer (anos)	46,7
Taxa de mortalidade infantil (por 1000)	111,9

Fonte: INE (2005) e FAO (2007)

Aproximadamente 54% da população Moçambicana vivia em pobreza absoluta em 2002/2003 e, estes níveis de pobreza variam de região para região dentro do país (Tabelas 2 e 3). Segundo o inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar (2002/03), os principais determinantes da pobreza em Moçambique são: (i) crescimento económico lento até o início dos anos 1990; (ii) baixos níveis de escolaridade da mão-de-obra activa das famílias, (iii) altas taxas de dependência familiar; (iv) baixa produtividade da agricultura familiar; (v) poucas oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrário; e (vi) infra-estruturas inapropriadas e insuficientes, em especial nas zonas rurais. Acrescido aos problemas da pobreza, o país é muito vulnerável a desastres naturais e choques económicos.

Os níveis de pobreza em Moçambique estão sendo reduzidos como se pode observar nas Tabelas 2 e 3. Da Tabela 2, pode-se constatar que cerca de 20% da população em 2002/2003 vivia com menos de um (1) Dólar Americano por dia *per capita* e que um pouco mais de metade da população nacional (59,2%) vivia em 2002/2003 com menos de dois (2) Dólares Americanos *per capita* por dia.

Tabela 2. Indicadores de pobreza em Moçambique

1996-1997		2002-2003	
US \$ 1	US \$ 2	US \$ 1	US \$ 2
37.9%	78.4%	20.3%	59.2%

Fonte: INE (2004) Relatório do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03.

Tabela 3. Percentagem da população abaixo da linha da pobreza - cabaz flexível

	Período		Diferença
	1996/97	2002/03	
Nacional	69,4	54,1	-15,3
Urbana	62,0	51,5	-10,5
Norte	66,3	55,3	-11,0
Centro	73,8	45,5	-28,3
Sul	65,8	66,5	0,7

3. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR AGRARIO DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo será feita a caracterização do sector agrícola seguida do sector de florestas. A nível do sector agrícola será apresentada a distribuição de explorações por classe de área, distribuição da área cultivada, tecnologias usadas na produção agrícola, formas de aquisição da terra e posse de terra. Para o sector de florestas será descrito o papel do sector, os níveis actuais de desmatamento, níveis de produção florestal e os regimes de exploração florestal.

3.1. SECTOR AGRÍCOLA

O país possui infra-estruturas social e físicas totalmente inadequadas como consequência da guerra e falha de adopção políticas sócio-económicas apropriadas. Os sistemas de produção agrícola são caracterizados por utilizarem mão-de-obra intensiva, métodos de produção de baixa produtividade associados a pobreza e insegurança alimentar. Há dispersão dos mercados e integração fraca da população rural nos mercados de produtos alimentares (Arndt *et al.*, 2000, Mlay *et al.*, 2003).

A distribuição das explorações agrícolas por classe de área em Moçambique está indicada na Tabela 4, de onde se pode observar que 97,9% da actividade agrícola é praticada por famílias camponeses em pequenas áreas de produção (inferiores a cinco hectares).

Tabela 4. Distribuição das explorações agrícolas por classe de área em Moçambique em 2004

Tamanho das Machambas	Quantidade operadores	Contribuição percentual (%)
Menos que 1 ha (Pequenas)	1634133	53,5%
1 - < 5 (Pequenas)	1349272	44,4%
5 - < 10 (Pequenas)	49953	1,6%
10 - < 100 (Medias)	4483	0,1%
> 100 (Grandes)	60	0,002%
Total	3037901	100,0%

A produção agrícola é feita por famílias camponesas em machambas (áreas agrícolas do sector familiar), áreas comerciais privadas e cooperativas agrícolas. As machambas familiares utilizam 97% da área cultivada e abastecem a cerca de 80% da população. Cerca de 94% das famílias rurais cultiva em média 2.4 ha e somente cerca de 29% vende a sua produção. Os rendimentos das machambas são baixos porque utilizam métodos tradicionais de cultivo com muito pouco insumos agrícolas. Com boas condições climáticas, as famílias chegam a produzir o suficiente para satisfazer as suas necessidades e contribuir em 50% para o mercado. A maior parte das famílias camponesas pratica agricultura de sequeiro em regime de queima e roça e o período de pousio varia de três à sete anos (Heltberg and Tarp, 2002; Falcão, 2005).

Em termos de tamanho das explorações agrícolas (machambas), 88,7% das machambas do país possuem um tamanho inferior a cinco hectares e 3,1% áreas superiores a 10 ha (Tabela 5). Estas machambas são cultivadas utilizando meios de produção básicos e tradicionais, somente 14% de 3,3 milhões de hectares são explorados utilizando irrigação, 11,2% das famílias usa tracção animal e, somente cerca de 5% aplicam pesticidas (Tabela 6).

Tabela 5. Distribuição da área total cultivada em Moçambique

Classe da área (ha)	Área (ha)	Percentagem	Área média por explorada
Menos que 1	899767	23,3	0,6
1 - < 5	2529776	65,4	1,9
5 - <10	316869	8,2	6,3
10 – 100	63517	1,6	14,2
>100	56877	1,5	948,2

Tabela 6. Contribuição de explorações que utilizam meios de produção melhorados em Moçambique

Meios de produção	Percentagem de explorações
Fertilizantes	4
Pesticidas	5
Estrume	3
Tracção Animal	11,2
Rega	14% dos 3.3 milhões

De um modo geral, o sector familiar pratica agricultura tradicional de subsistência, onde a enxada é o instrumento principal de produção. Há falta de insumos de produção nas zonas rurais que impede o aumento da produção e da produtividade. Da Tabela 6 pode-se observar que a maior parte das explorações não utilizam fertilizantes, pesticidas, estrume e, tracção animal. O potencial de irrigação é estimado em 3,3 milhões de hectares, embora somente cerca de 462000 explorações estejam actualmente sob irrigação. Cerca de 70% da área cultivada é usada no cultivo de arroz, mapira, ameixeira, mandioca, e amendoim. Os restantes 30% da terra são utilizados por culturas agrícolas para exportação tais como cana-de-açúcar, algodão, e sisal. Na Tabela 7 estão ilustrados a quantidade de agregados por cultura agrícola.

Tabela 7. Quantidade de agregados familiares por cultura agrícola em Moçambique

Cultura	% de agregados
Milho	29,9
Arroz	27,1
Mapira	14,9
Mexoeira	21,1
Amendoim	40,1

A terra em Moçambique é propriedade do estado e os cidadãos e/ou grupo de cidadãos têm o direito de uso e aproveitamento por um período de 50 anos renováveis. A Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTEF) é a instituição que atribui títulos de uso e aproveitamento da terra. As famílias camponesas não pagam taxas e não são obrigadas a ter título de uso e aproveitamento desde que a terra seja ocupada com base

em sistemas costumeiros de posse da terra. Quase a totalidade da população rural possui terra através de leis costumeiras.

A lei de terras proíbe a transferência de terra através da venda e, arrendamento, embora permita a herança da terra com título de uso e aproveitamento. As autoridades locais têm o direito de ajustar o tamanho de terra atribuído a uma família, dependendo das condições prevalentes do sítio, enquanto que as machambas comerciais, estatais e cooperativas tem títulos de uso e aproveitamento da terra. Da Tabela 8 pode-se constatar que a maior parte das explorações do sector agrário no país não possui títulos de uso e aproveitamento da terra.

Tabela 8. Quantidade percentual de parcelas com título de uso e aproveitamento da terra em Moçambique

Classe (ha)	Todas as parcelas com título	Pelo menos uma parcela com título	Nenhuma parcela com título
< 1	0,8	2,4	97,6
1 - < 5	0,7	3,8	96,2
5 - < 10	2,5	6,7	93,3
10 – 100	3,7	16,3	83,7
Total	0,8	3,1	96,9

Fonte: INE (2004)

De um modo geral as possibilidades de um membro de uma família camponesa ser empregue no sector formal de produção são muitíssimo baixas. As possibilidades de emprego fora das machambas são relativamente raras em zonas rurais, estão distribuídas de modo desigual e o acesso ao emprego depende muito do nível educacional e do local de residência (Heltberg and Tarp, 2002; Falcão, 2005).

Na Tabela 9 estão indicadas as diversas formas de aquisição da terra para agricultura em função do tamanho da área em Moçambique. As famílias camponesas obtêm a terra por ocupação de áreas florestais ou por herança, enquanto que o sector comercial as obtêm por cedência por parte das autoridades formais ou por compra do DUATE.

Tabela 9. Formas de aquisição da terra em Moçambique

Forma de aquisição da terra	Tamanho da área (ha)				
	< 1	1 - <5	5 - <10	10 - 100	>100
Cedência pelas autoridades locais	8,2	14,4	15,8	14,8	9,9
Cedência pelas Autoridades formais	3,5	3,8	3,8	23,9	46,5
Arrendada	0,9	0,4	0,5	1,7	3,0
Emprestada	6,8	2,7	0,4	5,0	2,0
Ocupada	42,2	39,9	38,2	22,1	1,0
Compra com DUATE	0,1	0,4	3,0	6,5	26,7
Compra sem DUATE	3,3	3,8	6,3	1,0	1,0
Herdada	35,2	32,5	31,5	24,8	5,0

DUATE = Título de uso e aproveitamento da terra

3.2. SECTOR FLORESTAL

Os recursos florestais desempenham um papel importante na economia Moçambicana. São fonte de sobrevivência e segurança alimentar da população rural, fornecem quase a totalidade da energia necessária nas zonas rurais, fornecem plantas medicinais, material de construção e proteína vegetal e animal (Falcão, 2005).

3.2.1. DESMATAMENTO EM MOÇAMBIQUE

As taxas de desmatamento são estimadas como rondando os 0,3% ao ano (FAO, 2007), sendo as maiores causas a agricultura de subsistência (agricultura de queima e roça), produção de carvão vegetal com fins comerciais, produção artesanal de mel, queimadas descontroladas, caca com métodos tradicionais e outras actividades humanas de menor impacto. Estes factores têm provocado a reavaliação das instituições e políticas que orientam a exploração e conservação dos recursos.

Comparando os índices de desmatamento entre Moçambique e outros países na região (Tabela 10), pode-se constatar que Moçambique possui índices não muito elevados, estando abaixo do valor médio da região.

Tabela 10. Percentagem de mudança da cobertura florestal em cinco países da África Austral

País	Percentagem de mudança entre 2000 e 2005
Lesoto	+2,7
Moçambique	-0,3
Zâmbia	-1
RSA	0
Zimbabué	-1,7
Total África Austral	-0,66

Fonte: FAO (2007)

3.2.2. PRODUÇÃO FLORESTAL

Existem várias espécies florestais madeireiras de alto valor para exportação. Com base no último inventário florestal nacional realizado em 1994 cerca de 20 milhões de hectares no país estavam cobertos de floresta natural com potencial para produzir madeira com alta qualidade (Saket, 1994). O próximo inventário florestal nacional está sendo realizado e deverá terminar em meados de 2007.

A produção do sector florestal na última década aumentou (Tabelas 11 e 12) como resultado da paz, relativamente bom ambiente económico e reabilitação da indústria florestal (Eureka, 2001; DNFFB, 2004, Falcão, 2005).

Tabela 11. Produção do sector florestal nacional (10^3 m^3) entre 1993 e 2003

Produto	Anos										
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Toros	14.5	34.8	76.8	85.2	120.6	119.8	61.0	84.8	91.2	130.3	93.2
Madeira serrada	29.9	29.5	41.3	43	32.6	28.2	15.3	19.4	29.6	29.4	29.2
Parquet	0.3	2.3	1.0	3.7	9.4	16.4	6.4	9.3	3.9	3.7	2.9
Contraplacado	0.1	0.0	0.07	0.7	1.0	0.7	0.6	0.8	0.7	0.7	0.1
Folheado	0.6	1.4	1.4	1.8	2.5	2.8	1.0	0.8	0.9	1.1	0.0
Estacas	1.0	3.0	4.3	0.0	0.0	8.6	3.2	0.0	0.0	5.0	3.6
Chapas de partículas	1.2	0.8	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fonte: DNFFB (1991-2003)

As principais espécies exportadas em Moçambique são *Dalbergia melanoxylon*, *Swartzia madagascariensis*, *Combretum imberbe*, *Pterocarpus angolensis*, *Milletia stuhlmannii* e *Afzelia quanzensis*.

Tabela 12. Produção exportada (10^3 m^3) entre 1996 e 2002

Produto	Ano						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Toros	27.0	52.0	24.0	24.0	13.0	Na	65.0
Madeira serrada	2.2	0.7	9.4	9.4	0.1	Na	4.9
Parquet	0.1	1.9	3.7	3.7	75.9	Na	1.8
Folheado	0.4	0.01	0.1	0.1	0.0	Na	0.0
Contraplacado	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	Na	0.0
Postes	0.0	0.0	16.8	16.8	0.5	Na	0.0

Na – Não disponível

Fonte: DNFFB (2003)

Existem em Moçambique mais de 150 indústrias da madeira (principalmente carpintarias e serrações). Contudo os produtos com valor acrescentado produzido por

estas indústrias têm baixo peso no mercado doméstico e de exportação devido aos baixos níveis tecnológicos das mesmas, fraca capacidade de processamento da madeira, baixos rendimentos volumétricos (em média variam de 25% a 50%) e, estado obsoleto da maquinaria. Estes factores fazem com que a maior parte das empresas prefiram exportar toros para China.

Os principais problemas da indústria florestal no país são baixo valor comercial da floresta por unidade de área, altos custos de exploração, deficiente rede de infra-estruturas, pouco investimento nacional e internacional, difícil acesso ao capital, difícil acesso a tecnologia, falta de capital humano, falta de mão-de-obra especializada, falta de informação sobre os mercados, altos custos de transporte, embora o ambiente de negócios a nível nacional encoraje a empresas a investirem no sector (Eureka, 2001; DNFFB, 2003 e 2004).

O sector florestal Moçambicano possui muitas diferenças de uma região para outra. No norte existem extensas áreas de floresta e uma relativamente baixa capacidade de exploração e processamento. Em Maputo, a capital do país e o centro económico, a procura de recursos florestais para satisfazer as necessidades de consumo são altas, embora as áreas florestais sejam muito pequenas (Falcão, 2005).

3.2.3. REGIMES DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A lei de florestas e fauna bravia aprovada em 1999 prevê três regimes de exploração florestal, nomeadamente licença simples, concessão florestal e consumo próprio.

a) LICENÇA SIMPLES

De acordo com a lei de florestas e fauna bravia, a licença simples é atribuída para florestas de múltiplo uso para fins comerciais, industriais ou energéticos. Este tipo de regime de exploração é atribuído exclusivamente a Moçambicanos e as comunidades locais. A exploração é feita numa área previamente definida, para espécies previamente indicadas, tem duração anual e pode-se explorar não mais que 500 m³. Como requisito, o operador deve provar que possui capacidade técnica de exploração e transporte, mercado e todos os operadores interessados devem ter inventário e plano de manejo simplificados da área.

Das entrevistas realizadas, constatou-se que nem todos os requisitos estabelecidos pela lei são preenchidos pelos operadores. A transgressão mais comum em todo o país consiste na atribuição da área para exploração sem aprovação do plano de manejo simplificado. Por outro lado, a lei de florestas e fauna bravia não indica quem deveria elaborar o referido plano.

b) CONCESSÕES FLORESTAIS

No tempo colonial as concessões eram a principal forma de exploração florestal em Moçambique. Em 1969 existiam no país cerca de 122 concessões florestais cobrindo uma área de 820.000 ha. Em 2004 o país possuía cerca de 104 concessões florestais aprovadas que ocupavam uma área de 4.066.391 ha.

O governo de Moçambique iniciou a atribuição de concessões florestais em 2000, após a aprovação dos instrumentos legais, com intenção clara de promover a utilização sustentável dos recursos. A Tabela 13 ilustra a área relativa de floresta produtiva requerida para se estabelecer concessões florestais até Outubro de 2004. Desta tabela, pode-se constatar que menos de um quarto da área florestal produtiva foi requerida e que as províncias de Maputo, Tete e Inhambane não possuem nenhum pedido para estabelecimento de concessões florestais.

Tabela 13. Área relativa de floresta produtiva requerida para estabelecimento de concessões florestais até Outubro de 2004.

Província	Área de floresta produtiva requerida (%)
Zambézia	43
Cabo Delgado	38
Manica	35
Sofala	34
Nampula	21
Niassa	5
Gaza	1
Inhambane	0
Tete	0
Maputo	0
TOTAL	21%

Fonte: DNFFB (2004)

Em Outubro de 2004 tinham sido submetidos 106 pedidos de concessões florestais, tendo cerca de 80% dos pedidos sido aprovados e destes 36% possuíam planos de manejo aprovados (Tabela 14).

Tabela 14. Quantidade de concessões florestais aprovadas com e sem planos de manejo.

Província	Número de pedidos de áreas para concessão	Qtde de concessões aprovadas (%)	Nº de concessões com planos de manejo
Zambézia	38	30 (79%)	7
C. Delgado	22	21 (95%)	12
Manica	7	4 (57%)	0
Sofala	23	22 (96%)	12
Nampula	9	4 (44%)	0
Niassa	5	4 (80%)	0
Gaza	2	0 (0%)	0
Inhambane	0	0	0
Tete	0	0	0
Maputo	0	0	0
TOTAL	106	85 (80%)	31 (36%)

Fonte: DNFFB (2004)

No regime por concessão, o concessionário possui as seguintes obrigações: inventariar o recurso florestal, elaborar plano de manejo, elaborar planos anuais de exploração, manejar o recurso (reflorestar, manejo de rebrotos e regeneração, etc.), envolver comunidades locais, garantir acesso aos recursos por parte das comunidades locais, estabelecer pelo menos uma unidade industrial de processamento, dar preferência as comunidades locais na contratação de mão-de-obra e efectuar o pagamento da taxa anual de exploração.

Com base nas entrevistas realizadas aos vários intervenientes nas províncias de Maputo, Sofala e Manica, constatou-se existem problemas causados pelos concessionários e pelos serviços de florestas e fauna bravia aos vários níveis. Alguns concessionários não estão interessados em elaborar planos de manejo por estes serem caros, tecnicamente complexos, e porque não possuem pessoal técnico habilitado em inventários e planos de manejo. Os concessionários exploram somente cerca de três espécies madeireiras (Chanfuta, Umbila, Panga-Panga) e há tendência destes não reinvestirem as receitas provenientes da actividade florestal no sector florestal (Brouwer e Falcão, 2001).

Constatou-se ainda que há falta de um guião de inventario florestal para orientar os consultores e técnicos, nos primeiros anos após a introdução deste regime de exploração havia falta de experiência no país sobre o processo de atribuição de concessões florestais (delimitação, inventários e planos de manejo, tramitação de processos, fiscalização, avaliação e monitoria), fraca capacidade técnica do governo para recolha dados de base delegando essa tarefa aos concessionários, o que acarreta dificuldades de controlo, planificação e monitoramento.

Em termos de cumprimento da lei, nenhum dos concessionários paga a taxa de utilização da terra, embora se reconheça que o governo esta a fazer esforços para que este valor seja definido e cobrado.

A grande maioria dos concessionários tem integrado indústrias de processamento (principalmente serrações). Em relação ao estabelecimento de infra-estruturas de carácter social para as comunidades locais, a maior parte dos concessionários ainda não cumpriu com o que haviam prometido as comunidades locais e ao governo.

Em Moçambique há duas concessões florestais (TCT e Levasflor na província de Sofala) certificadas pela FSC (“Forest Stewardship Council”). Apesar destes problemas e limitações, a introdução de concessões florestais é uma indicação clara de que o governo esta interessado em manejar os recursos de forma sustentável.

4. POLITICAS AGRÁRIAS E INSTRUMENTOS POLÍTICOS

Neste capítulo serão indicados todas as politicas e instrumentos que foram aprovados após o país ter embarcado no Programa de Reabilitação Económica (PRE) que de alguma forma poderiam afectar o sector agrário. Será feita também menção de alguns aspectos positivos da lei florestas e fauna bravia e de lei de terras.

Nas três últimas décadas, o governo de Moçambique tem vindo a efectuar mudanças institucionais a busca de políticas e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável e o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Em 1995, o governo aprovou a Política Agrária e sua Estratégia de Implementação (1995), em 1997 aprovou a lei de terras seguida da lei do ambiente (1997), em 1998 a estratégia de segurança alimentar e nutricional e o programa nacional de desenvolvimento da agricultura, em 1999 a lei de florestas e fauna bravia e a politica do comercio e sua estratégia, em 2000, aprovou o decreto lei de descentralização administrativa (Decreto

Lei No. 15/2000), em 2001 Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) e o regulamento de florestas e fauna bravia, em 2002 a lei de minas, em 2003 a lei da família (Nhantumbo *et al.*, 2001; Serra, 2001; Wily and Mbaya, 2001; Mlay *et al.*, 2003).

O país possui ainda outros instrumentos políticos, sendo de destacar o PROAGRI I e II (PROAGRI= Programa Sectorial de Investimento Público), Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e PARPA II), Plano Quinquenal do Governo e o Plano do Governo para 2005-2009. Todos estes instrumentos assentam nos objectivos de desenvolvimento do país que são garantir segurança alimentar, desenvolvimento económico sustentável, redução de taxas de desemprego e reduzir os níveis de pobreza absoluta.

A política agrária aprovada em 1995 enquadra-se nos objectivos de desenvolvimento económico do país e tem como objectivo desenvolver a actividade agrária com vista a alcançar a segurança alimentar, através da produção diversificada de produtos para o consumo, fornecimento à indústria nacional e para a exportação, tendo como base a utilização sustentável dos recursos naturais e a garantia da equidade social.

A estratégia de implementação da política agrária assenta-se no uso sustentável dos recursos naturais, expansão da capacidade de produção e melhoria da produtividade agrária, desenvolvimento institucional equilibrado e desenvolvimento dos recursos humanos.

As instituições financeiras desenvolveram um papel importante no estabelecimento das leis. A estratégia a curto prazo do Banco Mundial ajusta-se ao PROAGRI II e assenta nos seguintes pilares: Desenvolvimento de infra-estruturas básicas, Expandir o uso de sistemas de irrigação, Melhorar a gestão das despesas publicas e Promoção de bom ambiente de negócios.

Estratégia dos doadores para o sector agrário assenta-se no fornecimento de diferentes arranjos financeiros que incluem: Suporte no orçamento geral do estado, Fundos comuns e Empréstimo para investimento através do orçamento ou fora deste.

a) LEI DE TERRAS

A principal inovação da lei de terras reside no reconhecimento explícito de sistemas tradicionais de propriedade, guiados por regras e normas próprias, e a intenção do governo em estabelecer estratégias para sua formalização. A lei atribui poderes as comunidades locais para participar na delimitação das suas áreas comunitárias e o reconhecimento por parte do governo destas áreas como uma categoria de uso da terra (Wily and Mbya, 2001).

O objectivo principal da lei de terra é proteger o sistema tradicional de uso e aproveitamento da terra pelos camponeses. Tem como objectivo providenciar estabilidade aos agricultores de pequena escala e isso foi essencial para recuperar a economia e a estratégia do governo para reduzir a pobreza. Requer negociação dos investidores com comunidades para acesso a terra. Criou oportunidade de se estabelecer sistemas locais e o judicial formal de provas de evidencia oral

b) LEI DO AMBIENTE

A lei do ambiente não reconhece explicitamente a contribuição das comunidades locais sobre o manejo dos recursos naturais, contudo serve de base para se estabelecer regulamentos que permitam minimizar os impactos negativos das actividades de desenvolvimento e/ou uso irracional dos recursos naturais.

c) LEI DE FLORESTAS E FAUNA BRAVIA

A lei de florestas e fauna bravia, o regulamento e alguns diplomas ministeriais estabelecem vários incentivos com vista a promover o uso sócio-económicos. Relativamente aos direitos comunitários e promoção da participação comunitária, a lei de florestas e fauna bravia preconiza o acesso livre das comunidades aos recursos florestais e faunísticos para sua subsistência, sendo este um dos maiores incentivos previstos nesta lei.

Adicionado ao acesso livre, a lei de florestas e fauna bravia prevê a alocação de uma parte das receitas (20%) florestais provenientes das taxas de exploração para as comunidades residentes nas áreas aonde foi realizada a exploração. Este incentivo visa

promover o envolvimento comunitário, a utilização sustentável dos recursos e aliviar o estado das suas actividades de fiscalização.

A lei de florestas e fauna bravia prevê incentivos para os indivíduos ou organizações envolvidas em programas de reflorestamento ou repovoamento faunístico. Esta previsto a cobrança de 15% sobre o valor das taxas de exploração de recursos florestais e faunísticos. A legislação vigente não indica o mecanismo de implementação deste incentivo, deixando este para posterior aprovação num diploma ministerial.

O regulamento estabelece que 20% do salário do fiscal ou do seu assistente como um benefício adicional como forma de compensar o risco envolvido no trabalho. Estabelece também que 50% do valor das multas aplicadas deve ser atribuído aos fiscais envolvidos na apreensão ou a funcionários da florestas e fauna bravia ou fiscais comunitários ou informador.

O Diploma Ministerial N° 51/2003 de 14 de Maio de 2003, abriu a possibilidade de os operadores pagarem em três prestações a taxa de exploração por licença simples. Este diploma preconiza ainda a redução em 40% para aqueles produtos com valor acrescentado como painéis, chapas de partículas, e outros. Esta medida tem impacto positivo na promoção da industria florestal.

A lei de florestas e fauna bravia atribui poderes as comunidades locais para participarem no maneio dos recursos naturais através de iniciativas de maneio comunitário. Esta lei estabelece um processo participatório de gestão dos recursos no qual conselho de gestão é criado e deve incluir membros das comunidades, governo local, operadores privados e outras associações (Artigo 31, No. 1).

O regulamento de florestas e fauna bravia de 2002, Artigo 100, nº 1, estabelece novos taxas para exploração de madeira, combustíveis lenhosos e material de construção e fauna bravia raízes, frutos silvestres, sementes e resinas. O valor das taxas para madeira estão indicados na Tabela 15. As espécies preciosas e de primeira classe são principalmente para exportação.

Tabela 15. Taxas de exploração de madeira para fins comerciais

Classe de madeira	Taxa (Meticais por metro cúbico)	Taxa (US\$ por metro cúbico)
Preciosas	2.000.000,00	83.3
1ª classe	500.000,00	20.8
2ª classe	300.000,00	12.5
3ª classe	200.000,00	8.3
4ª classe	100.000,00	4.2

*Cambio: US\$ 1 = 24.000,00 Meticais. Fonte: GOM (2002).

A implementação da legislação florestal ainda é limitada devido a várias razões, nomeadamente falta de fundos operacionais e equipamento, falta de quadros qualificados, treinamento insuficiente do pessoal técnico e fraco sistema de fiscalização (Falcão, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo o autor teve como intenção fazer uma breve descrição dos indicadores socio-económicos do país e dos sectores agrário e florestal. Com base nos dados apresentados esta claro que o desenvolvimento rural no país depende de desenvolvimento do capital humano e dos sectores agrário e florestal. O sector florestal possui um quadro legal satisfatório, embora haja muitos problemas na implementação. A introdução dos regimes de concessão florestal no país é uma indicação clara por parte do governo em promover a gestão sustentável dos recursos florestais.

A utilização sustentável dos recursos florestais no país esta directamente ligada ao tipo de agricultura praticada (agricultura de queima e roca) e a estratégia de intervenção deve ser integrada (sectores agrário, florestal e de infra-estruturas).

REFERÊNCIAS

Arndt, C., Jensen, H.T. and Tarp, F., 2000. Structural characteristics of the economy of Mozambique: a SAM-based analysis. *Review of Development Economics*, 4(3):292-306.

Brouwer, R. and Falcão, M.P., 2001. Comunidades e concessões florestais: um contributo. Departamento de Engenharia Florestal, UEM, Maputo. II Seminário Nacional de Maneio Comunitário. 16 pp.

Cuco, A., 1994. The impact of structural adjustment on forest industry in Mozambique. *Unasylva*, 45. 179: 45-50.

DNFFB. 2003. Relatório estatístico anual 2003; DNFFB/ MADER. Maputo/Moçambique. 64 pp.

EUREKA, 2001. Inquérito a Indústria madeireira. DNFFB, Maputo. 59 pp.

FAO, 1997. State of the World's forests. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

GOM., 2002. Regulamento de lei de florestas e fauna bravia. 49 pp.

GOM., 1999. Lei de Florestas e Fauna Bravia (No. 10/99). DNFFB, Setembro. Maputo. 29 pp.

Heltberg, R. and Tarp, F., 2002. Agricultural supply response and poverty in Mozambique. *Journal of Food Policy*, 27(2):103-124.

INE, 2004. Relatório do Inquérito aos Agregados familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03.

INE, 2001. Mozambique Agricultural and livestock census 1999-2000. Maputo, 91 pp.

INE., 1997. Anuário estatístico de 1997. Maputo, 159 pp.

Lutze, M., 2001. Aspekte des Holzmarktes und der Holzbearbeitenden Industrie einiger ausgewählter Provinzen Mosambiks. PhD thesis. Technische Universität München, Germany. Available on <http://www.ub.tum.de/biblio.html>.

Mlay, G., Nhantumbo, I. and Falcão, M.P., 2003. Policy Impact on Woodland Resource Management, Use and Conservation I Mozambique: A case study of selected sites in Dondo, Nhamatanda, Gondola and Manica Districts. Pages 358-400. In G. Kowero, B. M. Campbell and U. R. Sumaila, 2003. Policies and Governance Structures in Woodlands of Southern Africa.

Nhantumbo, I., Dent, B. And Kowero, G., 2001. Goal programming: Applications in the management of mimbo woodland in Mozambique. *European Journal of Operational Research*, 133(2): 310-322.

Serra, A., 2001. Natural Resource management institutions in Post-Conflict Situations. The case of Pindanganga, Mozambique. School of African and Asian Studies, University of Sussex and Centro Experimentação Florestal, Sussundenga, Mozambique. Working paper No 2, Marena Research Project. 17 pp.

Wily, L. and Mbaya, S., 2001. Land, people and forests in Eastern and Southern Africa at the beginning of the 21st century: the impact of land relations on the role of communities in forest future. IUCN Eastern Africa Regional office, 313 pp.

Workshop internacional: *Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique*

[Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 24-25/agosto/2006]

PAINEL 2: DINÂMICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

DINÂMICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS:

DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Roland BROUWER

Maputo, 20 de Setembro 2006

1 INTRODUÇÃO

O objectivo principal deste texto é apresentar a um público académico misto, nacional e estrangeiro, um panorama das dinâmicas que têm caracterizado o desenvolvimento do sector agrário ao longo das últimas décadas. Para tal, traz em linhas retratos de três épocas principais: a época colonial, as primeiras décadas após a Independência, e o período actual. Estas três épocas referem a três regimes de regulação político-económica diferentes: Moçambique como província periférica num império português decadente, a tentativa frustrada de se implantar um modelo económico, político e social da cariz marxista-leninista, e o actual regime caracterizado pela implantação duma economia de mercado num contexto dum retirada do poder intervencionista do Estado em paralelo a uma integração regional e global crescente.

Pelo seu título, o presente texto tem uma abordagem específica. Primeiro, focaliza no impacto das dinâmicas agrícolas no desenvolvimento na sociedade rural. Segundo, aborda a ligação entre desenvolvimento rural e o meio ambiente.

Enfatizar o papel das dinâmicas agrícolas e agrárias no desenvolvimento rural pode a primeira vista ser encarado como uma redundância. A agricultura e o meio rural são geralmente vistos como sinónimas: as duas faces da mesma moeda. A agricultura e o campesinato são os elementos que por definição se localizam no campo (por exemplo: Bryceson 2000: 3).

No entanto, pelo menos no caso de Moçambique, não se pode confundir a agricultura e o campo. Primeiro, porque o agricultor não vive apenas nas zonas rurais. Em Moçambique, existe uma agricultura intensa nas cinturas verdes à volta das grandes cidades. Os produtores agrícolas das Zonas Verdes de Maputo produzem cerca de 3000 toneladas de hortaliças e 3.000.000 frangos (Madeleno e Correia, 2001). No seio das cidades vê-se pés de milho, hortícolas e bananeiras nas bermas das estradas e nos quintais, e ouve-se o caracolar de galos. Muitos cidadãos são donos de explorações agrícolas de vários tamanhos a uma distância de várias dezenas de quilómetros da cidade. Muitas vezes a mão de obra é contratada por proprietários que se apresentam no terreno nos fins de semanas e nos do mês para controlar o seu desempenho, recolher o produto, e pagar os salários. Finalmente é de lembrar que a dinâmica agrária é influenciada por e influencia as dinâmicas dos outros sectores económicos, tanto ao nível das cidades do próprio país como ao nível internacional. A agricultura e o agricultor, mesmo localizados no campo, estão intimamente ligados à vida urbana e ao estrangeiro. Lá os produtores e as suas famílias obtêm os seus inputs e bens de consumo e capital, e procuram emprego para sustentar a sua família.¹ Lá se encontram os mercados para onde vendem os seus produtos.

O outro enfoque desta apresentação é no meio ambiente. Este enfoque deve-se ao facto em Moçambique as actividades agrárias continuam dominar as paisagens do país, pelo qual exercem um papel privilegiado na modificação das suas condições ambientais.

¹ Este emprego, muitas das vezes é informal. O caso dum jovem que guarda carros nos arredores da Polana Shopping é ilustrativo. O jovem tem 26 anos, é casado e tem um filho. Ele vive num quarto alugado no bairro da Hulene, nos arredores da Cidade; ela e o filho vivem em Chibuto, na província de Gaza, na casa da mãe dele. Com o rendimento média de 50 Mt por dia paga o quarto, o transporte, e a alimentação e sustenta a sua esposa.

2 A AGRICULTURA E A PECUÁRIA

2.1 A DINÂMICA AGRÍCOLA ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Durante a época de dominância política portuguesa, no meio rural desenvolveram-se dois sectores em paralelo (Wuyts 2001): O sector colonial e o sector campesino.

O sector colonial era exclusivamente virado para o mercado. Ele consistia de dois tipos de empresas. As plantações extensas e as explorações familiares comerciais. As plantações encontravam-se sob a gestão de companhias comerciais como as João Ferreira dos Santos (JFS), Companhia de Moçambique (transformada em Entreposto), Sena Sugar Estate, Madal, Lonrho, produzindo principalmente sisal, cajú, copra, chá, arroz e cana-de-açúcar. As explorações e *farmas* de menor escala eram geridas por famílias de ascendência europeia. Esses latifúndios estavam virados para a produção animal, como as herdades da família Capela em Gaza, ou para a produção de cereais, batatas, o hortícolas para o mercado.

O sector campesino era uma agricultura de escala mais pequena, praticada principalmente pela população de antedecência africana, que, por um lado se dedicava à produção de culturas alimentares (milho, mandioca, hortícolas) e pelo outro a produtos comerciais como nomeadamente o cajú, algodão e copra. Em adição, em zonas como Maputo, Gaza e Tete, dedicava-se à criação de gado, que frequentemente pastava em manados e terrenos comunitários.

A agro-ecologia e as dinâmicas económicas ditavam uma certa especialização regional. Assim, na Zona Norte dominavam o sisal, o algodão e o tabaco, no Centro copra, chá e batatas, e no Sul a açúcar e o arroz. Em paralelo, havia também uma especialização entre os dois sectores, onde as cultural alimentares eram tipicamente produzidos pelo sector camponês (Tabela 1).

Os dois sectores encontravam-se separadas por barreiras raciais e jurídicas, mantendo-se dois sistemas de direito separados, “como se de dois países se tratasse” (Negrão 2003:229). O sector empresarial era regado pela legislação europeia apoiada na administração colonial, que definiu claramente as relações de propriedade e responsabilidade económica. O sector familiar indígena se encontrava restrito a um

território jurídico teoricamente sob controle das normas costumeiras e sem capacidade jurídica para actuar no campo jurídico colonial (Brouwer 1998; Negrão 2003).

Apesar desta separação em termos organizacionais, raciais e jurídicos, na realidade as duas economias estavam intimamente ligadas por relações comerciais: o sector indígena era o fornecedor da mão de obra que trabalhava nas explorações europeias, e vendia parte do seu produto a essas explorações ou a pequenas lojas rurais, frequentemente administradas por indianos, as chamadas cantinas. Por outro lado, tinha acesso a bens de capital e consumo pelos mesmos canais. Finalmente, fornecia a mão de obra às plantações e as minas nos países vizinhos (Wuyts 2001; Pitcher 2002).

É de salientar que a incorporação do sector indígena no mercado colonial era fortemente definida pelo poder administrativo do Estado. Impostos, culturas (arroz, algodão) e trabalho forçados, a divisão do território em concessões onde empresas tinham o monopólio de compra de produtos aos camponeses, e acordos internacionais que estipulavam o número de trabalhadores o território devia fornecer às minas sul-africanas eram mecanismos que forçosamente obrigavam os camponeses a se integrarem no mercado de trabalho ou dedicar tempo à produção de culturas para a venda (Newitt 1995; Maghezi 2003).

Tabela 1: Estrutura da economia rural colonial em 1970 (Wuyts 2001).

Região	Plantações	<i>Farmes</i> de colonos	Campesinato		
			Excedente comercial	Consumo	Venda de mão de obra
Norte (Cabo Delgado, Niassa e Nampula)	Sisal (67%)	Algodão (17%) Tabaco (50%)	Cajú (78%) Algodão (37%) Culturas alimentares	Mandioca (67%) Amendoim (56%)	Trabalho sazonal nas empresas locais e Tanzânia
Centro (Zambézia, Manica, Sofala e Tete)	Açúcar (73%) Copra (69%) Chá (100%) Sisal (33%)	Batata (67%) Tabaco (27%)	Algodão (28%) Cajú (9%) Culturas alimentares	Arroz (28%) Milho (64%) Amendoim (17%) Mandioca (25%)	Trabalho sazonal local e trabalho contratado no Zimbabwe e Malawi
Sul (Maputo, Gaza, Inhambane)	Açúcar (27%)	Arroz (56%) Batata (32%)	Cajú (13%) Culturas alimentares	Milho (16%) Amendoim (27%) Mandioca (8%)	Cerca 20-30% dos adultos empregado nas minas sul-africanas

As ligações pelo fornecimento de mão de obra às plantações e farmas coloniais constituíram um grande peso para os camponeses. Os picos de trabalho nas suas machambas coincidiram com as épocas em que havia muita demanda nas empresas coloniais. Assim, os camponeses estavam numa situação em que a sua capacidade de produção era estrangida pelas necessidades dos sectores coloniais, o que, por exemplo, conduzia a emprego de crianças. Em adição, os monopólios das empresas de agroprocessamento conduziam a uma situação de dependência e baixos preços. Em conjunto, os dois mecanismos limitavam as capacidades de produção e acumulação dos camponeses (Wuyts, 2001).

2.2 A AGRICULTURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS APÓS A INDEPENDÊNCIA

O AGRICULTOR E O SOCIALISMO

A independência prometeu uma ruptura radical com o modelo colonial, libertando o povo da opressão imperialista europeia numa aliança entre o proletariado e o campesinato contra a exploração capitalista. Na sequência de tensões políticas que surgiram no período imediato depois do 25 de Abril 1974 e durante a transição para a independência nacional em 1975, a maioria da comunidade portuguesa abandonou o país e os seus bens de produção e outros capitais que não conseguiram retirar ou destruir foram nacionalizados. Assim, surgiram no campo empresas estatais como as plantações de cana de Sena, Mafambisse, Marragra, Xinavane, as plantações de chá de EMOCHA (Wuyts 2001; Pitcher 2002: 37-39). Surgiram também cooperativas, principalmente nas zonas de regadio como a do Chókwè, cujos membros eram antigos trabalhadores dos colonos portugueses que tinham abandonado o país (Pitcher, 2002: 50). O governo assumiu o controlo sobre os mercados de insumos e produtos através da criação da Agricom, um monopólio sob controlo do Ministério da Agricultura. A criação de sectores estatais e cooperativos enquadrava-se na perspectiva leninista do governo sobre o campesinato. Neste perspectiva, o campesinato é um fóssil do modo de produção

pré-capitalista, um obstáculo à realização do projecto socialista, e condenado à extinção pela sua transformação em operários.

Apesar da prática e do discurso, é preciso salientar que muitas grandes empresas no sector agrário continuaram a funcionar sem serem nacionalizadas (Pitcher, 2002:40). Exemplos são a Madal na Zambézia, uma das maiores produtores de copra com interesses no chá, pecuária e exploração florestal, a Entrepósito (ex-Companhia de Moçambique), João Ferreira dos Santos (algodão, sisal).

Embora essas mudanças reflectissem a facto que o povo moçambicano tinha assumido o poder estatal e que se tinha conseguido a libertação da exploração colonial e do racismo, no fundo não tocavam no essencial da estrutura agrária em vigor. As relações que existiam entre o campesinato e as empresas estatais e cooperativas que vinham substituir as companhias e quintas não eram fundamentalmente diferentes das que existiam anteriormente: o campesinato continuava a vender os seus produtos – agora a monopólios estatais – e a fornecer a sua mão-de-obra às plantações de algodão, chá e copra e a migrar para as minas e plantações nos países vizinhos (Wuyts, 2001). O poder do colono era substituído pela ambição política do estado, que tentava criar uma estrutura de comando vertical partindo do ministro até às unidades mais elementares, os bairros e quarteirões (Pitcher 2002: 90-91).

O problema principal da estrutura criada era a sua baixa eficiência. Assim, por vários motivos, as empresas estatais e as cooperativas não conseguiram responder às necessidades dos seus trabalhadores. Os membros das cooperativas dedicavam mais tempo aos seus próprios campos, cujo rendimento estava sob o seu controlo. E quando os salários não chegavam para satisfazer as necessidades das suas famílias desviavam parte da produção, conduzindo assim a empresa ao abismo (Abrahamsson e Nilsson 1995:81).

Assim, apesar de em muitos aspectos se manterem as estruturas que na época colonial ditam o desenvolvimento da agricultura em Moçambique, houve um declínio na qualidade das suas funções de apoio ao campesinato. Os serviços fornecidos tradicionalmente pelas empresas de copra na Zambézia deixaram de funcionar aumentando o seu peso na economia familiar (Mosca, 1989 e Santos,

1996 citados por Saíde, 2003). Os serviços pecuários que tinham mantido uma rede de tanques carraçadas e um programa de combate à mosca tsé-tsé, deixavam de funcionar². Ademais, num país onde a colheita dum ano depende da capacidade de responder ao início duma época chuvosa relativamente curta, paga-se um preço elevado quando os inputs não chegam atempadamente. Assim, a ineficiência das organizações estatais reponsáveis pelo fornecimento de inputs às empresas e aos camponenes foi paga com perdas de produção e um aumento da pobreza, criando uma base favorável para as forças interessadas na destabilização política do país.

A GUERRA

Em 1976, um ano depois da Independência, começou a guerra de de-estabilização que iria prolongar-se até a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992. Embora se tenham salientado as raízes exteriores do conflito – os interesses rodesianos e sul-africanos, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética – vários autores apontaram para o facto que também houve factores internos que contribuíram para a sua eclosão e o seu prolongamento (Hall e Young, 1997: 136-7). Estes factores tinham a ver com as dinâmicas agrárias que conduziam a um estranhamento ou alienação da população rural do projecto de governação da Frelimo (O’Laughlin 1992; Abrahamsson e Nilsson 1995: 79-87; Pitcher 2002). São estes factores que explicam o apoio que a Renamo tem conseguido principalmente nas províncias do norte e centro, Sofala, Zambézia e Nampula com mostraram as eleições em 1994 e 1999.

Além de ter raízes nas dinâmicas agrárias, a guerra também sobremaneira re-estruturou as mesmas dinâmicas. O campo virou se campo de batalha. A rede comercial, já afectada pelas nacionalizações, foi totalmente destruída. O campesinato empobreceu ainda mais graças à destruição das infra-estruturas, dos serviços agrários (já enfraquecidos), o roubo e a destruição de culturas e gado e o

² Numa entrevista em 1997, o régulo de Machangula, Himbine Tembe, contou-me como inicialmente o veterinário português deixou de dar assistência a sua manada. Depois o gestor do tanque caraçade deixou de receber o produto para matar as caraças. Finalmente, ele abandonou o lugar devido à falta de pagamento de salários. A guerra civil deu o golpe final a produção animal nessa região.

rapto de jovens e crianças. Muitos camponeses foram vítimas da guerra. Em alguns casos, comunidades inteiras, como a de Zitundo no distrito de Matutuíne, foram assassinadas. A violência e a fome provocaram uma fuga do campo para o estrangeiro e para as cidades. Assim, finalmente, as dinâmicas herdadas da época colonial foram destruídas, no entanto, sem se construir uma dinâmica alternativa.

2.3 A ECONOMIA DO MERCADO

Com o fim da guerra, surgiu um panorama totalmente novo. Nos anos oitenta, Moçambique tinha se juntado às instituições financeiras de Bretton Woods (Banco Mundial, FMI). A partir de 1987, implementou um plano de reestruturação económica e social que visava, entre outros, o desmantelamento do parque empresarial estatal. Criaram-se empresas mistas, como a LOMACO que era uma associação entre o Estado e a Lonrho, e que tinha um amplo leque de interesses na agricultura em várias zonas do país. Os monopólios estatais como o a ENACOMO (Empresa Nacional de Comercialização), Instituto Nacional de Cereais (INC), e a Madeiras de Moçambique (MADEMO) foram desmantelados e as empresas açucareiras de Xinavane, Maragra e Marromeu (Sena) privatizadas e vendidas a empresas estrangeiras (Abrahamsson & Nilsson 1995; Wuyts 2001; Pitcher 2002).

Na maior parte dos sectores a privatização não afectou as dinâmicas fundamentais herdadas da época colonial. No caso do algodão, por exemplo, manteve-se o antigo sistema de concessões, embora algumas foram canceladas e outras criadas (Figura 1). Na sua concessão, o concessionário tem o monopólio de compra do produto ao produtor, fornecendo em troca assistência financeira e técnica na fase de produção. Embora essa assistência muitas vezes seja deficiente (Gonçalo, 2003), o camponês encontra-se obrigado a vender o seu produto à empresa concessionária a preços que nem sempre lhe permitam atingir um rendimento razoável.

No tabaco, com a recente saída da, criou-se uma situação semelhante (Fonte). Analistas de várias alas (Wuyts, 2002; Ofiço e Tschirley, 2003) receiam

que assim de novo os camponeses ficam com as capacidades de acumulação prejudicadas.

No tabaco, uma cultura que recentemente sofreu dum rápido desenvolvimento graças a crise no Zimbabwe, implantou-se um sistema semelhante. Três grandes companhias internacionais (Dimon, Standard e Universal Tobacco através dum subsidiário Mozambique Leaf Tobacco - MLT) receberam concessões para o fomento da produção de tabaco. Nas suas concessões, de novo, tiveram um monopólio. Os camponeses queixam-se da maneira em que as companhias classificam o seu produto que sempre resulta num preço mais baixo. Depois dum conflito entre Dimon/Standard e o governo sobre a implantação duma fábrica de processamento, estas duas companhias (unidas numa *joint venture* chamada Alliance One) decidiram abandonar o país. O resultado é um verdadeiro monopólio sob controle da MLT (Hanlon 2006)³.

³ Não há muita informação sobre os rendimentos dos produtores. Um caso exemplar citado pelo Tobacco Journal International refer que um produtor conseguiu um lucro de cerca de US\$3500 duma área de 5 ha o que equivale mais ou menos US\$2,00 por dia por membro do seu agregado. No entanto, segundo a mesma fonte, 95% dos produtores tem áreas muito mais pequenas. A área média cultivada com tabaco é de 0,5 ha e a produção média dos produtores contratados é apenas 850 kg (Helk 2006).

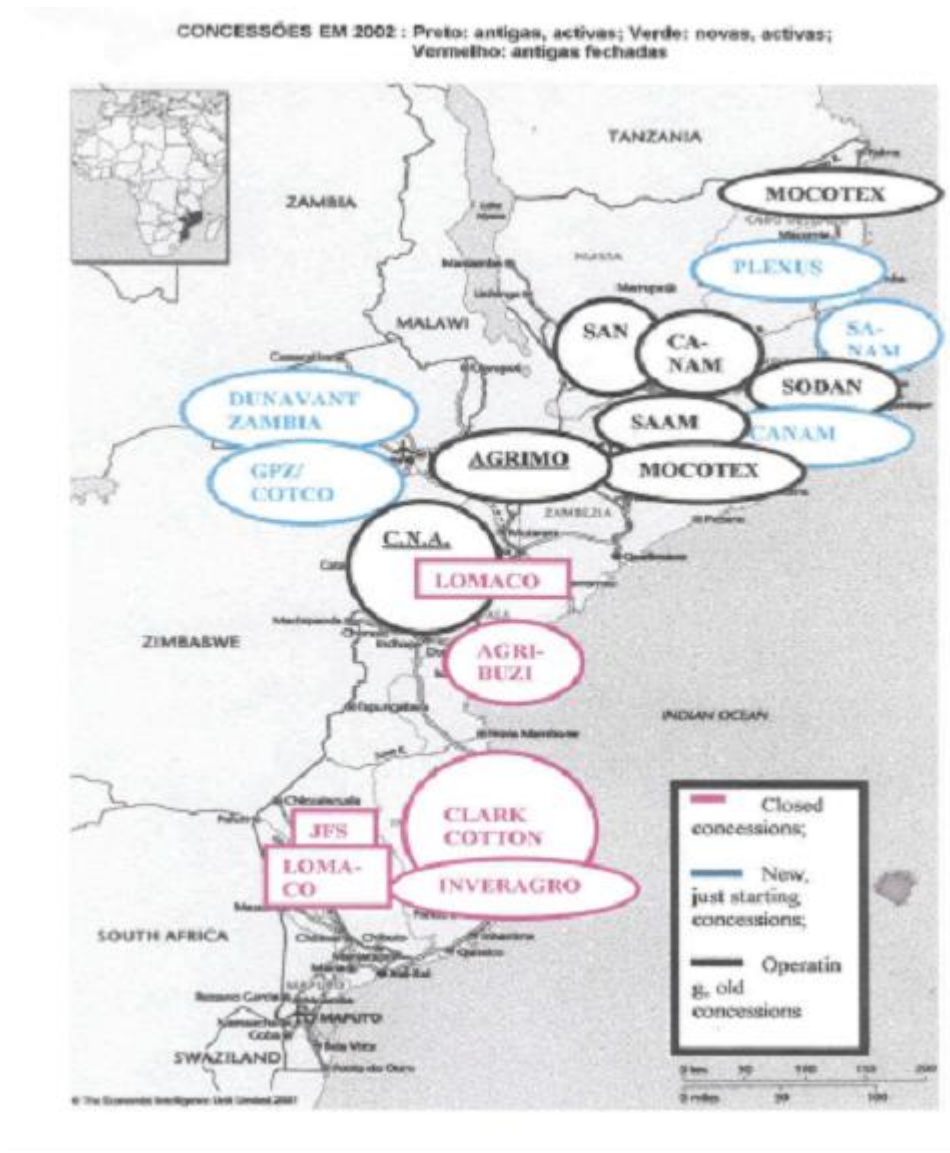


Figura 1: Mapa da distribuição das áreas de influência das empresas algodoeiras (Fonte: Ofiço e Tschirley 2003)

Um sector que recebeu muita atenção é o sector de cajú. A política estatal de dar prioridade ao fornecimento das fábricas de processamento e a aplicação de elevadas taxas travaram a exportação castanha em bruto. Como resultado, os camponeses recebiam preços baixos em relação ao preço no mercado internacional. A produção de cajú baixou e as árvores ficaram afectadas por doenças (oídio) e senescência. O Banco Mundial pressionou o governo a liberalizar a exportação e baixar a taxa.

Esta política teve consequências graves. Resultou no encerramento das principais fábricas de processamento e a exportação de castanha em bruto para a Índia. Milhares de operários ficaram sem emprego. No entanto, pelo menos até 2002, os ganhos desta política ao nível nacional rondavam os US\$6,1 milhões (0,14% do GDP). Embora houve uma transferência do rendimento para os camponeses de US\$5,3 milhões, essa não compensou as perdas provocadas pelo desemprego. Os beneficiários reais da reforma foram os intermediários e comerciantes (McMillan, Rodrik e Welch, 2002).⁴

Essas experiências confirmam que apesar da independência e a recente viragem para a economia de mercado, o campesinato continua preso numa dinâmica ditada por monopólios.

3 A FLORESTA COMO PARTE INTEGRADA E RAMO SEPARADO DA AGRICULTURA

3.1 ANTES DA INDEPENDÊNCIA

A floresta nativa teve um papel duplo na economia moçambicana antes da independência. Primeiro, era uma reserva estratégica para ser aproveitada por outros usos. A floresta, no ciclo de corte e queima, apoiava a agricultura campesina no ciclo de pousio e a agricultura empresarial por servir de refúgio para os camponeses que foram expulsos dos seus campos no âmbito da expansão das plantações e herdadas dos colonos. Segundo, era uma fonte de produtos e serviços tanto para a população como para os interesses empresariais. A população recorria à floresta para plantas medicinais, frutos, caça, material de construção e combustível. As empresas ou converteram-na em áreas de produção agrária (plantações), ou exploravam-na directamente extraindo madeira e organizando safaris.

⁴ Recentemente, há indicações dum ressurgimento duma indústria transformadora privada, de menor escala e com tecnologias menos sofisticadas. Os preços recebidos pelos produtores aumentaram; com apoio do governo (INCAJU), os produtores estão a investir no tratamento do cajual contra o oídio. No entanto, ainda é cedo para se avaliar o impacto real destes processos nas dinâmicas agrícolas.

É neste panorama que surgem por um lado os Parques Nacionais (Gorongosa, Banhine, etc.), as Reservas Especiais (Maputo, Marromeu), as Reservas Florestais (Mecuburi, Derre, Licuati), e as coutadas, e, pelo outro, as concessões de exploração de madeira. Os parques tinham como objectivos principais a conservação do ecossistema e a sua exploração pelo turismo de contemplação, as reservas especiais como as de Marromeu e de Maputo estavam viradas para a protecção de uma espécie animal (búfalo, elefante), as reservas florestais para a preservação dum estoque de madeira (umbila, chanfuta)⁵, e as coutadas para a caça turística comercial. As concessões, associadas à indústria de serração e carpintaria, serviam para a exploração das madeiras nobres como a chanfuta, umbila, pau preto, pau ferro, etc. Assim, em 1969, Moçambique exportava quase 120,7 mil m³ de madeira, dos quais apenas 2,6 mil m³ em toro (Cuco, 1995).

Ao lado da exploração da floresta embarcou-se num projecto de plantação de espécies exóticas, principalmente nas províncias de Niassa e Manica. À volta destas plantações surgiu uma indústria de processamento (serrações, contraplacados, madeira prensada).

As concessões florestais eram a modalidade de exploração principal durante a época colonial. Entretanto, as concessões têm perdido o seu papel desde a Segunda Guerra Mundial, quando por carência de madeira no mercado internacional se abriu a possibilidade de se explorar a floresta sob licença simples. A partir de 1950 o Serviço Florestal tentou inverter a situação, mas o desenvolvimento de empresas especializadas no corte tornou isto quase impossível (DNFFB 1987: 15). Mesmo assim, em 1969, existiam 122 concessões florestais com uma área total de cerca de 820.000 há.

3.2 A INDEPENDÊNCIA E A GUERRA

Com a independência, o sector florestal sofreu do mesmo choque que o resto da economia. Os colonos abandonaram as explorações madeireiras e as serrações.

⁵ Em 1973, existiam 15 reservas florestais com uma área de pouco menos que 500.000 ha ou 1,4% da área arborizada do país (SADC Parliamentary Forum 2004?)

Em 1980, cerca de 60 empresas de processamento de madeira abandonadas foram aglomeradas numa única empresa, a Madeiras de Moçambique (MADEMO), criando uma estrutura monopolista semelhante àquela que predominava na agricultura. No entanto, a MADEMO não foi capaz de manter a sua produção e a exportação. Em 1986, a produção tinha reduzido para quase a metade e a exportação para menos de 2% dos valores em 1969 (Tabela 2).

Os maus resultados do sector florestal nesta época reflectem também o impacto da guerra. As florestas não eram acessíveis pela falta de segurança e até em 1987 21 serrações foram parcialmente ou na sua totalidade destruídas. O parque de processamento sofreu também pela falta de investimentos, parcialmente como resultado do desvio do esforço público para a guerra (Cuco 1995).

Tabela 2: A produção e exportação de madeira antes de 1987 (fonte: Adaptado de Cuco 1995).

Ano	Produção (1000 m ³)			Exportação (1000 m ³)			Percentagem serrada	
	Toros	Serrada	Total	Toros	Serrada	Total	Produção	Exportação
1969		220	220	2,6	118,1	120,7	98%	
1980			0	11,4	8,4	19,8	42%	
1981	186	69,3	255,3	8,2	6,0	14,2	27%	42%
1982	117,5	44,3	161,8	4,8	3,2	8,0	27%	40%
1983	87,1	34,0	121,1	0,7	1,1	1,8	28%	61%
1984	103	41,5	144,5	2,2	0,5	2,7	29%	19%
1985	76,7	32,6	109,3	1,3	0,1	1,4	30%	7%
1986	90,7	37,8	128,5	2,2	0,1	2,3	29%	4%

O resultado do colapso do parque industrial é bem visível nos dados sobre a produção e exportação de madeira. Enquanto em 1969 a exportação era quase totalmente em madeira serrada, os dados dos anos '80 mostram uma inversão completa, com apenas 4% da exportação em madeira serrada (Tabela 2).

3.3 A FLORESTA NA ECONOMIA DO MERCADO

Nos anos 1990, seguindo as mesmas tendências que o sector agrário em geral, houve uma rápida privatização das unidades de produção administradas pela MADEMO. Mais importante, com o retorno da segurança na floresta e a recuperação das estradas, houve uma retoma de extracção da madeira. Como resultado, o volume de exportações aumentou. No entanto, a percentagem processada mantém-se baixa (Figura 2).

Até ao final do milénio, essa extracção era exclusivamente através de licenças simples segundo uma legislação que remontava à época colonial. Apenas com a entrada em vigor da Lei das Florestas e Fauna Bravia em 1999 (Lei 10/99) e a sua gradual implementação após a publicação do seu regulamento em 2002 (Decreto 12/2002), é que se pode assistir ao ressurgimento das concessões florestais, principalmente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala.

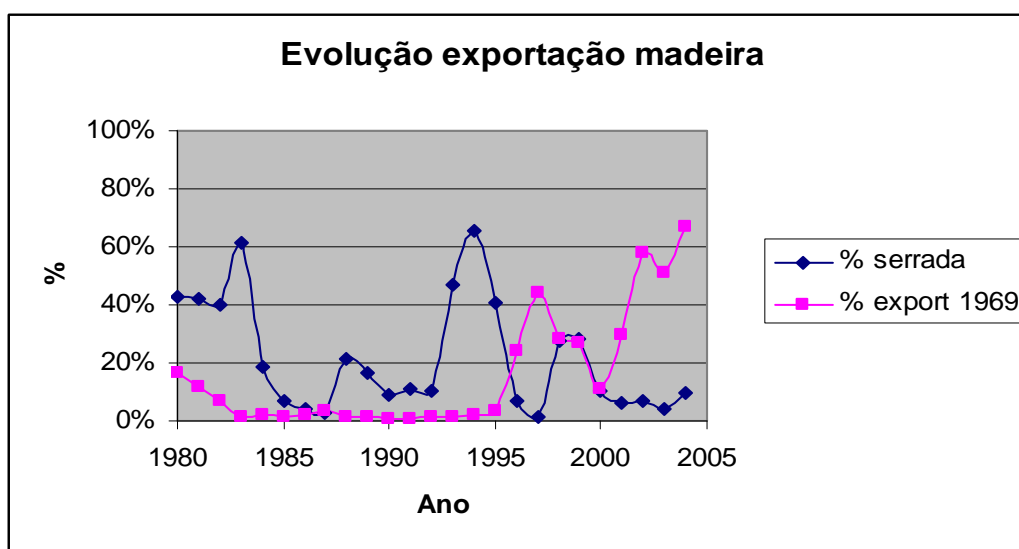


Figura 2: A evolução da exportação de madeira total como percentagem do ano de referência (1969) e da percentagem da exportação total em madeira serrada (fonte dos dados: IPEX 2005)

O sistema de concessões florestais foi reintroduzido com o intuito de gradualmente substituir as licenças simples. Das concessões, que têm uma validade

de 50anos renováveis, espera-se um maior empenho do explorador madeireiro com o manejo sustentável. Assim, é visto como o principal instrumento que possa garantir a sustentabilidade da produção de madeiras nobres pelas florestas do país (MAP 1997). Ademais, a atribuição duma concessão é associada à existência duma unidade de processamento (Artigo 16 da Lei 10/99, Lei de Florestas e Fauna Bravia). Assim, serve também para promover a produção e exportação de madeira serrada.

Neste momento, foram aprovadas 104 concessões com uma área total de cerca 4.000.000 há (Mário Falcão, 21 de Agosto 2006, com. pessoal). No entanto existem muitos problemas em relação à qualidade do manejo das concessões. Apenas uma concessão, a da TCT em Sofala, conseguiu certificar a sua madeira com base nos princípios da Forest Stewardship Council (FSC).⁶ Embora não hajam dados fiáveis, é provável que grande parte de madeira continua a ser extraída sob licenças simples enquanto existem também razões para duvidar a qualidade de manejo em algumas concessões.

Há vários motivos para o facto que a licença simples continue importante e as concessões não atinjam os seus objectivos. Primeiro, o actual regime de concessão florestal prevê poucas vantagens para o concessionário para além de ter o monopólio da exploração. Ele deve pagar as mesmas taxas de exploração que o seu colega que usa a licença simples, agravado por uma taxa anual correspondente à renda da concessão. A estes custos adicionam-se as despesas com os investimentos no inventário florestal, plano de manejo e infraestruturas. Finalmente, enquanto o operador com licença simples externaliza os custos duma exploração não sustentável para a comunidade, o concessionário sofrerá ao médio e longo prazo do impacto duma exploração mal conduzida no presente. É por estes motivos que em Moçambique as margens económicas duma concessão florestal são extremamente estreitas (Brouwer e Falcão, 2001).

A actual forma de exploração florestal para fins madeireiros é provavelmente não sustentável. Parte da dinâmica por trás desta falta de sustentabilidade tem a ver com o raciocínio económico do operador, que

⁶ O relatório da SGS Qualifor sobre a TCT pode ser consultado na: http://www.sgs.com/9178-mz_-_tct_ma2005-10_-_ad36a_gm-psummary.pdf

enfrentando a lógica do mercado prefere lucros rápidos em vez de embarcar num sistema de gestão tecnicamente complicado e com margens financeiras estreitas. Outro factor é que a floresta moçambicana nativa ser pobre em termos de volumes e espécies comerciais e ter taxas de crescimento anual baixas em comparação com as florestas nativas de África Central e com plantações de espécies exóticas. A actual estrutura do mercado de madeira ao nível global é outro determinante. A China se tornou um grande importador de madeiras tropicais, exportando os efeitos ecológicos do seu crescimento económico para países em desenvolvimento como Moçambique. A esse interesse associam-se infelizmente também práticas de governação menos adequadas, onde em que a floresta é vista como um recurso que possa ser minada para satisfazer interesses pessoais de funcionários e políticos (ORAM 2005; White et al, 2006). No geral, as comunidades rurais ganham pouco ou nada com a exploração comercial, apesar de a Lei 10/99 prever mecanismos para a sua partilha nas receitas realizadas pelo Estado através da colecta de taxas e multas.

À pressão sobre o recurso florestal pela exploração industrial junta-se ainda aquela exercida pelos carvoeiros – muitas vezes grupos de especialistas migratórios e frequentemente desmobilizados da guerra – que desde o fim da guerra se tenham engajados na produção de carvão para as grandes cidades. Os volumes extraídos são enormes: Em 2001, estimou-se que apenas a área urbana de Matola/Maputo consumiu 1.400.000 m³ por ano (Pereira 2001), mais que 20 vezes o volume extraído pela indústria madeireira. O principal beneficiário normalmente não é o produtor (ainda menos a comunidade agrária da zona), mas o intermediário que compra o carvão na floresta e o coloca no mercado na cidade (Brouwer & Magane 1998). Basta notar que neste momento um saco de carvão na área de produção custa cerca de 40 Mtn (US\$1,50), e na Cidade de Maputo 300 Mtn (US\$11,40).

Apesar da exploração florestal não ser caracterizada por uma estrutura monopolista como é típico para o sector agrícola, nota-se uma semelhança no que diz respeito ao camponês. O proveito que o camponês consegue tirar dessa actividade de novo é baixo. Os principais lucros são realizados na comercialização da madeira, sem que o país consegue criar um valor acrescentado pelo seu processamento e transformação.

4 O MEIO AMBIENTE – A QUESTÃO REMANESCENTE

O meio ambiente, ao longo do tempo, tem sido pouco mais que o resultado final dos cálculos dos agentes principais. A chegada dos Europeus trouxe uma mudança radical na flora da região, onde de repente a mandioca e o milho oriundos da América Latina se tornaram as culturas básicas mais abundantes a custo das culturas tradicionais, a mapira e a meixoeira. A América deu também a origem ao algodão e cajueiro, enquanto da Ásia vinham o chá e o coqueiro. É impossível conhecer-se o impacto ecológico que resultou da introdução destas novas espécies em Moçambique. Mas é provável que a conversão de vastas áreas de floresta costeira da Zambézia e Inhambane em coqueirais e das florestas de montanha em Gurué e Milange em extensos chazeirais tenha afectado e transformado todas as redes alimentares originais começando pela flora e fauna edáficas, passando pelo regime hídrico, até níveis tróficos superiores. O impacto ambiental destas culturas é ainda exacerbado pelas técnicas de produção. O algodão, por exemplo, exige o uso intensivo de pesticidas.

A introdução do gado bovino pelos europeus também foi um desastre autêntico para o gado local e a fauna bravia original. Primeiro, porque competia com as antílopes, bois cavalos, e búfalos pelos pastos. Segundo, no entanto, mais restrito no seu movimento, teve um impacto mais destrutivo sobre a vegetação natural que as espécies selvagens migratórias e as manadas dos nómadas, provocando mudanças na composição específica e na biomassa (Acocks, 1988). Terceiro, porque com o gado veio a peste bovina, que dizimou grande parte das manadas de raças nativas e de herbívoros selvagens, dando, segundo alguns autores, espaço à recuperação de bosques e florestas onde se podia reestabelecer a mosca tsé-tsé. A mosca é portadora da doença de sono e nas zonas de sua ocorrência a criação de gado é basicamente impossível (Reader 1997: 582-5).

A degradação da segurança durante a guerra de desestabilização trouxe alguns benefícios e alguns custos para o meio ambiente. Por um lado, reduziu-se a pressão provocada pela agricultura de corte e queima. A interrupção da exploração florestal devido à falta de segurança e o colapso da rede de acesso deram espaço a uma regeneração parcial do estoque madeireiro. Pelo outro, a guerra deu espaço a uma

caça furtiva desenfreada pelas tropas de ambos os lados. O resultado foi a matança da fauna bravia nos Parques e nas reservas. Assim, o Parque Nacional de Gorongosa ficou basicamente sem animais, perdendo-se uma grande atracção turística cuja recuperação requer a importação de animais a altos custos financeiros (African Press Agency, 5 de Agosto 2006).

A dinâmica actual desfavorece o camponês e conduz a um abuso do meio ambiente. Sem capital e preso nas relações monopolistas dos concessionários, o camponês não consegue acumular o suficiente para fazer o salto tecnológico qualitativo que lhe permita abandonar a actual prática de corte e queima. Associa-se ao carvoeiro profissional na devastação das matas.

Apesar dos esforços de se criarem áreas de conservação, muitas vezes em parcerias com países vizinhos, a degradação ambiental continua, agora acelerada pelos problemas da gestão florestal, o baixo nível tecnológico da agricultura, e a redução da mão de obra pela HIV-SIDA (conduz, entre outros, provavelmente a uma intensificação do uso das queimadas como técnica de preparação de terreno). Para se atingir um manejo sustentável será necessário remover barreiras institucionais e económicas.

5 CONCLUSÕES

As dinâmicas na agricultura mostram, apesar de mudanças radicais no domínio político (independência, socialismo, guerra e economia do mercado), uma grande continuidade, caracterizada pela coexistência dois grandes regimes de produção: a plantação e o camponês. O camponês encontra-se ligado ao mercado pela produção de culturas comerciais, pela venda de excedentes de culturas alimentares, e pela venda de mão de obra na sua própria região de residência, ou no exterior, nomeadamente África do Sul. Ao longo do tempo, o regime regulador tem-se baseado no estabelecimento de monopólios, principalmente no algodão, tabaco, copra e cajú, que tendem a colocar o camponês numa posição desfavorável em termos de preços e em termos de apoio técnico. O resultado desta situação é um

campesinato sem capacidade de acumulação, uma baixa produtividade, e uma baixa qualidade de produto.

O único sector relevante onde os monopólios foram quebrados é o cajú, onde um saneamento frio imposto pelo Banco Mundial conduziu ao encerramento das fábricas de processamento obsoletas, ao despedimento de milhares de trabalhadores, e à exportação de castanha em bruto para países produtores, nomeadamente a Índia. Os principais beneficiários, no entanto, eram os comerciantes intermediários e não os produtores.

No sector florestal, a falta duma clara rentabilidade económica duma exploração sustentável favorece uma extracção desastrosa das madeiras preciosas sem que se consegue capturar o valor acrescentado da sua transformação em produtos acabados.

No entanto, não se deva pensar que estas dinâmicas conduzem a uma inércia na produção camponesa. Abaixo da continuidade houve mudanças radicais. O facto de o camponês ter adoptado novas culturas oriundas da América Latina e da Ásia é uma forte indicação da sua capacidade de inovação e mudança. É nessa capacidade de inovação que as políticas que queiram dinamizar a agricultura devam apostar. A experiência no sector do cajú mostra que a remoção dos monopólios que nas áreas de algodão e tabaco criam termos de troca desfavoráveis para a agricultura deve ser o primeiro passo, tal como evitar os surgimento em novas áreas, por exemplo no bio-diesel.

A actual dinâmica teve e tem um grande impacto ambiental. Primeiro, a introdução e adopção de novas culturas modificaram profundamente o panorama genético do país. Segundo, a baixa intensidade de capital e o baixo nível tecnológico conduzem a uma agricultura camponesa baseada em ciclos de pousio semelhante às antigas práticas de corte e queima, resultando no uso extensivo duma área relativamente grande para a obtenção dum rendimento relativamente baixo. Actividades de refúgio como a produção de carvão e a corte de madeira contribuem ainda mais à degradação do meio ambiente

O sector da madeira está sob pressão tanto pelos camponeses e pobres deslocados da cidade que se engajam na produção de combustível lenhoso para os mercados urbanos.

Cabe ao governo intervir no sentido de se criar uma configuração que beneficie mais ao camponês; cabe à agronomia de lhe assistir em desenvolver respostas tecnológicas aos desafios de produção e de preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

Abrahamsson, Hans e Anders Nilsson (1995) *Mozambique: The Troubled Transition from Socialist Construction to Free Market Capitalism*. ZED Books, London e New Jersey.

Acocks, J.P.H. (1988) *Veld Types of South Africa*. Memoirs of the Botanical Survey of South Africa No. 57, Botanical Research Institute/Department of Agriculture and Water Supply, Pretoria. Primeira edição em 1952.

African Press Agency, *Gorongosa Park gets buffaloes from South Africa*, 5 de Agosto 2006. http://www.apanews.net/article_eng.php?id_article=7075 consultado no 21 de Agosto 2006.

Benfica, Rui, Julieta Zandamela, Arlindo Miguel e Natércia de Sousa (2005) *The Economics of Smallholders in Tobacco and Cotton Growing Areas of the Zambezi Valley of Mozambique*. Directorate of Economics, Ministry of Agriculture of Mozambique, Maputo.

Brouwer, Roland & Dânia M. Magane (1999) "The Charcoal Commodity Chain in Maputo: Access and Sustainability," *Southern African Journal of Forestry*. 185(Julho):27-34.

Brouwer, Roland & Mário Falcão (2001) Comunidades e concessões florestais: um contributo. Em: Estêvão Filemão e Henrique Massango (eds.), *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais*, Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, Mozambique, Maio 2001, Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia/UICN, Maputo. Pp.174-187

Brouwer, Roland (1998b) "A Invenção da Tradição Errada: A Nova Lei de Terras em Moçambique," V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Maputo, 1 a 5 de Setembro 1998.

Bryceson, Deborah (2000) Peasant theories and smallholder policies: Past and present. In: Deborah Bryceson, Cristobál Kay and Jos Mooij (eds.) *Disappearing Peasantries? Rural Labour in Africa, Asia and Latin America*. Intermediate Technologies Publications, London. Pp. 1-36.

Cucu, Arlito (1995) The impact of structural adjustment on forest industry in Mozambique. *Unasylva* 179. www.fao.org/docrep/t4620e/t4620e0a.htm, consultado 17 de Agosto 2006.

DNFFB (1987) *Manual de Legislação Florestal*. Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, Ministério de Agricultura e Pescas, Maputo.

Gonçalo, José (2003) *Estudo de alguns factores que afectam o desempenho das associações de produtores de algodão em Monapo e Meconta, província de Nampula*. Tese de Licenciatura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Hall, Margaret e Tom Young (1997) *Confronting Leviathan. Mozambique since Independence*. Ohio University Press, Athena, Ohio.

Hanlon, Joseph (2006) The tobacco debate – priority for factories or peasants. www.open.ac/technology/mozambique/p5.shtml consultado 19 de Setembro 2006.

Helk, Anja (2006) More tobacco from Tete. *Tobacco Journal International*. www.tobaccojournal.com/More_tobacco_from_Tete.47860.0.html consultado 19 de Setembro 2006.

IPEX (2005) *Strategy for the Development of the Export of Processed Timber Products of Mozambique*. Instituto para a Promoção da Exportação, Maputo.

Madeleno, Isabel Maria e Augusto Manuel Correia (2001) *Alleviating Poverty in Maputo, Mozambique*. www.cityfarmer.org/mozambique.html consultado 19 de Setembro de 2006.

Manghezi, Alpheus (2003) *Trabalho Forçado e Cultura Obrigatória do Algodão: O Colonato do Limpopo e o Reassentamento Pós-Independência C. 1895-1981*. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo.

MAP (1997) *Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia*. Ministério de Agricultura e Pescas, Maputo.

McMillan, Margaret, Dani Rodrik e Karen Welch (2002) *When Economic Reform Goes Wrong: Cashew in Mozambique*. Research Paper, Harvard University. [http://ksgnotes1.harvard.edu/Research/wpaper.nsf/f7d1f01e671df9938525694d001bf67f/1850b2e94995096585256c060073cc12/\\$FILE/nuts.pdf](http://ksgnotes1.harvard.edu/Research/wpaper.nsf/f7d1f01e671df9938525694d001bf67f/1850b2e94995096585256c060073cc12/$FILE/nuts.pdf)

Negrão, José Guilherme (2003) *Sistemas costumeiros da terra*, Capítulo 7 em Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.) *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique* (2 Volumes). Edições Afrontamento, Porto. Pp. 229-256.

Newitt, Malyn (1995) *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Mem-Martins.

O’Laughlin, Bridget (1992) *A base social da guerra em Moçambique*, *Estudos Moçambicanos* 10: 107-142.

Ofiço, Afonso O. e David Tschirley (2003) *An overview of the cotton sub-sector in Mozambique*. DFID, Maputo.

ORAM (2005) *Forestry in Zambézia: The Chinese Take-Away*.

<http://www.sarpn.org.za/documents/d0001753/index.php> consultado 21 de Setembro de 2006.

Pereira, Carla (comp.) (2001) *CHAPOSA – Charcoal Potential in Southern Africa, Mozambique, Research Project, Final Report*. Department of Forest Engineering, Universidade Eduardo Mondlane, UEM.

<http://www.uem.mz/faculdade/agronomia/eflorestal/chaposa.pdf> consultado 19 de Setembro 2009.

Pitcher, M. Anne (2002) *Transforming Mozambique. The Politics of Privatisation, 1975-2000*. Cambridge University Press.

Reader, John (1997) *Africa. A Biography of the Continent*. Hamish Hamilton/Penguin Books, London.

SADC Parliamentary Forum (2004?) *Colonial forestry and natural resource management policy in Mozambique. Full Report of Research Activities and Results*. www.sadccitizen.net/regiondocs/6000205.pdf consultado no 21 de Agosto 2006.

Saíde, Eusébio (2003) *Os donos de coco e seus serventes: Análise das relações socioeconómicas entre sector familiar e a Madal*. Trabalho de Licenciatura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

White, Andy, Xiufang Sun, Kerstin Canby *et al.* (2006) *China and the Global Market for Forest Products. Transforming Trade to Benefit Forests and*

Livelihoods. Forest Trends. <http://www.forest-trends.org/documents/publications/China%20and%20the%20Global%20Forest%20Market-Forest%20Trends.pdf> consultado 21 de Setembro 2006.

Wuyts, Marc (2001) *The Agrarian Question in Mozambique's Transition and Reconstruction*. Discussion Paper No. 2001/14, World Institute for Development Economics Research, United Nations University.